

VOLUME 12

ANO 2017

LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CENTRO DE LINGUÍSTICA
DA UNIVERSIDADE DO
PORTO

FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO

LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Diretora:

Ana Maria Brito (Universidade do Porto)

Secretariado Editorial:

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto (Universidade do Porto)

Fátima Oliveira (Universidade do Porto)

João Velloso (Universidade do Porto)

António Leal (Universidade do Porto)

Conselho Científico:

Alexandra Guedes Pinto (Universidade do Porto)

Alexandra Soares Rodrigues (Instituto Politécnico de Bragança)

Álvaro Iriarte (Universidade do Minho)

Anabela Gonçalves (Universidade de Lisboa)

Ana Cristina Macário Lopes (Universidade de Coimbra)

Ana Maria Martins (Universidade de Lisboa)

Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa)

António Leal (Universidade do Porto)

Augusto Soares da Silva (Universidade Católica)

Belinda Maia (Universidade do Porto)

Carmen Matzenauer (Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul)

Celeste Rodrigues (Universidade de Lisboa)

Clarinda Azevedo Maia (Universidade de Coimbra)

Claudia Brescancini (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre)

Cristina Martins (Universidade de Coimbra)

Fátima Henriques da Silva (Universidade do Porto)

Fátima Oliveira (Universidade do Porto)

Fernanda Irene Fonseca (Universidade do Porto)

Francisco Lacerda (Universidade de Estocolmo)

Gabriela Matos (Universidade de Lisboa)

Georges Kleiber (Universidade de Strasbourg)

Gerd Wotjak (Universidade de Leipzig)

Gianpaolo Salvi (Universidade Eötvös Loránd, Budapeste)

Graça Rio-Torto (Universidade de Coimbra)

Ignacio Bosque (Universidade Complutense de Madrid)

Ildikó Szijj (Universidade Eötvös Loránd, Budapeste)

Inês Duarte (Universidade de Lisboa)

Isabel Galhano Rodrigues (Universidade do Porto)

Isabel Margarida Duarte (Universidade do Porto)

Isabel Pereira (Universidade de Coimbra)

Jean-Pierre Angoujard (Université de Nantes)

João Costa (Universidade Nova de Lisboa)

João Paulo Silvestre (Universidade de Lisboa)

Joaquim Brandão de Carvalho (Universidade de Paris 8)

Krista Varantola (Universidade de Tampere)

Lluís Payrató (Universidade de Barcelona)

Luís Filipe Cunha (Universidade do Porto)

Maria Clara Barros (Universidade do Porto)

Maria da Graça Lisboa Castro Pinto (Universidade do Porto)

Maria Helena Mateus (Universidade de Lisboa)

Maria Helena Paiva (Universidade do Porto)

Maria João Freitas (Universidade de Lisboa)

Marina Vigário (Universidade de Lisboa)

Norval Smith (Universidade de Amsterdão)

Olívia Figueiredo (Universidade do Porto)

Petra Sleeman (Universidade de Amsterdão)

Purificação Silvano (Universidade do Porto)

Rogério Ponce de León Romeo (Universidade do Porto)

Rui Sousa Silva (Universidade do Porto)

Sónia Frota (Universidade de Lisboa)

Telmo Mória (Universidade de Lisboa)

Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)

Thomas Hüsgen (Universidade do Porto)

Tjerk Hagemeier (Universidade de Lisboa)

Tony Berber Sardinha (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Violeta Demonte (Universidade Autónoma de Madrid)

LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. 12, 2017

FICHA TÉCNICA

Linguística
Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto
Vol. 12, 2017

ISSN: 1646-6195

Periodicidade: Anual

Diretora:
Ana Maria Brito

Editores:
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
e Centro de Linguística da Universidade do Porto

Capa:
José Osswald

Impressão e acabamentos:
Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Depósito Legal:
248653/06

Tiragem:
200 exemplares

Os artigos publicados estão sujeitos a “peer review”.

Esta edição é integralmente financiada por:
Universidade do Porto

A Revista está registada no DOAJ e Latindex e está indexada na base de dados Fonte Académica.

<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id191&sum=sim>

Espaço da Direção

O volume 12 da Revista é publicado precisamente no ano em que se comemora o 100º aniversário do nascimento de Óscar Lopes, fundador do Centro de Linguística da Universidade do Porto, eminente linguista, historiador e crítico literário.

Se estamos aqui e se podemos publicar, neste ano de 2017, um volume constituído por artigos de áreas diversas da Linguística e produzidos no quadro de várias instituições nacionais e estrangeiras, é, em grande parte, o resultado da sua vontade e do seu esforço em fundar, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, um centro de investigação dedicado a uma das manifestações mais importantes da espécie humana, a linguagem.

Aßmann e Rinke analisam uma série de fatores que condicionam a distribuição dos pronomes relativos em Português Europeu; para além de dados da variante padrão, as autoras consideram dados oriundos de dois *corpora* importantes para o estudo da variação dialectal, o CORDIAL-SIN e o *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense*.

A partir da descrição do sistema das vogais orais em Português Europeu, Castelo propõe uma síntese orientadora da construção de materiais destinados à Didática do Português Língua Estrangeira, ilustrando com uma sequência que tem como objetivo ensinar a distinção de altura de vogal a aprendentes chineses.

A partir de dados longitudinais espontâneos e experimentais transversais, Freitas e Afonso mostram o impacto da interface fonologia / morfologia no desenvolvimento linguístico infantil, assim como refletem sobre a aquisição de certos processos fonológicos da gramática do adulto.

No quadro do Programa Minimalista, Moreno e Marchis analisam diferentes meios sintáticos de que as línguas dispõem para evitar problemas de intervenção quando há movimento de SNs em certos domínios, uma pesquisa que tem consequências para a compreensão da teoria do caso, da cliticização e da ordem.

Morozova estuda marcadores discursivos que expressam responsabilidade enunciativa num corpus de língua oral constituído por uma comédia portuguesa.

Pruekchaikul e Marques analisam um panfleto de um banco comercial tailandês, mostrando como identidade e linguagem são interdependentes e podem manifestar-se tanto linguística como visualmente.

Szcześniak estuda os processos de gramaticalização do verbo *querer* em Português, defendendo que tal processo leva ao surgimento de quatro categorias gramaticais, os valores futuro, proximativo, iminencial inconcluso e concessivo e que tais valores têm um denominador comum, que é um resultado de persistência.

João Veloso estuda os monossílabos do Português, propondo que tais unidades, quer através da ramificação da rima quer através do peso das vogais, obedecem a uma Condição de Minimalidade de tipo moraico.

A direção da Revista agradece a todos os autores e espera que os textos agora publicados possam contribuir para o aprofundamento do diálogo não só entre áreas da Linguística mas também entre instituições onde se pratica investigação nesta área científica.

Ana Maria Brito

Julho de 2017

SUMÁRIO

Espaço da direção.....	5
Artigos	
Relative clauses in a spoken corpus of European Portuguese: identifying the factors determining their variation	9
<i>Elisabeth Aßmann e Esther Rinke</i>	
Ensino da componente fonético-fonológica: uma síntese e um exemplo de português para chineses	41
<i>Adelina Castelo</i>	
Os *caracoles são *azules? Dados espontâneos e experimentais sobre a aquisição dos plurais das palavras com lateral final	73
<i>Maria João Freitas e Catarina Afonso</i>	
Case opacity and Cliticization: On intervention and the triggers of different agreement patterns	99
<i>Mihaela Marchis Moreno e Ludovico Franco</i>	
Discourse markers of enunciative responsibility in Portuguese stand-up comedy	127
<i>Milana A. Morozova</i>	
Language and Identity in Multimodal Text: Case Study of Thailand's Bank Pamphlet	155
<i>Korapat Pruekchaikul e Isabelle Simões Marques</i>	
<i>É um não querer mais que bem querer</i> Gramaticalização de conceitos volitivos	179
<i>Konrad Szcześniak</i>	
Monossílabos CV do português: leves e degenerados? Sonoridade vocálica e iteração de elementos na atribuição de peso e na preservação da minimalidade em português	201
<i>João Veloso</i>	

Recensões

Giuliana Giusti. Nominal Syntax at the Interfaces. A Comparative Analysis of Languages with Articles	229
<i>Ana Maria Brito</i>	
Alain Rabatel. Pour une lecture linguistique et critique des médias – Empathie, éthique, point(s) de vue.....	241
<i>Isabel Margarida Duarte</i>	
Ana Maria Stahl Zilles e Carlos Alberto Faraco (Orgs.) Pegagogia da Variação Linguística. Língua, diversidade e ensino	247
<i>João Veloso</i>	

Artigos

Relative clauses in a spoken corpus of European Portuguese: identifying the factors determining their variation

Elisabeth Aßmann
Assmann@em.uni-frankfurt.de
Goethe University, Frankfurt (Germany)

Esther Rinke
Esther.Rinke@em.uni-frankfurt.de
Goethe University, Frankfurt (Germany)

ABSTRACT: This paper investigates a range of factors determining variation in European Portuguese (EP) relative clauses on the basis of a corpus study. From a more general perspective, we aim at empirically confirming or disconfirming generalizations formulated on the basis of introspection or standard language grammars. In addition, we seek to identify preferences within the “envelope of variation” in actual language use. We will focus on three variable aspects in EP relative clauses: i) the choice of the relativizer, ii) non-canonical relative clauses (preposition chopping and resumption), and iii) subject-object asymmetries and related information structural aspects. The results confirm that *que* is the default relativizer in spoken EP, and that animacy determines the choice of the relativizer in free relative clauses and headed relative clauses introduced by a preposition. Resumption is attested in various types of relative clauses and seems to be favoured in headed indirect object relative clauses. The relevance of other factors such as indefiniteness or presentational matrix verbs, however, cannot be confirmed. Chopping occurs in restrictive as well as non-restrictive relative clauses and with different prepositions, e.g. temporal prepositions, grammaticalized (“verbal”) prepositions but also in oblique and indirect object relative clauses. Finally, the corpus data provide evidence for a subject-object asymmetry that relates to information structural aspects.

KEYWORDS: Relative clauses, European Portuguese, corpus study, syntactic variation

1. Introduction

As in many languages, relative clauses in European Portuguese can be of various types. Depending on the realization of an antecedent, we distinguish between headed and free relative clauses. Headed relative clauses can be differentiated with respect to their semantic contribution to the reference of the noun phrase, e.g. they can either be restrictive or non-restrictive

(appositive). The various types of relative clauses differ with respect to the types of relativizers that can be employed. There are a number of factors that have been proposed to determine the choice of the relativizer (*que* vs. *o qual* vs. *quem* vs. *cujo*), namely the type of relative clauses (free vs. headed; restrictive vs. non-restrictive), semantic properties of the head noun (human vs. non-human; specific vs. non-specific reference), the determiner accompanying the head noun (definite vs. indefinite article), or the case and the syntactic function of the antecedent (e.g. subject/object vs. indirect object, prepositional phrases). However, it is not always clear how these factors actually interact in the spoken language and whether all the factors are of the same relevance in the vernacular. One aim of this paper is therefore to analyze how the different factors mentioned in the literature determine the choice of the relativizer in different types of relative clauses.

In addition, we want to focus on non-canonical types of relative clauses, namely resumptive relative clauses (including an element doubling the relativizer) and chopping relative clauses (where the preposition of a complex relativizer is skipped). According to the literature, chopping and resumption also depend on a number of factors, which are not yet well understood. It is assumed that the chopping strategy is less likely with oblique and direct object relative clauses than with other prepositional relative clauses and it is assumed to be linked to A' movement and information structural aspects (Cohen 1990). With respect to resumption, it is assumed that island environments favour the occurrence of resumptive elements (Velooso 2007), but also other factors such as indefiniteness of the antecedent, a presentational verb selecting the head noun, and indicative mood of the verb inside the relative clause (Velooso 2013). However, in a previous corpus study by Velooso (2007), some of the potential factors have been investigated, but not all of them could actually be proved to be relevant. In our corpus study, we include more data and more of the potential factors in order to enlarge the empirical basis and to widen the perspective. We put the different factors to test in order to find out whether they can be shown to determine chopping or resumption in EP.

The third aspect that will be investigated is related to the well-known subject-object asymmetry that has been identified in a number of studies

on processing and language acquisition (Lipka et al. 2000, Friedmann et al. 2009, Costa et al. 2011), where it has been shown that subject relative clauses are preferred over object relative clauses in processing and that they occur earlier in acquisition. In recent work, we have suggested that the subject-object asymmetry is related to information-structure, namely to the fact that a head noun modified by a relative clause is typically an entity newly introduced into the discourse whereas the relativizer is a topic about which the rest of the relative clause adds a comment (Rinke & Aßmann 2017). Our corpus study confirms that a subject-object asymmetry on these two levels (head noun and relativizer) also exists in actual language use.

The paper is structured as follows. In section 2, we present the background of the study and identify the relevant research questions that will guide our investigation. Section 3 provides information about the methodology and the results of the corpus study. In section 4, we discuss the results with respect to our research questions. Section 5 summarizes and concludes.

2. Background and research questions

2.1. Types of relative clauses and choice of the relativizer

Depending on the realization of an antecedent, relative clauses (RC) divide into headed and non-headed relative clauses. A headed RC (1a.) modifies a noun, the antecedent, while a free RC occurs without a head noun and represents the argument by itself (1b.):

- (1) a. Ligou [[um homem]_{antecedente} que não conheço.]_{RC}
 called a man rel not I.know
 ‘A man called whom I don’t know.’
 b. Todos sabemos [o que temos de fazer.]_{RC}
 all we.know the rel we.have of to.do
 ‘We all know what we have to do.’

Headed relative clauses traditionally divide into restrictive relative clauses (RRCs) and non-restrictive or appositive relative clauses. RRCs restrict the extension of the concept expressed by the antecedent, i.e. they are intersective modifiers, whereas non-restrictive relative clauses (NRRCs)

represent a proposition on their own and have a parenthetical character (cf. Heim & Kratzer 1998:88, Brito & Duarte 2003:670)¹.

Headed relative clauses and free relative clauses differ with respect to the occurrence of the relativizer *que*. In headed relative clauses (1a.), *que* occurs without a determiner, whereas in free relative clauses, *que* is accompanied by the masculine singular definite article “o” (1b.). When the argument represented by the free relative clause is referring to a [+human] referent, the relativizer of free relative clauses is *quem* instead of *o que*.

Animacy also plays a role in headed relative clauses in the sense that *quem* occurs with [+human] antecedents in relative clauses introduced by a preposition. However, as shown in (2), other relativizers like *o qual* and *que* are also possible in this context.

- (2) Ligou o homem [com que] / [com o qual] / [com quem] falaste na festa.
called the man with rel / with the rel / with rel you.spoke in.the party
‘The man with whom you talked at the party called.’

In fact, *que* is possible in virtually all contexts and sometimes even the only possible relativizer, namely in restrictive subject and object relative clauses.

- (3) a. Vi o homem que / *o qual / *quem roubou a tua carteira.
I.saw the man rel stole the your wallet
‘I saw the man who stole your wallet.’
b. O homem que / *o qual / *quem vi ontem é o ladrão.
the man rel I.saw yesterday is the thief
‘The man that I saw yesterday is the thief.’

In non-restrictive subject and object relative clauses (4a.-b.) and in restrictive and non-restrictive indirect object (4.c), genitive, possessive (4.d) or prepositional (4e.) relative clauses, *que* alternates with *o qual*.

- (4) a. A minha avó, [que] / [a qual] faz anos amanhã, mora em Lisboa.
the my grandmother rel / the rel makes years tomorrow lives in Lisbon
‘My grandmother, whose birthday is tomorrow, lives in Lisbon.’

¹ There have been reasons to believe that this binary differentiation does not do justice to the reality of the semantics of relative clauses: Cinque (2008) argues for a further subdivision of the class of non-restrictive RCs, while Kleiber (1987) proposes to distinguish “specifying” RCs from the restrictive RCs in the stricter sense. For the present investigation, however, this detailed distinction is not important.

- b. A minha avó, [que] / [a qual] vou visitar em Lisboa, faz anos amanhã.
 the my grandmother rel /the rel I.go to.visit in Lisbon makes years tomorrow
 ‘Tomorrow is my grandmother’s birthday, whom I will visit in Lisbon.’
- c. O idiota [a que] / [ao qual] / [a quem] emprestei esse livro
 the idiot to rel / to.the which / to whom I.lent that book
 nunca mais mo devolveu.
 never more me.it returned
 ‘The idiot to whom I lent that book never gave it back.’
- d. Encontrei o rapaz [de que] / [do qual] / [de quem] conheço as primas.
 I.met a boy of rel / of.the which /of whom I.know the cousins
 ‘I met a boy whose cousins I know.’
- e. É esta a caneta [com que] / [com a qual] escrevi a carta.
 is this the pen with rel / with the which I.wrote the letter
 ‘This is the pen with which I wrote the letter.’

Which factors determine the choice between *que* and *o qual* in these contexts is not yet well understood. It seems to be clear that *que* is the more frequent form in colloquial speech whereas *o qual* may be preferred in formal registers. Veloso (2013:2091) proposes that *o qual* is inherently specific (as can be seen by the definite determiner preceding the Q-morpheme). She assumes that, because of this specification, this relativizer is always possible in NRRCs, because their antecedent is necessarily [+specific]. However, as shown in example (5), RRCs with non-specific head nouns and the subjunctive mood marking non-specificity also allow for *o qual* as a relativizer. Therefore, it is questionable whether *o qual* is indeed inherently specific.

- (5) No meu prédio não mora nenhum homem do qual o meu cão não tenha medo.
 in.the my building not lives none man of.the which the my dog not has.subj fear
 ‘There does not live any man in my building whom my dog is not afraid of.’

In genitive relative clauses, the relativizer *cujo* may occur in addition to *que*, *o qual* and *quem*. However, as shown in (6), in the contexts where *cujo* occurs, it alternates with *o qual* and *quem* but not with *que*.

- (6) Encontrei um rapaz [cujas primas] / [*as primas de que] / [as primas do qual] /
 I.met a boy whose cousins /the cousins of rel / the cousins of.the which/
 [as primas de quem] conheço do instituto.
 the cousins of whom I.know of.the school
 ‘I met a boy whose cousins I know from school.’

In example (6), the relative clause is introduced by a complex consisting of the genitive attribute and the relativizer: [*cuja primas*]/ [*as primas do qual*]/ [*as primas de quem*]. It seems that *que* cannot be part of a complex relativizer whereas *o qual* and *quem* can be and *cujo* always is. *Que* is only admitted in genitive relative clauses if the genitive attribute is stranded (cf. 7; see also Veloso 2013: 2083, fn. 33)².

- (7) Nunca mais funcionou bem o telefone [de que] / [do qual] o gato roeu o fio.
never more worked well the telephone of rel / of.the which the cat bit the wire
'The telephone whose wire the cat gnawed at never worked well again.'

Finally, the relativizer *quanto* occurs exclusively with quantified antecedents, e.g. the universal quantifier *tudo*, "everything" (cf. ex. 8a., from Brito & Duarte 2003: 664). Also forms of *tudo*, "every/all X" and *tanto*, "so much/many X" are possible (cf. examples 8b. from Brito & Duarte 2003:664, and 8c. from Veloso 2013:2100).

- (8) a. Pensei muito acerca de tudo quanto disseste.
I.thought much about of everything how.much you.said
'I thought a lot about everything that you said.'
- b. Ela trouxe todos quantos encontrou.
she brought all.masc.pl how.many.masc.pl she.found
'She brought all that she found.'
- c. Vou comprar tantos quantos me apeteça.
I.go to.buy so.many how.many to.me like.subj
'I will buy as many as I like.'

In 8b. and 8c., *quantos* is supposed to head a nominal group erased by ellipsis. For this reason, it agrees in number and gender with the referent, exactly as the quantificational antecedent *todos* and *tantos*, respectively. Given its intrinsic quantificational character, *quanto* cannot occur in appositive RCs.

Table 1 gives a schematic overview of the distribution of relativizers in EP canonical relative clauses.

² It seems to be the case that the acceptability of these complex relativizers in restrictive relatives is subject to individual variation: while Veloso (2013) considers them grammatical, Peres & Móia (1996) find them odd, exactly as an anonymous reviewer.

TABLE 1:³ Possible relativizers in EP.

relativizer			o que	o qual	quem	cujo	onde ⁴	quanto	que
RC									
	free	+hum	-	-	+	-	-	-	-
			+	-	-	-	+	-	-
SU/DO	RRC	+hum	-	-	-	-	-	+	+
		-hum	-	-	-	-	-	+	+
	NRRC	+hum	-	+	-	-	-	-	+
		-hum	-	+	-	-	-	-	+
IO/OBL	RRC	+hum	-	+	+	-	-	+	+
		-hum	-	+	-	-	+	+	+
	NRRC	+hum	-	+	+	-	-	-	+
		-hum	-	+	-	-	+	-	+
GEN ⁵	RRC	+hum	-	+	+	+	-	+	+
		-hum	-	+	-	+	-	+	+
	NRRC	+hum	-	+	+	+	-	-	+
		-hum	-	+	-	+	-	-	+

2.2. Non-canonical relative clauses: resumption and preposition chopping

In addition to the above mentioned canonical relativization structures, there are two non-canonical relativization strategies worth citing, the *estratégia resumptiva* (resumptive strategy) and the *estratégia cortadora* (chopping strategy) (cf. Tarallo 1985, Brito 1995, Brito & Duarte 2003: 666, among many others). Although they do not form part of the standard

³ SU = subject; DO = direct object; IO = indirect object; GEN = genitive; OBL = oblique case; free = free relative clause; RRC = restrictive relative clause; NRRC = non-restrictive relative clause; P = preposition; N = noun. The morphosyntactic feature matrixes refer to the antecedent's characteristic. Note that there exist some other, more complex relativizer-like forms in EP, so-called relative "pro-forms" (Veloso 2013:2101) such as *onde* (where), *como* (how), *quando* (when):

- a. *Visitei uma casa onde tinha vivido o Lorca.*
 I.visited a house where had lived the Lorca
 "I visited a house where Lorca had lived."
- b. *Não gostei do modo como ele se comportou.*
 not I.likedof.the way how he REFL behaved
 "I did not like the way he behaved."
- c. *Os alunos contestaram a data para quando o exame foi marcado.*
 the students questioned the date for when the exam was set
 "The students questioned the date for which the exam was set."

Como and *quando* have only recently been admitted as part of the relativizer paradigm in EP (cf. Peres & Mória 1995, Mória 2001, among others). For the purpose of this paper, these complex forms are not relevant because, on the one hand, they do not show any particularities (in the case of *onde*) and, on the other hand, some of them do not occur in our data base (*como*, *quando*).

⁴ The distribution of *onde* refers only to oblique cases, not to the indirect object.

⁵ The use of *que* in genitive RCs is restricted to non-complex contexts, i.e., where the genitive attribute is stranded, cf. exs. (6) and (7).

language, these relativization strategies are considered to occur frequently in colloquial speech, irrespective of the speaker's education or social status (cf. Brito 1995, Brito & Duarte 2003, Veloso 2013), and can even occur in journalistic and literary texts (Peres & Mória 1995)⁶. Apart from EP, these structures are reported to be particularly frequent in Brazilian Portuguese (BP) as well as in African Portuguese (AP) varieties (cf. Brito 1995, Silva & Lopes 2007, Alexandre & Hagemeijer 2013).

In resumptive relative clauses, a resumptive element, which is coreferential with the antecedent and the relativizer, occurs in a position inside the relative clause where one would expect a gap:

- (9) Que é **uma pronúncia** cantada **que** eu própria que sou de cá
 what is a pronunciation sung rel I myself rel I.am of here
 não **a** sei muito bem dizer.
 not cl3.sg.acc.fem I.know very well to.say
 'Which is a singing pronunciation that I myself, being from here, don't know how to say it very well.' (i.e. don't know how to imitate it)
 (Bruto & Duarte 2003:667)

Alexandre (2000) reports that resumption is possible in subject, direct and indirect object, oblique, and genitive relative clauses. The resumptive elements can be stressed (strong) and unstressed (clitic) pronouns, demonstratives, adverbs, or even the whole antecedent. Most authors agree that the more complex the construction, the easier it is to find a resumptive element inside the RC (Bruto 1995, Peres & Mória 1995, Brito & Duarte 2003, Veloso 2013). In particular, complexity in form of an island environment favours resumption, as has been argued for EP as well as several other languages (McCloskey 1990, Prince 1990, Suñer 1998, Bianchi 2004, Veloso 2007, among others). Example (10), taken from Veloso (2007:2), illustrates such an island context:

- (10) Há coisas fantásticas que eu nem sei como é que elas me acontecem.
 there.are things fantastic rel I not.even know how is that they to.me happen
 "There are fantastic things that I don't even know how they happen to me."

⁶ However, some authors see a link between education and the chosen relativization strategy, as the quantity of canonical structures increases over time (cf. Valente 2008, Duarte 2011, Alexandre & Hagemeijer 2013). Duarte (2011) therefore considers canonical RCs to be a structure of late acquisition.

In (10), the relative clause contains a *wh*-question introduced by *como*, “how”. Within this *wh*-island, the resumptive element *elas* occurs, which is coreferent with the antecedent *coisas fantásticas*. The assumption that island contexts favour resumption has been justified by assuming that in resumptive RCs, movement of the relativizer to its clause-initial position is somehow not possible⁷ and a complementizer-like element (*que*) is therefore introduced into the relative clause CP.

Apart from structural complexity, Veloso (2013:2130ff) gives four more conditions which are said to favour resumption:

- a. the indefiniteness of the antecedent;
- b. a presentational verb introducing the head noun (e.g. *haver* “to exist”, *ser* “to be” and *ter* “to have”);
- c. an assertive value of the RC (i.e. indicative mood);
- d. the complexity of the relativizing constituent and its syntactic function.

These generalizations are based on a small corpus study, which the author conducted and discussed in earlier work (cf. Veloso 2007). In the other part of that work, however, where the author investigates RCs in a spontaneous speech corpus, generalization b., i.e. the antecedent being a complement of a presentational verb, does not hold, as the majority of RCs that show one of these verbs is formed in a canonical way. With respect to the choice of the relativizer, Veloso (2013) states that *que* is not the only possible element in resumptive relatives, but that also more complex relativizers, like *onde* “where”, can co-occur with a resumptive element, like *lá* “there”.

In preposition chopping constructions, complex relativizers are “cut” and substituted by mere *que* (11).

- (11) A pessoa **que** te falei é minha amiga. (≈ canonical: a pessoa de que te falei)
 the person rel to.you I.spoke is my friend
 ‘The person that I talked to you about is my friend.’
 (Brito & Duarte 2003:666)

⁷ Cf., for example, Alexandre (2000) for EP, Suñer (1998) for Spanish. There is, however, an ongoing debate regarding (non-)movement in resumptive relative structures. See e.g. Boeckx (2003) for an overview.

The chopping strategy of relativization involves simplification on two levels: first, the preposition is deleted; second, the most underspecified *que* (in contrast to e.g. *o qual*) is used systematically (Veloso 2013:2128). According to Veloso (2013), the chopping strategy is especially frequent if the relativized constituent has a temporal or local value (cf. 12);

- (12) Porque, cada dia **que** nós íamos,... ≈ cada dia em que
 because every day rel we went...
 'Because, every day that we went there...'
 (C-ORAL-ROM via Veloso 2013:2128)

the involved preposition is of pure grammatical nature, i.e. *de* "of" or a "to", selected by verbs such as *falar* "to speak", *gostar* "to like", or *precisar* "to need" (cf. 13):

- (13) ...há coisas na cultura Americana que eu realmente não gosto.
 there.is things in.the culture American rel I really not like
 'There are things in the American culture that I really don't like.'

In other words, prepositions may only be deleted in relative clauses when they do not add new information to the meaning of the verb with which they co-occur, as Cohen (1990:112) argues: for example, in the expression *falar de*, "to talk of/about", the preposition is very likely to be deleted, while this is not the case for *falar a favor de*, "to speak in favour of", where the preposition is more complex.

The chopping strategy is argued to be less frequently employed for the following contexts: indirect objects (14a.), oblique objects whose preposition has a semantic value (14b.), as well as oblique complements which are relativized but modify themselves a noun inside the RC (*o sítio* in (14c.) that is relativized but also serves as a modifier of *à procura* (*à procura do sítio*)) – examples (14) are taken from Veloso (2013:2128-2129):

- (14) a. Nós estávamos com uns portugueses que vir a Lisboa ao fim-de-semana
 we were with some Portuguese rel to.come to Lisbon at.the weekend
 não dá muito jeito. ≈ portugueses a quem
 not gives much knack
 'We were with some Portuguese for whom coming to Lisbon at the weekend is not very convenient.'

- b. Continente é a marca que os portugueses mais confiam
 Continente is the brand rel the Portuguese more trust
 na sua categoria. ≈ a marca na qual / em que
 in.the its category
 'Continente is the brand the Portuguese trust most.'
- c. lam-nos levar ao sítio que nós andávamos à procura. ≈ ao sítio de que
 they.went-us to.bring to.the place rel we went to.the search
 'They brought us to the place that we were looking for.'
- (examples from C-ORAL-ROM via Veloso 2013:2129)

2.3. Subject-object asymmetries

Regarding information-structural aspects of relative clauses, many authors have argued that antecedent and RC are in an aboutness-relationship insofar as the antecedent is the topic and the RC a proposition about this topic (Schachter 1973, Kuno 1976). However, Lambrecht (1994: 129-130) argues that this only holds necessarily for the relation between the proposition expressed by the RC and the referent of the head noun, while the head noun itself may well be a focus expression in the discourse.

In previous work (Rinke & Aßmann 2017), we have argued along these lines that the head noun preferentially represents an entity that is newly introduced into the discourse. As such, it tends to occur in object position instead of subject position, at least in restrictive relative clauses, where the relative clause then serves to specify an entity that is newly introduced into the discourse. However, the relativizer itself, which introduces the relative clause and refers back to the head noun, represents a topic to which the rest of the relative clause adds a comment (cf. also Lambrecht 1994). Hence, we argue that the subject-object asymmetry is found on two levels – with respect to the relativizer and with respect to the head noun. We interpret this distribution (head noun = focus / relativizer = topic) as being one possible explanation for the well-known subject-object asymmetries in relativization. It has been repeatedly shown in previous studies that in language processing or acquisition, subject relatives are preferred over object relatives (Gouvea 2003 for BP; Lipka et al. 2000 for German; for acquisition, among others: Costa et al. 2011 for EP; Friedmann et al. 2009 for Hebrew). With respect to processing, for instance, it has been argued that subject A'-dependencies, i.e. subject RCs, are easier to understand and/or to process than object A'-dependencies, i.e. object RCs. The question is whether this asymmetry can be confirmed in spoken language.

2.4. Research questions

On the basis of what has been said so far, we will focus on the following research questions. The first bundle of questions relates to the choice of the relativizer in different contexts:

1. How systematic is the distribution of *que* and *quem* with respect to animacy in free and headed relative clauses?
2. To what extent does specificity determine the distribution of *que* and *o qual* in restrictive and non-restrictive relative clauses? Is it the case that the antecedent of *o qual* is always specific?
3. How systematic is the distribution of the different forms with respect to the syntactic function of the relative clause? E.g. can we confirm that subject and object relative clauses differ in a systematic way from other types of relative clauses?
4. Which forms of relativizers occur as complex relativizers in the corpus? Is *que* excluded from these contexts? Can we identify factors that determine the distribution of the different forms in complex relativizers?

The second aspect to be investigated concerns the conditions determining the occurrence of non-canonical relative clauses.

5. Can we confirm that island environments favour the occurrence of resumptive relative clauses (Velooso 2007)?
 - 5a. What is the role of other factors such as definiteness of the antecedent, occurrence of a presentational verb or indicative mood (Velooso 2013)?
 - 5b. Do we find relativizers different from *que* in resumptive relative clauses?
6. Is preposition chopping more likely with local and temporal RC and with certain types of prepositions ("purely grammatical prepositions")? Is it less likely with oblique and indirect object relative clauses than with other prepositional RC?
7. Is chopping only attested in restrictive relative clauses?

The third part of the investigation focuses on the subject-object asymmetry and information-structural aspects:

8. Can we identify a subject-object asymmetry? Are subject relative clauses indeed more frequent than object relative clauses in spontaneous speech?
 - 8a. Do we find evidence that the head noun typically relates to new information focus?
 - 8b. Do restrictive and appositive relative clauses behave alike with respect to the subject-object asymmetry and information structural aspects?

In the next chapter, we will present the methodology used for this study before we will provide answers to the questions in section 4 by presenting the results of our corpus study.

3. Methodology

The data were taken from two corpora: the *Syntax-oriented Corpus of Portuguese Dialects* (*Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*, CORDIAL-SIN), provided by the Universidade de Lisboa (Martins 2000-), and the *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense* (BRAGA), provided by the Universidade do Minho (Barbosa 2011-2014). Both corpora consist of interview transcripts, annotated in different ways, from which we manually extracted relative clauses and coded them for morphological and syntactic criteria.

The CORDIAL-SIN corpus aims at delivering an empirical basis for the study of dialectal variation in contemporary European Portuguese. It offers a 600.000 word corpus, including interviews from more than 200 localities in the Portuguese territory, including the archipelagos of Madeira and the Azores. As informants, elderly locals were chosen who were born and raised in the respective locality and had little education. The transcriptions are downloadable in four different annotations: normalized orthographic transcripts; verbatim transcripts, including standard linguistic expressions as well as pauses, hesitations, etc.; morphological annotations, providing POS as well as inflectional items; and syntactic annotations (cf. Martins 2000-).

The BRAGA corpus concentrates on the variety of contemporary Portuguese spoken in the city of Braga, in the north of Portugal. The collected data, 80 interviews with a length of 60 minutes each, are controlled for three sociolinguistic variables, gender, age and education. The transcripts follow semiorthographic rules (Barbosa 2011-2014).

As for the morphosyntactic annotation for the relative clauses we collected out of the transcripts, we mostly chose criteria from the corpus *Atlante Sintattico d'Italia*, ASIt, which cover a wide range of properties, but we also created new criteria. A selection of the tags we used is as follows:

- properties of the relative clause such as restrictive/appositive/free;
- properties of the relativizer, e.g. its syntactic function;
- properties of the antecedent such as definiteness, gender, number, animacy;
- properties of clitics within the RC such as Case, doubling, position with respect to the verb;
- properties of the verb in the relative clause as well as in the matrix clause, e.g. Mood, inflection, negation.

For a complete listing of the tags, cf. the ASIt corpus (Benincá & Poletto 2007) and the ASCRP corpus (Rinke 2016-). The manually extracted clauses were coded according to the previously determined criteria, afterwards a native speaker checked the coding with respect to the correct interpretation of the sentences. In this way, we collected 1563 sentences of the CORDIAL-SIN and 350 sentences of the BRAGA corpus, giving us a total of 1913 coded sentences.

In an ongoing collaboration with the ASIt people, the tagged sentences were finally uploaded to a searchable online databank, which forms part of the project website ASCRP, “Annotated corpus of the DFG project *Synchronic and diachronic analysis of the syntax of Italian and Portuguese relative clauses*” (cf. Rinke 2016-; Agosti et al. 2016).

It has to be mentioned that the corpora that served as the data-base for our study contain information on dialectal variation: the CORDIAL-SIN corpus provides data from all over the Portuguese territory, including the archipelagos of the Azores and Madeira, while the BRAGA corpus is concentrated on the variety of the city and the surrounding area of Braga, in

the north of continental Portugal. Interestingly, though, dialectal variation did not play any role with respect to the phenomena discussed here. Therefore, it is not mentioned in the following sections. All the affirmations are equally valid for the Portuguese dialects, at least concerning our empirical findings.

4. Results of the corpus investigation

4.1. The distribution of different types of relativizers

Our corpus consists of a total of 1913 relative clauses, extracted from the spoken speech corpora mentioned in the previous section. Among them, we find 353 free relative clauses and 1560 headed relative clauses (1279 restrictive and 281 appositive relative clauses).

In a first step, we focussed on the distribution of *que* and *quem* with respect to animacy in free relative clauses and in headed relative clauses introduced by a preposition. Table 2 gives an overview over the occurrence of the relativizers *que* and *quem* with respect to the animacy of the respective referent in free as well as in headed (i.e. restrictive and non-restrictive) relative clauses.

TABLE 2: Distribution of the relativizers (*o*) *que* and *quem* with respect to animacy

	free [+ human]	free [-human]	headed (+ prep) [+ human]	headed (+ prep) [-human]
(<i>o</i>) <i>que</i> ⁸	17 (10.6%)	191 (99.5%)	0	45 (97.8%)
<i>quem</i>	143 (89.4%)	1 (0.5%)	6	1 (0.2%)
Σ	160 (100%)	192 (100%)	6 (100%)	46 (100%)

As expected, we find a division of labour in free relative clauses: there are only 17 examples with *o que* referring to [+human] referents in free relative clauses with 143 examples of *quem* in the same context. With non-human referents, there is only one example with *quem* (15b.). In all other sentences with non-human referents, we find the relativizer *o que*.

In example (15a.), the referent is human and realized by the relativizer *quem*. Example (15b.) shows the only example of a free relative clause with an inanimate, non-human referent, namely a *stone-like element* used to mark where one owner’s field ends and the other one’s starts.

⁸ In combination with a quantifier as an antecedent, *que* can be accompanied by the masculine singular determiner *o*. In such contexts, *o que* generally refers to non-human referent.

- (15) a. Há **quem** diga que isso foi feito ali por causa disso .
there.is who says.subj that this was done there for reason that
'There are people who say that this was done because of that.'
- b. Há **quem** esteja já feito, enterram com cimento
there.is who is.subj already made they.bury with cement
e depois está ali pregado.
and then is there nailed
'There is one which is already finished, they bury it with cement and then it is fixed there.'
(Context: marking fields of different owners with stone-like markings)
(ASCRP, Alcochete)

In (16), we provide examples of free relative clauses with *o que*. In (16a.) the referent is non-human, in (16b.) the referent is human.

- (16) a. Pois à noite **o que** está em cima é estrelas.
because at.the night the rel is in top is stars
'Because what is above at night are stars.'
(ASCRP, Alvor)
- b. E **o que** trabalha por sua conta, esse já é proprietário.
and the rel works for his account this already is owner
'And whoever works on his own account, that one is already the owner.'
(ASCRP, Enxara do Bispo)

In headed relative clauses, *quem* also occurs with [+human] antecedents. In our corpus, there are 5 examples of *quem* accompanied by a preposition in restrictive relative clauses (e.g. 17a.). In one case, *quem* occurs with a pronominal antecedent and without a preposition (17b.). We will come back to example (17b.) below. There is only one example with a non-human antecedent and a relative clause introduced by *quem* (17c.).

- (17) a. Porque a pessoa a **quem** ela foi contar contou-me a mim.
because the person to whom she was to.tell told-me to me
'Because the person to whom she told it was me.' (ASCRP, Braga)
- b. Depois sou eu **quem** cozo a louça.
after I.am I who I.boil the dishes
'Then it is me who bakes the dishes.' (ASCRP, Graciosa)
- c. Porque Nossa Senhora, quando nasceu o Menino Jesus,
because our lady when was.born the child Jesus
a urze riaga foi com **quem** tapou-o também
the heather 'riaga' was with who she.covered-him also
'Because Our Lady, when Baby Jesus was born, it was 'riaga' heather with which she covered him as well.' (ASCRP, Outeiro)

However, (17c.) is an exception and probably a mistake. In headed relative clauses with [-human] antecedents introduced by a preposition, *que* is employed (cf. 18).

- (18) porque é um curso **em que** uma pessoa entra com uma média muito baixa
 because is a course in rel a person enters with an average very low
 ‘Because this is a course in which you enter with a very low mark.’ (ASCRP, Braga)

To sum up, we found that the generalization widely holds that in free relative clauses as well as in headed relative clauses introduced by a preposition, a [+human] referent leads to a realization of the relativizer as *quem* whereas a [-human] referent relates to (*o*)*que*. However, this division of labour seems not to be strict, at least not with respect to free relatives (cf. 16b).

In a second step, we were interested whether we can detect a correlation between a specific interpretation of the antecedent and the occurrence of the relativizer *o qual* in the database. However, *o qual* is virtually non-existent in our corpus. All of its functions seem preferentially to be expressed by other relativizers, especially by *que*. There is only one example with *o qual* in a total of 1913 sample sentences, cf. (19).

- (19) A gente fazia-lhe uma cavidade aqui na madeira para a boca encaixar
 the people made-him a cavity here in.the wood for the mouth to.fit
 e era tudo pregado era com cravetes,
 and it.was all nailed it.was with spikes
o qual desta forma é mais fácil, com menos despesa.
 the which of.this form is more easy with less expenses
 ‘We made a cavity here in the wood so that the mouth piece would fit and everything
 was fixed with spikes, which is easier this way and less expensive.’
 (context: building some agricultural tool)
 (ASCRP, Graciosa)

In (19), *o qual*, heading an appositive RC, refers to the whole proposition. In this context, specificity does not play a role. Therefore, it is not possible to make a statement about a potential specificity restriction on its antecedent. *Que* occurs with all sorts of antecedents. In general, the antecedent is interpreted as specific, also because of its combination with the relative clause that turns the indefinite noun phrase into a specific entity (20a.). But

there are also some cases in which *que* refers to a non-specific antecedent with the finite verb in the relative clause in subjunctive mood (20b.).

- (20) a. Era para aproveitar a farinha **que** ficava.
 was for make.use the flour rel stayed
 ‘This was for making use of the flour that was left over.’
 (ASCRP, Outeiro)
- b. Mas não houve assim nenhum sítio **que** me fizesse confusão.
 but not had such no place rel me make.subj confusion
 ‘But there was no such place that would confuse me.’
 (ASCRP, Braga)

In a third step, we concentrated on the question whether subject and object relative clauses differ in a systematic way from other types of relative clauses. According to the literature, subject and object RCs are different from other types of relative clauses insofar as they are more restricted with respect to which kind of relativizers they allow: restrictive subject and object RCs are said to only allow for *que*, while in their non-restrictive counterparts, only *que* and *o que* are possible. Table 3 shows the distribution of relativizers with respect to their syntactic function, i.e. subject and object, in headed RCs.

TABLE 3: Distribution of relativizers in subject and object relative clauses

	restrictive		non-restrictive		Σ
	SU	DO	SU	DO	
<i>que</i>	759	308	209	45	1321
<i>o que</i>	3	5	-	-	8
<i>quanto</i>	2	4	-	-	6
<i>quem</i>	-	-	1	-	1
Σ	764	317	210	45	1336

Our results show that indeed, *que* is the default relativizer for subject and object RCs: the majority of these contexts show *que*, and there are only some exceptional cases that show another type of relativizer.

First, note that neither *o que* nor *quanto* are excluded from subject and object positions. As mentioned before, *que* accompanied by the masculine determiner *o* is the usual relativizer for headed RCs in which a quantifier is relativized (cf. footnote 7). For restrictive RCs, we found two instances of subject-*quanto* (21a.) and four instances of object-*quanto*

(21b.). As is expected from this quantifying relativizer, it necessarily has a quantifier as antecedent, namely *tudo*, “everything” or a form of *todo*, “every X”.

- (21) a. Tudo **quanto** ali está, eu acho bem feito.
 all how.much there is I think well done
 ‘All that is there, I think it is well done.’
 (ASCRP, Carrapatelo)
- b. Levou as pitas todas **quantas** cá tínhamos.
 took the breads all how.much there we.had
 ‘He took all the bread that we had.’
 (ASCRP, Larinho)

Interestingly, our corpus shows one example of *quem* in what seems to be a subject relative clause. This is unexpected because *quem* is said to be excluded in subject and object position for restrictive and non-restrictive RCs. In our example, *quem* occurs with a personal pronoun as antecedent, cf. example (17b.), repeated here as (22):

- (22) Depois sou eu **quem** cozo a louça.
 then I.am I who I.cook the dishes
 ‘Then it’s me who washes the dishes.’
 (ASCRP, Graciosa)

At a closer look, however, (22) does not represent a typical restrictive subject relative clause, but rather a wh-cleft sentence, which has been analysed as including a (pseudo)relative clause (cf. Costa & Duarte 2001, who analyse wh-clefts as a small clause configuration, in which the DP “head noun”, *eu* in (22), moves via *scrambling* to an adjunction position left of the “relative clause”; cf. also Brito & Duarte 2003). Interestingly, however, (22) shows person agreement between the antecedent and the relative clause-internal verb: this is not possible in the standard language, however it seems to be an option in vernacular Portuguese (cf. Lobo 2006).⁹

Our fourth research question focussed on the occurrence of complex relativizers in the corpus. Unfortunately, complex relativizers consisting

⁹ In a strict sense, (22) is not a restrictive relative clause as it does not open two sets whose intersection is then the referent. Since the antecedent is a 1st person personal pronoun, it does not need any more reference in order to be identifiable. The subordinated clause adds more of an additional comment to the already established referent, an operation which reminds appositive relative clauses. Therefore, despite possible structural differences, we decided to treat it as an appositive relative clause in Table 3.

of the genitive attribute and the relativizer [*cuja primas*]/ [*as primas do qual*]/ [*as primas de quem*] do not occur at all in our corpus because the genitive/possessive context is absent overall.¹⁰ Therefore, we cannot answer the question whether *que* is indeed excluded from this construction in spoken language.

What our corpus data clearly confirm is the fact that *que* has become the default relativizer in almost all contexts and that *o qual* is virtually absent in the spoken language, although the contexts for realizing this relativizer are clearly present (appositives, prepositional restrictives, etc.).

TABLE 4: Distribution of complex relativizers in comparison to *que*¹¹:

relativizer			o que	o qual	quem	cujo	onde ¹²	quanto	que	Σ
	free	+hum	17	-	143	-	-	-	-	160
		-hum	184	-	1	-	4	-	-	189
SU/DO	RRC	+hum	-	-	-	-	-	-	321	321
		-hum	8	-	-	-	-	6	727	741
	NRRC	+hum	-	-	1	-	-	-	50	51
		-hum	-	1	-	-	-	-	186	187
IO/OBL	RRC	+hum	-	-	5	-	-	-	7	12
		-hum	-	-	1	-	12	-	153	166
	NRRC	+hum	-	-	-	-	-	-	3	3
		-hum	-	-	-	-	5	-	16	21
GEN	RRC	+hum	-	-	-	-	-	-	-	-
		-hum	-	-	-	-	-	-	1	1
	NRRC	+hum	-	-	-	-	-	-	1	1
		-hum	-	-	-	-	-	-	1	1
Σ			209	1	151	-	21	6	1466	1854

¹⁰ However, there are instances of RCs with a genitive interpretation that involve a chopping structure – cf. the next section.

¹¹ This table does not include 22 RCs whose antecedent is a whole clause, 12 RCs whose context makes it impossible to decide whether the antecedent is animate or inanimate (usually because the antecedent is a demonstrative or a quantifier and the respective referent is not recorded, cf. (i)), 25 RCs with a presentational or predication relativizer (cf. (ii)).

- (i) *Há tantos que têm aí!*
 there.is so.many rel they.have there
 “There are so many that they have there!” (i.e. so many different ones)
 (ASCRP, Alcochete)
- (ii) *Isso era o tempo mais triste que pode haver.*
 this was the time more sad rel can there.to.be
 “This was the saddest time that there could be.”
 (ASCRP, Graciosa)

¹² The distribution of *onde* refers only to oblique cases, not to the indirect object.

However, in some sub-contexts, *que* also seems to be avoided. As shown above, in free relative clauses and in headed relative clauses introduced by a preposition, human antecedents are related to the relativizer *quem*, while *o que* and *que* are employed whenever the antecedent is [-human]. This confirms the statement by Kato & Nunes (2009) that *quem* is in fact a [+human] realization of *que* in those contexts.

The relativizer *onde* is only possible in an adverbial position, and can only refer to inanimate referents. In all these cases, however, *onde* can be replaced by *que* when it is selected by a preposition or in a chopping context (see section 4.2.).

Free and headed relative clauses differ with respect to the presence/absence of the determiner *o*. In free relative clauses, the [-human] relativizer is *o que*, in headed relative clauses, we find exclusively *que*. Only relative clauses with a quantifier as antecedent represent an exception to this rule. In combination with a quantifier as antecedent, we find the relativizer *o que* instead of *que* in our data base.

- (23) a. Olhe, se for a explicar **tudo o que** dá o linho.
 look.subj if I.was.subj to explain all the rel gives the flax
 ‘Look, if I were to explain everything that the flax gives...’
 (ASCRP, Monsanto)
- b. Come o caranguejo, **tudo o que** apanhar.
 eats the crab all the rel it.catches.subj
 ‘It eats crabs, everything (i.e. every animal) that it might catch.’
 (context: description of a seagull)
 (ASCRP, Alvor)

The next paragraph focuses on the properties of resumptive relative clauses and relative clauses with preposition chopping in our corpus.

4.2. Non-canonical relative clauses: resumptive relative clauses and preposition chopping

Table 5 gives an overview over the properties of resumptive relative clauses in the corpus.

TABLE 5: Properties of resumptive relative clauses in the corpus

Σ	Island contexts	type RC			form of relativizer	type of resumptive element			syntactic position of resumptive element				antecedent [+def]	antecedent object of a presentational verb	indicative mood inside the RC
		rest	app	free		clitic	strong	PP	S	O	IO	PP			
48	0	29	18	1	free: o que non-free: que	37	7	4	7	5	31	5	15	0	47

The first observation is that there are no island contexts at all in resumptive constructions and there are no relativizers other than (o) *que*. The usual context is the one exemplified in (24), i.e. a simple structure without any island:

- (24) a. Fui a um senhor que chamam-lhe o Arlindo.
 I.went to a gentleman rel they.call-3.sg.dat the Arlindo
 'I went there to a gentleman whom they call Arlindo.'
 (ASCRP, Outeiro)
- b. E a pedra de cima, que lhe chamamos a mó, é colocada ali em cima daquela segurelha.
 and the stone from above rel 3.sg.dat we.call the millstone is placed there on top of.this savory
 'And the stone from above that we call the millstone is placed on top of the savory.'

Also the other factors mentioned by Veloso (2013) do not clearly favour resumption, at least not in our data base. At first glance, the in/definiteness of the antecedent seems to be relevant to some extent, given that twice as much relative clauses with resumption have an indefinite antecedent (ex. 24a), as a definite antecedent (ex. 24b). However, given that indefinite contexts are in general much more frequent than antecedents with a definite determiner, the percentage of resumption in each context remains pretty much the same (definite contexts: 749 / resumption 15 = 2%; indefinite contexts: 811 / resumption 32 = 3.9%). Our corpus does also not provide an example with a presentational verb in the matrix clause and resumption in the relative clause, although presentational verbs are quite frequent in relative clauses (cf. section 4.3). Finally, indicative mood in the relative clause might favour the occurrence of resumption, since 47 of 48 of the resumptive contexts show indicative mood. However, subjunctive seems not to be excluded and it has again to be considered that indicative mood is the default mood and subjunctive is very rare in relative clauses: in our data, only 199 out of 1913 relative clauses show subjunctive mood.

In our data base, resumption occurs preferentially in IO-RC (cf. 25a.), although it is also possible with other syntactic positions of the relativizer such as the subject (25b.).

- (25) a. Ajeitei uma garrafa dele a uma pessoa
 I.arranged a bottle of.it to a person
 que lhe o médico receitou essa.
 rel 3.sg.dat the doctor prescribed this
 'I arranged to give a bottle of it to a person to whom the doctor prescribed this.'
 (ASCRP, Monsanto)
- b. Eu tive dois professores que eles não eram contra as praxes.
 I had two professors rel they not were against the customaries
 'I had two professors who were not against the *praxes* (initiation rites for joining a students' society).'
 (ASCRP, Braga)

This tendency is especially striking given the fact that, in the whole corpus data, there is no instance of a canonical IO-RS *without* resumption– while the other syntactic positions are variable. An indirect object relativizer, hence, seems to favour resumption.

Table 6 shows the semantic properties of relative clauses involving chopped and overt prepositions in our corpus. The prepositions were pooled according to their interpretation in order to find out whether chopping is related to the interpretation of the respective relative clause. This expectation is not confirmed. For a more detailed view on the types of prepositions, cf. Table 8.

TABLE 6: Distribution of prepositions in PP-RCs, overt and chopping

type P \ overtness	chopping	overt	Σ
temporal	43 (76.8%)	13 (23.2%)	56 (100%)
indirect	37 (97.4%)	1 (2.6%)	38 (100%)
oblique	17 (51.5%)	16 (48.5%)	33 (100%)
verbal	27 (93.1%)	2 (6.9%)	29 (100%)
local	17 (58.6%)	12 (41.4%)	29 (100%)
genitive	2 (100%)	-	2 (100%)
partitive	2 (100%)	-	2 (100%)
Σ	145 (76.7%)	44 (23.3%)	189 (100%)

The types of prepositions in Table 6 are ordered according to the number of occurrences of their respective interpretation.

The table shows that preposition chopping occurs frequently with indirect objects: in a total of 38 occurrences, 37 instances show preposition chopping. Also verbal prepositions are preferably chopped, with 27 instances or 93.1% showing no overt preposition. Temporal and local prepositions follow with 76.8% and 58.6% of chopping. As for oblique objects, there is no clear tendency either way.

With respect to verbal prepositions, i.e. prepositions which are part of the verb, consider Table 7, which shows a detailed overview of the types of verbal prepositions that underwent chopping:

TABLE 7: Distribution of verb types in verbal chopping RCs

Σ	gostar de	ser/estar habitado a	lembrar-se de	recordar-se de	esquecer-se de	estar ligado a	perguntar por	precisar de	recorrer a	ser curioso por	concordar com
27	12	4	3	1	1	1	1	1	1	1	1

As can be seen, all verbal prepositions that underwent chopping are monosyllabical, with *de* and *a* being the most frequent ones. This is in accordance with Veloso (2013).

Table 8 shows which prepositions are chopped in local, temporal and oblique RCs. Here, the most frequently involved prepositions are *em*, *de* and *com*.

TABLE 8: Distribution of preposition types in local/temporal and oblique chopping RCs and PP-RCs

	chopping				overt P				Σ total
	local	temporal	oblique	Σ	local	temporal	oblique	Σ	
<i>em</i>	14	42	-	56	12	13	3	28	84
<i>para</i>	2	0	-	2	-	-	-	-	2
<i>por</i>	1	0	-	1	-	-	-	-	1
<i>de</i>	-	-	9	9	-	-	-	-	9
<i>com</i>	-	-	5	5	-	-	13	13	18
<i>contra</i>	-	-	1	1	-	-	-	-	1
<i>a</i>	-	-	1	1	-	-	-	-	1
<i>por</i>	-	-	1	1	-	-	-	-	1
Σ	17	42	17	76	12	13	16	41	117

It is difficult to derive conclusions from table 8 because some of the prepositions are not very frequent. The most frequent prepositions are *em* (in) and *com* (with); *em* is chopped in 56 out of 84 clauses (67%), but *com* only in 5 out of 18 occurrences (28%).

As a last point concerning preposition chopping, we considered the distribution of chopping in different types of relative clauses. Table 9 shows that preposition chopping is not only a phenomenon of restrictive relative clauses, but also of non-restrictive and free RCs. Nevertheless, restrictive relatives represent the majority of chopping occurrences.

TABLE 9: Distribution of chopping with respect to the type of RC

Σ	restrictive	non-restrictive	free
145	123 (84.8%)	19 (13.1%)	3 (2.1%)

Interestingly, coming back to Table 6, there are two types of prepositional contexts that only occur in form of a chopped RC: genitive and partitive constructions, which are exemplified in (26a.) and (26b.), respectively:

- (26) a. E havia outra, que está lá em baixo agora a mãe...
 and there.was another rel is there in below now the mother
 ‘And there was another one, whose mother is now down there...’
 (Castro Laboreiro)
- b. Está atravessada pelas duas vias que uma é de Barcelos
 is crossed by.the two roads rel one is of Barcelos
 e a outra é do Porto.
 and the other is of.the Porto
 ‘It is crossed by two roads, of which one comes from Barcelos and the other comes from Oporto.’
 (Braga)

As reported in section 4.1., there are no instances of canonical RCs with a genitive and partitive interpretation, respectively, whose form could be something like ...*outra, cuja mãe está lá...* for (26a.) and ...*duas vias das quais uma é...* for (26b.). It seems to be the case, then, that genitive and partitive RCs are especially prone to be formed with a chopping structure. However, since there are only so few instances in total, it is hard to make a definite statement in this regard.

On the basis of our corpus data, we cannot exactly confirm the asymmetry proposed by Veloso (2013), which could be represented as in (27): the types of prepositions further on the left of the scale are typically more easily chopped than those on the right side of the scale.

- (27) temporal/local > grammatical oblique > indirect > semantic oblique

In our data, as shown in Table 6, indirect objects are the most frequent elements to be chopped, followed by verbal, temporal, local and oblique objects (leaving aside genitive and partitive contexts). Our scale, hence, looks like this:

(28) indirect > verbal > temporal > local > oblique

4.3. Subject-object asymmetries and information focus

Table 10 gives an overview over the distribution of different types of relative clauses according to the syntactic function of the relativizer.

TABLE 10: Distribution of the syntactic function of the relativizer with respect to the types of RCs

relativizer type of RC	SU	DO	IO	pred/pres	advPP	Σ
restrictive	765 (59.8%)	318 (24.8%)	21 (1.6%)	18 (1.4%)	157 (12.3%)	1279 (100%)
non-restrictive	210 (74.7%)	45 (16%)	15 (5.3%)	2 (0.7%)	9 (3.2%)	281 (100%)
free	198 (56.1%)	128 (36.3%)	1 (0.3%)	10 (2.8%)	16 (4.5%)	353 (100%)
Σ	1173 (61.3%)	491 (25.7%)	37 (1.9%)	30 (1.6%)	182 (9.5%)	1913 (100%)

The table shows that we find indeed a subject-object asymmetry in the data. Subject relative clauses are much more frequent than object relative clauses, esp. in restrictive and non-restrictive headed relative clauses. In free relative clauses, the difference is less expressive. As mentioned above (cf. 2.3), we relate the subject-object asymmetry in relative clauses to information structural dependencies: in headed RCs, the head noun preferentially represents an entity that is newly introduced into the discourse and the relativizer refers back to the head noun adding information. Therefore, the relativizer shows a tendency to represent a prototypical topical element (subject) and the antecedent a prototypical new information constituent (object).

If this interpretation is on the right track, we expect to find a strong tendency for RC antecedents to be objects, arguments of presentational verbs and postverbal subjects. Table 11 confirms this expectation.

TABLE 11: Position of the antecedent with respect to the verb¹³

position \ type RC		RRC	NRRC	Σ
postverbal	SU	47	11	58
	O	248	83	331
	presentational	572	86	658
	PP	189	43	232
Σ postverbal		1056 (84.9%)	223 (86.4%)	1279
preverbal	SU	131	29	160
	O	19	1	20
	presentational	1	-	1
	PP	36	4	40
Σ preverbal		187 (15%)	34 (13.2%)	221
Σ total		1243 (100%)	257 (100%)	1500

Although subject antecedents still show a tendency to occur preverbally (which is expected because this is the neutral position for subjects), the overall picture shows a clear tendency for the antecedent of a relative clause to represent new information. The overall number of postverbal antecedents is much higher than the number of preverbal antecedents, in restrictive (1056 postverbal vs. 187 preverbal instances) as well as non-restrictive relative clauses (223 postverbal vs. 34 preverbal instances).

The most frequent type of antecedent are arguments of presentational verbs, constituting 659 out of 1500 instances, or 43.9%, combining pre- and postverbal occurrences. This sentence structure typically serves to introduce a new referent into the discourse.

The fact that the most typical kind of antecedent in our data is a postverbal object or presentational constituent seems to speak in favour of the assumption that relative clauses typically represent a device to introduce a new referent into the discourse and then turn it into a topic by predicating over this referent. The subject-object asymmetry can thus be found on two levels: with respect to the relativizer, subjects are much more frequent, while with respect to the

¹³ 60 sentences could not be included here due to the lack of a matrix verb and, therefore, the impossibility to decide whether the antecedent is pre- or postverbal, e.g.:

(i) *Depois o pessoal que ia conosco, fomos comer todos.*
then the personnel rel went with.us we.went to.eat all
“Then the personnel who went with us, all of us went to eat.”

head noun, (presentational) objects are more common. The sequence head noun = focus, relativizer = topic has been confirmed by our data as well.

5. Summary and conclusion

The aim of this paper was to investigate the role of different factors determining the variation in European Portuguese relative clauses on the basis of a corpus study in order to verify or falsify generalizations taken from the literature, which were mainly formulated on the basis of introspection or, to a lesser extent, to earlier corpus studies (e.g. Veloso 2007). We focused on three main aspects, viz. 1. the choice of the relativizer in different contexts, 2. the conditions determining the occurrence of non-canonical structures, i.e. resumption and preposition chopping, and 3. subject-object asymmetries and information-structural aspects.

As for the first issue, the choice of the relativizer, we saw that in the spoken language, *que* is indeed the default relativizer in almost all contexts. Nevertheless, it seems to be true that animacy or, more specifically, humanhood is a decisive feature: in free and headed prepositional RCs, there is a strong tendency to use *quem* when the referent is human, and a form of *que* when the referent is inanimate. Exceptions from this tendency are attested but have a certain “slip of the tongue”- character, especially if *quem* refers to an inanimate referent. Another important factor for the choice of the relativizer is its syntactic function: not all forms are possible in all functions. In restrictive subject and object relative clauses, as expected, *que* is the prevailing form. However, our data also showed instances of *o que* and *quanto* whenever the antecedent is a quantifier. Other complex quantifiers are virtually (in the case of *o qual*) or actually (in the case of *cujo*) absent in colloquial European Portuguese.

With respect to the second issue, the conditions determining the occurrence of non-canonical structures, we have seen that resumption and chopping are frequent structures in our data base, which was expected for a corpus of colloquial speech. Yet, not all generalizations made in the literature (Veloso 2007, 2013) could be confirmed: on the one hand, neither island environments nor definiteness of the antecedent nor a presentational verb in the matrix clause nor indicative mood seem to promote resumption. In our data base, a decisive factor was case: all examples of indirect object relative clauses occurring in

the data base showed resumption. Indirect object relative clauses are also a preferential context for preposition chopping. The same seems to be true for verbal prepositions but not necessarily for temporal and local prepositions.

Finally, the third issue concerns information-structural matters. The assumption/expectation that subject relative clauses are more frequent than object relative clauses in spontaneous speech is supported by our data. Furthermore, there is a second subject-object asymmetry on the level of the antecedent, which represents more frequently an argument of a presentational verb, an object or a postverbal subject. This could be interpreted in a way that the head noun typically encodes new information, which the relativizer resumes and about which the rest of the relative clause comments. For free relative clauses, finally, this tendency is not as clear. Since free relatives lack a head noun, at least overtly, it seems quite possible that they differ from their headed counterparts not only syntactically, but also with respect to information-structural aspects.

To sum up, the generalizations and predictions made from earlier works seem to find affirmation from our empirical data, by and large. The only field that is not as clear concerns the non-canonical structures, resumption and preposition chopping. It seems to be the case that the conditions on the occurrence of these structures are yet to be closer examined, possibly by an even greater corpus study. This could also shed some light on further research on the structural side of the phenomena.

REFERENCES

- Agosti, M., Di Buccio, E., Di Nunzio, G. M., Poletto, C. & Rinke, E. 2016. Designing a long lasting linguistic project: the case study of ASlt. In: Calzolari, N.; Choukri, K.; Declerck, T.; Grobelnik, M.; Maegaard, B.; Mariani, J.; Moreno, A.; Odijk, J.; Piperidis, S. (Eds.) *Proceedings of the 10th International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC 2016)*. Paris: ELRA, 4479-4483.
- Alexandre, N. 2000. *A estratégia resumptiva em relativas restritivas do Português Europeu*. Master thesis, Universidade de Lisboa.
- Alexandre, N. & Hagemijer, T. 2013. Estratégias de relativização de PPs no mundo luso-atlântico: crioulo de base lexical portuguesa e variedades do português. In: Moura, M. D.; Sibaldo, M. A. (Eds.) *Para a história do português brasileiro. Volume*

III – Sintaxe comparativa entre o português brasileiro e línguas crioulas de base lexical portuguesa. Maceió: EDUFAL, 49-71.

- Barbosa, P. (coord.) (2011-2014) *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense*, Braga, Universidade do Minho. URL: <https://sites.google.com/site/projectofalabrarense/>
- Benincà, P. & Poletto, C. 2007. The ASIS Enterprise: A View on the Construction of a Syntactic Atlas for the Northern Italian Dialects. *Nordlyd. Monographic issue on Scandinavian Dialects Syntax*. 34(1). URL: <http://asit.maldura.unipd.it/>
- Bianchi, V. 2004. Resumptive relatives and LF chains. In Cinque, G. (Ed.) *Functional structure in DP and IP: the cartography of syntactic structures*. Oxford: Oxford University Press.
- Brito, A. M. 1995. As orações relativas nas variantes culta e oral em quatro línguas românicas, com especial incidência em português. *Lusorama*. 27: 70-81.
- Brito, A. M. & Duarte, I. 2003. Oações relativas e construções aparentadas. In: Mateus, M., Brito, A. M., Duarte, I., Hub Faria, I., Frota, S., Matos, G., Oliveira, F., Vigário, M. & Villalva, A. (Eds.) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisbon: Caminho, 653–694.
- Cinque, G. 2008. Two types of non-restrictive relatives. In: Bonami, O. & Cabredo-Hofherr, P. (Eds.) *Empirical issues in syntax and semantics 7*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 99-138.
- Cohen, M. A. 1990. *Syntactic change in Portuguese: relative clauses and the position of the adjective in the noun phrase*. PhD. Dissertation, Universidade Estadual de Campinas.
- Costa, J. & Duarte, I. 2001. Minimizando a estrutura: uma análise unificada das construções de clivagem em português. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: APL. 627-638.
- Costa, J., Lobo, M. & Silva, C. 2011. Subject-object asymmetries in the acquisition of Portuguese relative clauses: adults vs. children. *Lingua*. 121: 1083-1100.
- Duarte, I. 2011. Modo oral e modo escrito, estruturas sintáticas de desenvolvimento tardio e escolarização. In: Valente, A. & Pereira, T. (Eds.) *Língua Portuguesa. Descrição e Ensino*. Rio de Janeiro: Parábola, 15-30.
- Friedmann, N., Belletti, A. & Rizzi, L. 2009. Relativized relatives: types of intervention in the acquisition of A-bar dependencies. *Lingua*. 119: 67-88.
- Gouvea, A. C. 2003. *Processing syntactic complexity: cross-linguistic differences and ERP evidence*. PhD. Dissertation, University of Maryland.
- Heim, I. & Kratzer, A. 1998. *Semantics in generative grammar*. Malden: Blackwell.
- Kato, M. & Nunes, J. 2009. A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese. In: J. Nunes (Ed.) *Minimalist essays on Brazilian Portuguese*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 93-120.
- Kleiber, G. 1987. *Relatives restrictives et relatives appositives: une opposition "introuvable"?* Tübingen: Niemeyer.
- Kuno, S. 1976. Subject, theme, and the speaker's empathy – a reexamination of relativization phenomena. In: Li, C. N. (Ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 417-444.

- Lambrecht, K. 1994. *Information structure and sentence form. Topic, focus and the mental representations of discourse referents*. Cambridge: University Press.
- Lipka, S., Kopp, F. & Pechmann, T. 2000. Referential context effects for subject/object relative-clause ambiguities: The role of the Reading Span. In: Schroeger, E., Mecklinger, A. & Friederici, A. D. (Eds.) *Working on working memory*. Leipzig: Leipzig University Press, 121-138.
- Lobo, M. (2006). Assimetrias em construções de clivagem do português: movimento vs. geração na base. *XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 457-472.
- Martins, A. M. (coord.) (2000-) *CORDIAL-SIN: Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*. Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. URL: <http://www.clul.ul.pt/en/resources/411-cordial-corpus>
- Móia, T. 2001. Aspectos sintático-semânticos das orações relativas com *como* e *quando*. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. 349-361.
- McCloskey, J. 1990. Resumptive pronouns, A'-binding and levels of representation in Irish. In: Hendrick, R. (Ed.) *The syntax of Modern Celtic languages. Syntax and semantics* 23. San Diego: Academic Press, 199-248.
- Peres, J. & Móia, T. 1995. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Prince, E. 1990. Syntax and discourse: a look at resumptive pronouns. In: Hall, K. (Ed.) *Proceedings of the Sixteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley: University of California, 482-497.
- Rinke, E. (coord.) (2016-) ASCRP: Annotated corpus of the DFG project *Synchronic and diachronic analysis of the syntax of Italian and Portuguese relative clauses*. University of Frankfurt. URL: <http://ims.dei.unipd.it/websites/portuguese-relclauses/search.html>
- Rinke, E. & Aßmann, E. 2017. The syntax of relative clauses in European Portuguese. Extending the Determiner Hypothesis of Relativizers to relative *que*. *Journal of Portuguese Linguistics*. 16(4):1-26.
- Schachter, P. 1973. Focus and relativization. *Language*. 49: 19-46.
- Silva, B. & Lopes, C. 2007. O papel da frequência na gramaticalização no português do Brasil. *Veredas*. 11/1: 80-100.
- Suñer, M. 1998. Resumptive restrictives relatives: a crosslinguistic perspective. *Language*. 74(2): 335-364.
- Tarallo, F. 1985. The filling of the gap: pro-drop rules in Brazilian Portuguese. In: King, L. D. & Maley, C. A. (Eds.) *Selected papers from the XIII Linguistic Symposium*. Amsterdam: Benjamins, 355-375.
- Valente, P. 2008. Produção de frases relativas em alunos do terceiro ciclo do ensino básico e do ensino secundário. MA thesis, Universidade de Lisboa.
- Veloso, R. 2007. Oações relativas em contextos apresentativos: dados de um corpus oral. In: *Comemorações dos 75 anos do CLUL*. URL: http://www.clul.ulisboa.pt/files/rita_veloso/RVeloso_clul75anos_rev.pdf
- Veloso, R. 2013. Subordinação relativa. In: Paiva Raposo, E., Bacelar do Nascimento, M. F., Coelho da Mota, M. A., Segura, L. & Mendes, A. (Eds.) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2061-2136.

Ensino da componente fonético-fonológica: uma síntese e um exemplo de português para estrangeiros¹

Adelina Castelo
adelina.castelo@ipm.edu.mo
Instituto Politécnico de Macau
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

ABSTRACT: The current study follows the perspective of Educational Linguistics, and tries to respond to a specific need: to provide teachers of Portuguese as a Foreign Language with a guide to more effectively and quickly create didactic materials to teach pronunciation. In order to do this, (i) the target system of the European Portuguese oral vowels is described; (ii) the existing information in the literature is systematized in order to propose a guiding synthesis of the construction of didactic materials for teaching the phonetic-phonological component based on the knowledge acquired in the field of Phonology, Second Language Acquisition and Foreign Language Teaching; (iii) the use of this synthesis is exemplified through a didactic sequence to teach the distinction of vowel height in PE to foreign learners with the A2 level of proficiency defined in the *Common European Framework of Reference for Languages*. The obtained synthesis, which aims to guide and facilitate the work of teachers, includes the main elements to be present in a complete didactic sequence with the goal of teaching the phonetic-phonological component: input and its characteristics; output, with progression from controlled to spontaneous speech in communicative situations; evaluation of results of the pronunciation teaching; general ideas about how to use an integrative approach to pronunciation teaching.

KEYWORDS: pronunciation teaching, phonetic-phonological component, Portuguese as Foreign Language, vowel height.

RESUMO: No presente estudo, usando a perspetiva da Linguística Educacional, procura-se dar resposta a uma necessidade específica: fornecer aos professores de Português como Língua Estrangeira um guião para criarem, de forma mais rápida e eficiente, materiais didáticos para o ensino da pronúncia. Para isso, (i) descreve-se o sistema-alvo das vogais orais do Português Europeu, (ii) sistematiza-se informação existente na literatura de modo a propor uma síntese orientadora da construção de materiais didáticos para o ensino da componente fonético-fonológica que sejam fundamentados nos conhecimentos alcançados no âmbito da Fonologia, da Aquisição de Língua Segunda e da Didática de Língua Estran-

¹ A autora agradece os comentários e sugestões de dois revisores anónimos, que muito contribuíram para a melhoria deste artigo.

geira, (iii) exemplifica-se a utilização dessa síntese através de uma sequência didática para ensinar a distinção de altura de vogal no PE a aprendentes estrangeiros com o nível de proficiência A2 definido pelo *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*. A síntese obtida, que visa orientar e facilitar o trabalho dos professores, inclui os principais elementos a conter numa sequência didática completa que procure ensinar a componente fonético-fonológica: *input* e respetivas características; *output*, com avanço progressivo de fala controlada para fala espontânea em situações comunicativas; avaliação dos resultados do ensino; ideias gerais a empregar numa abordagem integrativa do ensino da pronúncia.

PALAVRAS-CHAVE: ensino de pronúncia, componente fonético-fonológica, PLE, altura de vogal.

1. Introdução

Uma das dificuldades que os estudantes estrangeiros encontram na aprendizagem da pronúncia do Português Europeu (PE) consiste na distinção de altura de vogal. De facto, existem já informações, de naturezas diversas (e.g. dados empíricos de erros na produção oral e escrita, relatos de experiência docente, conclusões de análise contrastiva de duas línguas), que suportam a ideia de que este aspeto da pronúncia portuguesa é problemático para aprendentes com diferentes línguas maternas. Por exemplo, Wang (1991), com base na sua experiência de ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE) a aprendentes chineses, refere a existência de confusões nas vogais [e] vs. [ɛ] e [o] vs. [ɔ], vogais médias e baixas. Além disso, um estudo baseado em recolhas de erros orais e escritos de aprendentes chineses no COPLE2 (*corpus*² apresentado em Antunes *et al.*, 2016) mostra dificuldades acentuadas no domínio da altura de vogal: o uso de uma altura de vogal incorreta é detetado em 75% dos erros orais e em 62% dos erros escritos (Castelo e Santos, 2016). Outros dados sugerem também a existência de dificuldades no domínio desta distinção por parte de falantes nativos de russo e de espanhol: Head e Semënova-Head (2010) identificam, com base em observações diretas, uma tendência para os falantes de russo usarem [e]

² O COPLE2, *Corpus de Português Língua Estrangeira/Língua Segunda*, consiste num *learner corpus* que está a ser constituído por três entidades: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICLP); Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CAPLE-FLUL); Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Este *corpus* inclui textos orais e escritos de aprendentes de Português Língua Estrangeira e Língua Segunda que são falantes nativos de diversas línguas maternas, apresentam diferentes níveis de proficiência linguística em PLE2, e são alunos do ICLP ou examinandos do CAPLE-FLUL. Tal *learner corpus* pretende constituir um suporte para a realização de variadas tarefas, tais como: investigação sobre a aquisição de PLE2, construção de materiais didáticos para diferentes públicos-alvo, formação de professores.

e [o] para [e, ɛ] e [o,ɔ], respetivamente; Soeiro (2010), apoiando-se numa análise contrastiva entre o português e o espanhol, considera previsível a dificuldade de distinção da abertura de vogal no português por parte dos hispanofalantes³. Finalmente, num outro estudo sobre erros nas produções escritas de falantes de várias línguas maternas (alemão, chinês, espanhol, francês, inglês e russo), também com base no COPLE2, os dados empíricos revelam problemas no domínio da altura de vogal (Castelo, Santos e Freitas, 2016).

Por outro lado, também se sabe que é fundamental dotar os professores de PLE dos instrumentos necessários para criarem materiais didáticos fundamentados nos conhecimentos alcançados no âmbito da Fonologia, da Aquisição de Língua Segunda (ALS)⁴ e da Didática de Línguas Estrangeiras (DLE), para que possam responder, da forma mais rápida e eficaz possível, às dificuldades específicas dos seus aprendentes⁵.

Tendo em conta estes factos, o presente trabalho pretende alcançar os seguintes objetivos: (i) sistematizar informação existente na literatura para propor uma síntese orientadora da construção de materiais didáticos para o ensino da componente fonético-fonológica fundamentados nos conhecimentos alcançados no âmbito da Fonologia, da Aquisição de Língua Segunda e da Didática de Línguas Estrangeiras; (ii) exemplificar a utilização dessa síntese através de uma sequência didática para trabalhar o domínio da distinção de altura de vogal no PE por parte de aprendentes de PLE.

³ Convém, no entanto, fazer duas ressalvas: (i) Soeiro (2010) não encontrou exemplos de erros associados à não distinção entre vogais médias e baixas na breve recolha de produção oral espontânea que realizou; (ii) nem sempre os sons não existentes na língua materna são os mais difíceis de adquirir numa língua não materna, de acordo com várias propostas teóricas (e.g., segundo o modelo de Flege (1995), a probabilidade de formação de uma nova categoria fonética para um som da língua não materna inexistente na língua materna aumenta quanto maior for a distância perceptiva entre ele e o som da língua materna mais próximo).

⁴ Na linha do que é feito na literatura de Aquisição de Língua Segunda, utilizaremos as expressões ‘língua segunda’/‘L2’ e ‘língua estrangeira’ para referir qualquer língua não materna, sem estabelecer a distinção entre língua estrangeira e língua segunda considerada em algumas propostas (e.g. Leiria, 2004). Além disso, usaremos também a abreviatura ‘L1’ para designar a língua materna.

⁵ Convém também sublinhar que atualmente existem alguns professores de PLE que precisam de um apoio mais forte por parte dos outros professores e investigadores, tal como acontece, por exemplo, na República Popular da China. De facto, nos últimos anos o interesse pela aprendizagem do PLE tem apresentado uma grande expansão neste país, sendo já mais de 2000 os alunos que estudam esta língua como disciplina curricular ou opcional nas universidades, em cada ano letivo (cf. André 2016). Como este crescimento do número de alunos é muito recente, são sentidos problemas como a carência de (i) professores qualificados e experientes em número suficiente para dar resposta à procura e (ii) materiais didáticos adaptados a este grupo de aprendentes com necessidades próprias (cf. André 2016).

Para isso, utilizaremos a perspetiva da Linguística Educacional, definida por Hult (2008) do seguinte modo:

‘Educational linguistics is an area of study that integrates the research tools of linguistics and other related disciplines of the social sciences in order to investigate holistically the broad range of issues related to language and education’ (p.10).

Este autor explica ainda que a abordagem da Linguística Educacional inclui identificar um problema ou tema relativo à linguagem e à educação, estudar esse problema ou tema com base num conjunto variado de ferramentas de investigação e visar obter informações importantes para a melhoria do ensino.

Neste trabalho, mais concretamente, recrutaremos como ferramentas de investigação recursos da Fonologia, da ALS e da DLE.

A investigação implicou (i) a sistematização da descrição do sistema vocálico oral a partir das propostas da literatura; (ii) a análise de vários trabalhos (de ALS e DLE) sobre o ensino e a aprendizagem da componente fonético-fonológica; (iii) a elaboração de uma síntese orientadora da construção de materiais didáticos para o ensino fonético-fonológico, através da reorganização e expansão das informações colhidas na bibliografia; (iv) a produção de uma sequência didática seguindo as orientações da síntese avançada e que serve, assim, de exemplificação da nossa proposta.

Este artigo tem quatro secções. Após a introdução, descrevemos o sistema vocálico oral do PE (secção 2); apresentamos os critérios e as estratégias a considerar no ensino da pronúncia, propondo uma síntese orientadora da construção de materiais para o ensino da componente fonético-fonológica (secção 3); exemplificamos o recurso a essa síntese na construção de uma sequência didática (secção 4). O trabalho termina com algumas considerações finais (secção 5).

2. Vogais orais do Português Europeu

As descrições propostas na literatura do âmbito da fonologia (e.g. Mateus e Andrade, 2000; Freitas et al., 2012) permitem-nos conhecer o sistema-alvo que os aprendentes estrangeiros de PE devem adquirir⁶.

⁶ Nesta secção apresenta-se apenas uma descrição muito sumária do sistema em causa. Para apresentações mais detalhadas e discussão de determinadas propostas divergentes, consulte-se, por exemplo, Mateus e Andrade (2000) e Castelo (2012).

Nesta variedade do português, do ponto de vista fonético, existem nove vogais orais, apresentadas na Tabela 1.

TABELA 1: Vogais orais do PE.

Altura de Vogal	alta	i	ɨ	u
	média	e	ɐ	o
	baixa	ɛ	a	ɔ
		palatal	central	velar
		não recuada	recuada, não arredondada	recuada, arredondada
Ponto de Articulação de Vogal				

Essas vogais são caracterizadas em função da altura de vogal e do ponto de articulação de vogal. Quanto à altura, as vogais são altas ([i], [ɨ], [u]), médias ([e], [ɐ], [o]) ou baixas ([ɛ], [a], [ɔ]), dependendo do facto de o corpo da língua se encontrar elevado relativamente à sua posição neutra, nessa mesma posição ou abaixado em relação a ela. Nas classificações tradicionais, estas vogais são também referidas como vogais fechadas, semifechadas / semiabertas ou abertas, respetivamente.

Existem igualmente três pontos de articulação, sendo as vogais designadas tradicionalmente como palatais ([i], [e], [ɛ]), centrais ([ɨ], [ɐ], [a]) ou velares ([u], [o], [ɔ]). As vogais palatais não são recuadas (i.e. não apresentam um recuo da raiz da língua); as vogais centrais são recuadas e não arredondadas; as velares, por sua vez, são recuadas e arredondadas (i.e., são produzidas com a projeção e arredondamento dos lábios).

Para identificar o valor fonológico de cada um destes segmentos fonéticos, podemos observar algumas palavras do português, na Tabela 2.

TABELA 2: Exemplos de palavras do português com vogais orais.

[i]	silo	[ˈsi <u>lu</u>]	[ɨ]	m <u>e</u>	[mɨ]	pegar	[pɨˈgaɾ]	[u]	b <u>u</u> la	[ˈbu <u>ɫ</u> ɐ]
[e]	s <u>e</u> lo	[ˈs <u>e</u> lu]	[ɐ]	m <u>a</u>	[mɐ]	tel <u>h</u> a	[ˈtɐ <u>ɫ</u> ɐ]	[o]	b <u>o</u> la	[ˈbo <u>ɫ</u> ɐ]
				m <u>a</u> ma	[ˈmɐmɐ]	p <u>a</u> gar	[pɐˈgaɾ]			
[ɛ]	s <u>e</u> lo	[ˈs <u>e</u> lu]	[a]	m <u>á</u>	[ˈma]	tal <u>h</u> a	[ˈta <u>ɫ</u> ɐ]	[ɔ]	b <u>o</u> la	[ˈbo <u>ɫ</u> ɐ]
				m <u>a</u> la	[ˈma <u>ɫ</u> ɐ]				m <u>o</u> la	[ˈmo <u>ɫ</u> ɐ]

Comparando as palavras com vogal oral tónica, é possível identificar a existência de vários pares mínimos, pares de palavras cuja mudança de sig-

nificado se deve à alteração de um único segmento (e.g. *silo* / s[e]lo; s[e]lo / s[ɛ]lo; *bula* / b[o]la; b[o]la / b[ɔ]la; *mola* / mala). O facto de a ocorrência das vogais em contraste nos pares mínimos não poder ser predita através de nenhum processo fonológico leva a concluir que /i, e, ɛ, a, u, ɔ, / constituem vogais fonológicas no português.

Tal como proposto, por exemplo, em Mateus e Andrade (2000), as restantes vogais orais do PE não constituem segmentos fonológicos por poderem ser preditas a partir de diferentes processos fonológicos. Concretamente, o segmento [i] ocorre apenas em posição átona e a sua ocorrência é previsível em função do processo de elevação e centralização de vogais átonas. O segmento [ɐ], por sua vez, embora também surja em sílaba tónica e permita construir pares mínimos (e.g. *telha* [ɐ] / *talha* [a]), resulta da ativação de um de três processos fonológicos: elevação e centralização de vogais átonas (e.g. *ma*); elevação de /a/ antes de consoante nasal (e.g. *mama*); centralização de /e/ antes de segmento palatal, em contexto tónico (e.g. *telha*).

Apesar de os sons [i] e [ɐ] não corresponderem a segmentos fonológicos do PE, a sua distinção (tanto na produção como na discriminação oral) é importante para estabelecer o contraste entre diferentes palavras, como *pegar* / *pagar* e *telha* / *talha*.

Tendo em conta estes aspetos do funcionamento do sistema de vogais orais do PE, os aprendentes desta variedade deverão ser capazes de distinguir o ponto de articulação e a altura de vogal.

3. Ensino da componente fonético-fonológica

Na didática da língua não materna, são frequentes as propostas sobre o ensino da pronúncia ou da fonética. No entanto, o conceito de pronúncia adotado por diferentes investigadores pode ser mais ou menos restrito e incluir ou não a referência a aspetos segmentais (i.e. sons, traços e processos fonológicos) e suprasegmentais ou prosódicos (e.g. sílabas e entoação). Por exemplo, nas perspetivas mais tradicionais, ensinar a pronúncia corresponderia a fomentar o domínio da produção ao nível exclusivamente segmental (cf. revisão em Wei, 2006). Por outro lado, alguns autores consideram que também a qualidade da voz e os gestos e expressões podem ser incluídos no conceito de pronúncia (e.g. Gilakjani, 2012; Grant, 2014). Normalmente, em trabalhos com perspetivas não tradicionais, o conceito de pronúncia

usado engloba todos estes aspetos – fonética e fonologia, segmental e suprasegmental – mas apenas ao nível da produção oral (e.g. Wei, 2006; Gilakjani, 2012; Tremblay, 2014).

Por outro lado, uma expressão como ‘componente fonético-fonológica’ permite designar a parte da competência linguística necessária a um falante para utilizar e reconhecer não só os segmentos e propriedades físicas, concretas, existentes na língua (no âmbito da fonética), mas também a forma como as propriedades fonéticas são representadas no conhecimento linguístico abstrato e as regras do seu funcionamento com valor distintivo (no âmbito da fonologia). Apesar de se reconhecer a distinção entre fonética e fonologia, convém igualmente sublinhar a existência de uma forte interação entre as duas, registando-se, por exemplo no caso das produções em língua estrangeira, desvios que podem ser atribuídos a problemas fonéticos, a dificuldades fonológicas ou aos dois domínios. Por esse motivo, na linha de Alves (2015), adotamos a expressão ‘componente fonético-fonológica’, e com ela referimos todos os aspetos sonoros da língua que devem ser dominados por um falante, tanto ao nível da produção como da receção linguística, em termos fonéticos e fonológicos. Consideramos ainda que, em consonância com a síntese de Grant (2014), o ensino desta componente deve incluir, pelo menos, os vários aspetos segmentais e suprasegmentais da língua, centrando a atenção no que é mais ajustado em função do contexto de aprendizagem e das necessidades dos aprendentes.

O interesse em ensinar a componente fonético-fonológica em contexto de ensino de língua não materna é comprovado pelo facto de muitos estudos mostrarem a eficácia da instrução sobre a pronúncia. De facto, em grande número de investigações sobre os efeitos do ensino da pronúncia são identificadas associações entre diferentes tipos de instrução – como a instrução baseada na perceção, na produção, em recursos informáticos, em metodologias mais ou menos explícitas, etc. – e melhorias em diversos desempenhos no âmbito da componente fonético-fonológica – ao nível da perceção, da produção, em fala controlada ou espontânea, etc. (e.g. Saito, 2007; Aliaga-García *et al.*, 2009; Lacabex *et al.*, 2009; Hashemian e Fadaei, 2011; Rato, 2014).

No caso do ensino de línguas não maternas, a compreensão de como se deve promover a competência fonético-fonológica pode ser aprofundada com

base em estudos do âmbito da ALS (ocupada em compreender os processos envolvidos em tal aquisição e explicar os desempenhos dos aprendentes, partindo da análise de dados empíricos) e da DLE relacionada com o chamado ‘ensino da pronúncia’ (mais orientada para as implicações didáticas dos resultados da primeira área de investigação e para a aplicação desses conhecimentos). Aliás, Derwing e Munro (2005) sublinham precisamente a importância de que o ensino da pronúncia e a criação de materiais didáticos para o concretizar se baseiem nos resultados da investigação científica em ALS. De seguida, sistematizaremos algumas ideias que, de acordo com a literatura nestas duas áreas de investigação, devem ser tidas em conta quando se pretende (criar materiais didáticos para) ensinar a componente fonético-fonológica de uma língua não materna.

Em primeiro lugar, convém sublinhar que, ao contrário do que se procurava alcançar através do ensino tradicional da pronúncia, atualmente o **objetivo** desta instrução é atingir um bom nível de qualidade, mas não necessariamente aproximar-se da pronúncia nativa (e.g. Hişmanoğlu, 2006; Wei, 2006; Grant, 2014). Graças à proposta de Derwing e Munro (2005), começou a considerar-se a existência de três propriedades na pronúncia: inteligibilidade (o nível de clareza de uma produção oral, dependendo da quantidade de elementos compreendidos pelos interlocutores), compreensibilidade (a dificuldade sentida pelo ouvinte quando procura compreender a fala) e sotaque (o nível de marcação da fala como própria de falante não nativo). Na perspetiva atual do ensino da pronúncia, a finalidade encontra-se mais em melhorar a inteligibilidade e a compreensibilidade do que o sotaque (e.g. Grant, 2014).

De uma síntese das principais descobertas no âmbito da ALS em geral, feita por Ellis (2005), é possível extrair também ideias fundamentais para o ensino da componente fonético-fonológica. Nesta síntese, destaca-se a importância do **input** na língua-alvo e da **prática**, do uso dessas estruturas em **situações comunicativas**, com significado, de preferência de interação. Assim, a aquisição de uma língua exige uma grande quantidade de *input*, de preferência diversificado e rico. No entanto, para que o mesmo seja transformado em *intake*, é necessário também dirigir a atenção dos aprendentes para as formas linguísticas a adquirir (podendo “formas linguísticas” referir-se a diferentes realidades, tais como determinadas estruturas que revelam

certas regras gramaticais ou até itens linguísticos específicos). Finalmente, só há verdadeira aquisição quando o aprendente tem oportunidade de usar essas estruturas na sua própria produção, quando o *input/intake* passa a **output**, com muita frequência e preferencialmente em situações de interação comunicativa. Outros autores sublinham igualmente ideias relacionadas com estas como a necessidade de prática intensiva (e.g. Gilajkani, 2012) e o recurso a muito *input*, nomeadamente constituído, tanto quanto possível, por **materiais autênticos** (e.g. Hashemian e Fadaei, 2011; Derwing e Munro, 2014). Estes últimos materiais apresentam a vantagem de incluir produções orais com as propriedades que os aprendentes encontrarão em situações de interação com falantes nativos (em termos de velocidade da fala, ritmo, entoação, processos de supressão de segmentos em fala coloquial, variantes de segmentos fonéticos, etc.).

Também Alves (2015), com base numa proposta de Celce-Murcia *et al.* (2010) e focando especificamente a aquisição da componente fonético-fonológica, ressalta a necessidade de se fomentar uma abordagem integrada e comunicativa deste tipo de ensino, passando de situações de uso linguístico mais controladas para situações cada vez menos controladas e mais comunicativas. Este autor refere a proposta de Celce-Murcia *et al.* (2010) sobre a existência de várias etapas no ensino de um tópico fonético-fonológico: (i) descrição e análise do fenómeno; (ii) discriminação auditiva; (iii) prática de produção controlada e *feedback*; (iv) prática de produção guiada e *feedback*; (v) prática de produção comunicativa e *feedback*. Embora considere essa proposta um avanço relativamente ao habitual no ensino tradicional da pronúncia, Alves (2015) defende que o ensino da componente fonético-fonológica deve sublinhar ainda mais os objetivos comunicativos da unidade didática. Assim, deve haver uma integração progressiva do ensino da pronúncia em atividades comunicativas (e.g. Hashemian e Fadaei, 2011; Gilakjani, 2012; Alves, 2015). Inicialmente pode ser necessário usar tarefas controladas, descontextualizadas e pouco significativas, para ser possível focalizar mais intensamente a atenção na correção formal. Contudo, posteriormente é preciso praticar as aprendizagens fonético-fonológicas em tarefas de discurso cada vez mais espontâneo e associado a situações comunicativas (para que se focalize mais o conteúdo e a fluência).

Estas sínteses de Ellis (2005) e Alves (2015) mostram bem a importância do *input* e da **prática da percepção**, na instrução relativa à componente fonético-fonológica. Também outros trabalhos sublinham este facto, nomeadamente Aliaga-García et al. (2009), Altmann et al. (2011), Derwin e Munro (2014), Moyer (2014), bem como os modelos de aquisição da fonologia de L2 que, construídos a partir de algumas evidências empíricas, defendem que se mantém a capacidade de aprender novos sons ao longo da vida e que é a forma como são percecionados segmentos ou contrastes não existentes na língua materna que explica a criação ou não de novas categorias fonético-fonológicas para a L2.

A título de exemplo, podem ser brevemente apresentados dois desses modelos. O *Speech Learning Model* (Flege, 1995) parte de quatro postulados: a capacidade de aprendizagem dos sons da L1 mantém-se ao longo da vida, podendo ser recrutada para os sons da L2; os sons da fala são definidos em categorias fonéticas, representações na memória de longo prazo; as categorias fonéticas definidas para os sons da L1 podem sofrer alterações devido à introdução da L2; todas as categorias fonéticas partilham o mesmo espaço fonológico, levando os bilingues a procurar manter o contraste entre as categorias das duas línguas. Com base nesses postulados, são levantadas várias hipóteses, podendo destacar-se as seguintes: (i) é possível estabelecer uma nova categoria para um som da L2 se o aprendente conseguir discriminar, pelo menos, uma das diferenças fonéticas entre este e o som mais próximo da L1; (ii) quanto maior é a diferença fonética percecionada entre o som da L2 e o som mais próximo da L1, maior será a probabilidade de se detetarem diferenças fonéticas entre os sons; (iii) a formação de uma categoria nova pode ser bloqueada por se estabelecer uma equivalência entre o som de L2 e o som mais próximo de L1, levando ao uso de uma única categoria para a percepção e, por fim, para a produção dos sons de L1 e de L2 que são considerados equivalentes; (iv) a produção de um som depende das propriedades representadas na sua categoria fonética. Outro modelo, o *Perceptual Assimilation Model – L2* (Best & Tyler, 2007), também defende: a manutenção, ao longo da vida, da capacidade de se aprenderem sons e contrastes da L2 que não existem na L1; a possibilidade de evolução dos sons da L1 devido à influência da L2; a dependência dessa aprendizagem do modo como os sons são percecionados pelo aprendente. No entanto,

esta proposta diverge da de Frege (1995) sobretudo por considerar (i) que a informação percecionada é constituída não por propriedades acústico-fonéticas mas por gestos articulatórios, que originam “higher-order articulatory invariants” (p. 25) (e não as representações mentais designadas por categorias fonéticas em Frege, 1995) e (ii) que tanto o nível fonético como o fonológico interagem na aprendizagem da fala em L2. Além disso, estes autores procuram explicar o nível de sucesso na aprendizagem de contrastes de L2 inexistentes em L1 de forma bastante detalhada. Por exemplo, quando duas categorias fonológicas da L2 são percecionadas como equivalentes a uma única categoria da L1 mas uma delas é considerada um exemplar mais correto, então é provável que haja uma boa discriminação das duas categorias, se forme uma nova categoria para o som de L2 que é considerado um exemplar menos correto, e ocorra uma assimilação (em vez de formação de nova categoria fonológica) entre o som de L2 considerado um exemplar mais correto e o som de L1 que é semelhante.

As duas propostas apresentadas, do âmbito da ALS, sublinham, pois, a importância da perceção, influenciada pela componente fonético-fonológica da L1, para a formação de novas categorias fonéticas ou fonológicas, que serão responsáveis não só pela perceção, como também pela produção dos sons e contrastes da L2. Considerando estas informações sob uma perspectiva didática, será, pois, fundamental trabalhar a discriminação dos sons e contrastes da L2 para garantir que os aprendentes estabelecem as categorias necessárias para a perceção e produção dos segmentos-alvo, da L2.

A proposta de Grant (2014) sublinha igualmente vários aspetos a trabalhar no âmbito do ensino da componente fonético-fonológica. De acordo com esta autora, o ensino e a aprendizagem da pronúncia devem contemplar quatro níveis: o perceptivo, o motor ou físico, o cognitivo e o psicossocial. O trabalho no nível **perceptivo** deve incluir tarefas perceptivas focalizadas em segmentos e contrastes que não existem na L1. Para trabalhar o nível **motor ou físico**, é preciso fornecer descrições da articulação de padrões sonoros não existentes na L1, bem como garantir prática intensiva da mesma. O nível **cognitivo** refere-se ao facto de, mais do que aprender a distinguir ou a produzir determinados sons, a aquisição de uma fonologia de L2 implicar a reorganização do sistema fonológico, com a consequente criação de novas categorias perceptivas que constituirão a base para a articulação de sons ine-

xistentes em L1 (tal como é defendido nos modelos percetivo-linguísticos de aquisição segmental acima apresentados).

O trabalho concreto no âmbito destes três primeiros níveis propostos por Grant (2014) pode ser relacionado com uma outra questão essencial na definição das estratégias a usar no ensino fonético-fonológico: a opção por um ensino da pronúncia mais ou menos explícito. De facto, de acordo com o **grau de explicitação**, existem três tipos principais de abordagem no ensino fonético-fonológico: a abordagem analítica-linguística (explícita), a intuitiva-imitativa (implícita) e a integrativa (combinação de ensino explícito e implícito) (e.g. Hashemian e Fadaei, 2011). A abordagem explícita inclui, por exemplo, as seguintes estratégias: transcrição fonética dos sons e contrastes segmentais a aprender; apresentação de esquemas e imagens que ilustram as propriedades segmentais e suprasegmentais; explicação detalhada da articulação de determinados sons associada à modelação da mesma; gravação e análise das produções orais dos aprendentes, que podem, eventualmente, ser analisadas através de espectrogramas. Esta abordagem pode ser associada a estratégias defendidas por alguns autores, como a promoção do conhecimento metafonológico (e.g. Wrembel, 2011) e o uso de estratégias de aprendizagem da pronúncia (e.g. Rokoszewska, 2014). A abordagem implícita, que, por sua vez, pretende levar à interiorização da pronúncia estrangeira de modo intuitivo, implícito, com base na imitação, pode recorrer às seguintes estratégias: imitação e a repetição do alvo; uso de diálogos curtos com as propriedades fonético-fonológicas a adquirir; emprego de pares mínimos. Contudo, de acordo com vários autores e estudos empíricos (e.g. Hashemian e Fadaei, 2011; Alves, 2015), deve preferir-se a abordagem integrativa, que combina as potencialidades da explícita (desenvolver um conhecimento mais profundo, analítico, consciente, metalinguístico, da pronúncia da língua, dotando os aprendentes de uma melhor compreensão do sistema-alvo e de meios para monitorizar as suas próprias produções, tornando-os mais autónomos na sua aprendizagem e no seu desempenho) e da implícita (aproveitar o valor pedagógico da repetição, para automatizar hábitos linguísticos, e da aprendizagem intuitiva, cognitivamente menos exigente).

Entre as estratégias de abordagem explícita da componente fonético-fonológica, pode-se incluir ainda a **sistematização das regras ortográficas**.

De acordo com os resultados obtidos em vários estudos, pelo menos no âmbito da língua materna, o conhecimento da ortografia pode facilitar o desenvolvimento do conhecimento metafonológico dos sujeitos, ainda que este revele por vezes alguma interferência negativa do próprio sistema ortográfico (e.g. Liberman et al., 1974; Morais et al., 1979; Castelo, 2012). Assim sendo, será expectável que informações ortográficas corretamente relacionadas com o funcionamento fonológico possam contribuir para uma interiorização mais completa e rápida da propriedade fonético-fonológica em causa.

Quanto ao **vocabulário** usado tanto nas abordagens explícitas como implícitas, é importante ter em conta que o inventário lexical também pode influenciar a aprendizagem da componente fonético-fonológica na L2. De uma forma geral, como se referiu, é de se privilegiar o uso de documentos autênticos, que apresentam o vocabulário em contexto real e um número de ocorrências proporcional ao nível de frequência lexical desses itens na língua. No entanto, para promover um mais rápido domínio da componente fonético-fonológica, pode ser relevante usar, por exemplo, palavras com uma frequência lexical menor pelo facto de constituírem pares mínimos com outros itens lexicais (e.g. *bula* e *bôla*, palavras menos frequentes, são muito úteis pelo facto de contrastarem com *bola*, item com maior frequência lexical). Assim, espera-se que provocar este contacto com distinções necessárias leve os alunos a mais rapidamente consciencializarem a relevância de dominar esses contrastes e a desenvolverem as categorias fonológicas para o fazer. Tal parece ser o que acontece, por exemplo, no âmbito do desenvolvimento da língua materna – a existência de redes de vizinhança cada vez mais densas (i.e. muitas palavras com diferenças mínimas ao nível da representação da forma) leva à necessidade de estabelecer os contrastes segmentais em causa e de desenvolver representações lexicais mais detalhadas que provocam alterações no reconhecimento de palavras orais (cf. *Hipótese da Reestruturação Lexical* – e.g. Metsala, 1999).

Retomando a proposta de Grant (2014), o nível **psicossocial** é também importante no ensino fonético-fonológico. Segundo a autora, este nível diz respeito essencialmente a questões de motivação e atitudes perante a cultura-alvo. De facto, no ensino não tradicional da pronúncia, não se

atribui ao aprendente um papel meramente passivo, mas, pelo contrário, reconhece-se a importância da sua **motivação**, da sua **autonomia** e dos **fatores afetivos** (e.g. Wei, 2006; Kruk e Pawlak, 2014). Por esse motivo, deve optar-se por estratégias que aumentem a motivação e a autonomia do aprendente e considerem os fatores afetivos, tais como técnicas de relaxamento e desinibição (e.g. exercícios de respiração, relaxamento autógeno, dramatizações) para diminuir a resistência a mudanças na forma de falar e a ansiedade devida à produção oral numa língua estrangeira (e.g. Hişmanoğlu, 2006).

Em termos de ensino da componente fonético-fonológica, são ainda de destacar duas recomendações da literatura. Por um lado, a ideia de que a interiorização de hábitos de fala pode ser fomentada pela utilização simultânea de várias **modalidades** (auditiva, visual, cinestésica, tátil) (e.g. Hişmanoğlu, 2006), já que as informações das várias modalidades acabarão por se reforçar mutuamente e, assim, originar uma aprendizagem mais rápida e uma memorização mais eficiente. Por outro lado, é também aconselhável usar a estratégia de mobilizar os **conhecimentos anteriores** (e.g. Barbosa, 2015). Para a aprendizagem da componente fonético-fonológica da L2, pode ser importante recrutar as capacidades adquiridas quer no domínio da língua materna, quer no de outras línguas, fomentando a comparação de outras línguas com a língua-alvo.

Finalmente, tendo havido atividades de promoção da percepção e da produção, é também conveniente recorrer à **avaliação** para que o aprendente e o professor possam verificar os progressos realizados e identificar as áreas problemáticas em que o aprendente tem ainda de concentrar a sua atenção (e.g. Saz et al., 2010; Derwing e Munro, 2014). Esta avaliação poderá ser feita de muitas formas – nomeadamente através de aplicações informáticas, gravações que o próprio aprendente, o professor e/ou os colegas analisam, verificação de que a comunicação foi conseguida em situações de uso de pares mínimos, etc. – e deve levar ao fornecimento ao aprendente de *feedback* corretivo explícito.

Considerando as informações sistematizadas, é possível propor uma síntese orientadora da construção de materiais didáticos para o ensino da componente fonético-fonológica, na Figura 1.

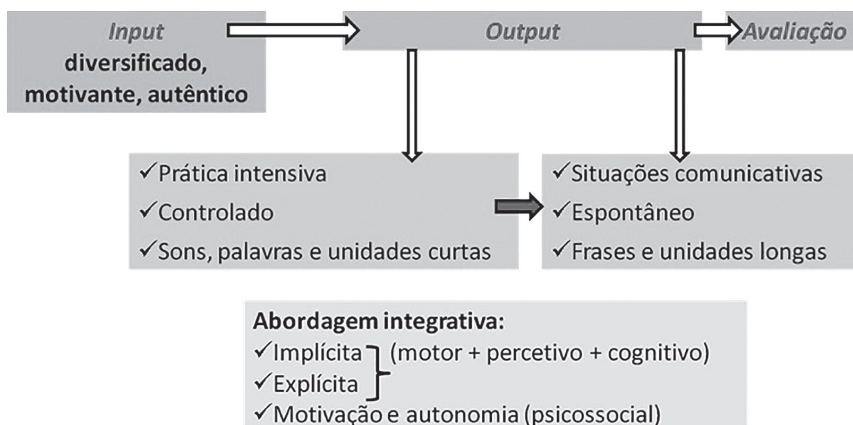


FIGURA 1: Síntese orientadora da construção de materiais didáticos para o ensino da componente fonético-fonológica.

A síntese proposta pretende mostrar que uma sequência didática completa para ensino da componente fonético-fonológica deve incluir, pelo menos, determinados elementos, identificados sob a forma de palavras-chave. De seguida, apresentam-se esses elementos e, sempre que constituam propostas de outros autores, faz-se a referência a um dos trabalhos que os preconiza.

Em primeiro lugar, deve haver *input* tão diversificado, motivante e autêntico quanto possível. A quantidade de *input* é fundamental para a aquisição de uma língua não materna: os aprendentes devem ter muito contacto com a língua e as estruturas a adquirir (cf. revisão dos principais contributos da literatura em ALS em Ellis, 2005). Além disso, o mesmo deverá ser: diversificado, para garantir o acesso a diferentes tipos de texto, de situações comunicativas e de modos de expressão; motivante, abordando os interesses e as necessidades dos alunos (e.g. Celce-Murcia et al., 2010) ou cativando a sua atenção devido a alguma propriedade; autêntico, tendo sido elaborado para uma situação expressiva real e não construído em função de fins pedagógicos (e.g. Derwin e Munro, 2014). Como a prática da discriminação auditiva constitui igualmente uma parte fundamental do ensino da componente fonético-fonológica (e.g. Celce-Murcia et al., 2010; Grant, 2014), este *input* deve ainda ser usado como meio para a concretização dessa prática.

Após um contacto intenso com *input*, os aprendentes devem ter a oportunidade de produzir o seu próprio *output*: primeiro em situações de fala

controlada, mais focalizada em determinados sons, palavras ou unidades curtas, procurando garantir que há efetivamente prática intensiva, para alcançar a correção fonético-fonológica; depois, em situações de fala progressivamente mais espontânea, associadas a contextos comunicativos e, portanto, a frases e unidades mais longas, em que o foco é mais a fluência (procurando manter-se também a correção). De facto, a produção de *output*, principalmente em situações de interação comunicativa, mostra-se um elemento fundamental para a aquisição de uma língua não materna (cf. revisão de Ellis, 2005). No entanto, pode verificar-se, consoante as tarefas e os objetivos da produção oral, uma certa necessidade de focalizar mais a correção ou mais a fluência, apesar de ambas serem importantes. Além disso, é fundamental haver prática intensiva para conseguir o domínio de determinada propriedade fonético-fonológica, implicando uma certa focalização na correção, mas a focalização na correção em situações de fala controlada não garante, por si só, a correção em situações de fala espontânea. Por estes motivos, Celce-Murcia *et al.* (2010) propõem a inclusão de três etapas específicas no ensino da pronúncia: prática controlada; prática guiada; prática comunicativa (*vide supra*). A fim de sintetizar todos estes aspetos preconizados na literatura, na síntese proposta inclui-se a distinção de (apenas) dois extremos no tipo de *output*, registando-se uma gradação entre eles: num extremo, um tipo de *output* mais voltado para a prática intensiva e a correção, associado a situações de fala controladas e unidades mais curtas (e.g. repetição de palavras com determinado som-alvo a aprender); no outro extremo, um tipo de *output* mais direcionado para a fluência, em situações comunicativas e de fala espontânea, com unidades mais vastas (e.g. diálogo para fornecer indicações sobre como chegar a determinado local). Entre os dois extremos, podem verificar-se tipos de *output* com níveis variados de focalização na correção ou fluência, de controlo da fala, de extensão das unidades fonético-fonológicas (e.g. produção oral, sem preparação prévia, de duas frases curtas para descrever uma imagem, usando duas palavras com a propriedade fonético-fonológica previamente praticada de forma intensiva e procurando garantir a correção na produção oral dessa propriedade).

Ao longo deste ensino e, sobretudo, no final de uma sequência didática, deverá haver uma avaliação para verificar os progressos realizados e ajustar os objetivos fonético-fonológicos do aprendente. É necessário que o aprendente receba *feedback* sobre o seu desempenho, para perceber exatamente o que

deve melhorar (e.g. Derwin e Munro, 2014) e para que o professor conheça os progressos alcançados e possa traçar objetivos realistas e relevantes para as aprendizagens fonético-fonológicas futuras (e.g. Derwin e Munro, 2005).

Todo este ensino deve ser realizado seguindo, principalmente, uma abordagem integrativa, que compagina as estratégias implícitas e as explícitas para trabalhar os níveis perceptivo, motor e cognitivo, bem como fomenta a motivação e a autonomia no âmbito do nível psicossocial. O ensino da pronúncia deve abarcar quatro níveis essenciais: o perceptivo (respeitante à discriminação auditiva), o motor (relativo aos aspetos articulatórios), o cognitivo (associado à construção de representações mentais para as propriedades fonético-fonológicas da L2) e o psicossocial (ligado, sobretudo, às motivações pessoais, sociais e profissionais do aprendente) (Grant, 2014; *vide supra*). No âmbito do nível cognitivo, além das representações mentais que permitem um melhor domínio perceptivo e motor (propostas por Grant, 2014), podem ser incluídos os conhecimentos explícitos, declarativos que facilitam o desenvolvimento de todos os outros domínios. Para concretizar o ensino dos níveis perceptivo, motor e cognitivo, podem ser usadas estratégias implícitas (de abordagem intuitiva-imitativa; e.g. Hashemian e Fadaei, 2011; *vide supra*), tais como a discriminação e a repetição de sons, palavras e frases ouvidas ou a produção de diálogos curtos e com as propriedades fonético-fonológicas relevantes, ou estratégias explícitas (de abordagem analítica-linguística; Hashemian e Fadaei, 2011; *vide supra*), tais como o recurso à transcrição fonética e a explicações detalhadas do funcionamento de determinada propriedade. No entanto, a abordagem mais frutífera será a integrativa, na medida em que combina os benefícios das restantes (e.g. Hashemian e Fadaei, 2011; *vide supra*). Quanto ao nível psicossocial, também se poderá associar à questão da motivação (explicitada por Grant, 2014) outros aspetos como a autonomia e os fatores afetivos. Assim, será importante o ensino da componente fonético-fonológica procurar alcançar, pelo menos, os seguintes objetivos: motivar o aprendente para a sua aprendizagem, que deve assumir como uma tarefa própria (e.g. Wei, 2006); promover no aprendente a autonomia para procurar melhorar a sua pronúncia (e.g. Kruk e Pawlak, 2014). Por exemplo, a descoberta da importância de determinada propriedade fonético-fonológica através da audição e repetição de pares mínimos e da explicitação do fenómeno em causa constituirá um

bom modo de motivar os aprendentes para aprendizagem da propriedade e de concretizar uma abordagem integrativa: usam-se estratégias implícitas (audição e repetição) e explícitas (identificação do funcionamento da propriedade fonético-fonológica), para trabalhar os níveis perceptivo (discriminação), motor (articulação) e cognitivo (representações mentais subjacentes ao desempenho e conhecimento), e fomenta-se a motivação, no âmbito do nível psicossocial.

Em traços gerais, a síntese agora proposta é constituída por uma combinação de palavras-chave (e princípios a elas associados, defendidos na literatura por diferentes autores) e por algumas (poucas) interpretações acrescentadas. As palavras-chave são relativas (i) às etapas mais gerais do ensino da componente fonético-fonológica (i.e. *input*, *output* com fase controlada e espontânea, avaliação), (ii) às estratégias a usar (i.e. numa abordagem integrativa, implícitas e explícitas e voltadas para a motivação e a autonomia) e (iii) aos níveis que não podem ser negligenciados no ensino da componente fonético-fonológica (i.e. perceptivo, motor, cognitivo e psicossocial). Assim sendo, esta síntese seleciona, articula e esquematiza propostas, princípios e ideias de muitos autores, acrescentando pontualmente novas leituras. São precisamente a articulação e a esquematização, sob a forma de palavras-chave, de propostas, princípios e ideias que estavam dispersos aliadas à adição de algumas interpretações que constituem a base da sua originalidade e do seu interesse como instrumento para facilitar o trabalho dos professores de PLE.

4. Altura de vogal numa sequência didática

Como se referiu na secção 1, vários grupos de aprendentes de PLE têm dificuldades particulares na aquisição da altura de vogal durante o seu processo de aprendizagem do PE. Por esse motivo, vamos exemplificar o uso da síntese proposta na Figura 1 com a construção de uma sequência didática com o objetivo de rever e praticar a discriminação e a produção das diferenças de altura nas vogais arredondadas ([u, o, ɔ]), com aprendentes no nível A2 (do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*) de aprendizagem do PE. Cada uma das dez figuras que se seguem apresenta um excerto da sequência didática; as opções tomadas na construção desse excerto são justificadas abaixo do mesmo.

FIGURA 2 – Sequência didática (1º excerto) ⁷.

1. “Jogar futebol” ou “jogar à bola” é muito comum em Portugal.

1.1. Vocês gostam de futebol? Porquê?

1.2. O que veem na imagem? Achem que é uma imagem comum em Portugal?



2. Agora vamos conhecer um poema de Matilde Rosa Araújo sobre futebol. Chama-se “Golo”.

2.1. Leiam, silenciosamente, o poema.

Os meninos
Que jogam à bola na minha rua
Jogam com o Sol
E os pés dos meninos
São pés de alegria e de vento
A baliza uma nuvem tonta
À toa
Na luz do dia
E eu olho os meninos e a bola
Que voa
E ouço os meninos gritar: Go...o...lo!...
E não há perder nem ganhar
Só perde quem os olhos dos meninos
Não puder olhar

Matilde Rosa Araújo, *Mistérios*. Lisboa, Livros Horizonte, 1988

2.2. Ouçam a leitura do professor e o vocabulário novo.

2.3. Respondam às perguntas orais do professor.

- Onde estão os meninos e o sujeito?
- O que estão os meninos a fazer? E o sujeito?
- Porque é que os meninos têm *pés de alegria e de vento*?
- Porque é que *não há perder nem ganhar*?

Antes da primeira tarefa diretamente relacionada com as etapas do ensino da pronúncia, apresenta-se uma atividade inicial (cf. exercício 1), que visa motivar os alunos para a leitura de um poema, recordar e/ou introduzir vocabulário

⁷ As imagens foram retiradas de www.pixabay.com, sendo, portanto, de utilização livre de direitos de autor.

sobre o tema, fornecer um primeiro contacto com *input* relevante para o aspeto da pronúncia a ensinar (cf. necessidade de recorrer a palavras como *futebol* e *bola*, que incluem alguns exemplos das vogais a trabalhar na sequência didática).

De seguida, tal como defendido na síntese da Figura 1, a sequência didática apresenta *input* rico nos segmentos-alvo (cf. exercício 2). A escolha de um poema deve-se ao facto de este constituir um *input* autêntico (não foi construído especificamente com fins didáticos) e motivante (pelo facto de pertencer ao modo lírico e jogar precisamente com as sonoridades dos segmentos-alvo). Depois de ouvirem uma leitura em voz alta, próxima da declamação, por parte do professor e os esclarecimentos sobre vocabulário novo, são colocadas questões orais que poderão fomentar uma maior compreensão do poema e uma maior adesão pessoal ao mesmo.

FIGURA 3: Sequência didática (2º excerto).

3. Vamos observar a pronúncia de algumas vogais.

3.1. Ouçam a pronúncia das vogais sublinhadas nas palavras gravadas.

a) jogam	d) vento	g) ouço
b) bola	e) toa	h) golo
c) Sol	f) voa	i) puder

3.2. Completem as tabelas com as palavras gravadas.

Som de <u>tu</u>	Som de <u>bo</u> ca	Som de <u>no</u> ve
golo		jogam

De seguida, continua-se a fornecer aos aprendentes *input* que é agora mais dirigido, por ser constituído apenas por palavras com os segmentos-alvo. Com a utilização de palavras gravadas (preferencialmente por um ou vários locutores que usem a variedade culta da zona de Lisboa-Coimbra⁸, e que não sejam o professor, para haver *input* mais diversificado) pretende-se fomentar a autonomia dos aprendentes, que poderão ouvir novamente as gravações em casa. Além de se fornecer *input*, está-se também a promover o domínio percetivo, na medida em que se pede aos aprendentes que completem uma tabela (cf. exercício 3.2) tendo em conta os sons das palavras gravadas. Este

⁸ Recorda-se que esta variedade tem sido considerada o padrão do PE (cf. Cunha e Cintra, 1984) e que, numa fase inicial e de ensino da componente fonético-fonológica, será conveniente não introduzir demasiada variação dialetal.

exercício deve ser corrigido de imediato após a sua realização, para que se possa prosseguir com mais conhecimentos para as tarefas seguintes.

FIGURA 4: Sequência didática (3º excerto).

3.3. Ouçam a leitura do professor e observem as vogais destacadas.

b <u>o</u> la	b <u>ô</u> la	b <u>u</u> la
g <u>o</u> la	g <u>o</u> lo	g <u>u</u> la

O *input* é agora ainda mais dirigido, com as vogais relevantes sublinhadas e ordenadas de acordo com o grau de altura. A continuação de fornecimento de *input* muito dirigido e orientado para o som, numa tarefa muito controlada e específica (apenas prestar atenção aos segmentos relevantes), visa contribuir para a construção de uma representação mental dos sons em causa (trabalhando-se, pois, o nível cognitivo da pronúncia), já que a perceção é a base para a construção dessas representações e a posterior produção adequada.

FIGURA 5: Sequência didática (4º excerto).

3.4. Ouçam o professor e repitam a articulação isolada das vogais [ɔ], [o] e [u].
3.5. Qual é a diferença na articulação das três vogais?
3.6. É importante fazer bem essa diferença na articulação? Porquê?
3.7. Agora vamos observar qual é a ortografia mais frequente dessas vogais. Ouçam as palavras e sublinhem as letras que representam cada uma das vogais.

Som de <u>tu</u> [u]	Som de <u>boca</u> [o]	Som de <u>nove</u> [ɔ]
futebol luvas jogar último	golo avô louro alourado	futebol avó

3.8. Preencha o quadro com a ortografia das vogais.

	ortografias e exemplos		
	Som de <u>tu</u> [u]	Som de <u>boca</u> [o]	Som de <u>nove</u> [ɔ]
sílaba tónica	___ (ex. <i>luvas</i>) ___ (ex. <i>último</i>)	___ (ex. _____) ___ (ex. _____) ___ (ex. <i>louro</i>)	___ (ex. _____) ___ (ex. <i>avó</i>)
sílaba átona	___ (ex. <i>futebol</i>) ___ (ex. <i>jogar</i>)	___ (ex. _____)	pouco frequente, casos de exceção

Nesta fase, continua-se a focalizar os segmentos-alvo, procurando usar estratégias mais explícitas. Com a questão 3.4 (de modelação da articulação dos sons), pretende-se praticar a produção dos segmentos-alvo em fala controlada e em situação não comunicativa, ao mesmo tempo que se leva os aprendentes a compreenderem como é a articulação. A pergunta 3.5 visa levar os aprendentes a descobrirem e explicitarem a diferença de altura entre as vogais e, assim, a desenvolverem um conhecimento metafonológico e mais profundo sobre este fenómeno fonético-fonológico. A questão 3.6 deve levar os aprendentes a aperceberem-se da relevância desta distinção e, desse modo, assumirem como objetivo próprio, e não imposto externamente, a aquisição desse contraste segmental. Assim sendo, esta questão contribui também para fomentar a motivação dos aprendentes. Finalmente, as questões 3.7 e 3.8 visam levar os alunos a descobrirem e sistematizarem as regularidades ortográficas. Esta explicitação no âmbito da ortografia ajudá-los-á a aprofundarem o conhecimento sobre as vogais e a, por conseguinte, desenvolverem, mais facilmente, uma representação cognitiva das mesmas.

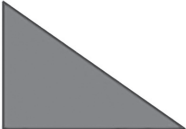
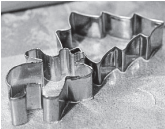
FIGURA 6: Sequência didática (5º excerto).

4. Vamos praticar a pronúncia e a audição das vogais. 4.1. Assinalem a vogal ouvida na gravação. a) ☐ [ɔ] ☐ [o] ☐ [u] b) ☐ [ɔ] ☐ [o] ☐ [u] c) ☐ [ɔ] ☐ [o] ☐ [u] 4.2. A pares, treinem a produção das vogais. Cada aluno diz uma vogal e o colega assinala a vogal ouvida.

O exercício 4.1 também deve ser realizado a partir de uma gravação (novamente, realizada de preferência por um locutor que use a variedade culta da zona de Lisboa-Coimbra e que não seja o professor, para se facultar *input* mais diversificado) para permitir uma maior autonomia por parte do aprendente. Este exercício apresenta a finalidade de praticar a perceção do contraste segmental, enquanto o seguinte (exercício 4.2) visa levar a uma maior prática da discriminação e também da produção (enquanto um aluno trabalha a perceção, o outro pratica a produção). Trata-se, novamente, de tarefas focalizadas na correção de unidades reduzidas, como são os sons, e em situação de fala / audição controlada e não espontânea. Mais uma

vez, opta-se pela correção imediata nas tarefas (de perceção e produção), para que o *feedback* esteja mais próximo da situação de aprendizagem e se progrida de forma mais segura.

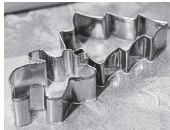
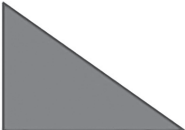
FIGURA 7: Sequência didática (6º excerto).

4.3. Ouçam as palavras e repitam.	
[ɔ] Nove 	[o] Boca 
Bola 	Bôla 
Forma 	Forma 
Rocha 	(Cor) roxa 
Eu jogo 	O jogo 

A questão 4.3 visa continuar a prática intensiva da percepção e produção dos segmentos-alvo, trabalhando-se, portanto, os níveis perceptivo e motor, numa situação controlada. A associação do som [o] à imagem do *nove* e a de [o] à imagem da *boca* servem para fomentar a memorização, pelo recurso em simultâneo a diferentes modalidades (mais especificamente, auditiva e visual). O vocabulário novo introduzido será útil para continuar a prática de percepção com pares mínimos, no exercício seguinte.

FIGURA 8: Sequência didática (7º excerto).

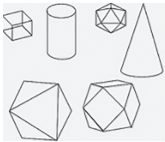
4.4. Considerando as palavras aprendidas no exercício anterior, assinalem a palavra ouvida.

	I.	II.
a)	☐ 	☐ 
b)	☐ 	☐ 
c)	☐ (cor) roxa 	☐ rocha 
d)	☐ (o) jogo 	☐ (eu) jogo 

A questão 4.4 pretende dar mais uma oportunidade de praticar a discriminação ao nível dos contrastes mais difíceis, entre pares mínimos que se distinguem pela ocorrência de [ɔ] ou [o].

FIGURA 9: Sequência didática (8º excerto).

5. Jogo: que par identifica mais imagens em 30 segundos?
O aluno A descreve uma imagem com uma ou mais frases e o aluno B diz o número da mesma. Não se pode seguir a ordem das imagens.

1 	2 	3 	4 
5 	6 	7 	8 
9 	10 	11 	12 

Com este jogo, pretende-se dar mais uma oportunidade de praticar a produção (por parte de quem descreve a imagem) e a discriminação (por parte de quem a identifica), recorrendo-se a um *output* já menos controlado e com as frases como unidades de prática (note-se que, para ganhar um ponto pela identificação de uma imagem, o aluno A terá de produzir uma ou mais frases). As imagens escolhidas representam realidades cuja designação inclui os segmentos-alvo (e.g. *bola roxa*, *olhos castanhos*, *olho*, *forma na cozinha*, *sol amarelo* e *nuvens...*). Tendo muitas destas palavras sido aprendidas no decurso da sequência didática, a sua inclusão no jogo também permite a sua revisão.

FIGURA 10: Sequência didática (9º excerto).

6. A pares, vamos descobrir informações sobre a atividade desportiva de vários jovens (desporto, equipamento / material, local, pessoas, horário). O aluno A tem informações que o aluno B não tem e vice-versa. Cada aluno pergunta as informações ao colega, para completar o seu cartão.

Cartão do aluno A

Francisco _____ Bola roxa _____ Amigos Todos os dias	Inês Voleibol _____ Amigas Domingo	António _____ Camisola roxa Campo do clube _____ Sábado às 12h	Joana e Rita Jogo da macaca _____ Turma do 9.º ano Todos os dias
			

Cartão do aluno B

Francisco Futebol _____ Rua Amigos _____	Inês _____ Bola amarela Praia da Rocha Amigas _____	António Basquetebol _____ Campo do clube Equipa do clube _____	Joana e Rita _____ Roupa normal Escola _____ Todos os dias
			

7. A pares, por meio de um diálogo gravado no vosso telemóvel, elaborem o programa de um fim de semana desportivo para os dois.
7.1. Primeiro, devem conhecer as preferências desportivas de cada um.
7.2. No final, decidem o que querem e preenchem o programa do fim de semana.

7.3. Por email, o professor recolhe as gravações para avaliar o desempenho dos alunos nas vogais relevantes.

PROGRAMA DO FIM DE SEMANA DESPORTIVO			
Horário	Jogo	Local	Equipamento / material

Após as tarefas auditivas e motoras (nos exercícios 4 e 5), os aprendentes têm mais duas oportunidades para praticar a discriminação e a produção, agora em contexto de fala espontânea e comunicativa. No exercício 6, os alunos devem realizar uma tarefa que ainda é bastante guiada e estruturada, já que têm de completar um cartão com informação acessível apenas através de um diálogo que inclua determinadas palavras previamente selecionadas pelo professor. No exercício 7, por sua vez, solicita-se a resolução de um problema, com base em diálogos espontâneos e comunicativos, não sendo o vocabulário definido pelo professor. Apesar de não apontar diretamente para determinados itens lexicais, espera-se que os aprendentes usem vocabulário ligado ao desporto, sobretudo o léxico que estará mais ativo, por ter sido abordado nas últimas atividades, e que inclui os sons-alvo da sequência didática. Esta atividade é usada como etapa de avaliação dos resultados obtidos na sequência didática, já que as gravações dos diálogos são recolhidas pelo professor, para que este observe a pronúncia das vogais-alvo por parte de cada aluno.

FIGURA 11: Sequência didática (10º excerto).

8. Vamos treinar a declamação do poema, como trabalho de casa.

8.1. Em casa, cada aluno treina a leitura e compara as suas leituras com as das palavras gravadas.

8.2. Na próxima aula, vai haver um concurso de declamação de poesia.

Para terminar a sequência didática fomentando a prática intensiva e a autonomia, é proposto um trabalho de casa. Neste caso, trata-se de uma situação de *output* ainda controlado (a leitura é treinada em casa), mas com unidades longas como as frases e o próprio texto e com atenção à transmissão do significado do poema (o que dificulta um pouco a focalização e o controlo de cada unidade isolada). Com estas tarefas promove-se a autonomia, uma vez que o aprendente tem de treinar a declamação em casa e, para isso, tem a ajuda das palavras gravadas. Simultaneamente, o concurso de declamação também contribui para a etapa de avaliação dos resultados da aprendizagem realizada. Para que esta avaliação seja mais produtiva, o professor pode eventualmente pedir aos colegas que escrevam anonimamente um aspeto em que cada aluno deve melhorar a sua prestação fonético-fonológica, ou pode fornecer, ele próprio, um *feedback* corretivo explícito a cada aluno, no final do concurso de declamação.

5. Considerações finais

Este trabalho, realizado no âmbito da Linguística Educacional, apresenta uma descrição sumária do sistema de vogais orais do PE, sistematiza informação existente na literatura para propor uma síntese orientadora da construção de materiais didáticos para o ensino da componente fonético-fonológica numa língua não materna e exemplifica a utilização dessa síntese através de uma sequência didática para praticar a perceção e a produção da altura das vogais arredondadas no PE. Desta forma, procura-se responder às necessidades dos professores de Português Língua Estrangeira, aplicando conhecimentos alcançados no domínio da Fonologia, da Aquisição de Língua Segunda e da Didática de Língua Estrangeira na tentativa de resolução de um problema educacional.

Embora tenha sido realizada a partir de trabalhos frequentemente baseados em dados empíricos, esta síntese poderá ser validada e melhorada no futuro. Por exemplo, a síntese agora proposta, com base em sistematização da literatura e reflexão pessoal, poderá ser validada através (i) da verificação da adequação a diferentes contextos pedagógicos de materiais cuja construção tenha sido orientada pelos princípios da síntese ou (ii) da análise da síntese por parte de professores experientes na construção de materiais didáticos e no ensino de PLE. Outra tarefa a realizar em termos de investigação futura

consiste na testagem da sequência didática apresentada neste trabalho, através da sua aplicação em situações pedagógicas concretas. Os dados obtidos nessa testagem permitirão não só melhorar a sequência didática em causa, como também, eventualmente, aperfeiçoar a síntese orientadora da construção de materiais didáticos para o ensino da componente fonético-fonológica numa língua não materna.

REFERÊNCIAS

- Aliaga-García, C., & Mora, J.C. (2009). Assessing the effects of phonetic training on L2 sound perception and production. In: M.A. Watkins, A. S. Rauber & B. O. Baptista (Eds.), *Recent Research in Second Language Phonetics/Phonology: Perception and Production* (pp. 2-31). Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Altmann, H., & Kabak, B. (2011). "Second language phonology." In: B. Botma, N. Kula & K. Nasukawa (Eds.), *The Continuum Companion to Phonology* (pp. 298-319). London: Continuum.
- Alves, U. K. (2015). Ensino de pronúncia na sala de aula de língua estrangeira: questões de discussão a partir de uma concepção de língua como sistema adaptativo e complexo. *Revista Versalete*, 3 (5), 392-413.
- André, C.A. (2016). O Português na China: passado, presente e futuro. In: *Uma Língua para ver o mundo. Olhando o Português a partir de Macau* (pp. 189-215). Macau: Instituto Politécnico de Macau.
- Antunes, S., Mendes, A., Gonçalves, A., Janssen, M., Alexandre, N., Avelar, A., Castelo, A., Duarte, I., Freitas, M.J., Pascoal, J., & Pinto, J. (2016). Apresentação do *Corpus de Português Língua Estrangeira/Língua Segunda – COPLE2*. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 1, 37-56.
- Barbosa, A. V. (2015). O papel da consciência (meta)linguística no ensino da língua portuguesa a alunos chineses. *Letras & Letras*, 31 (2), 111-127.
- Best, C. T., & Tyler, M. D. (2007). Nonnative and second-language speech perception: Commonalities and complementarities. In: O. Bohn & M. J. Munro (Eds.), *Language experience in second language speech learning. In honor of James Emil Flege* (pp. 13-34). Amsterdam: John Benjamins.
- Calka, A. (2011). Pronunciation Learning Strategies – Identification and Classification. In: M. Pawlak, E. Waniek-Klimczak & J. Majer (Eds.), *Speaking and Instructed Foreign Language Acquisition* (pp. 149-168). Multilingual Matters: Bristol / Buffalo / Toronto.
- Castelo, A. (2012). *Competência metafonológica e sistema não consonântico no Português Europeu: Descrição, implicações e aplicações para o ensino do Português como língua materna*. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa.

- Castelo, A., & Santos, R. (2016, Abril). *Perfil do aprendente chinês de PLE: Algumas propriedades fonéticas*. Apresentação na Conferência Internacional: Ensino e Aprendizagem de Português como Língua Estrangeira, Universidade de Macau, Macau, China.
- Castelo, A., Santos, R., & Freitas, M. J. (2016). O uso de vogais ortográficas por aprendentes de português como língua estrangeira: unidade na diversidade. In: B. Hlibowicka-Węglarz, J. Wiśniewska, E. Jabłonka (Eds.), *Língua Portuguesa: Unidade na diversidade* (pp. 181-194). Lublin: Wydawnictwo Uniwersytetu Marie Curie-Skłodowskiej.
- Celce-Murcia, M., Brinton, D. M., Goodwin, J. M., & Griner, B. (2010). *Teaching Pronunciation: a course book and reference guide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cunha, C., & Cintra, L. F. L. (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa [10ª ed., 1994].
- Derwing, T. M., & Munro, M. J. (2005). Second language accent and pronunciation teaching: A research-based approach. *TESOL Quarterly*, 39 (3), 379-397. doi: 10.2307/3588486
- Derwing, T. M., & Munro, M. J. (2014). Myth 1: Once you have been speaking a second language for years, it's too late to change your pronunciation. In: L. Grant, D. M. Brinton, T. Derwing, M. J. Munro, J. Field, J. Gilbert, J. Murphy, R. Tomson, B. Zielinski, & L. Yates, *Pronunciation myths. Applying second language research to classroom teaching* (pp. 34-55). Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Ellis, R. (2005). Principles of instructed language learning. *System*, 33 (2), 209-224. doi:10.1016/j.system.2004.12.006
- Flege, J. E. (1995). Second-language Speech Learning: Theory, Findings, and Problems. In: W. Strange (Ed.), *Speech Perception and Linguistic Experience: Issues in Cross-language research* (pp. 229-273). Timonium, MD: York Press.
- Freitas, M.J., Rodrigues, C., Costa, T., & Castelo, A. (2012). *Os sons que estão nas palavras. Descrição e Implicações para o Ensino do Português como Língua Materna*. Lisboa: Ed. Colibri.
- Gilakjani, A. P. (2012). The Significance of Pronunciation in English Language Teaching. *English Language Teaching*, 5 (4), 96-107.
- Grant, L. (2014). Prologue to the myths: What teachers need to know. In: L. Grant, D. M. Brinton, T. Derwing, M. J. Munro, J. Field, J. Gilbert, J. Murphy, R. Tomson, B. Zielinski, & L. Yates, *Pronunciation myths. Applying second language research to classroom teaching* (pp. 1-33). Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Hashemian, M., & Fadaei, B. (2011). A Comparative Study of Intuitive-imitative and Analytic-linguistic Approaches towards Teaching English Vowels to L2 Learners. *Journal of Language Teaching and Research*, 2 (5), 969-976.
- Head, B. F., & Semënova-Head, L. (2010). Problemas na aprendizagem da pronúncia portuguesa entre falantes adultos de russo. *Cadernos de Comunicação e Linguagem*, 2, 13-33.
- Hişmanoğlu, M. (2006). Current Perspectives on Pronunciation, Learning and Teaching. *Journal of Language and Linguistic Studies*, 2 (1), 101-110.

- Hult, F. M. (2008). The History and Development of Educational Linguistics. In: B. Spolsky & F. M. Hult (Eds.), *The Handbook of Educational Linguistics*, (pp. 10-24). Malden/Oxford/Victoria: Blackwell Publishing.
- Kruk, M., & Pawlak, M. (2014). The use of internet resources in developing autonomy in learning English pronunciation: A qualitative study. In: M. Pawlak et al. (Eds.), *Classroom-oriented research. Second language learning and teaching* (pp. 169-184). Switzerland: Springer International Publishing.
- Lacabex, E.G., Lecumberri, M.L.G., & Cooke, M. (2009). Training and generalization effects of English vowel reduction for Spanish listeners. In: M.A. Watkins, A. S. Rauber & B. O. Baptista (Eds.), *Recent Research in Second Language Phonetics/Phonology: Perception and Production* (pp. 32-42). Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Leiria, I. (2004). Português *língua segunda e língua estrangeira*: investigação e ensino. *Idiomático*. (revista on-line do Centro Virtual Camões)
- Lieberman, I. Y., Shankweiler, D., Fischer, F. W., & Carter, B. (1974). Explicit Syllable and Phoneme Segmentation in the Young Child. *Journal of Experimental Child Psychology*, 18, 201-212.
- Mateus, M. H., & Andrade, E. (2000). *The Phonology of Portuguese*. Oxford: OUP.
- Metsala, J. (1999). Young children's phonological awareness and nonword repetition as a function of vocabulary development. *Journal of Educational Psychology* 91 (1), 3-19.
- Ministério da Educação / GAERI (2005). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto: ASA.
- Morais, J., Cary, L., Alegria, J., & Bertelson, P. (1979). Does Awareness of Speech as a Sequence of Phonemes Arise Spontaneously? *Cognition*, 7, 323-331.
- Moyer, A. (2014). How does experience in the second language shape accent? *Contact*, 40 (4), 15-20.
- Rato, A. (2014). Effects of Perceptual Training on the Identification of English Vowels by Native Speakers of European Portuguese. In *Proceedings of the International Symposium on the Acquisition of Second Language Speech Concordia Working Papers in Applied Linguistics*, 5, 529-546.
- Rokoszewska, K. (2014). The influence of pronunciation learning strategies on vowel production in free speech by English students. In: H. Chodkiewicz & M. Trepczynska (Eds.), *Language skills: Traditions, transitions and ways forward* (pp. 162-178). Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Saito, K. (2007). The influence of explicit phonetic instruction on pronunciation teaching in EFL settings: The case of English vowels and Japanese learners of English. *The Linguistics Journal*, 3 (3), 17-41.
- Saz, O., Rodríguez, V., Lleida, E., Ricardo Rodríguez, W., & Vaquero, C. (2010). The use of multimodal tools for pronunciation training in second language learning of preadolescents. In: C. A. Hernández (Ed.), *Language teaching* (pp. 1-26). (n.p.): Nova Science Publishers.

- Soeiro, R. C. (2010). *Dificuldades dos hispanofalantes na aprendizagem da pronúncia do Português Língua Estrangeira*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Tremblay, A. (2014). Prosody and its effect on auditory word recognition in English. Insights for second-/foreign-language classroom instruction, *Contact*, 40 (4), 9-14.
- Wang, S. Y. (1991). *O português para um chinês. Abordagem simultânea sobre os métodos de ensinar português aos chineses*. (s.l.): Instituto Rainha D. Leonor.
- Wei, M. (2006). *A literature review on strategies for teaching pronunciation*. (ERIC Document Reproduction Service No. ED 491566).
- Wrembel, M. (2011). Metaphonetic awareness in the production of speech. In: M. Pawlak, E. Waniek-Klimczak, & J. Majer (Eds.), *Speaking and instructed foreign language acquisition* (pp. 169-182). Multilingual Matters: Bristol / Buffalo / Toronto.

Os **caracoles* são **azules*?

Dados espontâneos e experimentais sobre a aquisição dos plurais das palavras com lateral final¹

Maria João Freitas
joaofreitas@letras.ulisboa.pt

Catarina Afonso
catarina.m.afonso@gmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Portugal)
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (Portugal)

ABSTRACT: The paper describes longitudinal spontaneous and experimental cross-sectional production data from Portuguese children on the acquisition of irregular plural forms of words with final lateral. A contrast between the early acquisition of regular plural forms and the late acquisition of the focused structures was attested. The results provide empirical evidence for the discussion on (i) the contributions of different types of data for phonological assessment, (ii) the acquisition of the target phonological processes and (iii) the role of the phonology / morphology interface in the nature of children's lexical representations.

KEYWORDS: acquisition of plural forms; phonology / morphology interface; phonological processes; alveolar lateral; phonological representations.

RESUMO: O artigo descreve dados espontâneos longitudinais e experimentais transversais sobre a aquisição dos plurais irregulares em português europeu, nomeadamente os das palavras terminadas em lateral, cuja aquisição tardia contrasta com a aquisição precoce das formas plurais regulares. Os dados observados permitem-nos refletir sobre: (i) a complementaridade de diferentes tipos de dados na avaliação fonológica; (ii) a aquisição de processos fonológicos da gramática do adulto; (iii) o papel da interface fonologia / morfologia na construção das representações lexicais infantis.

PALAVRAS-CHAVE: aquisição dos plurais; interface fonologia / morfologia; processos fonológicos; lateral alveolar; representações fonológicas.

¹ A presente investigação foi desenvolvida no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), no âmbito dos projetos PEst-OE/LIN/UI0214/2013 e UID/LIN/00214/2013, financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Agradecemos a disponibilidade das 82 crianças observadas neste estudo, bem como a dos seus educadores. Os dados experimentais foram recolhidos no *Externato das Flores*, Ramada, na zona da Grande Lisboa, instituição a que muito agradecemos a colaboração.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo geral contribuir para a descrição da aquisição do plural em português europeu (PE), centrando-se, especificamente, nas formas plurais das palavras terminadas em lateral. Os dados permitir-nos-ão: (i) discutir o impacto da interface fonologia / morfologia no desenvolvimento linguístico infantil; (ii) observar a aquisição de processos fonológicos da gramática do adulto, inerentes ao domínio das variantes alofónicas e alomórficas presentes nos enunciados dos adultos; (iii) refletir sobre a complementaridade de procedimentos metodológicos (recolhas longitudinais espontâneas e experimentais transversais) para o conhecimento do modo como as crianças adquirem gradualmente o sistema fonológico da(s) sua(s) língua(s)-alvo.

Poucos estudos têm explorado a interface fonologia / morfologia no processo de desenvolvimento linguístico infantil (Fikkert & Freitas, 2006; Fikkert, 2007; Freitas, *et al.* 2001; Freitas, *et al.*, 2010; Gonçalves & Freitas, 1996; Kerkhoff, 2007; Macken, 1995; Mezzomo, 2004; Mezzomo, *et al.*, 2010; Polo, 2013; Ramalho & Freitas, 2012; Santos & Scarpa, 2003). Por razões de natureza metodológica, a investigação sobre a aquisição das línguas naturais feita numa perspetiva linguística tem-se centrado preferencialmente em estruturas específicas de um dado módulo gramatical, enquadrando-se em modelos que, nas últimas décadas, pouco têm explorado as interações entre propriedades fonológicas e morfológicas dos sistemas linguísticos. O presente trabalho explora esta interface gramatical, centrando-se na aquisição dos plurais irregulares, em particular, no plural das palavras terminadas em lateral na forma do singular. Como demonstraremos abaixo, os estudos sobre o PE têm assumido que o processamento dos plurais irregulares na gramática-alvo envolve, simultaneamente, aspetos fonológicos e morfológicos (Andrade, 1977; Mateus, 1975; Mateus & Andrade, 2000; Morales-Front & Holt, 1997; Villalva, 2008), facto que pode ter impacto na aquisição das estruturas da língua-alvo (Fikkert & Freitas, 2006; Freitas, *et al.*, 2001; Freitas *et al.*, 2010; Ramalho & Freitas, 2012).

Uma visão holística da aquisição de uma língua natural, com referência a vários aspetos gramaticais envolvidos, está tradicionalmente associada ao desenvolvimento de testes de avaliação da linguagem, no

domínio da Linguística Clínica. Neste último caso, e dada a necessidade de proceder a diagnósticos num intervalo de tempo reduzido, o detalhe linguístico é frequentemente subestimado, o que pode comprometer o rigor da avaliação. No caso dos plurais dos nomes e adjetivos em PE, a sua aquisição é normalmente testada, em instrumentos de avaliação da linguagem, apenas com palavras do paradigma regular, assumindo-se que a marcação do plural emerge e estabiliza muito cedo, normalmente no final do segundo ano de vida (Freitas, 1997). Como veremos no presente trabalho, uma avaliação da interação entre aspetos fonológicos e morfológicos associados à formação do plural em PE mostra que tal não reflete o trajeto de aquisição da totalidade das formas plurais em PE, que inclui quer o paradigma regular, quer os paradigmas irregulares, apresentados na secção 2 deste artigo.

O estudo do impacto da interface fonologia / morfologia no processo de aquisição do PE conduz-nos frequentemente à avaliação de estruturas que envolvem, em simultâneo, alofonia e alomorfia. Deste modo, somos confrontados com a aquisição de processos fonológicos² do sistema-alvo, tópico igualmente pouco explorado na área de trabalho em foco (Fikkert & Freitas, 2006; Freitas, 2004, 2007; Freitas, Almeida & Costa, 2012; Komatsu & Santos, 2007; Macken, 1995; Matzenauer, 2009). Neste artigo, como veremos abaixo, a discussão sobre o impacto da complexidade morfofonológica na aquisição do plural em PE implica, simultaneamente, uma reflexão sobre a aquisição de processos fonológicos da gramática-alvo, dada a sua ativação nas formas plurais das palavras terminadas em lateral, como se demonstrará na secção 2.

A maior parte dos trabalhos sobre aquisição da fonologia desenvolvidos por linguistas nos anos 70, 80 e 90 do século passado utilizaram dados de produção espontânea recolhidos longitudinalmente (entre muitos outros, Fikkert, 1994; Freitas, 1997; Lleó & Prinz, 1997; Smith, 1973; sobre a asso-

² O conceito de *processo fonológico* não é usado uniformemente na área da aquisição da fonologia. Para os fonólogos, o conceito remete para os processos da gramática-alvo que constituem generalizações sobre o formato dos segmentos em dadas condições contextuais (*assimilação do vozeamento pela fricativa em Coda*; *elevação e centralização de vogais átonas*; *centralização de /el/*; etc.). Para os terapeutas da fala, o conceito é usado como ferramenta descritiva das estratégias de reconstrução usadas pelas crianças face a estruturas-alvo problemáticas (*desvozeamento de consoante*; *palatalização*, *despalatalização*, etc.), na sequência do modelo da Fonologia Natural (Stampe, 1973) e dos trabalhos em aquisição da fonologia elaborados nos anos 60/70 (Smith, 1973; cf. Miccio & Scarpino, 2008 para revisão bibliográfica sobre o assunto). Neste trabalho, usaremos o conceito na primeira aceção.

ciação de diferentes paradigmas de investigação a diferentes metodologias, consulte-se Ingram, 1989). Mais recentemente, dados experimentais, tanto transversais como longitudinais, têm vindo a ser disponibilizados com os seguintes objetivos: (i) testar hipóteses já formuladas a partir dos dados espontâneos; (ii) recolher mais informação sobre estruturas específicas, pouco representadas ou ausentes nos dados espontâneos; (iii) alargar as dimensões dos *corpora*, tornando as propostas empiricamente mais robustas. Neste artigo, contribuiremos para a reflexão sobre a complementaridade de dados longitudinais espontâneos e de dados experimentais transversais no estudo do processo de consolidação da fonologia do sistema-alvo, centrando-nos na descrição do modo como as crianças portuguesas usam, em condições experimentais e em contexto de fala espontânea, os plurais das palavras terminadas em lateral.

2. O sistema-alvo

No PE, as formas plurais dos nomes e adjetivos implicam a ativação da seguinte regra de formação do plural: “À *forma do singular*, *acrescente-se um /+s/*” (Andrade, 1977). Tal ocorre na maioria das formas em PE (*pato*, *patos*), sempre que o marcador de classe se encontra segmentalmente preenchido (por [ɐ], [u] ou [i]). No entanto, a adjunção da marca flexional de número plural a formas com um marcador de classe segmentalmente vazio gera, recorrentemente, a ativação de vários processos fonológicos: falamos de casos como os das palavras terminadas em ditongo nasal (*mão*, *mãos*; *pão*, *pães*; *limão*, *limões*), em fricativa lexical (*lápiz*, *lápiz*; *noz*, *nozes*), em vibrante (*mar*, *mares*) e em lateral (*animal*, *animais*; *anel*, *anéis*; *funil*, *funis*; *anzol*, *anzóis*; *azul*, *azuis*) (Andrade, 1977; Mateus, 1975; Mateus et al., 2003; Mateus & Andrade, 2000; Morais Barbosa, 1965; Morales-Front & Holt, 1997; Villalva, 2008).

Como referimos, neste estudo centrar-nos-emos nas formas plurais das palavras com lateral final, cujo processamento linguístico envolve aspetos da constituição morfológica e silábica das palavras, bem como a ativação de processos fonológicos específicos das formas plurais. Assim, no caso das palavras terminadas em /l/, estamos perante itens com um marcador de classe segmentalmente vazio, à direita do qual a regra de formação de plural insere o marcador de plural /+s/:

- | | | |
|-----|---|------------------------------|
| (1) | Singular | Plural |
| a. | /animal + Ø + Ø/ → [ɐnimátʃ] ³ | /animal + Ø + s/ → [ɐnimájʃ] |
| b. | /funil + Ø + Ø/ → [funítʃ] | /funil + Ø + s/ → [funíʃ] |

Tal adjunção provoca a glidização da lateral (/l/ → [j]), por impossibilidade de hospedar duas consoantes finais em Coda (*[a[tʃ]_{Coda}ʃ_{Rima}]), uma vez que o PE não admite Codas ramificadas⁴. A semivogal passa, por conseguinte, a integrar o Núcleo tautossilábico, que ramifica para poder hospedar [j]. Desta forma, [tʃ] e [j] são consideradas variantes alofónicas de uma mesma categoria fonológica, /l/. Podem, ainda, ser consideradas variantes alomórficas, se tivermos em conta que os dois formatos emergem associados a estruturas morfológicas distintas, uma na forma singular e outra na forma plural. Acrescente-se que a variante [ʃ] emerge em alguns contextos derivacionais:

(2) Variação alofónica / alomórfica

Singular	Plural	Contextos derivacionais
/l/	/l/	/l/
[ɐnimátʃ]	[ɐnimájʃ]	[ɐnimeléʃku]

O que acima descrevemos regista-se nos casos em que a última vogal do radical é uma de entre /a, ɛ, ɔ, u/ (*animais, anéis, anzóis, azuis*). No caso de a vogal final do radical ser /i/ (*funis*), a glidização de /l/ gera uma sequência fonotaticamente impossível, *[ij], cujos membros exibem o mesmo ponto de articulação e a mesma altura. A sequência é, então, simplificada por supressão de [j] ([ij] → [iØ]) (Mateus & Andrade, 2000; Morales-Front & Holt, 1997). Assim:

- (i) nos casos de *animais, anéis, anzóis* e *azuis*, é ativado apenas 1 processo fonológico, o de glidização de /l/ (cf. (1.a));
- (ii) no caso de *funis*, o padrão fonotático gerado pela glidização leva à supressão da semivogal, o que implicará a ativação de 2 processos fonológicos (cf. (1.b)).

³ Em PE, a lateral alveolar em Coda é produzida com um ponto de articulação secundário de tipo velar (/l/ → [ʃ]) (Mateus & Andrade, 2000).

⁴ São exceções '*solstício*' e palavras como '*perspetiva*' e '*perspicaz*'.

3. A aquisição do plural

A investigação no domínio da aquisição da fonologia baseada em dados da produção de fala tem privilegiado a unidade *segmento*. No entanto, com o advento dos modelos fonológicos multilineares, vários trabalhos exploraram o papel dos constituintes prosódicos na aquisição e a sua relação com o domínio do inventário segmental (Bernhardt & Stemberger, 1998, 2000; Fikkert, 2007). De entre os vários aspetos prosódicos estudados, os constituintes silábicos têm merecido particular atenção, pelo facto de as crianças, em várias línguas do mundo, exibirem relações estreitas entre disponibilização de constituintes silábicos e a aquisição de raízes segmentais (entre muitos outros, Almeida, 2011; Fikkert, 1994; Freitas, 1997; Lamprecht et al., 2004; Lleó & Prinz, 1997; Mezzomo, 1999, 2003; Rose, 2000; Yamaguchi 2012; Amorim 2014).

No caso da aquisição das Codas fricativas, dados longitudinais espontâneos sobre o português mostraram um comportamento distinto entre Codas fricativas lexicais e morfológicas (Freitas et al., 2001; Mezzomo, 2004; Mezzomo et al., 2010). Nas crianças portuguesas, contrariamente ao que sucede nas crianças brasileiras, as Codas fricativas emergem em primeiro lugar em Coda morfológica final nos nomes e nos adjetivos, estrutura que corresponde ao marcador de plural, tendencialmente em posição átona dado o padrão trocaico inerente ao sistema. Tem vindo a observar-se que a aquisição do marcador do plural nas palavras do paradigma regular emerge no final do segundo ano de vida (Freitas, 1997; Freitas et al., 2012). Vejam-se os exemplos em (3):

(3) *Emergência das Codas fricativas* (Freitas et al. 2001: dados da Inês).

tónica / medial / lexical	<i>festa</i> ['tɛtɐ]	1;9
✓ tónica / final / morfológica	<i>meus</i> ['mew]	1;9
tónica / final / lexical	<i>nariz</i> [nɐ'gɪɐ]	1;9
átona / medial / lexical	<i>buscar</i> [bu'ka]	1;10
✓ átona / final / morfológica	<i>bolos</i> ['bolo]	1;9
átona / final / lexical	<i>lâpis</i> ['patu]	1;9

Dada a proeminência acústica e fonológica da sílaba tónica na aquisição (Fikkert, 1994, entre outros), e num contexto de aquisição não categórica, esperar-se-ia que as Codas fricativas *tónicas*, tendencialmente *lexicais* e

mediais em PE, fossem as primeiras a emergir. Contrariamente, e dada a sua natureza acusticamente fraca, esperar-se-ia que as Codas fricativas *átonas finais*, tendencialmente *morfológicas* porque quase sempre associadas à marcação do plural e ocorrendo em palavras com padrão acentual trocaico, fossem adquiridas tardiamente. Tal não se verificou nos dados até agora descritos para o PE: as Codas fricativas *morfológicas finais* (*tónicas e átonas*) são as primeiras a emergir. Este facto tem sido interpretado como o efeito do peso gramatical na periferia direita da palavra em PE, associada a processos de morfologia flexional e de concordância, que tornam esta posição proeminente no processo de aquisição. A aceitar-se esta interpretação, a interface fonologia / morfologia manifestar-se-ia, assim, como aspeto promotor da aquisição.

No entanto, nem sempre a confluência de aspetos fonológicos e morfológicos numa dada estrutura conduzem à sua aquisição precoce: em PE, as formas plurais irregulares das palavras terminadas em ditongo nasal (*mão, mãos; pão, pães; limão, limões*) implicam também o processamento de informação morfofonológica e, no entanto, a sua estabilização é tardia: estas formas são muito pouco usadas espontaneamente até aos 4 anos (Freitas, 1997); quando testadas experimentalmente, verificou-se que a sua aquisição não está terminada à entrada na escola, aos 6;0 (Ramalho, 2010; Ramalho & Freitas, 2012). Vejam-se, abaixo, as taxas globais de sucesso por faixa etária (dados experimentais transversais de 120 crianças, 30 por faixa etária), que contrastaram com o efeito de teto registado na produção das formas plurais regulares pelas mesmas crianças:

(4) *Taxas globais de sucesso para formas plurais de nomes terminados em ditongo nasal (Ramalho, 2010).*

<i>Faixas etárias</i>	<i>Taxas de sucesso</i>
3;0 – 4;0	45.8%
4;0 – 5;0	57.6%
5;0 – 6;0	64.7%
6;0 – 7;0	73.6%

Nos dados longitudinais e espontâneos do PE observados até agora, registam-se, assim, duas tendências opostas face a estruturas morfofonológicas associadas à formação do plural dos nomes e adjetivos: uma aquisição

precoce das Coda fricativas que marcam o plural nas formas regulares (por volta dos 2;0); uma aquisição tardia do plural irregular das formas terminadas em ditongo nasal (a partir dos 6;0). Estes resultados levaram-nos a prosseguir com a avaliação da aquisição dos plurais irregulares em PE. Neste artigo, como referimos, centrar-nos-emos nos alvos lexicais terminados em lateral.

Para que a criança seja capaz de produzir os plurais em foco no presente estudo, é necessário que a Rima com o formato $VGC_{\text{fricativa}}$ esteja já disponível no seu sistema. Dados experimentais longitudinais-transversais de 6 crianças portuguesas observadas entre os 2;10 e os 4;7 mostraram que este padrão fonológico está disponível em todas elas aos 2;10 (Correia, 2004). Este resultado é consistente com dados espontâneos longitudinais-transversais anteriormente descritos (Freitas, 1997), que registam a emergência do padrão $VC_{\text{fricativa}}$ até aos 2;0⁵.

Do ponto de vista dos processos fonológicos do sistema-alvo ativados na estrutura em foco, vimos, na secção 2, a variação alofónica e alomórfica associada às palavras terminadas em lateral, cujo domínio pela criança depende da aquisição dos processos fonológicos em causa: no singular, // em Coda envolve sistematicamente a associação de uma articulação secundária de tipo velar no domínio do ponto de articulação (/animal+Ø+Ø/ → [ɐnimálʲ]); no plural, // sofre uma glidização (/animal+Ø+s/ → [ɐnimálʲ]), condicionada por restrições de natureza silábica, uma vez que a posição de Coda terá de hospedar o marcador de número plural /+s/, sendo o alofone de // ([j]) representado no domínio de um Núcleo ramificado (Morales-Front & Holt 1997).

Com base no acima exposto, procedemos à formulação das hipóteses de trabalho. Tendo em conta (i) a idade precoce com que as crianças portuguesas adquirem a categoria flexional *número* nos nomes e adjetivos (até aos 2;0) e (ii) a idade de disponibilização do padrão $VGC_{\text{fricativa}}$ (antes dos 4;0), colocamos a *Hipótese 1: as crianças portuguesas adquirem o plural das palavras terminadas em // até aos 4;0*.

⁵ As crianças observadas em Freitas (1997) exibiram um uso instável de VG até ao final da recolha de dados, com frequente redução para V (taxas de sucesso para VG entre 50.9% e 79.4% nas idades compreendidas entre os 1;2 e os 3;7). Tal poderia prever o uso da alternância $VGC_{\text{fricativa}} / VC_{\text{fricativa}}$ face a alvos do tipo $VGC_{\text{fricativa}}$ como os estudados neste artigo (*anim[ájʲ]*); como se verá na secção 5, tal não se verifica nos dados avaliados.

Com base nas análises propostas para o PE (secção 2 neste artigo), palavras com /a, ε, ə, u/ como vogal final do radical ativam apenas 1 processo fonológico (glidização de /l/, decorrente de restrições de natureza silábica: *animais, anéis, anzóis, azuis*), enquanto palavras com /i/ final ativam 2 processos (glidização de /l/ e supressão de [j]: *funis*). Assim, dada a complexidade fonológica⁶ associada ao segundo caso, colocamos a *Hipótese 2: formas plurais de palavras com /-il/ final apresentarão taxas de sucesso mais baixas do que formas plurais de palavras com /-al/, /- el/, /- əl/ e /-ul/ finais*.

4. Aspetos metodológicos

4.1. Amostras

Neste artigo, trabalharemos sobre dois conjuntos de dados. Descreveremos, em primeiro lugar, *dados espontâneos longitudinais-transversais* de 7 crianças portuguesas monolíngues gravadas em casa durante um ano (dois, no caso do João), abrangendo o intervalo etário dos 0;11 aos 3;7, como indicado na tabela abaixo (cerca de 70 horas de gravação; 18 654 *tokens* de 3200 *types*):

TABELA 1: Amostra para os dados espontâneos longitudinais-transversais (Freitas 1997).

Crianças	Idade
João	0;10 – 2;8
Inês	0;11 – 1;10
Marta	1;2 – 2;2
Luís	1;11 – 2;11
Raquel	1;10 – 2;10
Laura	2;2 – 3;3
Pedro	2;7 – 3;7

Posteriormente, procederemos à descrição de *dados experimentais transversais* relativos a 75 crianças portuguesas que, à data da recolha, frequentavam a escola privada *Externato das Flores*, Ramada, na área da Grande Lisboa; as crianças encontravam-se distribuídas por duas faixas etárias:

⁶ O conceito de *complexidade fonológica* tem sido debatido pelos fonólogos, sendo crucial no contexto do estudo da aquisição das línguas naturais (cf. *Workshop on Complexity, Typology and Acquisition*, Collegium de Lyon, Institut d'Etudes Avancées, Maio de 2009). Os vários investigadores em aquisição da fonologia continuam a testar possíveis índices de complexidade fonológica, que contribuirão para uma definição de marcadores clínicos a usar nos domínios do diagnóstico e da intervenção terapêuticos.

TABELA 2: Amostra para os dados experimentais transversais.

Faixa etária	n
Grupo 1: 4;0 – 5;0	20
Grupo 2: 5;00 – 6;0	55

Os fatores de inclusão implicavam que a criança fosse monolíngue em PE e frequentasse um jardim escola na área da Grande Lisboa (as crianças acabaram por ser todas da mesma escola). Os fatores de exclusão remetiam para o diagnóstico de perturbação da linguagem ou para qualquer outro diagnóstico clínico com impacto no desempenho verbal da criança⁷.

4.2. Procedimentos

No caso dos *dados espontâneos*, a recolha de dados foi não estruturada, tendo as gravações decorrido no ambiente familiar da criança, em contexto de interação verbal com o(s) adulto(s) presente(s), em situações típicas do seu quotidiano (brincadeira, refeição, banho).

Quanto aos *dados experimentais*, cada criança foi sujeita individualmente a um teste de nomeação a partir de imagens. Uma imagem de um objeto no slide projetado pelo computador induzia a produção da palavra na sua forma singular; a reprodução de mais do que uma imagem do mesmo objeto levava à produção da forma no plural. O teste de nomeação usado no desenho experimental incluía: (i) 17 palavras distratoras, todas pertencentes ao paradigma regular de formação do plural e presentes no léxico infantil em fases precoces de desenvolvimento (Freitas, 1997; exemplos: *bola*, *sapato*, *copo*, *mala*, *dedo*); (ii) 17 palavras-alvo terminadas em lateral. Neste último grupo, foram incluídas palavras com as 5 vogais possíveis no final do radical, à esquerda da lateral (/a, ε, i, ɔ, u/), no sentido de testar um potencial efeito da qualidade vocálica no desempenho verbal infantil, uma vez que, como referimos na secção 2 deste artigo, os estímulos com /-il/ final, com ativação de 2 processos fonológicos, têm um comportamento distinto do dos estímulos com /-al, -el, -ol, -ul/ finais, com ativação de apenas 1 processo. Por restrições decorrentes do léxico infantil disponível nas idades em foco, o instrumento de recolha de dados resultou assimétrico quanto à variável *qualidade vocálica*:

⁷ Uma das autoras é terapeuta da fala e tinha conhecimento do perfil das crianças observadas, por desenvolver, à data da recolha de dados, atividade profissional na escola em causa.

foram incluídos 4 itens lexicais com /-al/ (*avental*), 5 com /-ɛl/ (*anel*), 2 com /-il/ (*barril*), 5 com /-ɔl/ (*caracol*) e apenas 1 item com /-ul/ (*azul*).

5. Resultados

Como referido na secção 3 deste artigo, a diferença etária registada entre a aquisição do plural das formas regulares (até aos 2 anos) e para a estabilização tardia das formas plurais irregulares das palavras terminadas em ditongo nasal (depois dos 6/7 anos) levou-nos a prosseguir com o estudo da aquisição de outros plurais irregulares, neste caso, o das palavras com lateral final. Nesta secção, apresentaremos dados espontâneos (secção 5.1) e experimentais (secção 5.2) relativos à aquisição desta estrutura no PE.

5.1. Dados espontâneos

Nos dados espontâneos observados, apenas 1,3% de produções (243/18 654) no *corpus* de Freitas (1997) têm como alvo lexical formas singulares das palavras com lateral final. A Tabela 3 regista as estratégias de produção mais usadas pelas crianças observadas face aos alvos em foco (na categoria *Outros*, foram incluídas produções nas quais não há identificação da produção de uma sílaba correspondente à sílaba-alvo, sendo a estratégia mais comum a de supressão da sílaba).

TABELA 3: Formas singulares de palavras terminadas em /l/ (dados espontâneos).

<i>Crianças</i>	<i>Idade</i>	<i>n de produções</i>	<i>Tipos de produções</i>
João	0;10 – 2;8	17	Apagamento de /l/ = 71% Outros = 29%
Inês	0;11 – 1;10	10	Inserção de V (/l/ + V) = 80% Outros = 20%
Marta	1;2 – 2;2	81	Inserção de V (/l/ + V) = 65% Outros = 35%
Lúís	1;9 – 2;11	35	Glidização de /l/ = 71% Inserção de V (/l/ + V) = 23% Outros = 6%
Raquel	1;10 – 2;10	10	Glidização de /l/ = 70% Outros = 30%
Laura	2;2 – 3;3	45	Conformes ao alvo = 56% Inserção de V (/l/ + V) = 27% Outros = 17%
Pedro	2;7 – 3;7	45	Conformes ao alvo = 51% Inserção de V (/l/ + V) = 47% Outros = 2%

Os dados registados na Tabela 3 mostram que apenas nas duas crianças mais velhas se registaram produções conformes ao alvo, com valores de sucesso que mostram apenas o início da aquisição da estrutura (ligeiramente acima dos 50%). A estratégia mais frequente é a inserção de V à direita da lateral (*caracol* [kóli] (Marta: 1;8), seguida da glidização da lateral (*caracol* [ków] (Luís: 1;9).

Os níveis de produtividade no uso deste tipo de alvos baixam ainda mais quando consideramos as formas plurais: nos dados compilados, apenas 0,16% constituem produções dos itens lexicais em foco (31/18 654). Vejam-se os resultados reunidos na Tabela 4:

TABELA 4: Formas plurais de palavras terminadas em /l/ (dados espontâneos).

<i>Crianças</i>	<i>Idade</i>	<i>n de produções</i>	<i>Tipos de produções</i>
João	0;10 – 2;8	3	VGC → VG = 100%
Inês	0;11 – 1;10	1	VGC → VVC = 100%
Marta	1;2 – 2;2	3	Conformes ao alvo = 67% VGC → VC = 33%
Luís	1;9 – 2;11	5	Conformes ao alvo = 80% VGC → VCC = 20%
Raquel	1;10 – 2;10	0	—————
Laura	2;2 – 3;3	9	Conformes ao alvo = 56% Outros = 44%
Pedro	2;7 – 3;7	10	Conformes ao alvo = 60% Outros = 40%

Os dados registados na Tabela 4 ilustram a não produtividade, até aos 3;7 anos, das formas plurais do paradigma lexical em foco neste estudo, no contexto de produção de enunciados de fala espontâneos. Dado que 4 das crianças apresentam, em diferentes faixas etárias, formas conformes aos alvos (67% na Marta, 80% no Luís, 56% na Laura e 60% no Pedro), podemos afirmar que o padrão silábico VGC_{fricativa} se encontra já disponível nos sistemas das várias crianças. Razões de natureza silábica não parecem constituir, assim, obstáculo ao uso produtivo das formas plurais das palavras com /l/ final. A escassez de dados não nos permite fazer generalização sobre os tipos de estratégias selecionados pelas crianças face às estruturas em foco.

5.2. Dados experimentais

A não produtividade do uso de formas plurais de palavras terminadas em /l/ em contexto espontâneo conduziu-nos à construção de um desenho experimental (cf. secção 4 neste artigo) que nos permitisse testar a habilidade fonológica das crianças face às estruturas sob análise.

O instrumento usado sob a forma de teste de nomeação incluía, como referimos, 17 itens representativos do paradigma regular de formação de plural e 17 itens lexicais correspondentes às formas plurais irregulares de itens lexicais com /l/ final. Os resultados globais relativos às taxas de sucesso por tipo de plural (*plural regular* e *plural irregular de itens terminados em /l/*) e por faixa etária (*Grupo 1: 4;0-5;0*; *Grupo 2: 5;0-6;0*) são apresentados no Gráfico 1:

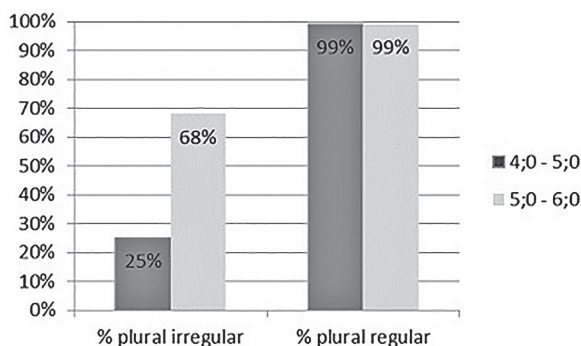


GRÁFICO 1: Taxas de sucesso (dados experimentais).

As taxas de sucesso globais registadas no Gráfico 1 mostram um efeito de teto na produção dos plurais regulares em ambas as faixas etárias. Contrariamente, a produção de formas plurais para alvos lexicais com lateral final não entrou ainda em aquisição no Grupo 1 (25% na faixa dos 4;0-5;0); os 68% registados no Grupo 2 (5;0-6;0) mostram que a estrutura entrou em aquisição na faixa etária que se encontra no limiar da entrada na escola, não estando ainda dominada. No que diz respeito aos plurais das formas com /l/ final, a diferença de valores entre os dois grupos etários é estatisticamente significativa ($p < 0,01$).

Os gráficos 2 (para o Grupo 1) e 3 (para o Grupo 2) apresentam as taxas de sucesso para os plurais de palavras com /l/ final em função da qualidade da vogal final do radical.

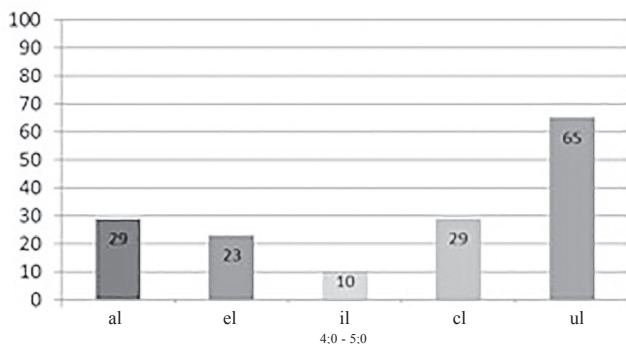


GRÁFICO 2: Taxas de sucesso em função da variável *qualidade vocálica* (Grupo 1).

As taxas de sucesso para as formas plurais em função da variável *qualidade vocálica* denotam, para o Grupo 1, o sucesso mais alto associado à vogal /u/ e o mais baixo associado à vogal /i/. Registam-se diferenças estatísticas extremamente significativas entre /i/ e /a/, /ɔ/, /u/ ($p < 0,000$) e entre /u/ e /a/, /ɔ/ ($p < 0,000$); não se registam diferenças estatisticamente significativas entre /a/ e /ɛ/, /ɔ/ ($p < 0,05$). As vogais baixas (/a, ɔ, ɛ/), por um lado, e as vogais coronais (/ɛ, ɔ/), por outro, apresentam, assim, dentro de cada grupo, comportamentos estatisticamente semelhantes.

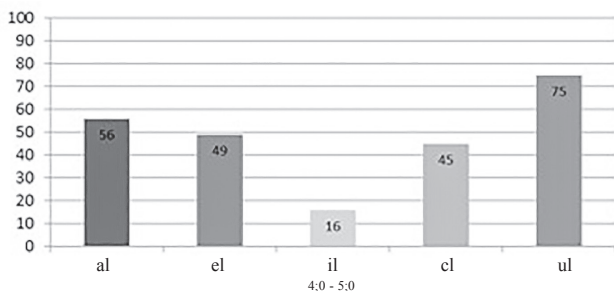


GRÁFICO 3: Taxas de sucesso em função da variável *qualidade vocálica* (Grupo 2).

As tendências observadas no Grupo 1 (Gráfico 2) repetem-se no Grupo 2 (Gráfico 3): a taxa de sucesso mais alta encontra-se associada a /u/ e a mais

baixa a /i/. No Grupo 2, são registadas diferenças estatísticas extremamente significativas entre /i/ e todas as outras estruturas ($p < 0,000$), bem como entre /u/ e todas as outras estruturas ($p < 0,000$). Novamente, não há a registar diferenças estatisticamente significativas entre /a/ e /ɛ/, /ɔ/ ($p < 0,05$). Nesta faixa etária, apenas as vogais baixas apresentam um comportamento estatisticamente homogéneo.

As estratégias de reconstrução usadas pelas crianças observadas em contexto experimental encontram-se apresentadas na Tabela 5:

TABELA 5: Estratégias de reconstrução da estrutura-alvo $VGC_{\text{fricativa}}$.

Grupos etários	Preservação de //l//	Glidização de //l//	Uso da forma singular	Outras
	+ Inserção de V + /s/	+ Inserção de V + /s/		
Grupo 1	86%	3,5%	9,9%	0,6%
Grupo 2	86,6%	6,8%	3,6%	3%

A preservação da lateral com inserção de vogal à esquerda do marcador de plural é claramente a estratégia mais usada pelas crianças, em ambos os grupos etários (86% nos dois grupos). Nas raras produções espontâneas relatadas na secção 5.1. (31 produções), este tipo de formas ocorre apenas 2 vezes (*pincéis* [pĩsélĩ]) (Laura: 2;5); *caracóis* [kəɾəkólĩ]) (Pedro: 3;5)). Note-se que esta estratégia é a mais frequente nas formas do singular nos dados espontâneos (*caracol* [kólĩ] (Marta: 1;8)) (cf. Tabela 3, na secção 5.1; Freitas, 1997). Estes resultados serão comentados na secção 6 deste artigo.

Note-se que o uso da forma singular como estratégia de produção de um alvo plural decresce do Grupo 1 para o Grupo 2, registando-se um melhor domínio do uso do plural dos itens lexicais alvo na faixa etária dos 5;0 – 6;0.

6. Considerações finais

Como referido na *Introdução*, no presente artigo, pretendemos (i) contribuir com dados empíricos para o estudo do impacto da interface fonologia / morfologia no desenvolvimento linguístico infantil, (ii) observar a aquisição de processos fonológicos da gramática do adulto e (iii) refletir sobre a complementaridade de procedimentos metodológicos (recolhas longitudinais espontâneas e experimentais transversais) para o conhecimento

do modo como as crianças adquirem gradualmente o sistema fonológico da sua língua materna.

O efeito promotor da interface fonologia / morfologia na aquisição da Coda fricativa em final de palavra, decorrente da confluência de aspetos dos dois módulos gramaticais numa mesma estrutura, levou-nos a prever um efeito semelhante na aquisição das formas plurais das palavras com lateral final. Assim, com base na idade precoce de aquisição do marcador de plural /+s/ (até aos 2;0; cf. Freitas et al., 2001; Freitas et al., 2012) e na disponibilização do padrão VGC_{fricativa} antes dos 4;0 (Correia, 2004; Freitas, 1997), colocámos a *Hipótese 1: as crianças portuguesas adquirem o plural das palavras terminadas em //l/ até aos 4;0*. No entanto, os resultados observados infirmaram a hipótese formulada:

- (i) nos *dados espontâneos*, as crianças portuguesas raramente usam alvos lexicais deste tipo: no intervalo de tempo considerado (0;10 – 3;7), apenas 0,16% (31/18 654) das produções das 7 crianças observadas corresponderam a tentativas de produção dos alvos em foco, o que ilustra claramente a não produtividade deste paradigma em situações de fala espontânea; das 7 crianças observadas, 4 apresentaram, em diferentes faixas etárias, formas conformes aos alvos (67% na Marta, 80% no Luís, 56% na Laura e 60% no Pedro, na Tabela 4), pelo que o padrão silábico VGC_{fricativa} se encontra já disponível; relembrem-se os dados de Correia (2004), que regista a presença estável da estrutura fonológica VGC_{fricativa} aos 2;10; como referimos então, razões de natureza silábica não parecem, assim, constituir obstáculo ao uso produtivo das formas plurais em foco.
- (ii) nos *dados experimentais*, registou-se uma forte assimetria entre os plurais regulares, cuja produção revelou um efeito de teto logo aos 4;0, e os plurais irregulares das palavras com //l/ final, com níveis globais de sucesso de 25% no Grupo 1 (4;0 – 5;0) e de 68% no Grupo 2 (5;0 – 6;0), o que revelam aquisição em curso à entrada escola .

Os dados analisados permitiram, assim, verificar que as formas plurais dos itens lexicais terminados em lateral apenas entram em processo de aquisição na faixa etária dos 5;0 – 6;0, tendo-se registado uma diferença estatisticamente significativa entre os Grupos 1 e 2. Recolhas adicionais junto de crianças das faixas etárias seguintes permitir-nos-ão, em investigação futura, identificar a idade de estabilização da estrutura.

A *Hipótese 1* é, assim, infirmada tanto pelos dados espontâneos como pelos experimentais. A fraca produtividade da estrutura nos dados espon-

tâneos não permitiu extrair conclusões sobre o modo como as crianças portuguesas adquirem o plural irregular em foco. Porém, os dados experimentais permitiram a constituição de uma base empírica para a descrição do comportamento das crianças portuguesas face a esta estrutura. A complementaridade dos dois tipos de dados revelou-se, assim, por um lado, na identificação da não produtividade do paradigma lexical em estudo em contexto espontâneo até aos 4 anos e, por outro, na possibilidade fornecida pelos dados experimentais de observar o processamento dos plurais irregulares em causa a partir desta idade.

O confronto entre os tipos de produções presentes nos dados espontâneos e nos experimentais permite-nos, uma vez mais, observar a complementaridade das duas abordagens metodológicas. No caso dos dados experimentais, a estratégia de reconstrução mais representada no *corpus* foi a preservação de /l/ com inserção de vogal (V[ij] → V[li]), com 86% de utilização em ambos os grupos etários (cf. Tabela 5). Este tipo de produção foi registada 2 vezes nos poucos dados espontâneos registados: *pincéis* [pĩséli] (Laura: 2;5); *caracóis* [kærekóli] (Pedro: 3;5). Como referido na secção 5.1, esta estratégia é a mais frequente nas formas espontâneas do singular para alvos com /l/ final (*caracol* [kóli] (Marta: 1;8); *papel* [pə'peli] (Marta: 2;2)), seguida da glidização de /l/ (*caracol* [ków] (Luís: 1;9)). Quando analisamos os dados experimentais, verificamos que as crianças ativam a estratégia de inserção de vogal usada em estádios iniciais de aquisição das formas singulares (*caracol* [kóli] (Marta: 1;8) para lidar com as formas plurais irregulares (cf. Tabela 5). No entanto, a segunda estratégia mais usada para produzir precocemente as formas singulares, a glidização de /l/ (*caracol* [ków] (Luís: 1;9)), raramente é ativada nos dados experimentais (vejam-se os valores de 3;5% no Grupo 1 e de 6,8% no Grupo 2, na Tabela 5). A observação das estratégias usadas nos dois tipos de registos orais estudados permite-nos, assim, destacar a complementaridade das duas abordagens metodológicas (a recolha de dados espontâneos e a de dados experimentais), cuja comparação nos conduziu à identificação de comportamentos linguísticos distintos nos dois contextos de produção de enunciados de fala, permitindo uma visão mais completa do processo de aquisição do plural em PE.

A produção preferencial da estrutura V[ij] como V[li] (86% em ambos os grupos experimentais) e a fraca ativação da estratégia de glidização de

/l/ nas produções das mesmas crianças permite-nos verificar que o processo de glidização de /l/ presente na gramática do PE (/l/ → [j]: /animal + Ø + s/ → [ɐnimájʃ]) é adquirido tardiamente em PE. Este facto parece contradizer predições na literatura segundo as quais a alofonia é adquirida precocemente (Fikkert & Freitas, 2006; Hayes, 2004; Peperkamp & Dupoux, 2002). No entanto, como referimos na secção 2, a estrutura em foco envolve, simultaneamente, alofonia e alomorfia (*singular* /l/ → [ʃ]; *plural*: /l/ → [j]), uma vez que a adjunção do marcador do plural / + s/ provoca alterações no formato da última consoante do radical ([[ɐnimát]_{radical}] → [ɐnimáj]_{radical} ʃ]), decorrente de restrições de natureza silábica. Neste caso, a aquisição tardia do processo poderá decorrer da complexidade inerente à natureza morfofonológica das variantes fonéticas envolvidas, com confluência de informação de dois módulos gramaticais numa mesma estrutura fonológica, o que vai ao encontro de Peperkamp e Dupoux (2002) e de Hayes (2004), que predizem uma aquisição tardia das variantes alomórficas.

Três interpretações podem ser listadas para dar conta da preferência pela estratégia de preservação de /l/ com inserção de vogal (V[jʃ] → V[ijʃ]; *caracóis* [kəɾəkóliʃ] (Pedro: 3;5)).

A primeira interpretação decorre do efeito do *Princípio do Ataque Máximo* (Selkrik, 1982), segundo o qual o preenchimento dos Ataques é preferível ao preenchimento das Codas. Face à estrutura-alvo CVC + Ø + C (/animal + Ø + s/), a presença de um marcador de classe vazio legitimaria a inserção da vogal que, em PE, funciona como preenchedor prosódico ([i]; cf. Freitas, 2004; Mateus & Andrade, 2000; Veloso, 2010). A inserção da vogal permitiria silabificar /l/ como Ataque e não como Coda. Paralelamente, a preferência por sílabas CV na aquisição estaria preservada. Note-se que esta estratégia pode estar também relacionada com a aquisição tardia da Coda lateral em PE (Freitas, Costa & Afonso, 2013; Mendes *et al.*, 2009/2013), o que impede o processamento de /l/ na Coda, com impacto na ativação do processo de glidização de /l/ decorrente de restrições silábicas (impossibilidade de hospedar duas consoantes em Coda (a lateral final do radical e o marcador de plural / + s/); na ausência de dados relativos à aquisição da Coda lateral nas crianças dos dois grupos experimentais, não nos é possível testar este cenário.

A segunda interpretação é de natureza morfológica. A inserção de [i] na posição do marcador de classe vazio⁸ denotaria a preferência das crianças pelo preenchimento segmental deste constituinte morfológico (/animal + Ø + s/ → [ɐnimál + i + j]), o que respeitaria a estrutura mais frequente dos nomes e adjetivos em PE (Villalva, 2008). Neste sentido, na aquisição do PE, marcadores segmentalmente preenchidos seriam estruturas não marcadas, enquanto a categoria vazia seria processada como morfolologicamente marcada.

Finalmente, a terceira interpretação relaciona-se com a construção gradual das representações fonológicas na aquisição e com o modo como as crianças armazenam informação segmental quando confrontadas com variantes alofónicas / alomórficas do sistema-alvo. Lembre-se que, neste caso, as crianças encontram, no *input*, três variantes fonéticas possíveis para o mesmo segmento fonológico /l/, como vimos em (2) na secção 2: [ɫ] em *animal*; [j] em *animais*; [l] em *animalesco*. Assim, e considerando a preferência pela estratégia de *preservação de /l/ com inserção de V* (como em *caracóis* [kəɾəkóliʃ] (Pedro: 3;5)), as crianças estariam a construir representações fonológicas das palavras terminadas em /l/ nas quais a raiz lateral alveolar já estaria estável aos 5;0 – 6;0. Na sequência da não aquisição do processo de glidização de /l/ (/l/ → [j]) aos 5;0 – 6;0, decorrente da complexidade morfológica da estrutura, as crianças produziriam [l] nas estruturas V[lɪʃ] (*caracóis* [kəɾəkóliʃ] (Pedro: 3;5)) como forma de respeitar todas as propriedades do segmento já disponível na representação fonológica, o /l/ final do radical (/animal]_{radical}/). A estratégia decorreria, assim, da preferência por preservar, no *output*, a informação armazenada na representação fonológica já disponível no léxico.

Investigação adicional com base em diferentes tipos de dados permitirá testar as várias interpretações aqui listadas, podendo as mesmas não ser exclusivas entre si, constituindo fatores interativos com impacto no comportamento verbal detetado.

Como referido na secção 2 deste artigo, palavras com /a, ɛ, ɔ, u/ como vogal final do radical ativam apenas 1 processo fonológico (glidização de /l/ – *animais, anéis, anzóis, azuis*), enquanto palavras com /i/ ativam 2 processos (glidização de /l/ e supressão de [j] – *funis*). Testámos o eventual

⁸ Os três marcadores de classe fonéticos em PE são [ɐ, u, i] (Mateus & Andrade, 2000; Villalva, 2008).

impacto da complexidade fonológica associada ao segundo caso, através da formulação da *Hipótese 2: formas plurais de palavras com /-il/ final apresentarão taxas de sucesso mais baixas do que formas plurais de palavras com /-al/, /-ɛl/, /-ɔl/ e /-ul/ finais*.

A *Hipótese 2* foi aparentemente confirmada pelos dados experimentais: itens lexicais com /-il/ final apresentaram os níveis de sucesso mais baixos (cf. gráficos 2 e 3), registando-se diferenças estatisticamente significativas entre /-il/ e as restantes estruturas (/ -al/, /-ɛl/, /-ɔl/ e /-ul/). Mais ainda, a comparação entre os gráficos 2 e 3 revela uma distribuição relativa semelhante para as cinco estruturas nos dois grupos etários; /-il/ é a estrutura com taxa de sucesso mais baixa, por oposição a /-ul/; as estruturas com vogais baixas não apresentam diferenças estatisticamente significativas entre si.

Os resultados parecem confirmar o efeito da complexidade fonológica no processamento dos alvos testados: a presença de apenas 1 processo fonológico (glidização da lateral: /l/ → [j]) nos plurais de palavras com /-al/, /-ɛl/, /-ɔl/ e /-ul/ facilitaria o seu processamento, por oposição ao dos alvos com /-il/, cujas formas plurais implicariam a ativação de 2 processos fonológicos (glidização da lateral: /l/ → [j]; supressão de [j] no ditongo [ij]).

No entanto, a interpretação segundo a qual a *Hipótese 2* é confirmada pode ser questionada. Por um lado, não sabemos ainda se o número de processos fonológicos ativados numa dada estrutura constitui, efetivamente, um índice de complexidade fonológica (leia-se a nota de rodapé 6 neste artigo). Por outro lado, o nível de conhecimento lexical das crianças relativamente aos itens integrados no teste de nomeação utilizado no nosso desenho experimental pode apontar para uma interpretação alternativa dos resultados: como referido na secção 4, o teste criado é assimétrico quer do ponto de vista do número de itens por condição, quer do ponto de vista do conhecimento lexical que cada sujeito tem sobre cada um dos itens selecionados. Tentámos que as palavras integradas no teste de nomeação fossem do conhecimento lexical das crianças até aos 4 anos (cf. *corpus* usado em Freitas, 1997). No entanto, embora não tenhamos avaliado o nível de conhecimento lexical de cada item por cada criança, alguns serão certamente menos familiares do que outros; os usados para /-il/ foram selecionados na ausência de melhores candidatos para a avaliação da estrutura em foco e poderão integrar-se no subconjunto dos menos familiares (*funil*;

barril). A ausência de informação sobre o nível de conhecimento lexical das crianças relativamente a cada item do teste constitui, assim, uma limitação ao estudo aqui apresentado.

Se confrontarmos as taxas de sucesso aqui obtidas para os plurais irregulares das palavras terminadas em lateral com as disponibilizadas em Ramalho (2010) para os plurais irregulares das palavras terminadas em ditongo nasal (cf. Gráfico 4, abaixo), verificamos que ambas as estruturas são adquiridas tardiamente, embora o paradigma das laterais seja ainda mais problemático do que o dos ditongos nasais nas faixas etárias emparelháveis (4;0 – 5;0 e 5;0 – 6;0):

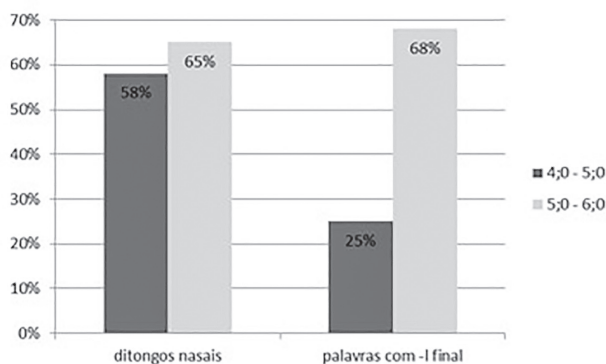


GRÁFICO 4: Plurais irregulares (palavras com // final e palavras com ditongo nasal).

Está em curso trabalho quer sobre a avaliação dos restantes plurais irregulares do PE, quer sobre outras faixas etárias ainda não avaliadas relativamente aos paradigmas irregulares enunciados no Gráfico 4. O objetivo é o de disponibilizar uma visão global do processo de aquisição do plural dos nomes e adjetivos, referido normalmente, em contexto de diagnóstico clínico, como ocorrendo cedo no desenvolvimento linguístico infantil em PE. Sendo verdade que a emergência da marcação do plural se dá precocemente na aquisição deste sistema linguístico, antes dos 2 anos, pelo domínio do plural regular (*pato*; *patos*), a conclusão de todo o processo de aquisição do plural dos nomes e adjetivos em PE parece acontecer mais tarde do desenvolvimento linguístico infantil, já depois dos 5 anos, na sequência da estabilização tardia das formas irregulares.

O domínio dos plurais irregulares em PE implica a aquisição de processos fonológicos da gramática do adulto ativados na geração dos formatos alofónicos e alomórficos do *input*. No caso dos dados avaliados neste artigo, a interface fonologia / morfologia parece ter um efeito despromotor na aquisição, o que confirma as predições em Peperkamp & Dupoux (2002) e em Hayes (2004). Tal tendência, no entanto, opõe-se à registada na aquisição das Codas fricativas correspondentes ao marcador do plural nas formas regulares (Freitas et al., 2001), bem como à relatada para a aquisição de variantes tónicas e átonas de vogais em PE (Fikkert & Freitas, 2006; Freitas, 2004, 2007), cujos resultados evidenciam um efeito promotor da informação morfofonológica na aquisição. Deseja-se que futuras investigações permitam: (i) continuar a testar o efeito (des)promotor da interface fonologia / morfologia na aquisição; (ii) avaliar a forma como as crianças adquirem os processos fonológicos que integram as suas gramáticas-alvo; (iii) contribuir com evidência empírica decorrente da aquisição das variantes alofónicas e alomórficas do *input* para a discussão do modo como as crianças constroem as suas representações fonológicas durante o processo de desenvolvimento linguístico; (iv) exportar, para os domínios clínico e educacional, informação cada vez mais detalhada sobre o desenvolvimento fonológico infantil, no sentido de promover o potencial dos instrumentos de avaliação linguística e a eficácia das estratégias de intervenção clínica e educacional.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. 2011. *Acquisition de la Structure Syllabique en contexte de Bilinguisme Simultané Portugais-Français*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Andrade, E. 1977. *Aspects de la Phonologie (Générative) du Portugais*. Lisboa: INIC.
- Amorim, C. 2014. *Padrão de Aquisição de Contrastes do PE: a interação entre traços, segmentos e sílabas*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- Bernhardt, B. & Stemberger, J. 1998. *Handbook of phonological development from the perspective of constraint-based nonlinear phonology*. San Diego: Academic Press.
- Bernhardt, B. & J. Stemberger 2000. *Workbook in Nonlinear Phonology for Clinical Applications*. Austin, Texas: Pro-Ed.

- Correia, S. 2004. *A Aquisição da Rima em Português Europeu – ditongos e consoantes em final de sílaba*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Fikkert, P. & Freitas, M. J. 2006. Allophony and allomorphy cue phonological development: Evidence from the European Portuguese vowel system. *Journal of Catalan Linguistics* 5, pp. 83–108.
- Fikkert, P. & Freitas, M. J. 2006. Allophony and allomorphy cue phonological development: Evidence from the European Portuguese vowel system. *Journal of Catalan Linguistics* 5, pp. 83–108.
- Fikkert, P. 1994. *On the Acquisition of Prosodic Structure*. Leiden: HIL.
- Fikkert, P. 2007. Acquiring phonology. In: P. de Lacy (Ed.), *Handbook of Phonological Theory*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Freitas, M. J. 1997. *Aquisição da Estrutura Silábica do Português Europeu*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Freitas, M. J. 2001. Os *ping[w]ins* são diferentes dos *c[w]elhos*? Questões sobre oclusivas velares, semivogais e arredondamentos na aquisição do Português Europeu. In: Correia, C. & A. Gonçalves (Eds.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 213-226.
- Freitas, M. J. 2004. The vowel [i] in the Acquisition of European Portuguese. In: J. van Kampen & S. Baauw (Eds.). *Proceedings of GALA 2003*. Vol.1. Utrecht: LOT, pp. 163-174.
- Freitas, M. J. 2007. On the Effect of (Morpho)Phonological Complexity in the Early Acquisition of Unstressed Vowels in European Portuguese. In: P. Prieto, J. Mascaró & M. Solé (Eds.). *Segmental and prosodic issues in Romance phonology*. Amesterdão, Philadelphia: John Benjamins, pp. 179-197.
- Freitas, M. J., Gonçalves, A. & Duarte, I. (org.s) 2010. *Avaliação da Consciência Linguística. Aspectos Fonológicos e Sintáticos do Português*. Lisboa: Ed. Colibri.
- Freitas, M. J., Miguel, M. & Faria, I. 2001. Interaction between Prosody and Morphosyntax: plurals within codas in the acquisition of European Portuguese. In: B. Hoehle & J. Weissenborn (Eds.). *Approaches to Bootstrapping. Phonological, Lexical, Syntactic and Neurological Aspects of Early Language Acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, vol. 2, pp. 45-58.
- Freitas, M. J., Almeida, L. & Costa, T. 2012. O papel da alofonia na construção de representações lexicais em contextos monolíngue e bilingue. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, volume 16, número especial (2012-2) sobre Aquisição da Linguagem. Universidade Federal de Juiz de Fora, pp. 85-108.
- Freitas, M. J., Costa, T. & Afonso, C. 2013. *Sobre a natureza das representações lexicais: aspectos fonológicos e morfológicos na aquisição da lateral em Português Europeu*. Conferência apresentada no IV Seminário de Aquisição Fonológica. Universidade Federal de Pelotas & Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.
- Gonçalves, A. & Freitas, M. J. 1996. Estatuto de a em construções aspectuais do Português. Evidências da Aquisição na interacção Fonologia/Sintaxe. In: Duarte, Inês & Matilde Miguel (Eds.) *Actas do XI Encontro da APL, volume III*. Lisboa: APL, pp. 297-313.

- Hayes, B. 2004. Phonological acquisition in Optimality Theory: the early stages. In: Kager, R., Pater, J., & Zonneveld, W. (Eds.). *Constraints in Phonological Acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 158-203.
- Ingram, D. 1989. *First Language Acquisition. Method, Description and Explanation*. Cambridge: CUP.
- Kerkhoff, A. 2007. *Acquisition of Morphophonology. The Dutch Voicing Alternation*. Tese de Doutoramento. Utrecht Institute of Linguistics.
- Komatsu, M. O. & Santos, R. S. 2007. A variação na aquisição de regras de sândi externo em português brasileiro. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 23, p. 223-244.
- Lamprecht, R. R., Bonilha, G., Freitas, G., Matzenauer, C., Mezzomo, C., Oliveira, C. & Ribas, L. 2004. *Aquisição fonológica do Português. Perfil de desenvolvimento e subsídio para terapia*. Porto Alegre: Artmed.
- Lleó, C. & Prinz, M. 1997. Syllable Structure Parameters and the Acquisition of Affricates. In: S. J. Hannahs & M. Young-Scholten (Eds.). *Focus on Phonological Acquisition. Language Acquisition and Language Disorders*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 143-163.
- Macken, M. 1995. Phonological acquisition. In: J. Goldsmith (Ed.), *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge: Blackwell Pub.
- Mateus, M. H., Brito, A. M., Duarte, I., Faria, I. H., Frota, S., Matos, G., Oliveira, F., Vigário, M. & Villalva, A. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Mateus, M.H. 1975. *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. Lisboa: INIC.
- Mateus, M.H., & d'Andrade, E. 2000. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: University Press.
- Matzenauer, C. 2009. Sobre as vogais médias pretônicas na aquisição do Português Brasileiro. *Organon (UFRGS)*, v. 23, p. 95-108.
- Mendes, A. L. & Andrade 2009/2013. *Teste Fonético Fonológico – Avaliação da Linguagem Pré-Escolar (TFF-ALPE)*. Universidade de Aveiro.
- Mezzomo, C. L. 1999. *Aquisição dos fonemas na posição de coda medial do português brasileiro, em crianças com desenvolvimento normal*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Mezzomo, C. L. 2003. *Aquisição da coda no português brasileiro: uma análise via teoria de princípios e parâmetros*. Tese de Doutoramento apresentado à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Brasil.
- Mezzomo, C. L. 2004. Sobre a aquisição das Codas. In R. Lamprecht et al., *Aquisição Fonológica do Português: Perfil de Desenvolvimento e Subsídios para a Terapia*. Porto Alegre: Artmed, pp. 129-150.
- Mezzomo, C. L., Mota, H. B. Dias, R.F. & Giacchini, V. 2010. Fatores relevantes para aquisição da coda lexical e morfológica no português brasileiro. *Revista CEFAC*, v. 12, p. 412-420.

- Miccio, A. & Scarpino, S. 2008. Phonological analysis, phonological processes. In: M. Ball et al. (Eds.) *The Handbook of Clinical Linguistics*. Cambridge: Blackwell, pp. 412-422.
- Morais. B. 1965. *Etudes de Phonologie Portugaise*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar [Reimpressão em 1983, Évora: Universidade de Évora].
- Morales-Front, A. & Holt, E. 1997. The interplay of phonology, morphology, and faithfulness in Portuguese pluralization. In: F. Martínez-Gil & A. Morales-Front (Eds.) *Issues in the Phonology and Morphology of the Major Iberian Languages*. Washington, D. C.: Georgetown University Press.
- Peperkamp, S. & Dupoux, E. 2002. Coping with phonological variation in early lexical acquisition. In I. Lasser (Ed.) *The Process of Language Acquisition*. Berlin: Peter Lang Verlag, pp. 359-385.
- Polo, N. 2013. *Interacción del desarrollo fonológico y morfológico en la adquisición del español: el desarrollo de las codas en la lengua materna*. Tese de Doutoramento apresentado à Universidade Complutense de Madrid.
- Ramalho, M. & Freitas, M. J. 2012. Morphophonological complexity in the acquisition of EP: the case of nominal plural forms with final nasal diphthongs. In: S. Ferré, Prévost, P., Tuller, L. & Zebib, R. (Eds.) *Selected Proceedings of the Romance Turn IV Workshop on the Acquisition of Romance Languages*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Ramalho, M. 2010. *Aquisição do Plural nos Nomes Terminados em Ditongo Nasal. Estudo com Crianças entre os 3 e os 7 anos*. Tese de Mestrado. Universidade de Évora.
- Rose, Y. 2000. *Headedness and Prosodic Licensing in the L1 Acquisition of Phonology*. Tese de Doutoramento, McGill University, Montréal.
- Santos, R. S. & Scarpa, E. M. 2003. A aquisição da morfologia verbal e sua relação com o acento primário. *Letras de Hoje, Porto Alegre*, v. 4, n.38, p. 249-260.
- Selkirk, E. 1982. Syllables. In: H. Hulst & N. Smith (Eds.). *The Structure of Phonological Representations*. Dordrecht: Foris, pp. 337-383.
- Smith, N. 1973. *The Acquisition of Phonology. A Case Study*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stampe, D. 1973/79. *A Dissertation on Natural Phonology*. New York: Garland Press.
- Veloso, J. 2010. Central, epenthetic, unmarked vowels and schwas: A brief outline of some essential differences. *Linguística – Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. 5(1): 193-213.
- Villalva, A. 2008. *Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Yamaguchi, N. 2012. *Parcours d'Acquisition des Sons du Language chez Deux Enfants Francophones*. Tese de Doutoramento, Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3.

Case opacity and Cliticization: On intervention and the triggers of different agreement patterns

Mihaela Marchis Moreno
mihaela.moreno@gmail.com

Ludovico Franco
franco.ludovico@gmail.com
Universidade Nova de Lisboa (Portugal)
Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

ABSTRACT: We will show that there are two types of languages which involve different mechanisms in obviating Minimality Violations/Defective Intervention and Case Opacity: Agreement languages of Punjabi/Icelandic-type with default agreement and Movement languages of Romanian/Spanish-type with phi-feature movement in form of cliticization. On the basis of rich empirical data we show that Case Opacity represents a case of defective intervention in agreement as the features of the phases introducing the oblique arguments block the agreement with the verb. Potential counterexamples can be accounted for by assuming that (oblique) clitics, in some languages, do not always move to T, so that the phi-features of the arguments they introduce still intervene and give rise to default agreement – as in Vafsi and some other Western Iranian varieties. Crucially, our approach has theoretical implications for the theory of case, cliticization and linear order.

KEYWORDS: case, agreement, clitic doubling, applicative head, defective intervention, experiencer.

1. Introduction

The phenomenon of intervention is a core topic of investigation in the recent minimalist literature starting with Chomsky (2000). The basic mechanism of intervention is that a finite T seeks a matching NP to agree, like in languages with subjects *in situ* for instance, or to attract like in languages with a strict SVO word order, but some other NP intervenes either in the agreement or the movement of a DP to a T. Dative/oblique DPs/PPs are interveners blocking subject-to-subject movement (see McGinnis 1998 for French, Torrego 1998 for Spanish, Holmberg & Hróarsdóttir 2003 for Icelandic, Rizzi 1986, Boeckx 2008 for Italian).

- (1) *Jean a semblé à Marie avoir du talent *French*
 Jean has seemed to Mary to.have of talent
 'Jean seemed to Mary to have talent.' (McGinnis 1998: 93)

According to Chomsky (2000) and Preminger (2008), defective intervention in agreement might trigger default agreement in languages such as Icelandic, as shown in (2) (see Holmberg & Hróarsdóttir 2003).

- (2) það finnst/*finnast) [mörgum stúdentum]dat *Icelandic*
 expl find.sg/*find.pl many students.pl.dat
 [sc tölvan ljótar].
 the.computer.sg.nom ugly
 'Many students find the computer ugly.' (Holmberg & Hróarsdóttir 2003:1000)

Yet, there are some languages that seem to obviate defective intervention: Romanian and Spanish are interesting with respect to intervention because in these languages clitic experiencers do not seem to intervene, unlike in other Romance languages like Italian or French, as reported in the literature (see (1)) (see Marchis Moreno & Petersen 2014). Indeed, contrary to what was reported in Torrego (2002), most of our informants considered grammatical the raising construction with experiencer clitics in (3).

- (3) a. Ese taxista me parece estar cansado. *Spanish*
 That taxi-driver cl.1sg seems to.be tired
 'That taxi-driver seems to me to be tired.'
- b. Taximetristul acela îmi pare să fie/a fi obosit *Romanian*
 Taxi-driver.the that cl.1sg seems subj be/to be tired
 'That taxi-driver seems to me to be tired.'

Crucially, we assume that defective intervention should occur also in Romanian and Spanish in the absence of clitic doubling. So doubling of experiencers is obligatory in these two languages:

- (4) a. ?Ion *(ii) pare Mariei să nu-l fi citit încă pe Goethe
 John cl.dat seems Mary.dat subj not-cl be read still dom Goethe
 'John seems to Mary not to have read Goethe.' *Romanian*
- b. ?Juan *(le) parece a María no haber leído a Goethe
 John cl.dat seems to Mary not have read to Goethe
 'John seems to Mary not to have read Goethe.' *Spanish*

Romanian and Spanish informants showed variable judgments with respect to the grammaticality of raising over clitic doubled experiencers.¹ However, no dialectal variation was observed between Peninsular and American Spanish but rather idiolectal preferences. Nonetheless, in this paper, we will show that not only an experiencer oblique DP causes defective intervention and, hence, default agreement like in Icelandic but also the oblique case of the arguments. Specifically, two apparently independent phenomena such as defective intervention and case opacity trigger the same surface results across languages, namely default agreement. This is precisely what happens in many Indo-Iranian languages with ‘exotic’ double oblique patterns and related alignment variants (cf. Malchukov 2008, Haig 2008). Consider the Punjabi examples in (5), adapted from Manzini et al. (2015).

- (5) a. *munḑ-e-ne* *roṭṭ-i* *khadd-i* *Punjabi*
 boy-obl.m.sg-erg bread-f.sg eat.prf-f.sg
 ‘The boy ate some bread’
- b. *kur-i-ne-ne* *roṭṭ-i-nu* *khadd-a*
 girl-f.sg-erg bread-fsg-Obl eat.prf-msg(default)
 ‘The girl ate the bread’
- c. *munḑ-e* *darvaddʒ-a* *khol-d-e*
 boy-abs.m.pl door-abs.m.sg open-prog-m.pl
 ‘the boy/the boys is/are opening the/a door’ (Manzini et al. 2015)

Under a Tense/Aspect/Mood (TAM) based ergativity split (cf. Coon 2013), in the Punjabi perfect the external argument of a transitive verb displays the ergative case *-ne*, while the verb, which is a perfect participle, agrees with the (absolutive) internal argument, as in (5a). When in the perfective a specific/definite internal argument bears the DOM case/postposition *-nu*, the DOM object does not agree with the perfect participle, which shows up in the default masculine singular, as illustrated in (5b). Namely, the agreement with the internal argument is blocked when it bears a DOM/dative inflection.² In the

¹ Marchis Moreno & Petersen (2014), that we follow here, assume that although the clitic removes the intervention effect in raising constructions in Romanian/Spanish, the expletive construction is preferred due to information structure/pragmatic reasons.

² In this paper, we follow Manzini & Franco (2016) in assuming that there is a syntactic category Dative coinciding with the morphological one and encompassing both thematic (goal) & DOM Dative in Indo-European languages. In Punjabi, as in many other languages, the same *-nu* inflection lexicalizes both DOM and Goal datives, as shown in (i).

(i) *tu:* *kəmidʒə* *o-nu* *pe:dʒ-d-a/-i* *a* *Punjabi*
 you.Abs(m/f) shirt.Abs-fsg he-Obl send-Progr-msg/-fsg be.Pres
 ‘You are sending a shirt to him’

imperfective, as in (5c), Punjabi displays a canonical nominative-accusative alignment.

Interestingly, there are also Indo-Iranian languages which may display a sort of agreement-like pattern in which objects agree with oblique (ergative-like) inflected arguments via (fronted) oblique clitics matching the phi-features of that arguments (e.g. experiencers in all TAM, agents in the perfective), as shown with the Vafsi (Northwest Iranian) examples in (6a,b), taken from Stilo (2009: 707). In these cases the verb shows up with a default inflection. With transitive imperfectives, as in (6c), alignment is nominative-accusative and the verb agrees with the external argument.

- (6) a. *tini_i kelj-i-s_i bæ-girætæ. Vafsi*
 he.obl girl-dom.f-cl.obl.3sg pfv-took.default
 ‘He married/took that girl’
- b. *taemen_i ane-m_i ær-gó*
 I.obl that.pl-cl.obl.1sg dur-like.default
 ‘I like that’
- c. *az_i in leyle-y æt-æsbir-om_i o esdæ*
 I.dir this boy-dom dur-entrust-cl.dir.1sg to you.obl
 ‘I am entrusting this boy to you’

Vafsi allows double oblique alignment in perfective sentences, as represented in (6a). In such cases the object bears a DOM oblique inflection. The pattern of agreement displays an oblique clitic doubling the phi-features of the (oblique/ergative) external argument and the verb surfacing with a default/expletive inflection.³

1.1. The Aim of the paper

One of the main questions to answer in this paper is, hence, what triggers default agreement and the doubling strategy. Our research question is to find an answer to why some languages are sensitive to defective intervention and/or oblique cases while others are not.

On the basis of empirical evidence we show that Case Opacity (Rezac 2008, cf. Alexiadou et al. 2014), namely the constraint which bans a DP with theta-related Case to value a ϕ -probe, represents a case of defective

³ Nonetheless, also in Iranian, as in Indo-Aryan (cf. the Punjabi examples in (5)), there are varieties that display double oblique alignment, without the presence of oblique pronominal clitics doubling the features of the external argument (e.g. in some Northern Kurdish varieties, cf. Baker & Atlamaz 2013, Karimi 2013, Haig 2008).

intervention in agreement as the features of the phases introducing the oblique arguments block the agreement with the verb. Typologically, there are two types of languages, which involve different mechanisms in obviating defective intervention/Case Opacity: Agreement languages of Punjabi/Icelandic-type with default agreement and Movement languages of Romanian/Spanish-type with phi-feature movement in form of cliticization.

Hence, the default agreement in e.g. Punjabi in (5) is basically due to Case Opacity. We assume that Case Opacity represents a case of defective intervention in agreement as the features introducing the oblique arguments block the agreement with the verb. Crucially, in line with Anagnostopoulou (2003, 2005), Preminger (2008) and Marchis & Alexiadou (2013) we assume that some languages such as Greek, Romanian, Basque, Spanish develop a special mechanism to obviate defective intervention such as phi-features matching by clitic doubling and, hence, they do not display default agreement. Furthermore, we will also try to account for the puzzling behaviour of those Iranian languages (of the type of Vafsi cf. (6)), which display oblique clitic matching and still surface with default agreement.

In a nutshell, we aim at proposing here a novel unified approach of two phenomena, namely Defective Intervention and Case Opacity, based on the idea that both arise as a result of a Phase violation. From this perspective, Case opacity may be reduced to a case of Defective intervention.

The paper is structured as follows. In section 2 we will provide a basic characterization of Defective Intervention and Case Opacity, providing also a set of empirical data from Romance and Indo-Iranian languages. Section 3 illustrates our core analysis, showing that natural languages appear to involve two types of mechanisms in obviating defective intervention/Case Opacity: default agreement and/or clitic doubling. Section 4 addresses some further theoretical implications raised by our analysis. The conclusion follows.

2.1. Defective Intervention

The general explanation for defective intervention follows from a Minimal Link Condition (Chomsky 1995: 311) or a Relativized Minimality (RM) (Rizzi 1990) violation: an element α may enter into a relation with an element β if there is no γ that meets the requirement(s) of α and γ c-commands β (7). The illicit relation is sketched in (8).

- (7) [α ... [$\dots \gamma$... [$\dots \beta$...]]] (γ c-commands β and α c-commands γ)
-
- (8) [_{TP} the students seem [_{DP} to-the teacher] [_{CP} that [_{TP} the students studied for the test]]

In the most typical case, Defective Intervention applies when a head (normally, finite T) acts as a Probe and searches a matching DP goal to establish an agree relation, but some other DP intervenes. In simple intervention, this other DP is itself suitable for agreement. In Defective Intervention, the intervening DP is not a good Goal for agreement, due to the fact that it has already had its features checked by some other element, most typically a preposition, an oblique case or an applicative morpheme. In this case, the lower DP is unable to check its features with the head, because the other (embedded) DP ‘is in the way’ (Bruening 2014). This might lead to ungrammaticality, as we have shown in (1) for French, to default agreement, as in Icelandic (2), or might lead to a repair strategy of sorts (e.g. cliticization in Spanish/Romanian).

If Romance [a DP] experiencers are not PPs but DPs with a considered to be actually a morphological realization of inherent (oblique) Case (cf. Torrego 1998, 2002) experiencers DPs should block A-movement. But, at this point, the question is why do we have then variation within Romance languages? In fact, if we look closer to languages that allow agreement with oblique cases and obviate defective intervention, we realize that those languages that seem to violate Minimal Link Constraint/Relativized Minimality in obviating Defective Intervention have an additional mechanism to save the derivation, namely cliticization. The oblique agreement in Basque has been identified by Preminger (2011) also as a case of clitic doubling that obviates defective intervention just like in Romanian, Greek and Spanish (cf. Anagnostopoulou 2005, Marchis & Petersen 2014). Anagnostopoulou (2003) points out that in Greek, cliticization of indirect objects systematically licenses A-movement of themes, an operation that is blocked in the absence of clitics in (9) due to the Minimal Link Condition (MLC) violation. However, note that the cliticization of the genitive object “Mary” in (9b) is not obligatory in active constructions:

- (9) a. [To vivlio]_i * (tis) charistike tis Marias t_i apo ton Petro. *Greek*
 The book cl-gen awarded the Mary-gen from the Peter.
 'The book was awarded to Mary by Peter.'
- b. O Gianis to edhose tis Marias.
 Gianis cl-acc gave-3sg Mary-gen
 'John have introduced her to Mary.'

In (9) when the indirect object clitic is realized in preverbal position, movement of the DP *to vivlio* is allowed as the intervening features of the indirect object have been removed through cliticization. Unlike in Greek (and in Romanian and Spanish, cf. (3) and (4)),⁴ dative/oblique DPs/PPs in other languages block subject-to-subject movement, as shown in (1).⁵

To sum up, we have illustrated so far that defective intervention can trigger either default agreement like in Icelandic, ungrammaticality like in French or clitic doubling like in Greek, Romanian and Spanish. As follows, we regard another type of intervention, e.g. Case Opacity, also triggered by oblique arguments.

2.2. Case Opacity

2.2.1. (Double) obliques and morphological default agreement in Indo-Iranian

In this section (focussing on Indo-Iranian varieties), we show that oblique arguments trigger patterns of default agreement as expected in case of (defective) intervention.

Rezac (2008; cf. also Alexiadou et al. 2014) proposes that oblique DP arguments (like the ones investigated here) are always embedded within a KP/PP shell, unlike structural nominative /accusative DPs which are bare DPs. Being complements of K/P, such DPs are often invisible to an outside probe (e.g. T) for Agree. Under certain conditions, however, oblique DPs

⁴ There is no distinction between restructured and non-restructured constructions with respect to intervention, since according to the Minimal Link Constraint the intervener blocks the A-movement of subjects independently whether it is in a mono-clausal or a bi-clausal structure.

⁵ Analogically, Marchis Moreno & Petersen (2014) show that in Brazilian Portuguese the A-movement of the subject is not possible when there is a full experiencer DP (cf. (ia)). The sentence is fine, however, with clitic experiencers (ib).

- (i) a. *Os alunos parecem ao professor que estudaram para a prova. *Br. Port.*
 the students seem-3pl [to the teacher]_{EXP} that studied.3pl for the exam
 b. Os alunos me parecem que estão cansados.
 the students cl.dat.1sg seem.3pl that are tired
 'The students seem to me to be tired.'

become visible for Agree. According to Rezac, this specifically happens whenever K/P has a ϕ -probe that enters an Agree relation with the DP below it, allowing the transmission of the features of the DP outside the PP. According to Rezac KP/PPs are phases (quite a standard view, at least since Abels 2003). This is the reason why the ϕ -features of the embedded DP are normally not visible for Agree to a probe beyond PP (e.g. T). As a result, Opacity obtains. Concerning Transparency effects, however, Rezac (2008) is not explicit on how the transmission of ϕ -features takes place as a result of P-DP Agree. One may postulate that the ϕ -probe on P is valued by the embedded DP and still remains active for further Agree with a higher probe, namely T.

Many Indo-Iranian languages display a double oblique alignment pattern in perfective transitive sentences. We have already seen some examples from Punjabi (5) and Vafsi (6). The term double oblique has been restricted in the typological literature (Malchukov 2008) to those languages displaying the same (oblique) inflection for both the agent and the (highly ranked in animacy/definiteness/specificity) patient/theme. Examples from Indo-Aryan micro-variation include Rajastani varieties, such as Bangru (10) (cf. Stronsky 2009, Manzini & Franco 2016). The doubled *ne* inflection below is indeed the all-purpose oblique inflection in these languages, encompassing ergative and DOM (and ‘proper’ dative morphology).

- (10) babbu-*nē* t̪ʰore-*nē* gʱəəŋa piṭṭa Bangru
 father-erg son-dom very much beat.prf.default
 ‘The father beat the son very much.’. (Stronski 2009: 220)

Nevertheless, once we assume that DOM object bears an inherent case (Manzini & Franco 2016, cf. Ormazabal & Romero 2013), also examples from Punjabi (cf. the DOM *-nu* inflection in (5b)) can be reduced to the same pattern of Bangru, with two (differently shaped/context sensitive, see. Manzini & Savoia 2011) oblique cases blocking agreement and the verb which shows up as a default form, normally corresponding to an ‘expletive’ 3rd person singular/a perfect participle (cf. Manzini et al. 2015). In our characterization of the Punjabi ergative morpheme *ne* assigned to the agent in (5), we assume – following a quite standard picture – that, at least in Indo-Iranian languages considered here, it is an inherent/oblique

case (Woolford 2006, Legate 2008, Karimi 2013, cf. Manzini et al. 2015 for evidence specifically concerning Punjabi).

The same double oblique pattern illustrated above for Indo-Aryan is widespread among Iranian languages (Comrie 2013). Indeed, many Iranian languages (though not Persian) are characterized by the same contrast between a nominative alignment in the imperfective and an ergative alignment in the perfect.⁶ In some Iranian languages, however, the internal argument bearing DOM dative/oblique case inflection is not sensitive to the ergative alignment in the perfect (namely it shows up in all TAMs). This precisely leads to a double oblique alignment pattern, where languages are often reported to use a ‘fossilised’ 3rd person singular agreement morpheme (default/expletive) in the perfect. Consider the Masali (North-Western Iranian) examples in (11) that illustrate this pattern:

- (11) a. xərdan-i asb-un vel â-du-a *Māsāli*
 child-obl.sg horse-obl.pl loose all-give.pst-default
 ‘The child let the horses go.’
 b. xərdan-un asb-i vel â-du-a
 child-obl.pl horse-obl loose all-give.pst-default
 ‘The children let the horse go.’ (De Caro 2008: 5)

Hence, default agreement is a widespread device when double oblique patterns arise in Iranian as in Indo-Aryan. Nevertheless, there is another pattern, to our knowledge previously unexplored in formal literature (with possibly the sole exception of Karimi 2013) that deserves to be illustrated in what follows. Some Iranian languages display a system in which default agreement is accompanied by a clitic doubling strategy, namely by obligatorily cross-referencing the oblique subject with an oblique pronominal clitic, usually a floating clitic which may be attached in front of the verb (less frequently) but also to other hosts in the clause (more frequently). We will illustrate here the case of Vafsi, based on the detailed account of Stilo (2004, 2010).

⁶ Consider the Zazaki (North-Western Iranian) examples below, taken from Toosarvandani and Van Urk (2012).

- i. Kutik-i ez guret-a *Zazaki*
 dog(m)-obl.m.sg 1sg.dir bite.Pst-1sg
 ‘The dog bit me.’
 ii. Ez layik-i vinen-a
 1sg.dir boy(m)-obl.m.sg see.prs-1sg
 ‘I see the boy.’

In Zazaki DOM/oblique inflections do not ever surface in the past/perfective, allowing the internal argument to agree with the verb in such contexts.

2.2.2. Focus on Vafsi oblique doubling

Vafsi belongs to the Tatic family of Northwest Iranian and has been extensively documented in Stilo (2004, 2009, 2010). As shown in (25), Vafsi is characterized by a TAM split in case assignment. More precisely, Vafsi alignment is characterized by three factors: (i) a TAM-based split ergativity (12a vs. b,c,d) (and its 'Double Oblique' variant), (ii) the presence of a DOM pattern insensitive to the alignment split (again 12a vs. b, c, d) (iii) doubling of core arguments with two different sets of (direct vs. oblique) clitics, with the oblique ones characterized by an accentuated mobility (Stilo 2010). Note that in a ditransitive structure (12d) all the arguments in the past/perfective may turn out to be expressed with oblique inflections.

- (12) a. *tæ* *in* *xær-i* *næ-ruš-i* *Vafsi*
 you this donkey-obl neg-sell-2sg
 'Won't you sell this donkey?'
- b. *in* *luti-an* *yey xær-esan* *æ-ruttæ*
 this wise.guy-obl.pl one donkey(dir)-cl.3pl.obl dur-sell.pst.default
 'These wise guys were selling a donkey'.
- c. *luas-i* *kærg-e-s* *bæ-værdæ.*
 fox-obl chicken-obl-cl.3sg.obl pfv-take.pst.default
 'The fox took the chicken.'
- d. *taemen* *kell-i-m* *hà-da* *hæsaen-i*
 I.obl daughter-obl.f-cl.1sg-obl pvb-gave.default Hassan.obl.m
 'I gave my daughter to Hassan.' (Stilo 2004: 243-244, 2010: 263)

In (12a) the definite internal argument is marked with a DOM/oblique (cf. (12d)), and agreement is with the (unmarked/direct) external argument. (12b) shows an ergative-like construction, involving an indefinite internal argument in the direct case and an external argument in the dative/oblique case. (12c) shows a double oblique pattern in which both external argument and the DOM internal argument are marked with the dative/oblique in the perfect. In both (12b) and (12c) the verb (in its past stem, cf. also Haig 2008) is set to default and an oblique clitic matching the phi-features of the external argument shows up. The triadic structure in (12d) shows the same pattern of (12c). Regarding the clitic doubling of core arguments, note that in Vafsi there are two clitic series represented in Table 1, from Stilo (2010: 244).

TABLE 1.

Person/ Number	Direct Case	Oblique Case	Set ₁		Set ₂	
			Suffix	Enclitic (Copula)	Enclitic	Prefix
1 st sg	æz	tæ-mén	-om(e)	= im(e)	= om	im-
2 nd sg	tæ	cs-dæ	-i	= i	= i	i-
3 rd sg	an, in	t-an-í, t-in-í	-e (comm. gender)	= e (m)	= es	is-
1 st pl	awán	t-awán	-ám(e)	= ám(e)	= oan	oan-
2 nd pl	soán	soán	-a	= a	= ian	ian-
3 rd pl	án-e, ín-e	t-an-án, t-in-án	-énd(e)	= énd(e)	= esan	isan-
'who'	ke	te-gé				

Arguments, as we have seen in the discussion that precedes, are normally co-indexed by two sets (labelled Set 1-2, in Table 1) of clitics in the verbal domain. Their rough distribution is illustrated in the examples in (13).

- (13) a. isan-ær-vend-am Vafsi
3pl.obl-dur-find-1pl.dir
'We will find them'
b. isan-ær-venda-yam
3pl.obl-dur-find.prf-1pl.dir
'They used to find us'

(13) illustrates an ergative split of sort. As argued in Stilo (2010: 248) "the flip-flop of functions" of direct and oblique clitics between the present and past tenses is a reflection of the TAM split between (fully canonical) Nominative-Accusative alignment in the present tenses vs. Ergative alignment in the past tenses in DP case marking. Oblique clitics (so called Set 2) co-index salient patients/themes in the present and direct clitics (so called Set 1) co-index non-salient (inanimate/unspecific) patients in the past. The mirror pattern is available with the external argument. It is obligatory matched by a direct clitic (agreement marker) in the present and by an oblique clitic in the past. In this latter case the verb invariantly shows up as a default form. Experiencers, as already illustrated in (6b) are matched in phi-features by an oblique clitic form in all tenses and the verbal element is again set to default. DOM is available independently of the presence of the oblique subject clitic, as shown with the minimal pairs below illustrating an ergative-like pattern (14a) and a double oblique alignment (14b), respectively. The host noun/pronoun can be in the direct or oblique case forms.

- (14) a. *tæmen æsbæ-m* *bæ-diæ* *Vafsi*
 l.obl dog.dir-cl.1sg.obl *pfv-saw.default*
 ‘I saw a dog.’
- b. *tæmen æsbæ-y-m* *bæ-diæ*
 l.obl dog-dom(obl)-cl.1sg.obl *pfv-saw.default*
 ‘I saw the dog.’

Oblique clitics are fronted and attached to a noun, pronoun, adverb or PP within the VP while direct clitics are invariably suffixed.

- (15) a. *hæzíri* *tani-m* *bæ-diæ* *Vafsi*
 yesterday *he.obl-cl.obl.1sg* *pfv-saw.default*
- b. *tani* *hæzíri-m* *bæ-diæ*
 he.obl *yesterday-cl.obl.1sg* *pfv-saw.default*
 ‘I saw him yesterday.’

Unergatives in the perfective present the same doubling effect and the external argument is co-indexed by an oblique clitic, as in (16).

- (16) *Tani* *há-s* *kærd* *Vafsi*
 He.obl *run-cl.3sg.obl* *do.pst.default*
 ‘He ran away’

In contrast, perfective unaccusatives display direct enclitics (i.e. agreement), as in (17). Interestingly similar contrasts can be observed in other Indo-Iranian languages.⁷

- (17) *bæ-ss-e* *yey xær* *ha-gir-e* *Vafsi*
 pfv-went-3sg.dir *one donkey(dir)* *pvb-take-3sg*
 ‘He went to buy a donkey.’ (Stilo 2004:243)

Finally in Vafsi there is also one particular, textually quite rare construction, termed by Stilo the “OSV Ergative”- construction represented below.

- (18) *æz* *æhmæd-i* *yédieym* *Vafsi*
 1sg.dir *ahmed-obl* *see.pst.1sg*
 ‘Ahmed saw me.’

⁷ A pattern roughly similar to that of Vafsi is at work in Sorani Kurdish (Thackston 2006, Karimi 2013, Manzini et al. 2015). In Sorani lexical DPs and pronouns lack case inflections. Nevertheless, an ergativity split of sort is still present in this variety and it is associated with the agreement inflections hosted by the verb and in the clitic system. A further similar pattern is described for Davani, a South-Western Iranian language spoken in Southern Iran by Dabir Moghaddam (2012: 65-68).

In this case, the external argument bears the oblique case, but it is never doubled by an oblique clitic and the verb agrees with the internal argument (showing up as direct enclitic/set1 inflection).

3. A unified analysis of default agreement and clitic doubling

On the basis of our data, languages seem to involve two types of mechanisms in obviating defective intervention/Case Opacity: default agreement and/or clitic doubling. If defective intervention and Case Opacity trigger a similar syntactic behaviour, then they might involve one and the same phenomenon. But how can we provide a unified analysis to Case Opacity and Defective Intervention?

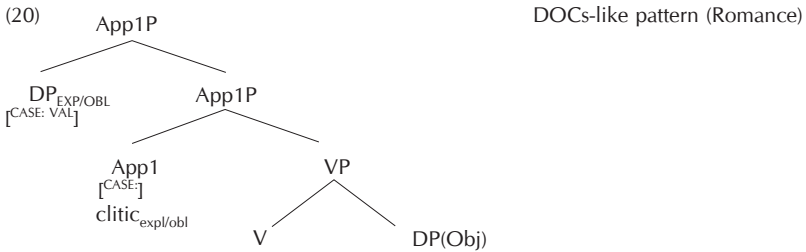
Case Opacity represents a case of defective intervention in agreement as the phases introducing the oblique arguments block the agreement with the verb. Following Abels (2004), Levinson (2011), Toosarvandani and Van Urk (2012), Pesetsky (2013), among others, we assume that prepositions (P) (and their inflectional/templatic counterparts in the verbal domain, namely applicatives (Appl), cf. Pykkänen 2008) may introduce a phase boundary. Whenever such condition is realized, the DP embedded within the P/K phase is invisible to agreement mechanics. The head of such a phase may be pronounced or not, but in any case it acts as an (oblique) case assigner in its minimal domain (cf. Rezac 2008). Moreover, both defective intervention and Case Opacity involve a uniform pattern to save the derivation within a language and across languages: either default agreement or cliticization. The technicality with respect to head intervention in Case Opacity and DP intervention in Defective Intervention/Minimal Link Constraint can be overcome if we assume a Featural Relativized Minimality in line with Starke (2001), Rizzi (2004) and Franks (2014), who all argue that both movement and intervention are feature-driven phenomena rather than minimality violations due to DP interveners (for more details, see Franks 2014).⁸ Another strategy is drawing upon default agreement just like in cases with double oblique alignment, as in Northern Kurmanji:

⁸ This approach goes hand in hand with Anagnostopoulou (2003, 2005) who shows that intervention is obviated by clitics, which remove intervening features. Cliticization of indirect objects systematically licenses A-movement of themes, an operation that is blocked in the absence of clitics due to the Minimal Link Condition (MLC) violation.

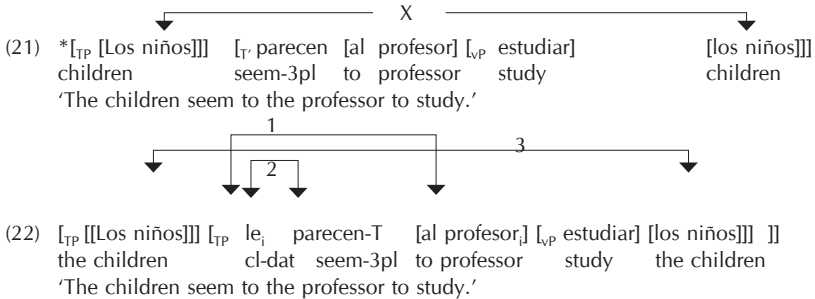
- (19) min te dit
 l.obl you.obl saw.default
 'I saw you.'

Northern Kurmanji

We argue that the clitic doubled dative/oblique DP/PP⁹ in both Spanish/Romanian and Vafsi is introduced by an applicative head,¹⁰ and c-commands the theme creating hence a new minimal domain, as roughly represented in (20) (cf. Anagnostopoulou 2005, Diaconescu & Rivero 2005, Marchis & Alexiadou 2013, Marchis Moreno & Petersen 2014):



Since all the oblique arguments both in Romance and in Indo-Iranian are introduced by an applicative head (cf. Manzini et al. 2015, Manzini & Franco 2016), the difference in defective intervention is made only by cliticization. Consider for instance the Spanish pair in (21)-(22), respectively involving an intervening lexical DP and an oblique clitic:



⁹ Crucially, Romance experiencers function as a DP (the preposition is a realization of inherent Case, Torrego 1998, 2002) while in English they are PPs that do not c-command the embedded arguments. That is the reason why English experiencers do not cause defective intervention (Boeckx 2008, Boeckx & Gallego 2008, for detailed discussion)

¹⁰ The main structural distinction between Romance and English experiencers is that the latter is not introduced by an applicative head and presumably does not strictly c-command the embedded clause.

According to Marchis Moreno & Petersen (2014), the derivation in (21) crashes because the embedded subject DP cannot agree and/or move since the features of the dative experiencer intervene (Anagnostopoulou 2003, Preminger 2008),¹¹ while the one in (22) is saved, because:

- i. the experiencer is doubled by a clitic that hosts the ϕ -features of the A-chain, rendering the ϕ -features in the DP inert for derivation (Anagnostopoulou 2003).
- ii. the clitic head Cl (Sportiche 1999) moves to T and its features are no longer in the probe domain of T (cf. Anagnostopoulou 2003, Marchis to appear).¹²
- iii. T is allowed to agree with the embedded subject DP and the embedded subject is allowed to move since there are no longer features that intervene.

On the basis of the discussion that precedes, we take that ergative/oblique external arguments in Indo-Iranian are also introduced by an Applicative head which assigns them oblique case. This is in line with Rezac (2008: 106–111) who assumes that Case Opacity results from a PP structure/phase whose features intervene and block phi-agreement between T and the embedded argument. In Indo-Iranian an adposition (normally a postposition) assigns oblique case to its argument, in conjunction with a theta-role. All in all, we go for a unified analysis of oblique arguments in Romanian-type and Punjabi-type languages. However, the distinction between clitic doubling languages of Romanian/Spanish-type and default agreement languages of the Punjabi-type is that the former are *Movement languages* involving phi-feature movement to an applicative head disguised as cliticization (cf. Anagnostopoulou 2003) while the latter are *Agreement languages* just like Icelandic: in the case of Case Opacity and/or defective intervention, they trigger default agreement.

Vafsi complicates the overall picture and that could be apparently problematic for our analysis based on the distinction between Agreement and Movement languages. Recall that like Punjabi, Vafsi verbs also involve default agreement in cases with double oblique arguments, despite that the oblique external argument is cliticized just like in Romanian and Spanish.

¹¹ Note that the experiencer must also obligatorily occur with the dative clitic in order to have its ϕ -feature and Case valued. Hence, “seem” + experiencers seem to be similar to the quirky constructions of the type *gustar* “like” in Romance where the dative clitics are obligatorily and the experiencers have structural quirky case (Rivero 2004).

¹² In contrast to Romanian/Spanish, dative experiencers in Italian and French are also oblique arguments introduced by an applicative head, but since they are not clitic-doubled, their intervening features have not been removed and create minimality effects (cf. Anagnostopoulou 2003, 2007).

The same pattern shows up when the direct object does not display a DOM inflection. The puzzle to solve is why the clitic in Vafsi does not obviate defective intervention like in Romance.

4.1. Towards an analysis of (doubling) oblique arguments in Vafsi

As we have seen in section 3.2, Vafsi alignment may trigger default agreement and oblique clitic doubling. Vafsi experiencers trigger default and clitic doubling irrespectively of TAM.

Cross-linguistically, we may see many instances of ‘doubled experiencers’, where the agreement on the verb targets the DP object. Consider the case of experiencer constructions in Romance. They may display oblique clitic doubling, which still do not disrupt the internal argument agreement with T. Consider for instance the Italian sentence in (23). Here, the dative experiencer is doubled by an oblique clitic. Contra what happens in the aforementioned Iranian varieties, verbal agreement is not set to default but targets the DP object (*i gelati*):¹³

- (23) A Gianni (gli) piacciono i gelati. *Italian*
to Gianni cl.obl.3sg like.3pl the.pl ice-cream.pl
‘Gianni likes ice-creams’

Apart from the different verbal agreement pattern, Vafsi displays the same syntax, as shown in (24) repeating (6b) for ease of reference:

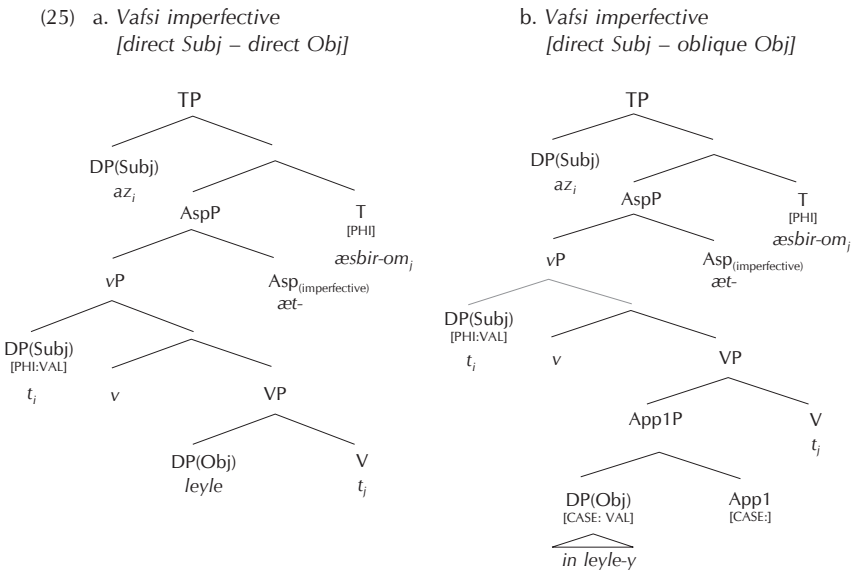
- (24) taemen ane-**m** ær-gó *Vafsi*
I.obl that.pl-cl.obl.1sg dur-like.default
‘I like those (things)’ (Stilo 2010)

If default agreement in presence of an oblique clitic has to be ascribed to defective intervention, as we argue, it is suspicious to find that languages may choose to agree or not in the presence of an intervener. Namely, if defective intervention is part of UG, it is unwelcome to find that languages may choose to obviate or not intervention in the presence of the very same

¹³ Notice however that in some sub-standard varieties of Italian default agreement may be acceptable in the presence of oblique clitic doubling, as in (i).

(i) Ai bambini gli piace i gelati
To.the.pl children cl.obl.3pl like.prs.default the.pl ice-cream.pl
‘Children like ice-creams’

syntactic pattern, as we have seen below with the oblique clitic doubling patterns of Vafsi vs. Romance experiencers. In this work we aim at explaining linguistic variation in terms of (a quite conservative) Chomskyan perspective on the (parasitic) relation of case with respect to agreement where the head acting as a probe is searching for a target in its agreement domain. Given this basic picture, we may try to address Vafsi agreement paradigm. We may assume that in the imperfective/present, T probes onto its domain with respect to its φ -set. The imperfective/present external argument is always targeted by the phi-probe on T, being the highest argument and being un-embedded under a phasal node (Appl/P). If an oblique case is attached to the internal argument because of DOM, we assume that this is licensed by a low Appl head, along the lines of Manzini & Franco (2016).¹⁴ The relevant patterns are shown respectively in (25a) (direct object) and (25b) (DOM/oblique).



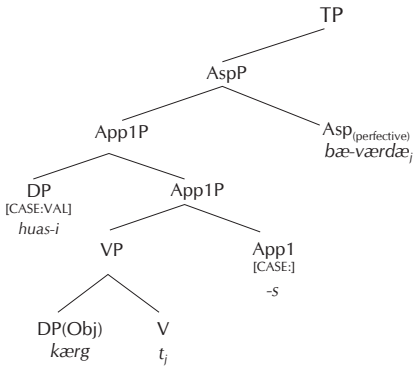
We may assume that in the perfective the external argument is introduced by the same Appl head introducing the salient internal argument, irrespectively

¹⁴ In Vafsi such Appl postposition is phonologically unrealized, but such a device is overtly displayed in many Indo-Iranian languages (e.g. Punjabi, Hindi, etc.).

of TAM specifications. Such head may be assumed to be parallel to a (high) Appl head, following insight by Pyllkannen (2008), Cuervo (2003). The Appl that introduces the perfective external argument not only assigns it oblique case but also causes it to be clitic-doubled, so that the perfective subject is doubled by an oblique-clitic, precisely hosted in Appl head, matching its phi-features. The motivation for this machinery may be ascribed to the fact that the external argument is assigned oblique case and the probe cannot see inside a Appl phase. Hence, the features of the oblique external argument are copied to be accessible for the T probe. In our view, in Vafsi the direct clitics (Set 1) are the realisation of true agreement with the grammatical subject, while oblique clitics (set 2) are the realisation of the Appl head. The rough representations of the alignment taking place in Vafsi perfective are illustrated below in (26a,b)).

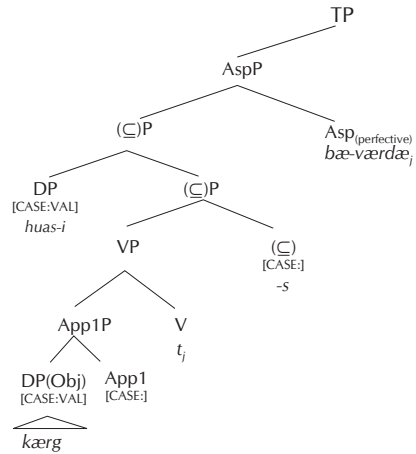
(26) a. *Vafsi perfective*

[oblique Subj-direct Obj]



b. *Vafsi perfective*

[oblique Subj-oblique Obj]



Our main concern is now why T is impeded to agree when an overt clitic morphologically marked with phi-features realizes the Appl head in Vafsi (contra what happens in Spanish/Romanian subject-to-subject raising constructions). We argue that the oblique clitic does not obviate defective intervention in Vafsi, because the clitic does not move to T so that the features

of the embedded argument are still intervening, blocking agreement (see (24) where the clitic is attached to the closest argument rather than to T). As already pointed out, in subject-to-subject raising constructions in Spanish/Romanian the clitic head *Cl* (Sportiche 1999) moves to T and its features are no longer in the probe domain of T (cf. Anagnostopoulou 2003, Marchis Moreno 2015). Thus, T is allowed to agree with the embedded DP, whence intervening material has been removed from its domain.¹⁵

We assume here that the different behaviour of Vafsi vs. Romance has to be ascribed to clitic movement. Vafsi oblique clitics do not obviate defective intervention because the Appl head does not move to T, so that the features of the experiencer/oblique inflected agent are still intervening. On the contrary, in Romance the Appl head moves to T (cf. Sportiche 1999) and its features are no longer in the probe domain of T. Thus, T is allowed to target the internal argument of the verb. As a piece of evidence that Vafsi oblique clitic hosted in Appl do not move to T we may consider the fact that they can be attached to other constituents, such as preposition, adverb etc., unlike in Romance where, as well known, it either precedes or follows the verb. Consider the example in (15b), reported in (27) for ease of reference.

- (27) tani hæzíri-m bæ-diæ
 he.obl yesterday-cl.obl.1sg pfv-saw.default
 'I saw him yesterday.

Furthermore, it is interesting to consider the data we have reported in (18) that show that there is a rare construction in Vafsi where there is 'direct' enclitic (i.e. full) agreement on the verb in the presence of a 'non-doubled' oblique external argument. Examples like (18) apparently show that the clitic is responsible for blocking the agreement in Vafsi, contrary to Romance. Here we have a (quite standard) ergative construction, with T picking up the internal argument for agreement purposes. The simplest explanation is to say that in (18), given the absence of the clitic, there is no applicative head to block T to probe, so there are structural differences

¹⁵ Some other recent analyses have been proposed in the literature for the patterns of agreement in Western Iranian Languages. Baker & Atlamaz (2013) specifically address Kurmanji Kurdish varieties. They assume that the perfect is passive-like and differs from the imperfective in that it involves a non-phasal *v* and that the oblique subjects surfacing in the perfect are simply defaults. Specifically, they propose an analysis based not on the category T, but on the category Voice.

between constructions with clitics in Vafsi, which involve an Appl head, and those without clitics that do not have an Appl head and, hence, do not intervene. The latter are similar to English raising-over-experiencers constructions where experiencers never intervene because the experiencer is not introduced by an Appl head in *John seems to Mary to be intelligent*. That we are on the right track is confirmed by the different behaviour of unaccusatives/unergatives in the past/perfective. We have seen that perfective unaccusatives in Vafsi trigger direct agreement and no oblique clitics (i.e. the same pattern as with present/imperfective) while perfective unergatives adopt the clitic doubling strategy (cf. (16) vs. (17)). How to explain this split-intransitivity contrast in agreement? We assume that unaccusatives take as their only argument their sister DP and do not have the need of a further argumental slot between T and V (at least a set of pure unaccusatives behave like that and do not require a *v-like* projection in their derivation, cf. Deal 2009). T finds no intervention in probing onto its domain and triggers ‘direct agreement’ (Vafsi Set 1 enclitics). Following Hale & Keyser’s (1993) original intuition we assume that, on the contrary, unergatives have the shape of hidden/concealed transitives, involving (at least) a two-tiered structure, e.g. v-V according to Chomsky (1995). In such case we have an added projection between T and V (just like standard transitives in the perfective). We assume that Vafsi realized this projection as High Appl (and not as v), leading to a clitic doubling pattern. Given the constraint on clitic movement illustrated above, T cannot probe and the agreement on the verb is set to default. Hence, data from experiencers and split-intransitivity patterns in West-Iranian languages are particularly useful in showing that in such varieties there are two heads (T and Appl) that do not join “their” forces to obviate defective intervention: due to the defective intervention of the Appl head, T can probe only defectively – so it triggers default/underspecified agreement while Appl probes full phi-features in form of the oblique clitic. In Romance, the Appl and the T head join – so that we have a complex head that jointly probes obviating defective intervention. The oblique clitics in Romance are the manifestation of an agreeing Appl head, then they move to T, allowing it to further probe downwards without encountering intervention.¹⁶

¹⁶ An anonymous reviewer wonders why default agreement is not an universal rescue strategy across natural languages. Here, we assume that it has to do with the nature of the embedded domain and the availability of exple-

4. Theoretical Implications for the proposed analysis

Our analysis has several theoretical implications and it provides evidence or counter-evidence for different approaches of case assignment, the analysis of clitics and of the defective intervention.

4.1. Dependent Case vs. Parasitic Case

Bobaljik (2008) and Preminger (2011) offer accounts for agreement failure. Their idea is in a way the opposite of Chomsky's (2001) – namely that case is primitive with respect to agreement. Which DP agrees with a given head is determined by an accessibility hierarchy of cases, where unmarked cases are maximally accessible, followed by dependent cases and finally, by inherent cases (in a fashion similar to the implicational hierarchy assumed in the typological literature, cf. Moravcsik 1978). When an inflectional head does not find an accessible target – for instance in the double oblique structures exemplified above for Punjabi/Masali perfects, the derivation does not crash; rather the morphology insures that the relevant inflection surfaces in the default form.

Despite these welcome results in accounting for linguistic variation, there does not seem to be any special advantage in the accessibility hierarchy of cases with respect to a naked stipulation of the facts, like the VIVA (Visibility of Inherent-Case to Verbal Agreement) parameter of Anand and Nevins (2006), namely languages will differ as to whether their verbs can agree with an inherently case-marked DP.

Another way to go would be to consider that certain morphemes such as Agreement (AGR) nodes or Case features are added after syntax as they are demanded by language-specific requirements and are never essential to semantic interpretation (see Marchis Moreno 2015). This could explain the mismatch or the split between direct/unmarked and indirect/marked cases in the discussed varieties. In the spirit of Embick & Noyer (2006), we could argue that the direct Case is relevant only at PF while indirect Case, such as the oblique one, bears semantic content ('inclusion/part-whole', Manzini et al. 2015, Manzini & Franco 2016, 'familiarity' in Greek, Anagnostopoulou

tives in a given language. In a nutshell, we assume that languages that allow expletives like Icelandic/Punjabi permit underspecification and Default Agreement, which is prohibited in languages with clitic doubling (e.g. Spanish/Romanian) especially because, as we have shown in some detail, the mechanism of clitic doubling acts as a repair strategy.

2003, ‘possession’ in Romanian, Marchis Moreno & Alexiadou 2013) and, hence, it is introduced by the applicative head in the syntax, conditioning the choice of Vocabulary Items. But how does the mechanism of Vocabulary Insertion know how to make the right choice between the two Vocabulary Items, marked or unmarked cases, full versus default agreement? The Subset Principle (cf. (28)) resolves this case of competition.

- (28) Subset Principle: The phonological exponent of a Vocabulary Item is inserted into a position if the item matches all or a subset of the features specified in that position. Where several Vocabulary Items meet the conditions for insertion, the item matching the greatest number of features specified in the terminal node must be chosen (Halle 1997).

By the virtue of the fact that the phonological exponent of a Vocabulary Item is inserted into a position only if the item matches all or a subset of the features specified in that position, unmarked items cannot be inserted in a position where the applicative head triggers the feature set-inclusion/possession/part-whole. Specifically, oblique cases come as a free rider with the semantic content of the applicative head while unmarked/direct cases are realized post-syntactically since they do not trigger interpretable information at LF. Analogically, default agreement (like in Icelandic and Punjabi) is a case of underspecification due to defective intervention/Case Opacity and it takes place post-syntactically as the result of failed Agree in the syntax (cf. Chomsky 2000, Holmberg and Hróarsdóttir 2003, Preminger 2011).

4.2. A defragmented view on clitics

In the literature there are two divergent perspectives: clitics were either argued to be base generated in their surface position (Rivas 1977, Jaeggli 1982, 1986, Borer 1984, Suñer 1988, Sportiche 1999) or to be generated in an argument position and to undergo movement to their surface position, (e.g. Kayne 1975, Torrego 1988, Uriagereka 1995, Anagnostopoulou 2003).

This paper regards only dative/oblique clitics which are analyzed as *la* Anagnostopoulou as the reflex of phi-feature movement in order to obviate defective intervention. However, we have shown that they realize the applicative head, triggering, hence, a rich(er) semantic content. Thus, we have provided evidence that oblique clitics are not agreement markers like

default verbal agreement and, hence, they are real syntactic objects. The empirical facts from Vafsi clearly point to such an interpretation: direct clitics are agreement markers while oblique clitics are syntactic objects that realize the Appl head interpreted as inclusion/possession at LF.¹⁷

4.3. A linear view on defective intervention: Bruening (2014)

A potential counter-argument for our approach comes from Bruening (2014), who debates the status of defective intervention as a real syntactic phenomenon. Bruening (2014) argues that both experiencers and adverbs do not syntactically intervene but rather disrupt the linear order of the constituents.

- (29) *Jean a semblé [au cours de la réunion] avoir du talent. *French*
 John has seemed during the meeting to have talent.
 'John seemed during the meeting to have talent.' (Bruening 2014: 714)

Marchis Moreno & Petersen (2014) show that Bruening's (2014) potential counterexamples to the existence of syntactic defective intervention in the case of experiencers are only apparent. Based on Haider's (2001) fine-grained analysis of adverbs/adjuncts, they show that experiencers and adverbs occupy completely different positions in the architecture of the clause and, hence, create different locality effects in A movement. Note that in the examples below, only phrasal adverbs that modify the embedded verb like in (30) intervene and not higher adverbs such as *often* or *soon* like in (31) that are based generated in the matrix clause:

- (30) ?*Maria pare în aceste condiții să nu mai plece în concediu. *Romanian*
 Mary seems in these conditions subj not go-3pl on vacation.
 'Mary seems in those conditions not to go anymore on vacation.'
- (31) Ion părea adesea să aibă talent.¹⁸
 Johns seemed often subj have-3sg talent
 'John often seemed to have talent.' NOT: 'John seemed to have talent often'

¹⁷ The idea that clitics realize the Appl head is not new, it has been proven from by several scholars (see Anagnostopoulou 2003, 2007, Diaconescu & Rivero 2005, Marchis & Alexiadou 2013 among others) but these same scholars have also shown that clitics come in different guises. One way to distinguish between clitics and agreement markers would be to show that they occur at different stages in derivation: syntax vs. PF and that they are outcome of two different processes: Move vs. Agree.

¹⁸ We thank Ion Giurgea for this example and for drawing us attention to the different adjunction positions of adverbs in Romanian.

Bruening's claim that linear position could explain the unacceptability of sentences in (29)-(30) predicts that 'adjunct of all types are banned in the same position as experiencer PPs' (Bruening, 2014: 715). Cases such as (31) contradict Bruening's proposal¹⁹ (for a more detailed analysis of these adverbs see Haider 2004 and Marchis & Petersen 2014).

5. Conclusion

There are two types of languages which involve different mechanisms in obviating minimality violations and Case opacity: Agreement languages of Punjabi/Icelandic-type with default agreement and Movement languages of Spanish/Romanian-type with phi-feature movement in form of cliticization (cf. Marchis Moreno, to appear). Rich empirical data clearly show that two apparent distinct phenomena such as Case Opacity and defective intervention are actually one and the same: Case Opacity represents a case of defective intervention in agreement, as the features of the phases introducing the oblique arguments block the agreement with the verb. Across languages there is, however, a mechanism to obviate defective intervention, namely cliticization. Languages like French do not have means to obviate defective intervention when the experiencer is present (e.g. they lack clitic doubling) so that the derivation crashes when the movement of a DP crosses an experiencer that is realized in a higher Spec of an applicative head. However, the clitic alone does not suffice to obviate the defective intervention of the oblique – Vafsi teaches us that defective intervention can be overcome only if the clitic moves to T so that there are no longer phi-features in the probe domain of T that intervene. Clitics repair defective intervention only in languages where the Appl head and T join their forces and build a complex head via the climbing of the clitic to T as in Romanian and Spanish. The assumptions of this paper have crucial implications for Case Theory (dependent vs. marked and syntactic vs. post-syntactic case assignment), for a defragmented analysis of the clitics and for Bruening's proposal against syntactic intervention and in favour of linear intervention (cf. Marchis Moreno & Petersen 2014).

¹⁹ Marchis Moreno & Petersen (2014) assume that the contrast between (30) and (31) is due to several reasons: first, Bruening's adverbial phrases are part of the embedded clause (they can be easily interpreted in the embedded event), while the adverbs in the examples (32) clearly modify the matrix verb. Therefore, the positions of these different adjuncts might play a role in the acceptability of these sentences.

Acknowledgements

An earlier version of this article was presented at BLINC2015 – Budapest Linguistics Conference (June 18-20, 2015). We thank the audience for comments and criticism. We thank Paolo Lorusso, Rita Manzini, Matthew Reeve, Leonardo Savoia and two anonymous reviewers for useful data and comments. We gratefully acknowledge the *Portuguese National Science Foundation*, Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), for supporting this work with the research grant IF/00846/2013.

REFERENCES

- Abels, K. 2004. Successive Cyclicity, Anti-Locality, and Adposition Stranding. Doctoral dissertation, University of Connecticut.
- Anand, P. & A. Nevins. 2006. The locus of ergative case assignment: Evidence from scope. In: Johns, A., D. Massam & J. Ndayiragije (Eds.). 2006. *Ergativity: Emerging issues*, 3–27. Dordrecht: Kluwer.
- Alexiadou, A., E. Anagnostopoulou & C. Sevdali. 2014. Opaque and Transparent Datives, and How They Behave in Passives. *Journal of Comparative Germanic Linguistics* 17: 1-34.
- Anagnostopoulou, E. 2003. *The syntax of Ditransitives: Evidence from Clitics*. Berlin/ NewYork: Mouton de Gruyter.
- Anagnostopoulou, E. 2005. Cross-linguistic and Cross-categorial Variation of Datives. *Advances in Greek Generative Syntax*. In: M. Stavrou & A. Terzi (Eds.), Amsterdam: John Benjamins.
- Baker, M., & Ü. Atlamaz. 2013. On the Relationship of Case to Agreement in Split Ergative Kurmanji. Ms. Available at: http://www.rci.rutgers.edu/~ua46/assets/pdf/mb_ua_draft.pdf
- Bleam, T. 1999. *Leísta Spanish and the Syntax of Clitic Doubling*. Ph.D. dissertation, University of Delaware.
- Bobaljik, J. D. 2008. Where's Phi? Agreement as a postsyntactic operation. In: D. Harbour, D. Adger and S. Béjar (Eds.), *Phi theory: Phi-features across modules and interfaces*, 295-328. Oxford: Oxford University Press.
- Borer, H. 1984. *Parametric Syntax: Case Studies in Semitic and Romance Languages*. Dordrecht: Foris.
- Bruening, B. 2014. Defects of Defective Intervention. *Linguistic Inquiry* 45: 707-719.
- Boeckx, C. 2008. *Aspects of the syntax of agreement*. London: Routledge.

- Boeckx, C. & A.J. Gallego 2008. Clitic Climbing by (LongDistance) Agree. Paper presented at *Meeting clitics*. Workshop on explanatory proposals of clitics. Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 18-29 August 2008.
- Chomsky, N. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Chomsky, N. 2000. Minimalist Inquiries: The Framework. In: R. Martin, D. Michaels & J. Uriagereka (Eds.), *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*, 89-155. Cambridge, MA: MIT Press.
- Chomsky, N., 2001. Derivation by Phase. In Kenstowicz, M. (Ed.), *Ken Hale: A Life in Language*, 1-54. Cambridge, MA: MIT Press.
- Comrie, B. 2013. Ergativity in Iranian languages. A typological perspective. Hand-out of a talk given at International Conference on Iranian Linguistics, University of Bamberg, 2013, August 24-26.
- Coon, J. 2013. *Aspects of split ergativity*. Oxford: Oxford University Press.
- De Caro, G. 2008. Remarks on alignment variation in Mâsâli (Southern Tâleshi), Ms. SOAS, London.
- Dabir-Moghaddam, M. 2012. Linguistic typology: An Iranian perspective. *Journal of Universal Language* 13. 31-70.
- Deal, A. R. 2009. The origin and content of expletives: evidence from “selection”. *Syntax* 12: 285-323.
- Diaconescu, C., R. & Rivero, M. L. 2005. An Applicative Analysis of Double Object Constructions in Romanian. Proceedings of the 2005 Annual Conference of the Canadian Linguistic Association. University of Ottawa.
- Franks, S. 2014. Multiattachment Syntax, “Movement” Effects, and Spell-Out. In: Kosta, P., S. Franks, T. Radeva-Bork & L. Schürcks (Eds.), *Minimalism and Beyond. Radicalizing the interfaces*. Amsterdam: John Benjamins.
- Haig, G. 2008. *Alignment change in Iranian languages: A construction grammar approach*. Berlin: De Gruyter.
- Haider, H. 2004. Pre- and postverbal adverbs in VO and OV. *Lingua* 114: 779-807.
- Hale, K. & S. J. Keyser. 1993. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: K. Hale & S. J. Keyser (Eds.), *The view from building 20. Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*, 53-109. Cambridge, MA: MIT Press.
- Halle, M. 1997. Distributed morphology: Impoverishment and fission. In: B. Bruening, Y. Kang & M. McGinnis (Eds.), *MITWPL 30: Papers at the Interface*, 425-449. MITWPL: Cambridge, MA.
- Holmberg, A. & T. Hróarsdóttir. 2003. Agreement and movement in Icelandic raising constructions. *Lingua* 113: 997-1019.
- Jaeggli, O. 1982. *Topics in Romance Syntax*. Dordrecht: Foris.
- Jaeggli, O. 1986. Three Issues in the Theory of Clitics: Case, Doubled NPs, and Extraction. In: H. Borer (Ed.), *The Syntax of Pronominal Clitics*, 15-42. New York: Academic Press.
- Karimi, Y. 2013. Extending defective intervention effects. *The Linguistic Review* 30: 51-77.
- Kayne, R. 1975. *French Syntax: The Transformational Cycle*. Cambridge, MA: MIT Press.

- Levinson, L. 2011. Possessive WITH in Germanic: HAVE and the role of P. *Syntax* 14: 355-393.
- Malchukov, A. L. 2008. Animacy and asymmetries in differential case marking. *Lingua* 118: 203-221.
- Manzini, M. R. & L. M. Savoia. 2011. Reducing “case” to denotational primitives: Nominal inflections in Albanian. *Linguistic Variation* 11: 76-120.
- Manzini, M. R. & L. Franco. 2016. Goal and DOM datives. *Natural Language & Linguistic Theory*. 34: 197-240.
- Manzini, M. R., Savoia, L. M., & L. Franco. 2015. Ergative case, Aspect and Person splits: Two case studies. *Acta Linguistica Hungarica* 62: 297-351.
- Marchis Moreno, M. to appear. ‘Minimal Link Constraint’ Violations: Move vs. Agree. *Romance Languages and Linguistic Theory*. Amsterdam: John Benjamins.
- Marchis Moreno, M. 2015. Relational adjectives at Interfaces. *Studia Linguistica* 69: 304-332.
- Marchis Moreno, M. & A. Alexiadou. 2013. The syntax of clitics revisited: Two types of clitics. *Lingua* 127: 1-13.
- Marchis Moreno, M. & C. Petersen. 2014. On locality effects in Brazilian Portuguese and Romanian: hyper-raising vs. LDA. Paper presented at LSRL44, London, Ontario, May 2-4, 2014.
- McGinnis, M. 1998. Locality in A-Movement. Doctoral dissertation, Cambridge, MA: MIT.
- Moravcsik, E. A. 1978. Agreement. In J. H. Greenberg (Ed.), *Universals of human language*. Stanford, CA: Stanford University Press, 331-373.
- Ormazabal, J. & J. Romero. 2013. Objects Clitics, Agreement, and Dialectal Variation. *Probus* 25: 301-344.
- Pesetsky, D. 2013. *Russian Case Morphology and the Syntactic Categories*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Preminger, O. 2008. Breaking agreements: distinguishing agreement and clitic doubling by their failures. *Linguistic Inquiry* 40: 619-666.
- Preminger, O. 2011. Agreement as a Fallible Operation. PhD dissertation, MIT.
- Pylkkänen, L. 2008. *Introducing Arguments*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Rezac, M. 2008. Phi-Agree and theta-related Case. In: D. Harbour, D. Adger, & S. Béjar (Eds.), *Phi theory: Phi-features across interfaces and modules*, 83-129. Oxford: Oxford University Press.
- Rivas, A. M. 1977. A Theory of Clitics. PhD dissertation, MIT.
- Rivero, M. L. 2004. Spanish Quirky Subjects, Person Restrictions, and the PCC. *Linguistic Inquiry* 35: 53-66.
- Rizzi, L. 1986. On chain formation. In H. Borer, *The Syntax of pronominal clitics*, 65-95. New York: Academic Press.
- Rizzi, L. 1990. *Relativized Minimality*. Cambridge MA: MIT Press.
- Rizzi, L. 1997. The Fine Structure of the Left Periphery. In: L. Haegeman (Ed.), *Elements of Grammar*, 281-337. Dordrecht: Kluwer.

- Rizzi, L. 2004. Locality and Left Periphery. In: A. Belletti (Ed.), *Structures and Beyond. The Cartography of Syntactic Structures*, vol.3, 104-131. New York: Oxford University Press.
- Sportiche, D. 1999. *Partitions and Atoms of Clause Structure. Subjects, agreement, case and clitics*. London/New York: Routledge.
- Starke, M. 2001. Move Dissolves into Merge. PhD Dissertation, University of Geneva.
- Stilo, D. 2004. Grammar notes. In: D. Stilo (Eds.), *Vafsi Folk Tales*. Wiesbaden: Reichert, 223-244.
- Stilo, D. 2009. Case in Iranian: From reduction and loss to innovation and renewal. In: A. Malchukov & A. Spencer (Eds.), *The Oxford Handbook of Case*, 700-715. Oxford: Oxford University Press.
- Stilo, D. 2010. Ditransitive constructions in Vafsi: A corpus based study. In: A. Malchukov, M. Haspelmath & B. Comrie (Eds.), *Studies in Ditransitive Constructions: A Comparative Handbook*, 243-276. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Stronski, K. 2009. Variation of Ergativity Patterns in Indo-Aryan. *Poznan Studies in Contemporary Linguistics* 45: 237-253.
- Suñer, M. 1988. The Role of Agreement in Clitic-Doubled Constructions. *Natural Language and Linguistic Theory* 6: 391-434.
- Thackston, W. M. 2006. Sorani Kurdish: A reference grammar with selected readings. Manuscript. Harvard University.
- Toosarvandani, M. & C. van Urk. 2012. Directionality and intervention in nominal concord: Evidence from Zazaki ezafe. Poster presented at the 43rd Annual Meeting of the North East Linguistic Society (NELS), City University of New York, Graduate Center, October 19th.
- Torrego, E. 1988. A DP Analysis of Spanish Nominals. Unpublished manuscript, University of Massachusetts.
- Torrego, E. 1998. *The Dependencies of Objects*. MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- Torrego, E. 2002. Arguments for a Derivational Approach to Syntactic Relations based on clitics. In: S. Epstein & T. Seely (Eds.), *Derivation and Explanation in the Minimalist Program*, 249-268. Malden, MA: Blackwell.
- Uriagereka, J. 1995. Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance. *Linguistic Inquiry* 26: 79-124.
- Woolford, E. 2006. Lexical Case, inherent Case, and argument structure. *Linguistic Inquiry* 37: 111-130.

Discourse markers of enunciative responsibility in Portuguese stand-up comedy*

Milana A. Morozova
milana1002@gmail.com

*Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa,
Universidade Nova de Lisboa (Portugal)*

ABSTRACT: This contribution explores the role of discourse markers in signaling enunciative responsibility (ER) (i.e. a mechanism that allows evaluating the degree of authorship displayed in texts) in a particular genre – Portuguese stand-up comedy. The research is situated within Text Linguistics; specifically, on Textual Analysis of Discourses (Adam 2008). The main interest lies within the scope of markers of ER, which attribute different points of view (PoV) to various parts of texts and include three categories: marker-mediators (*“de acordo com”* according to, *“segundo”* conforming to, etc.), markers of reformulation (*“isto é”* that is, *“em outras palavras”* in other words, etc.), and markers of conversational structure (*“bom”* well, *“você vê/tu vês”* you see, *“você sabe/tu sabes”* you know, etc.). Applying both quantitative and qualitative methods to a collected corpus, not only are the frequency and the distribution of different categories of markers of ER analyzed, but the equivalence of the degree of responsibility in all the three categories is questioned. The results of the analysis show an uneven distribution among the three categories of discourse markers of ER: while the markers of conversational structure are highly present in the oral data, marker-mediators are almost absent. The paper then looks at the category of ER in terms of qualitative analysis, and verifies that for marker-mediators the responsibility is not assumed by the comedian, while in the case of the markers of reformulation there is a partial assumption of responsibility. As for the markers of conversational structure, although all the three categories are included in the group called “markers of ER”, conversational structure is less perceivable and would benefit from a recategorization or another theory to account for it.

KEYWORDS: Textual Analysis of Discourses, discourse markers, enunciative responsibility, stand-up comedy.

* This paper is part of a larger investigation within the PhD program in Linguistics, supported by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT) project PD/BD/105766/2014.

Also, this paper has been presented at IWODA'16 and its extended abstract has been published in the book of abstracts with an ISBN number.

I would also like to thank the anonymous reviewers for their careful reading of this manuscript, their insightful comments and suggestions.

1. Introduction

The presence of the speaker in an utterance was observed by Benveniste (1970: p. 12-18; 2014: p. 142), when he stated that “enunciation is an individual act of appropriation of language, [it] introduces somebody who speaks via his/her speech”. However, it is only in the work of Culioli (1971) that the term “enunciative responsibility” (henceforth, ER) emerged. According to the author, “every act of enunciation presupposes enunciative responsibility, transmitted by the interlocutor by means of an utterance” (Culioli, 1971: p. 4031). In other words, ER came to be seen as an essential feature of each utterance.

Rabatel further developed the study of ER in his numerous scientific works (2006, 2007, 2012, 2016). He emphasized the idea that the speaker “takes charge” of each utterance s/he produces: “every utterance presupposes an instance that assumes enunciative responsibility”.¹ Rabatel (2016: 88) understood ER (or *linguistic* responsibility, as opposed to philosophical or legal responsibility, for instance) in “a broad span of ethics”, in that speakers are responsible for everything they say.

Finally, Adam (2008) makes two mentions of ER in his work. First, it is seen as one of the dimensions of the propositional act (Adam, 2008, p. 115-122). Second, it appears when the author refers to the markers of ER (Adam, 2008, p. 186-189). Several studies carried out in Brazil approached this phenomenon as a dimension of a propositional act (Fernandes, 2012; Nascimento et al. 2012; Santos et al. 2010).

To our knowledge, however, there has been no research focused on the proper categories of discourse markers² of ER. As such, the present study provides a new approach to the issue of ER in connection with discourse markers. It seeks to analyze discourse markers that express the (non) assumption of ER by a comedian in the oral corpus of a particular genre – Portuguese stand-up comedy. We are primarily interested in how ER is manifested through discourse markers in the genre of stand-up comedy. In

¹ For facility, I used Brazilian versions of several French authors. All translations are my own, unless otherwise indicated. The Portuguese version here reads: “Todo enunciado pressupõe uma instância que assume a responsabilidade enunciativa”, (Rabatel 2016: 88).

² The class of linguistic items generally called “discourse markers” has been labeled in different ways. For instance, one may find “Discourse Connectives” (Blakemore, 2002); “Discourse Markers” (Schiffrin, 1987; Fraser, 1999, 2003, 2007); “Discourse Particles” (Fischer, 2000; Aijmer, 2002); and “Pragmatic Markers” (Fraser, 1996; Brinton, 1996).

this case, discourse markers constitute both the main objects of the textual analysis and the tools for its implementation.

The genre of Portuguese stand-up comedy provides an extremely rich and interesting ground for analyzing how ER is manifested in discourse. Needless to say, and thanks to the results of this investigation, it will be possible to take a significant step towards the global characterization of the genre of stand-up comedy, which so far has not been given proper attention.

This study contains mixed method research. Applying both quantitative and qualitative methods, we aim not only to analyze the frequency and the distribution of different categories of markers of ER in the corpus, but also to address the fundamental question of whether the degree of responsibility in all the analyzed categories of discourse markers is the same. Does a comedian assume responsibility for his/her discourse in a Portuguese stand-up performance by means of such linguistic units as discourse markers? To what extent do different categories of discourse markers manifest ER and its (non) assumption? These are the research questions we expect to answer in the present investigation.

2. From speaker's presence in discourse to the notion of ER and Point of View (PoV)

Some of the early ideas on the existence of the category of ER echo back to Benveniste's work on general linguistics (1970, 1971, 2014). Unlike Culioli (1971) and Rabatel (2006, 2007, 2012, 2016), however, he did not acknowledge ER as a linguistic phenomenon. For Benveniste, the main claim was that the speaker is present in the utterance s/he produces. As stated in his work on the formal apparatus of enunciation (Benveniste, 1970: p. 12-18, 2014: p. 141), "enunciation is the enactment of language through an individual act of use." In other words, it is the act of producing an utterance by the speaker. The speaker, given that s/he is familiar with the language system of a particular language, resorts to the abstract system of language and produces an utterance. The language, in its abstract form, serves as a necessary instrument for the speaker.

It is fair to ask why such an utterance is not a mere instance of *parole* (speech), as it would be in the language/speech binary dichotomy found in Saussure (1959[1906-1911], 2014). It is important to understand that

Benveniste is not interested in text as an object and ultimate instance of speech; he distinguishes enunciation as a third dimension precisely because he is interested in the proper act of producing, i.e. the way the speaker mobilizes the abstract language system on his/her behalf. Benveniste (2014: p. 143) defines enunciation in relation to language as a process of appropriation. In other words, the speaker appropriates the abstract language system, or the formal apparatus of the language, as he produces an utterance. Thus, “enunciation [as] an individual act of appropriation of language introduces somebody who speaks via his/her speech” (Benveniste, 2014: p. 142). Further, “the individual act by which one uses language first introduces the speaker as a parameter among the necessary conditions for the enunciation” (*Ibid.*).

Thus, in the Benvenistian sense, each act of enunciation is highlighted by the speaker’s presence, i.e. the speaker declares himself and assumes the language. The speaker’s presence is highlighted by a number of specific forms (Benveniste, 2014: p. 143-145), such as the emergence of indices of person (e.g. personal pronouns), other indices (e.g. demonstratives), tenses, certain syntactic functions, and certain modalities. The personal indices (I-you) occur within the utterance to denote the individual who produces the utterance (I) and to denote the addressee (you). Tenses are another linguistic category that highlights the relation between the speaker and the utterance, marking his/her own presence within the enunciation. As the author states, “[f]or a speaker speaking of himself, the fundamental tense is the ‘present’; everything accomplished for which he assumes responsibility by stating it in the first person of the perfect is cast without fail back into the past” (Benveniste 1970: 214). As can be clearly seen, the idea of the assumption of responsibility by the speaker originally developed from his/her presence in discourse.

Furthermore, certain syntactic functions, which Benveniste (2014: 144-145) defines as interrogation, intimation, and especially assertion, aim to communicate the presence of the speaker in the enunciation either by means of eliciting an answer via a linguistic process (interrogation), placing an order or an appeal via imperative mood, thus creating a need of immediate reaction from the addressee (intimation), or by means of stating something and communicating certitude (assertion).

Finally, various forms expressing modalities can highlight the speaker's presence in the utterance, such as "modes" (optative, subjunctive) of uttering the attitudes of the enunciator towards what it utters ("wish"), phraseology ("no doubt", "probably") indicating possibility, uncertainty, etc.

These are, as stated in Benveniste (2014: p. 143-145), the categories that indicate the presence of the speaker in an utterance.³ This significant theoretical premise contributed to the emergence of ER as a linguistic category in the work of Culioli (1971), who coined the term "enunciative responsibility" and who was, according to Rodrigues, Passeggi & Silva Neto (2010), one of the first linguists who dedicated his work to the study of ER. As stated in Culioli (1971: p. 4031), "every act of enunciation presupposes enunciative responsibility, transmitted by the interlocutor by means of an utterance."

Lourenço (2013: 34) also believed that Culioli was the first to spot the existence of some sort of relation between the concepts of enunciation and ER. He did not, however, believe that Culioli provided a definition of what ER actually was.

It is noteworthy to point out that, as Rodrigues, Passeggi & Silva Neto (2010: 153) highlight, there is no consensus regarding the notion of ER among the authors who study it. Indeed, there are various interpretations of what ER is, depending on the angle of the research, as well as the theoretical framework involved. This paper investigates the notion of ER as defined by Rabatel (2006, 2007, 2012, 2016), who elaborated this phenomenon, as well as the notion of "point of view" (PoV), within the pragmatic and enunciative perspective in his numerous works on this issue, and by Adam (2008), who considers these two notions interchangeable in the textual-discursive perspective.

First and foremost, several dictionaries on Discourse Analysis, such as *Key Terms in Discourse Analysis* (Baker & Ellece, 2011) and *Dicionário de Análise do Discurso* (Maingueneau & Charaudeau, 2004), omit a definition of "enunciative responsibility". As Rabatel (2006: 7) explains, the fact that ER is absent in dictionaries on language sciences demonstrates that this notion has not received proper treatment in the last decades. Moreover,

³ Rabatel (2016: p. 75, 80), however, does not agree to this formulation of Benveniste. He uses examples to argue that a text can have traces of subjectivity and express a point of view even if it does not manifest any of these categories.

the existence of numerous theories on dialogism (Bakhtin, 1981; Goffman, 1981), intersubjective relations (Culioli, 1971), and enunciative heterogeneity (Authier-Revuz, 1998) have made the question of enunciative responsibility even more opaque (*Ibid.*).

Despite its absence in dictionaries, Rabatel argues that ER is nevertheless present in relation to the speaker who “takes charge” of the utterances he produces (2006: 8). He claims that there are several possible angles to look at the concept of responsibility. In general terms, “responsibility is based on a certain idea of the duty to be: in this sense, responsibility is close to the notions of praxis and commitment” (Rabatel (2006: 3).⁴ However, after looking at other alternatives for defining the concept of responsibility, the main conceptual “clash” is demonstrated by means of opposing the legal and ethical senses of responsibility. As the author suggests (Rabatel 2006: 7-8), in the legal sense of the notion of responsibility, the individual can be held responsible for his actions, or he might not be, unless he declares irresponsibility. In the ethical sense and from the standpoint of morality, the individual is responsible, from the beginning to the end, for every act; nothing escapes ethics (*Ibid.*). Now, looking at linguistic responsibility, it can either follow the path of the legal sense and thus be very limited, or responsibility can be used in a very broad sense of ethics. Both are possible: “to reduce the span of linguistic responsibility to the legal is to learn to avoid falling by its words under the law: this is a pure technique. To apprehend the responsibility under its broadest span is to say that the speakers are responsible for everything they say” (*Ibid.*).

As stated in Rabatel & Koren (2012: p. 16), responsibility results from conversational maxims, in particular, from the principle of sincerity: “what we assert, we are supposed to assume.”⁵ The same idea is expressed in Maingueneau (1998: p. 115): “to state an assertion, in particular, is to state it to be true and to guarantee its truth.”⁶ Thus, ER is defined as “assuming

⁴ “La responsabilité s’appuie sur une certaine idée du devoir être: en ce sens, la responsabilité se rapproche des notions de praxis et d’engagement...” (Rabatel 2006: 3).

⁵ “(...) ce qu’on affirme, on est censé l’assumer”, Rabatel & Koren (2012: p. 16).

⁶ “(...) énoncer une assertion, en particulier, c’est poser son énoncé comme vrai et se porter garant de cette vérité”, Maingueneau (1998: 115).

the propositional content of a speech as true” (Rabatel, 2016: p. 94) and a PoV defined as a propositional content in a wide sense⁷.

Rabatel makes an important distinction between ER and quasi-ER (*imputation*). In the case of ER, the speaker (E1 / L1)⁸ considers the propositional content (=the expressed PoV in the utterance) to be true. Thus, he assumes responsibility for the attributed PoV. However, when the speaker (E1 / L1) takes into consideration the propositional content (=PoV), but attributes ER to e2,⁹ it is difficult to talk about assumption of ER on behalf of the speaker. In this case, Rabatel refers to it as quasi-ER. To take into consideration a PoV means to integrate it into discourse without claiming its veracity¹⁰ (Rabatel, 2016: p. 93). In this way, the speaker (E1 / L1) can stay neutral towards the expressed PoV or he may distance himself from it.

For Adam (2008), the notions of PoV and ER are somewhat similar to the case of “pure” ER in Rabatel (2016), i.e. to express a PoV is to assume ER for what is said. In Adam’s view, ER is a linguistic notion that can be approached from the three dimensions of a propositional act: a) the construction of a discursive representation (Rd); b) the assumption of responsibility for this Rd or PoV; and c) the illocutionary force of speech acts, inseparable from the argumentative orientation of the utterance (Adam, 2008: p. 111). In addition to that, the notion of ER is inseparable from PoV – both are situated within the scope of polyphony and account for a polyphonic unfolding of the utterances¹¹, i.e. the speaker may distance himself from the PoV1 of the first enunciator (E1) and identify himself with the PoV2 of the second enunciator (E2).

In line with the theoretical assumptions held by Rabatel (2016) and Adam (2008) concerning the notions of ER and PoV, I consider ER an assumption of the propositional content of the utterance (or PoV) as true. At the same time, I define ER as a linguistic mechanism that allows evaluating the degree of the speaker’s involvement in texts by means of various linguistic forms

⁷ “...o PdV em sentido amplo dá conta de pontos de vista de todo tipo, em todos os contextos”, (Rabatel, 2016: p. 66).

⁸ E1 / L1 stand for “Enunciador 1 / Locutor 1”, according to Rabatel (2016).

⁹ e2 stands for “enunciador 2”, according to Rabatel (2016).

¹⁰ “O levar em conta, como seu termo indica, diz respeito aos PoV dos outros, que L1 / E1 integra em seu dizer, sem se pronunciar sobre a veracidade deles” (Rabatel, 2016: p. 93).

¹¹ “A responsabilidade enunciativa ou ponto de vista (PdV) permite dar conta do desdobramento polifônico: o locutor (L) se dissocia de um PoV1 (felicitação) de um enunciador E1, enquanto se associa ao PdV2 (reprovação) de um enunciador E2” (Adam, 2008: p. 110).

and constructions. In this paper, I am particularly interested in the linguistic category of discourse markers (or *connectors*, in Adam) and the way they signal ER in humorous discourse of the genre stand-up comedy.

3. Towards the Textual Analysis of Discourse (TAD)

Textual Analysis of Discourse (henceforth TAD), developed by Adam (2008), is described as “...a theory of co(n)textual production, which should necessarily be based on the analysis of concrete texts” (Adam 2008: 13).¹² This formulation provides a synthesized articulation between an elaboration of a theoretical framework, on the one hand, and its implementation on the analyses of concrete empirical texts, on the other. Based on the relations of separation and complementarity, Adam (2008) brings forward his new theory as an attempt to approach Text Linguistics (TL), thinking of a correlation between text and discourse. Text Linguistics (TL), according to this perspective, is seen a part of the larger domain of Discourse Analysis (DA).

ER is one of the principal notions of TAD and it rests on the idea that certain linguistic units (see the categories below) assume (or not) responsibility for what is stated in texts. In other words, it is a mechanism that allows evaluating the degree of authorship manifested in texts. For Adam (2008), ER is one of the three principal dimensions of propositional acts, together with discursive representation (Rd) and illocutionary force (see FIGURE 1).

It is important to stress that unlike Rabatel (2016), Adam (2008) makes no terminological difference between ER and PoV. In other words, for Adam these are entirely interchangeable terms.

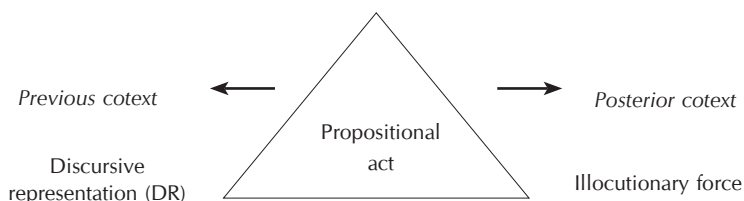


FIGURE 1: The three principal dimensions of a propositional act, as proposed by Adam (2008: 111)

¹² “...uma teoria da produção co(n)textual de sentido que deve, necessariamente, ser fundada na análise de textos concretos” (Adam 2008: 13).

ER implies having a PoV about a certain discourse object. Accordingly, as we analyze an utterance we can identify various types of PoV. The speaker can assume ER and, in this case, we have a range of linguistic resources that indicate the assumption at our disposal. In case the speaker wishes to distance himself from what is stated, he may delegate responsibility to another source of knowledge. PoV that are introduced by, for instance, “segundo” or “de acordo com” (Eng.: “according to”) mark a textual zone under dependence of a source of knowledge (epistemic mediation) (Adam 2008: 115). Besides, a PoV may be left anonymous (for instance, by means of verbs in the 3rd person, singular¹³). Alternatively, ER can rest on perceptive mediation, that is, it can be expressed by means of verbs like *to see, to hear, to feel*, etc.

According to Adam (2008: 117), the degree of ER is highlighted by a large number of linguistic forms, which he groups into 8 major categories, in this way expanding the original description proposed by Benveniste (1974: 79-88). These categories include:

- (1) Personal deixis: possessives (*my / your*) and demonstrative pronouns (*this*¹⁴);
- (2) Spatial and temporal deixis: adverbs (*yesterday, tomorrow, here, today*), nominal groups (*this morning, open this door*), prepositional groups (*in two minutes*), adjectives (*last week*), certain pronouns (*he thinks of me*), and certain determinants (*my arrival*)¹⁵;
- (3) Tenses: correspond to various types of temporal localization regarding the speaker’s position and are subdivided into diversified plans of enunciation;
- (4) Modality:
 - 4.1. objective modality (*must, it is necessary that...*);
 - 4.2. inter-subjective modality (*imperatives, interrogatives, should, can/could*);
 - 4.3. subjective modality (*want, think, hope*);
 - 4.4. opinion verbs (*believe, know, ignore*);

¹³ This will greatly depend on the semantic value of the verb and on the linguistic context, since not all the verbs in the third-person, singular, will necessarily imply an attribution of an anonymous PoV.

¹⁴ According to Adam (2008: 117).

¹⁵ The objective of this paper is not to discuss the inclusion of personal and possessive pronouns in the category of spatial and temporal deixis as it appears in Adam’s classification.

- 4.5. opinion adverbs (*maybe, perhaps, certainly, undoubtedly*);
- 4.6. affective (*small*), evaluative (*gentle*) and axiological (*good / evil*) lexemes;
- (5) Different types of representation of speech (people or characters): direct speech, free direct speech, indirect speech, and free indirect speech.
- (6) Mediating instances:
 - 6.1. markers like *according to, conforming to*;
 - 6.2. verbs like *it seems like..., they state that...*;
 - 6.3. reformulations like *they say that..., some people say that...* .
- (7) Autonomic modality: when nonconformity takes place within discourse (*what do you call it, to put it better*)
- (8) Indications of thoughts or perceptions: perceptive focalization (*see, hear, feel, touch*) and cognitive focalization (represented knowledge or thought).

Thus, according to Adam (2008), these are the linguistic resources that textually highlight the degree of ER and PoV.

Now, returning to the very beginning, we have said that ER in the framework of TAD occurs in two moments: first, it is seen as one of the dimensions of the propositional act (Adam, 2008, p. 115-122); second, it appears when the author refers to the markers of ER (Adam, 2008, p. 186-189). It is now time to turn to the categories of discourse markers expressing ER.

4. Delimiting the scope of the research: discourse markers of ER

The notion of ER reappears when Adam refers to the markers of ER (Adam 2008: 186-189). Using the term “connector” as hyperonym, Adam distinguishes three subclasses of markers (argumentative connectors, textual organizers, and markers of ER) and endows them with a common function, namely, to segment or to link blocks of text (Adam 2008: 178). The discourse markers, or the “connectors” as Adam determines these linguistic units, lie within several textual levels. Thus, argumentative connectors depend on the level of texture (N4), the level of enunciation (N7), and on argumentative orientation (N8); textual organizers depend on the level of texture (N4);

and markers of ER depend on the level of enunciation (N7) (see FIGURE 2). Their main and fundamental function is to highlight a connection between two semantic units in order to create the following structure *p CONEX q* (Adam 2008: 180).

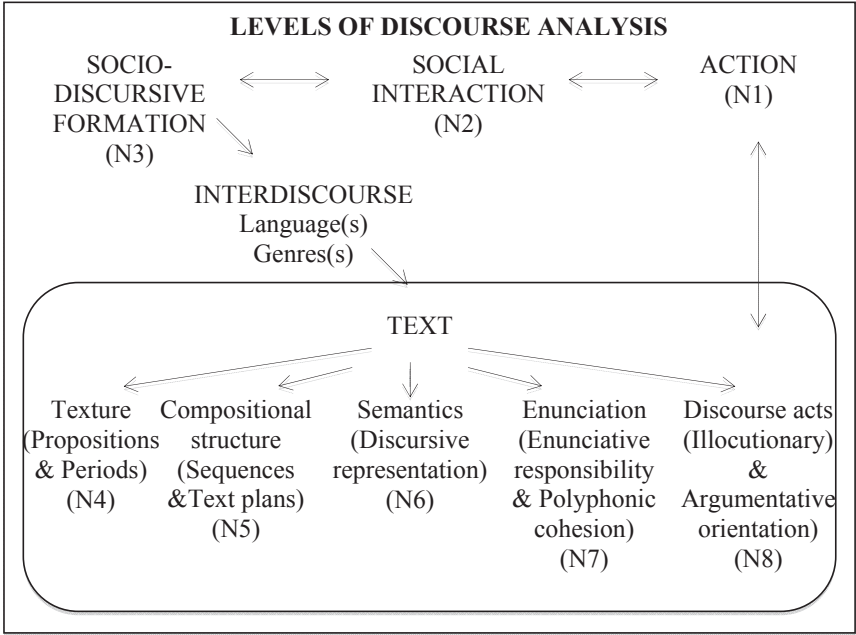


FIGURE 2: The levels of textual and discourse analyses, as proposed by Adam (2008: 61)

According to Adam, what makes these items unique is the fact that, but for the connecting function, they manifest ER (or PoV, according to Adam’s terminology) and/or argumentative orientation (which overlaps with the three principal dimensions of a propositional act).

If we take a closer look at the scope of the markers of ER, which attribute different PoV to various parts of texts, three categories emerge: marker-mediators (*“de acordo com”* / *“according to”*, *“segundo”* / *“conforming to”* etc.), markers of reformulation (*“isto é”* / *“that is”*, *“em outras palavras”* / *“in other words”* etc.), and markers of conversational structure (*“bom”* / *“well”*, *“você vê/tu vês”* / *“you see”*, *“você sabe/tu sabes”* / *“you know”* etc).

TABLE 1: Discourse markers of ER, as proposed by Adam (2008)¹⁶

Markers of ER (attribute a PoV to parts of text)	Markers-mediators (or markers of sources of knowledge)	according to, conforming to, in order to, from a secure source, in Brussels, in the Socialist Party, ...
	Markers of reformulation	that is, in other words, [N1] is/is called [N2], in one word, ...
	Markers of conversational structure and other phatics	well, so, you know, you see, eh, ...

For Adam (2008, p.187), PoV is often marked not just by the connectors like “*de acordo com*” / “*according to*” and “*segundo*” / “*conforming to*”, but also by metonymic indicators like *in the Socialist Party, in Brussels*, etc., along with marker-mediators of sources of knowledge. The category of markers of reformulation is quite important since it signals modification of the PoV, in case it is a non-paraphrastic reformulation¹⁷ (Adam, 2008: p. 187). The third category of markers of conversational structure plays an extremely important role in oral texts, for “it punctuates them” (Adam 2008, p. 188).

5. The *corpus* under investigation: Portuguese *stand-up comedy*

In terms of discourse analysis and the diversity of discourse practices, ER as a category of TAD has already been analyzed in terms of journalistic (Marques 2013), juridical (Soares & Rodrigues 2016), and scientific discourse (Duarte & Pinto 2005). However, to my knowledge, there has been no investigation carried out in the domain of humoristic discourse, especially regarding stand-up comedy. In fact, investigation of Portuguese stand-up comedy is generally missing, turning it into a more appealing and challenging ground for the study.

Although I do not here attempt to look at the genre of stand-up comedy from the perspective of genre studies, it is necessary to approach the selected type of comic interaction while taking into consideration its key properties and essential features, which include timing, paralinguistic, and audience. These elements make the genre noteworthy and unique.

¹⁶ The present table is taken from Coutinho (2008: p. 199).

¹⁷ According to Lopes (2014: p. 34), reformulation can be paraphrastic (when the exact equivalence between the discursive segments is observed), and non-paraphrastic (which implies a change of enunciative perspective).

Stand-up comedy usually implies a comedic performance by a single comedian telling jokes on a stage in order to produce the audience's laughter. More precisely definition, it is "an encounter between a single, standing performer behaving comically and/or saying funny things directly to an audience, unsupported by very much in the way of costume, prop, setting, or dramatic vehicle" (Mintz1985: 71). Although stand-up comedy may seem to be a relatively new genre, Mintz (1985) argues that it is one of the oldest forms of humoristic expression and that it has a long history and plays an essential social role in the society. Tracing the history of the comic genre in Portugal, one can see that the role of stand-up comedy has been downplayed (compared to other genres of comic expression like film comedy or humoristic literature). While the genre of stand-up emerged in Brazil in the 1960s, it was only in 2004, when the program "*Levanta-te e Ri*" was presented on the popular network SIC, that the Portuguese were introduced to the so-called "one man show". Even though the program is not officially transmitted anymore, new comedians come onto the scene and gain the audience's interest.

The textual analysis of DMs in the present study was carried out on a 41,651-word oral corpus collected from the Portuguese stand-up show *Graças a Deus*¹⁸ – the first stand-up club in Portugal to host performances in Lisbon and transmit them on local TV channel (*Canal Q*). The analyzed programs were filmed between 2014-2015 – a period that corresponds to the time when all the samples had been collected. The total duration of the recordings is 3 hours 34 minutes and all samples were recorded and transcribed following specially elaborated transcription conventions (based on Discourse Transcription, Dubois, 1991, 2004; C-ORAL-ROM Project and CHAT Transcription Format, MacWhinney, 2000).

6. Quantitative and qualitative analysis of discourse markers that signal ER

Completion of the quantitative analysis verified a definitely uneven distribution among the three categories of discourse markers of ER (see TABLE 2).

¹⁸ At present, the stand-up comedy club *Graças a Deus* (*Thank God*) is closed. The club functioned for a short period between 2014 – 2016 and produced one full TV season of stand-up shows. Nowadays, some of the comedians perform at *Teatro Villaret* in Lisbon.

TABLE 2: Frequency and distribution of discourse markers of ER in Portuguese stand-up comedy

Discourse markers of ER (Adam, 2008)	Categories of DMs	DMs	Nº of occurrences	% of occurrences
	Marker-mediators (or markers of sources of knowledge)	segundo (according to)	1	1,11
	Subtotal		1	1,10
	Markers of reformulation	quer dizer (I mean)	16	17,58
		ou seja (that is)	3	3,30
	Subtotal		19	20,88
	Markers of conversational structure	bem (well)	11	12,09
		bom (well)	6	6,59
		então (so)	44	48,35
		sabes/sabe/sabem (youknow)	10	10,99
	Subtotal		71	78,02
	Total		91	100

The category of marker-mediators (or markers of sources of knowledge) represents the lowest percentage of occurrences (1.27%). Only one example was found in all data collected:

(1) a. COM: Deus / Deus foi um homem muito ocupado ele fez tudo não é? / **segundo** mitologia / Deus / Os deuses criaram tudo / Mas há uma coisa que Deus não criou que foi o tempo // O tempo é coisa nossa / O tempo fomos nós que criámos / já pensaram nisso? /

b. COM: God / God was a very busy man he created everything didn't he? / **according to** mythology / God / The gods created everything / But there was one thing that God didn't create which was time // Time is our thing / We were the ones who created time / have you thought about it? /

The discourse markers “segundo” (“according to”) is an external mark that signals the beginning of a PoV. It “indicates the opening of another

enunciative space in the discourse of the speaker,”¹⁹ (Rabatel, 2016: p. 109). The use of this marker indicates the existence of epistemic mediation that inserts a PoV under dependence of mythology. Thus, in the example above, the comedian does not assume ER. Rather, it is delegated to another source of knowledge, namely, mythology.

The category of markers of reformulation turned out to be more present in the analyzed corpus (18.99% of total occurrences). Reformulation is “a metadiscursive operation by which the speaker re-elaborates a statement motivated by the intention to make his discourse more intelligible, reducing possible risks of incomprehension on the part of the interlocutor”²⁰ (Lopes, 2014: p. 34-35). The markers “*quer dizer*” (“I mean”) and “*that is*” (“ou seja”) constitute this category. “*Quer dizer*” (“I mean”) constituted 15.19% of total occurrences. The marker “*quer dizer*” (“I mean”) is a crystallized expression, consisting of two verbal forms: the verb “*querer*” (“to want”) in the third-person singular of the present tense, followed by the infinitive of the verb “*dizer*” (“to say”) that merged and began to function as a fixed combination (Lopes, 2014: p. 36).

The data analysis has shown that there are various functions the marker “*quer dizer*” (“I mean”) performs in the analyzed genre. First of all, “*quer dizer*” (“I mean”) is the marker of auto-reformulation. There are 13 occurrences of auto-reformulation in the corpus, i.e., instances where the speaker reformulates the previous statement in order to explain or clarify what he said earlier. This extremely frequent occurrence of modification of PoV (or, non-paraphrastic reformulation) indicates that the degree of the assumed responsibility is quite high. Consider the following examples:

(2) a. COM: Falando em gordas / a minha mãe / ah //

AUD: hhhh

COM: Não é gorda / **quer dizer** / a minha mãe não seria gorda / <a minha mãe não seria gorda> se ela medisse dois metros e dez / mas como ela não mede 2 metros e dez / ela mede 1 metro e 32 portanto //

AUD: hh

¹⁹ “Os marcadores de escopo, tais como “conforme / segundo / de acordo com” (...) indicam a abertura de um outro espaço enunciativo no discurso do locutor” (Rabatel, 2016: p. 109).

²⁰ “...a reformulação é uma operação meta discursiva pela qual o falante reelabora um enunciado movido pela intenção de tornar mais inteligível o seu discurso, reduzindo eventuais riscos de incompreensão por parte do interlocutor” (Lopes, 2014: p. 34-35).

b. COM: Speaking about fat people / My mother / ah //

AUD: hhhh

COM: She isn't fat / **I mean** / my mother wouldn't be fat / <my mother wouldn't be fat> if her height was 2m10cm / but since her height isn't 2m10cm / her height is 1m32 so //

AUD: hh

(3) a. COM: Esta é uma música e é com ela que vou acabar e agradeço a toda a gente por terem vindo / **quer dizer** / não é que vocês tenham pago alguma merda / Mas muito obrigado por terem saído de casa /

b. COM: This is a song and it's with this song that I'm going to finish and I thank everybody for coming / **I mean** / it's not that you paid any shit / But thank you very much for coming out tonight /

There are cases, however, where the DM "*quer dizer*" ("*I mean*") does not serve as a marker of modification of PoV, but merely fulfills the textual function of a filler (Lopes, 2014: 36), i.e., it serves as a marker of construction of oral discourse in the process of speech (see the example below). Filler, in other words, is "a discursive pause that signals the process of the on-line formulation of the discourse itself, which reflects the non-planning of what is intended to be communicated"²¹ (Lopes, 2014: p. 40). The following example provides an illustration of this case:

(4) a. COM: Mas eu também costumo ver muita gente a entrar no cinema com comida / eu não estou a falar de pipocas / coca cola isso é normal / já vi pessoal a entrar com sandes hambúrgueres fatias de pizza / qualquer dia / **quer dizer** / está um gajo a ver um filme / no cinema a meio / dá-lhe fome / pega no telemóvel / estou sim / olhe eu queria encomendar rodízio de carne /

AUD: hhh

COM: Aqui para o cinema do Globo / sala 4 fila J 12 /

AUD: hh

b. COM: But I also see many people enter the cinema with food / I'm not talking about popcorn / coke this is normal / I've already seen people enter with sandwiches hamburgers slices of pizza / one day / **I mean** / a guy is watching a film / in the cinema in the middle of the room / feels hungry / grabs his phone / hello / I'd like to order all-you-can-eat barbecue /

AUD: hhh

COM: Here to the cinema Globo / room 4 / line J 12 /

AUD: hh

²¹ "...uma pausa discursiva preenchida, sinalizando o processo da formulação on-line do próprio discurso, que reflète a não planificação prévia do que se pretende comunicar" (Lopes, 2014: p. 40).

The marker “*quer dizer*” (“*I mean*”) can perform the function of attenuator, for instance:

(5) a. COM: A Susana como eu estava a dizer ela trabalha num sítio muito prestigiado de Portimão que se chama Royal Teaser // que não é um talho <não é um talho> / É uma casa de [beep] //

AUD: hh

COM: E / não é / e / **quer dizer** / Fica mal a dizer que é uma casa / elas despem-se e as pessoas pagam /

b. Susana as I was saying works in a very privileged place in Portimão that is called Royal Teaser // which isn't the butcher's shop <it isn't the butcher's shop> / It's a house of [beep] //

AUD: hh

COM: And / isn't it / and / **I mean** / It's bad to say it's a house / They undress and people pay them /

In this example, “*quer dizer*” (“*I mean*”) seems to function as attenuator or mitigator of the negative evaluation that the speaker expresses – a function identified by Lopes (2014: p. 38).

The marker “*ou seja*” (“*that is*”) is formed by the conjunction “*ou*”, which signals an alternative, and is followed by the verb “*ser*” (“*to be*”) in the third-person of the present tense in the conjunctive mood. As stated in Lopes (2014: p. 40), typically, it expresses possibilities that can be considered. It is completely grammaticalized and functions as a single lexical entry (*Ibid.*). In the corpus, its most traditional function of reformulation appears as in the following example:

(6) a. COM: Olhem então eu vou-me apresentar / eu sou Gustavo Vieira / e venho da Amora não é / fica na margem sul / que é conhecida <conhecida> como uma terra de KKK / **ou seja** / Kizomba / Kuduro e carros roubados //

AUD: hhhh

b. COM: Look I'm going to introduce myself / I'm Gustavo Vieira / and I come from Amora right / it's on the south bank / it's known <known> as the land of KKK / **that is** / Kizomba / Kuduro and stolen cars //

AUD: hhhh

The category of markers of conversational structure occupied the highest percentage of frequency in stand-up performance (79.75% of occurrences), which suggests a highly interactional and communicative nature of the genre

that can be considered as an essential feature of its characterization. The distribution of the discourse markers in this category is as follows: “*bem*” (“*well*”) represents 12.66% of occurrences, whereas “*bom*”, which is another Portuguese functional equivalent of the English discourse marker “*well*”, represents 7.59%. “*Então*” (“*so*”) and “*você sabe/tu sabes*” (“*you know*”) represent 48.10% and 11.39% respectively.

As stated in Lopes (2004: 18), the Portuguese marker “*bem*” (“*well*”), when used as a discourse marker, fulfills the following functions: (i) it provides discordance / non-acceptance in relation to what was said or implied in the previous intervention; (ii) marks the beginning of a speech turn, thus playing an essential role in conversational turn-taking; or (iii) marks the change of topic, and in this case it acts at the level of the thematic-informational structure of the text.

As the analysis of the corpus has shown, some of these functions can be found in Portuguese stand-up comedy, namely, when “*bem*” (“*well*”) marks the change of topic. For instance:

(7) a. COM: É mesmo isto que vou fazer para um milhão de euros // **Bem** / Eu tenho muitas saudades do tempo em que andava na escola primária sabem / Gostava muito daqueles tempo da inocência / da juventude / dos jogos que a gente fazia /

b. COM: That’s exactly what I’m going to do for one million euros // **Well** / I really miss the times when I used to go to primary school / I really liked those innocent times / the childhood / the games we used to play /

In this example, “*bem*” (“*well*”) marks a change of topic within the intervention of the same speaker.

“*Bem*” (“*well*”) also initiates discourse, i.e. it marks the beginning of the speech turn, thus playing an essential role in conversational turn-taking (Lopes 2004, p.18).

(8) a. COM: **Bem** eu sou o humorista / o humorista // Já perceberam / Já perceberam que os outros são comediantes / Ah / eu sou o humorista portanto basicamente / eu já faço poucas vezes este tipo de espetáculos / neste momento o meu / ah / o meu trabalho é mais o trabalho de comissão /

b. COM: **Well** I’m the humorist / the humorist // You have already understood / You have already understood that the others are comedians / Ah / I’m the humorist so basically / I rarely do this type of show / at present my / ah / my job is more commission work /

The discourse marker “*bom*” (“*well*”) has a very similar behavior in the analyzed samples, i.e., it fulfills the function of initiating the discourse:

(9) a. COM: Ah / [beep] / **Bom** / Graças a Deus gosto / eu gosto do nome / <eu gosto do nome> / Graças e Deus / que é tipo para tentar chamar o público normalmente a ver o stand-up /

b. COM: Ah / [beep] / **Well** / Graças a Deus I like it / I like the name / <I like the name> / Graças a Deus / it's like trying to call the attention of the audience to see stand-up /

(10) a. COM: **Bom** / Sejam bem-vindos ao penúltimo não é / É um penúltimo Graças a Deus / que é um programa com um grande nome /

b. COM: **Well** / Welcome to the penultimate isn't it / It's the second-to-last Graças a Deus / which is a program with a big name /

Since the English discourse marker “*well*” has a number of functional Portuguese equivalents, including, among others, the markers “*bem*” and “*bom*”, it is assumed that, as has been seen from the given examples, both markers fulfill the same function in the discourse, namely, to initiate the discourse and to signal a change of topic. It is rather difficult, however, to trace any presence of the category of ER in the given subcategory of the discourse markers.

The analysis of the corpus has demonstrated two possible functions that the discourse marker “*então*” (“*so*”) can perform in stand-up comedy: it can either have an argumentative orientation (and can thus be successfully replaced by “*portanto*” (“*therefore*”), or it can be used as a phatic conversational marker, the latter being the most predominant. As stated in Coutinho (2008: p. 204), “the argumentative value is described from the classic inferential scheme (modus ponens): in these cases, “*então*” (“*so*”) suggests that the proposition that it introduces must be interpreted as a conclusion, with respect to the antecedent discourse (that functions as an argument or a premise)”.²² In these cases, “*então*” (“*so*”) can be successfully substituted by another discourse marker “*portanto*” (“*therefore*”) as seen in the example below:

²² “O valor argumentativo é descrito a partir do esquema inferencial clássico (modus ponens): nestes casos, *então* marca que a proposição que introduz deve ser interpretada como conclusão, relativamente ao antecedente (que funciona como argumento ou premissa)”, (Coutinho 2008, p. 204).

(11) a. COM: Se nós formos almoçar às cinco / na boa / se nós formos almoçar à uma e um quarto / menos bom não é? / porque aquilo parece o desembarque de Normandia não é? / Pessoas a andar de um lado para outro / batatas fritas no chão / cadeiras do avesso / e aquilo <aquilo> está sempre cheio nós temos que <temos que> adotar estratégias para encontrar um lugar não é / aquilo é impossível / **então** / o que nós podemos fazer é por exemplo dividir os nossos amigos não é? /

b. COM: If we go to lunch at 5 o'clock / it's cool / if we go to lunch at a quarter past one / less good isn't it? / because there it looks like the landing of Normandia right? / People walking from one side to another / French fries cooked on the floor / overthrown chairs / and it's always <always> full we have to <have to> adopt strategies to find a place right / it's impossible there / **so** / what we can do is for example to divide our friends right? /

"Então" ("so") introduces a guaranteed conclusion that resulted from a previous statement, and it can be replaced by "*portanto*" ("therefore"): "aquilo é impossível / **portanto** / o que nós podemos fazer é por exemplo dividir os nossos amigos não é /".

Moreover, there are cases where "*então*" ("so") is very similar in meaning to "*neste caso*" ("in this case") (Coutinho 2008, p. 205), and a successful substitution can occur. Such substitution is possible when "*então*" ("so") "highlights that the conclusion is legitimized by the speaker's reasoning"²³ (Lopes, 1997: p. 184 *apud* Coutinho, 2008, p. 205). The example below provides an illustration of such a case:

(12) a. COM: Tu vais comprar uma embalagem de fiambre tu nunca leste o que está inscrito no rótulo / e o rótulo diz / Fiambre Nobre / Fatias finíssimas da perna extra //

AUD: hhhhhh

COM: E eu pergunto / Vizinha / então o porco aqui em Beja tem quantas pernas? //

AUD: hhhhh

COM: Tem quatro / **Então** se o fiambre vende a perna extra //

AUD: hhh

COM: Acho que vou levar um queijo Flamengo //

AUD: HHHHHH

b. COM: You go and get a package of ham you never read what it says / the package says / Noble Ham / Finest slices of Ham Extra Leg //

AUD: hhhhh

²³ "...quando se trata de marcar que a conclusão é legitimada pelo raciocínio do falante", (Lopes, 1997: p. 184 *apud* Coutinho, 2008, p. 205)

COM: And I ask / Neighbor / so how many legs does a pig have here in Beja? //

COM: Four / **So** if a ham sells an extra leg //

AUD: hhh

COM: I think I'll go for Flamengo cheese //

AUD: HHHHH

When “*então*” (“*so*”) functions as a phatic conversational marker, which, according to our analysis, occurs in the majority of cases, it functions as a mechanism that signals discourse continuity. For instance:

(13) a. COM: Então Joana / Como é que foi o fim de semana? / Olha foi incrível / Que eu fui a Londres / Fui comprar M&M's //

AUD: hh

COM: Fiz 1500 km e estive duas horas numa fila / Mas consegui tirar uma fotografia com 80 quilos de plástico verde em forma de M&M's gigante / Foi mega mágico //

AUD: hh

COM: E ainda consegui comprar um pacotinho de M&M's de caju que aqui em Portugal não há à venda não é? //

AUD: hh

COM: **Então** e são bons? / Já provaste? / Não / Não amigo / estou na dieta //

AUD: hhhh

b. COM: So Joana / How was your weekend? / Look it was incredible / I went to London / I went there to buy M&M's //

AUD: hh

COM: I went 1500 km and I was in a queue for 2 hours / But I managed to take a picture with 80 kg of green plastic in the shape of a giant M&M's / It was magnificent //

AUD: hh

COM: And I even managed to buy a package of cashew M&M's since it's not for sale in Portugal right //

AUD: hh

COM: **So** is it good? / Have you tried it? / No / no buddy / I'm on a diet //

AUD: hhhh

Looking at this sample we see that in the first occurrence the discourse marker “*então*” (“*so*”) initiates the discourse, while in the second occurrence it fulfills the function of maintaining the discourse, thus contributing to a better flow of conversation. As for ER in the provided examples, we do not have enough evidence from the corpus to state that this category is present to a certain degree, nor does the literature review shed some light on the issue.

The last two examples below illustrate the usage of the discourse marker “*sabem*” (“*you know*”).

(14) a. COM: Sala de embarque do aeroporto / as pessoas vão e tiram uma fotografiazinha / aquela <aquela> ecrã onde está escrito o destino do avião / **sabem** / é pá! / Londres! / E nós em casa pensamos / Pronto / Olha / próximos dias o Facebook vai ser um folheto turístico da agência Abreu //

b. COM: Boarding room in the airport / the people go and get a photo of that <that> screen where the destination of the flight is written / **you know** / London! / And we’re at home thinking / All right / Look / during the next days Facebook will turn into a touristic brochure of Abreu //

(15) a. COM: Então havia dragões que pareceram aqueles dragões chineses / **sabem** / têm longos bigodes //

b. COM: So there were dragons that looked like those Chinese dragons / **you know** / they have long moustaches //

The meaning of the marker “*sabem*” (“*you know*”) is based on its literal semantic meaning. As stated in Schiffrin²⁴ (1987: p. 267), “*you know* gains attention from the hearer to open an interactive focus on speaker-provided information.” For Schiffrin, it suggests two discourse functions. First, “*you know*” is an interactional function in participation frameworks. Second, it is an information state marker. As an interactional marker, it “marks the speaker as an info provider, but one whose successful fulfillment of that role is contingent upon hearer attention” (Schiffrin, 1987: p. 190). As an info-state marker it can be of two types: 1) a marker of meta-knowledge about what speaker and hearer share; 2) a marker of meta-knowledge about what is generally known, i.e. “*you know*” appeals to shared knowledge (for instance, general truths that both the speaker and the hearer share through their membership of the same culture, society, or group). Thus, the comedian, who appears to be the member of the same epistemic society as the audience, signals shared knowledge between him and his listeners by means of the discourse marker “*sabem*” (“*you know*”).

²⁴ Since there is no study of the Portuguese equivalent of the English discourse marker “*you know*”, I follow Schiffrin (1987) on this point.

7. Conclusion

We have seen that the general distribution of the categories of the DMs of ER in Portuguese stand-up comedy are extremely unequal: while the presence of the categories of markers of reformulation and conversational structure leaves no doubt, the category of marker-mediators (or markers of sources of knowledge) is practically absent.

Considering the specific textual genre we are dealing with – Portuguese stand-up comedy – as well as the extracted conclusions, we can take a step towards characterizing this genre by highlighting the fact that marker-mediators are uncommon, while markers of conversational structure are particularly frequent, which contributes to a highly interactional and communicative nature of the genre in question.

Another question posed in the beginning had to do with the degree of responsibility in all the three categories of discourse markers. The goal was to understand if the degree of responsibility is the same or if it differs between the categories. So far, we have seen that in the case of marker-mediators, the discourse marker “segundo” (“according to”) clearly points to the existence of epistemic mediation, and thus the responsibility is assigned to another source of knowledge. In fact, the category of marker-mediators and their function of non-assumption of responsibility does not raise questions. Furthermore, the category was already been investigated in previous studies (Fernandes, 2012; Nascimento et al. 2012; Santos et al. 2010) where the results are quite similar.

Concerning the markers of reformulation, the data analysis has shown that there is a frequent self-reformulation, i.e., modification of the PoV, which may be a signal of a partial assumption of responsibility. As for the functions performed by these markers, “quer dizer” (“I mean”) can be the marker of self-reformulation, can serve as a filler, or can be an attenuator / mitigator.

Now, the analysis did demonstrate the fact that such phenomenon as ER is very problematic to trace in the category of markers of conversational structure. It showed that the discourse markers of this category perform a number of textual and interactive functions. The markers “bem” (“well”) and “bom” (“well”) can signal a change of topic or mark the beginning of speech turn. The marker “então” (“so”) is mostly a phatic conversational marker, but it can also mark argumentative orientation and serve to maintain the

continuity of the discourse. The marker “*sabes / sabem*” (“*you know*”) performs two functions: it plays an interactional function in participation framework and it serves as an information state marker. This study has verified that the discourse markers of conversational structure fulfill a range of functions and are extremely present and important in Portuguese stand-up comedy oral discourse, for they delimitate segments of texts – a thesis postulated by Adam (2008: p. 178). Their role in the assignment of any responsibility, however, remains open (see TABLE 3):

TABLE 3: The degree of ER manifested in the categories of marker-mediators, markers of reformulation and markers of conversational structure accordingly

DISCOURSE MARKERS OF ER	MARKER-MEDIATORS	EPISTEMIC MEDIATION = NO ASSUMPTION OF ER
	MARKERS OF REFORMULATION	AUTO-REFORMULATION / MODIFICATION OF PoV = PARTIAL ASSUMPTION OF ER
	MARKERS OF CONVERSATIONAL STRUCTURE	ER IS NOT PERCEIVABLE

All things considered, although the discourse markers of conversational structure are included in the same “group” of markers of ER, there seem to be no manifestations of such phenomenon as ER. However, the analysis allowed for the identification of the functions that discourse markers perform in Portuguese stand-up comedy (see TABLE 4).

TABLE 4: The functions of discourse markers of ER in Portuguese stand-up comedy

Marker-mediators	<i>Segundo</i> (“according to”)	• Epistemic mediation
Markers of reformulation	<i>Quer dizer</i> (“I mean”)	• Auto-reformulation • Filler • Attenuator / Mitigator
	<i>Ou seja</i> (“that is”)	• Reformulation
Markers of conversational structure	<i>Bem</i> (“well”), <i>bom</i> (“well”)	• Change of topic • Marks the beginning of speech turn
	<i>Então</i> (“so”)	• Phatic conversational marker • Marks argumentative orientation • Maintains discourse continuity
	<i>Sabes / sabem</i> (“you know”)	• Interactional function in participation framework • Information state marker

8. Prompting further investigation

The main intention of this work was to draw attention to the linguistic category of ER that has not received proper consideration and that carries a substantial potential for future study both in specialized linguistic fields, and in interdisciplinary studies. Second, this study provided an original textual analysis, based on oral data from Portuguese stand-up comedy, which bears a two-fold function. On one hand, it serves as a complementary analysis to the TAD framework and contributes to studies on humor in general. On the other hand, it reveals a possible weakness of the TAD framework, especially when it comes to the discourse markers of conversational structure and the corresponding manifestations of ER in them. There may be a need for further investigation, or the development of another theory, to explain this category. Alternatively, a recategorization of the discourse markers of ER could also assist. These strategies, however, must become the goals for future studies.

REFERENCES:

- Adam, J.-M. 2008. *A Lingüística Textual. Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez.
- Baker, Paul & Ellece, Sibonile. 2011. *Key Terms in Discourse Analysis*. New York/London: Continuum International Publishing Group.
- Benveniste, E. 1974. *Problèmes de linguistique générale* 2. Paris: Gallimard.
- Benveniste, E. 1970. L'appareil formel de l'énonciation. *Langages*. Année 1970, 5 (17), 12-18.
- Benveniste, E. 2014. The formal apparatus of enunciation. In Angermüller, J., Maingueneau, D. & Wodak, R. (Eds.). *The Discourse Studies Reader: Main currents in theory and Analysis*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Coutinho, M. A. 2004. Organizadores textuais – entre língua, discurso e gênero. In Fátima Oliveira & Isabel Margarida Duarte (Eds.). *Da língua e do discurso*. Porto: Campo das Letras, 283-298.
- Coutinho, M. A. 2008. Marcadores discursivos e tipos de discurso. *Estudos Linguísticos*. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, (2):193-210.
- Culioli, A. 1971. *Rubriques de linguistique de Encyclopédie Alpha*. Paris: Grande Batelière.
- Culioli, A. 1971a. *Encyclopédie Alpha*. Paris: Grange Batelière et Novare, Istituto geografico de Agostini, entrée MODALITÉ.

- Duarte, Isabel Margarida & Pinto, Alexandra Guedes. 2015. La construction de l'éthos scientifique: stratégies d'effacement et d'inscription de soi dans des dissertations académiques. In: *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, N.4.
- Du Bois, J. W. 1991. Transcription design principles for spoken discourse research. In *Pragmatics* 1(1): 71–106.
- Du Bois, J. W. 2004. *Representing Discourse*. MS, University of California, Santa Barbara.
- Fernandes, E. S. S. 2012. A (não) assunção da responsabilidade enunciativa no gênero acadêmico artigo científico produzido por alunos do curso de Letras. Dissertação de Mestrado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Lopes, A. C. M. 2004. A polifuncionalidade de 'bem' no PE contemporâneo. A. S. Silva et al. (Eds.) *Linguagem, cultura e cognição. Estudos de Linguística Cognitiva*. Coimbra: Almedina, (vol. II): 433-458.
- Lopes, A. C. M. 2014. Contributo para o estudo sincrónico dos marcadores discursivos 'quer dizer', 'ou seja' e 'isto é' no português europeu contemporâneo. *Diacrítica*. Braga. Vol.28, n.1: 33-50.
- Lourenço, M. 2013. *Análise textual dos discursos: responsabilidade enunciativa no texto jurídico*. Tese de Doutoramento. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- MacWhinney, B. 2000. *The CHILDES Project: Tools for Analyzing Talk*. 3rd Edition. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Maingueneau, D. 1998. *Analyser les textes de communication*. Paris: Nathan.
- Maingueneau, D. & Charaudeau, P. 2004. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto.
- Marcuschi, L. A. 2005. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Dionísio, A. P., Machado, A. R., Bezerra, M. A. (Eds.). *Gêneros textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 19-35.
- Marques, M. A. 2013. Construir a responsabilidade enunciativa no discurso jornalístico. *Redis: Revista de Estudos do Discurso*, n.2: 139-166.
- Mintz, L. 1985. Stand-Up Comedy as Social and Cultural Mediation. *American Quarterly*. 37.1: 71-80.
- Nascimento, I. A. de A., Carvalho, J. L. Q. & Bernardino, R. A. dos S. 2012. A (não) assunção da responsabilidade enunciativa em artigos científicos produzidos por estudantes de Letras. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, Vol. 01, n. 01: 241-254.
- Oliveira, K., Queiroz, M. & Barbosa, M. 2017. Autoria e responsabilidade enunciativa em diários de leitura. *Bakhtiniana*. São Paulo. 12 (1): 150-168.
- Passeggi, L. et al. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: Bentes, A. C. & Leite, M. Q. (Eds.). 2010. *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 262-314.
- Rabatel, A. & Chauvin-Vileno, A. 2006. La question de la responsabilité dans l'écriture de presse. *Semen* [En ligne], 22. URL: <http://semen.revues.org/2792>
- Rabatel, A. 2007. Effacement énonciatif et effets argumentatifs indirects dans l'incipit du *Mort qu'il faut* de Semprun. *Semen* [En ligne], 17. URL: <http://semen.revues.org/2334>

- Rabatel, A. 2008. *Homo narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit*. Limoges: Editions Lambert-Lucas.
- Rabatel, A. & Koren, R. 2012. Collective Responsibility in the Press. *Questions de communication* [Online], 13, URL : <http://questionsdecommunication.revues.org/8870>
- Rabatel, A. 2016. *Homo narrans. Por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Volume 1. Pontos de vista e lógica da narração, teoria e análise*. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues, Luís Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez.
- Rodrigues, M. G. S. 2010. A não assunção da Responsabilidade Enunciativa. In: *Dizeres díspares: ensaios de Literatura e Linguística*. (Eds.) Santos, Derivaldo dos, Galvão, Marise Adriana Mamede & Dias, Valdenides Cabral de Araújo. João Pessoa: Ideia.
- Santos, J. P., Silva, L. F. M. & Rodrigues, M. G. S. 2010. A Responsabilidade Enunciativa em Notícias. In: *XVIII Semana de Humanidades*. Natal.
- Saussure, Ferdinand de. 1959 [1906-1911]. *Course in General Linguistics*, trans. by Wade Baskin, selected 114-117, 120-122. New York: Philosophical Library. In: *The Discourse Studies Reader. Main currents in theory and analysis*. Johannes Angermüller, Dominique Maingueneau, Ruth Wodak (Eds.). John Benjamins Publishing Company: Amsterdam/Philadelphia.
- Soares, E. S. & Rodrigues, M. G. S. 2016. Análise textual dos discursos e a abordagem enunciativa da argumentação: a responsabilidade enunciativa e as estratégias linguístico-textuais da orientação argumentativa da sentença judicial de crime contra a dignidade sexual. *Diálogo das Letras*. Pau dos Ferros. Vol. 05, n. 01, 06-35.
- Schiffrin, D. 1987. *Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Valentim, H. T. 2012. Diferentes valores e empregos de *isto* é: uma proposta de descrição enunciativa. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 8. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL. (8): 297-308.
- Valentim, H. T. Cotexto e Contexto: formas linguísticas e possibilidades de interpretação do enunciado. *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas* (Eds.) M. João Marçalo, M. Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, M. do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana Luísa Vilela, Ana Alexandra Silva. Universidade de Évora.

Language and Identity in Multimodal Text: Case Study of Thailand's Bank Pamphlet*

Korapat Pruekchaikul
biggie81@hotmail.com

CLUNL-FCSH, Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Isabelle Simões Marques
isabelle.marques@uab.pt

Universidade Aberta & CLUNL-FCSH, Universidade Nova de Lisboa

ABSTRACT: With the main objective of presenting a linguistic model for the analysis of identity construction in multimodal texts, particularly in advertising, this article attempts to integrate three theoretical frameworks, namely the types of discourse of the Socio-Discursive Interactionism, Greimas' actantial roles and the symbolic processes of the Grammar of Visual Design proposed by Kress & van Leeuwen. The first two theories are used to analyze verbal language form whereas the third is exclusively for images in advertising. The data sample is a Thai bank pamphlet of Siam Commercial Bank, collected in Bangkok, Thailand, in June, 2015. According to the data analysis, the theoretical frameworks employed here proves that identity, the psychological product, exists in the human mind and can be indexed by language in interaction. Also, the analysis found that identity could be projected as multimodally as language manifestation, of which forms are not only verbal but also pictorial.

KEYWORDS: Multimodal Discourse, Language and Identity, Socio-Discursive Interactionism, Grammar of Visual Design, Actantial Model, Thai Bank Pamphlets

Introduction

The major aim of this article is to adapt and to integrate three theoretical frameworks, namely the types of discourse, the symbolic processes and the actantial model for the analysis of language and identity construction in bank pamphlets from Thailand. The first theoretical framework belongs to the Socio-Discursive Interactionism (henceforth, SDI) proposed by Bronckart

* We hereby thank two anonymous reviewers for their comments and suggestions.

(2003); the second one, the symbolic processes, is proposed in the Grammar of Visual Design by Kress & van Leeuwen (2010); the last one, originally proposed by Greimas in his book *Sémantique Structurale*, published in 1966, was adapted by Vestergaard & Schroder (1985) to analyze the advertising discourse in particular.

The major conceptual idea of this paper is that, not only is any textual genre the creative manifestation of verbal and non-verbal language forms generated by human beings, but also the reflection of how interactants construct their self and their identity under the socio-cultural, socio-political and socio-economic contexts in which the text is produced.

Inspiration for the research of this article is based on three aspects, without which the work might not have been completed. Firstly, there is the interesting aspect of advertising language and textual multimodality. According to *An introduction to the grammar of visual design* (2002), as well as to the work of O'Shaughnessy & Stadler (2005) and Gee (2011), advertisements are the textual platforms that combine and incorporate both verbal and non-verbal elements, thus defining multimodality. Moreover, A. Nawigamune (B.E. 2553¹ [2010]) also emphasizes that advertisements can serve as socio-historical evidence, since many interestingly provide us with knowledge of social, economic and historical development, in particular of human society. Furthermore, advertisements are also proof of language change, are ubiquitous and somewhat influential in our daily life, whether we need them or not. That is why advertisements have been recently and widely used as data for analysis in various areas of the social sciences and humanities, including linguistics.

Secondly, research on English sociolinguistic and discourse analysis, especially that concerning language and gender identity, are also this paper's inspiration. To name but a few are the works of Lakoff (1975), Hall (1995), Ochs & Taylor (1995), Johnstone (1999), O'Shaughnessy & Stadler (2005), and Cameron (1997). These works share the same idea about how language can shape and form human identity, particularly gender identity, with respect to careful, though at times creative, selection of specific linguistic repertoires

¹ B.E. 2553 refers to the Buddhist Era, the year formally used in Thailand.

in specific social contexts. Such phenomena may occur consciously or unconsciously among participants engaging in an interaction.

Finally, there is an interest and intention to adapt theoretical frameworks, especially the SDI's types of discourse, the symbolic processes as well as the actantial model, and to apply them as an analytical model for a text in non-Romanized languages such as Thai. Well aware that those frameworks may never be universal for any or all languages, the authors attempted to apply the same concept for language in a social context, which is somehow universal. Language is a form of meaning construction for individuals which relies on grammatical resources as much as social factors.

This article is divided into five major parts. The first is about the overview of the current economic situation in Thailand, which relates to the adjustment of self and organizational image of Thai commercial banks. The second briefly presents the theoretical frameworks and the analytical methodology of the collected data. The third part is the data analysis. The fourth deals with the discussion of the analysis, and the conclusion is the final part.

1. Overview of Thailand's Economic Situation and Financial Institutions

Thailand is a newly industrialized country of Southeast Asia whose economy relies mainly on export of produce, as well as computers and electrical appliances. The country's economy has been growing since the 14th century. At that time, Thailand was open for diplomatic and commercial contacts with many foreign merchants, such as the Portuguese, French and English from Europe, as well as the Chinese, Indian, Japanese and Persian from Asia.

After Ayutthaya was conquered by the Burmese, the capital moved to Bangkok in the 19th century. Since then, China has remained the major trader for the country. However, Thailand, like many other countries, has since experienced an economic rise and fall. The first and second World Wars, the political turmoil in the neighboring countries, namely Vietnam and Cambodia, the cold war between the US and the USSR, as well as the instability of the country's administration, have affected its economic condition.

Some important incidences that have lately affected the Thai economy are worth mentioning. The first, referred to as *Tom Yam Koong Crisis*² in Thai, occurred in 1997, when the then government decided to devalue the Thai Baht, due to the economic bubble from excessive loans for real estate purposes, created in previous years. The Baht depreciation at the time led to increased foreign debt, especially from the International Monetary Fund (IMF), and to the downfall of big financial institutions. Some banks were immediately closed while others were taken over by foreign ones.

Thai economy recovered from 2001 to 2004. The country paid back all the debt to the IMF in 2003, and it regained momentum. Nevertheless, after 2003, Thailand experienced many problems, particularly the yellow-shirted protesters against the Thai Prime Minister and his administration. On September 19th, 2006, a bloodless coup was staged and a new military government was formed. During this period, the Thai economy slowed down again. Between 2007 and 2014, Thailand suffered political uncertainty and instability, despite the democratic election that took place in 2007 when the coup was over. Since the *Tom Yam Koong Crisis* in 1997, Thailand's banking and financial institutions have had to adjust to the country's political and economic instability. According to the article *Asian Financial Crisis*, published in *Chronicle of Thailand* (2009: 336-337), the *Tom Yam Koong Crisis* resulted from a tough situation in which many banks could not give out any loan, interest rates drastically soared, bankruptcies were common, real estate markets collapsed, unemployment increased, stock markets plummeted and the Baht value was depreciated. Such a situation is still ongoing today, albeit less intensified thanks to concerted support from the Thai government as well as from public and private sectors.

2. Theoretical Frameworks and Analytical Methodology

2.1. Types of Discourse

According to the SDI theory (Bronckart, 2003, 2005; Miranda, 2008; *apud* Jorge, 2014), the definition of the types of discourse is based on the theoretical background proposed by Benveniste, Simonin-Grumbach,

² The title of the crisis was named after the spicy shrimp soup, a locally and internationally well-known traditional dish of Thailand.

Weinrich and Genette, all of whom explain that in human language both universal enunciative categories and psychological operations can be identified. The two elements therefore configure various linguistic elements, or types of discourse, specifically designed for *four discursive worlds*. The *four discursive worlds* are naturally constructed in the cognitive process of human beings (psychological archetype) and are available at any time to undergo concrete transformation in particular linguistic elements (linguistic types) (Bronckart, 2003: 156).

The definition of the abovementioned types of discourse and the discursive worlds implies the interdependence between the two, resulting in the construction of four types of discourse under the four discursive worlds. According to the SDI theory, each type of discourse exists during text production when the thematic content of the text is associated with the situation in which the text is produced (Miranda, 2008: 85). The diagram below, adapted and translated to English from Bronckart (2003: 157), illustrates the types of discourse as classified by their discursive worlds as well as the actorial relations with which they are involved.

TABLE 1: types of discourse

		General Relations to the Discursive World	
		Conjunction EXPOSE	Disjunction NARRATE
General Relations to the text producer	Implication	Interactive Discourse	Interaction in Narrative
	Autonomy	Theoretical Discourse	Narration

Each of the *four types of discourse* is classified by its own linguistic elements. For instance, the interactive discourse exists because of the presence of the non-declarative sentences like interrogation or imperative, as well as the frequent use of the first-person pronoun, whether singular or plural, which refers to the speaker in interaction. Narration, on the other hand, is formed by the past tense or the past perfect tense, and the first-person pronoun is absent (Bronckart, 2003: 168-169; 178-179). Besides, each type of discourse is attached to and configured by the textual genre, which according to the SDI theory (Bronckart, 2003: 138; 2005: 62), albeit in unstable and intangible form, indexes either textual or socio-historical forms for human interaction.

Consequently, talking about types of discourse in terms of SDI is inevitably associated with the textual genre that configures them.

Relationship and interdependence between types of discourse and textual genres is useful not only for the study on text grammar but also for the study on language and identity. For instance, the presence of deictic pronouns in different types of discourse emphasizes the importance of actors in text production, whether they are real or fictitious. The actorial manifestation in text is not only crucial for completing the text production process but it is also important for the analysis of identity construction as it explicitly indicates who is performing action in text or in interaction.

As adapted from Bronckart (2003: 168-179), different types of discourse vary in terms of different pronoun deixis as follows:

Interactive Discourse: Frequent use of the first and second person pronouns, either singular or plural, as well as proper nouns that refer to the interactants in real communicative situations.

Theoretical Discourse: Frequent use of pronouns in the plural form or the indefinite pronoun, such as *we*, *one*, *they* or *people*, for generic reference.

Interaction in Narrative: Frequent use of the first and second person pronouns as well as of proper nouns that refer exclusively to the protagonists within the text itself.

Narration: Absence of first and second person pronouns that refer to the producer and to the addressee of the text in real situations.

Since this article focuses mainly on language and identity construction in a multimodal type of text like advertising discourse, the system of deictic pronouns configured by the types of discourse under the SDI theory will be exclusively treated here for the analytical model.

2.2 Actantial Model

The use of (the) deictic pronoun(s) proposed by SDI theory in 2.1, indicates that human identity can be directly and explicitly manifested by verbal language in a text. However, as human language is complex and cannot always be expressed in a direct way, the verbal form of language use can also index identity more subtly and implicitly. One of the several ways in

which human identity can be indirectly manifested through verbal language in text is through the use of the actantial model proposed by Greimas.

Inspired by linguistic structuralism, proposed by Lévi-Strauss, and by the narrative action schemas of Propp and Souriau, the actantial model is originally included in the semiotic project of Greimas (cf. also Nöth, 1995: 315; Alua, 1996: 242). The major concept of the model comes from the fact that linguistic elements, particularly syntactic-semantic components, can be semiotized to reveal the thematic content implied in the text itself. According to Greimas & Courtés (1982: 5, 207, 275, 277, 331-332), the syntactic and semantic structures, although clearly visible in a text, actually reside at a deeper level, because they are considered fundamental, whereas the syntactic and semantic structures of the narrative, albeit implicit in its content, are superficial in communication. In other words, the actantial model attempts to show us that the textual organization consists of two levels and meanings. The first level is the syntactic and semantic organization as physically seen from sentences in a text. Such organization contributes to the grammatical meaning of a text. The second level is the syntactic and semantic organization of a narrative structure that contributes to the content meaning of a text. The actantial model is mainly responsible for interpreting and generalizing the grammatical meaning to the content by transforming the grammatical relation between the textual participants and the verbal action of a sentence – or grammatical roles (Vestergaard & Schroder, 1985) -, to the narrative relation in which actants and their specific roles are involved.

Since the purpose of this paper/article is to apply Greimas' actantial model for the analysis of advertising discourse, it will focus on the use of the model adapted by Vestergaard & Schroder (1985: 27-32) to examine both the grammatical relations and the narrative roles of the participants in the text. In doing so, we need to further discuss both the grammatical relations, especially the thematic roles of a sentence, and the narrative roles proposed by the actantial model. Understanding the grammatical relations and the narrative roles in this regard will contribute not only to the implicit construction of identity through verbal language but also to how language itself works in a more complex system.

In terms of the grammatical relations, Vestergaard & Schroder (1985) show that there is a parallel between the thematic roles and the narrative

ones acquired by each participant in a text. According to the authors (Vestergaard & Schroder, 1985), the thematic roles can make a sentence grammatically meaningful and correct via the relation between verbs and nouns. For example, the sentence, “John gave Mary a beautiful bag”, has three participants whose grammatical roles are differently acquired through the main verb, *to give*, in the simple past tense. The first participant, John, is the *agent* who initiates an action in the sentence (Vestergaard & Schroder, 1985; Saeed, 2005); the second, Mary, is the *goal* (Saeed, 2005: 150) being the entity the verbal action is directed to; the third participant, a beautiful bag, is the *objective* (Vestergaard & Schroder, 1985) or *patient* (Saeed, 2005) as it undergoes the verbal action directly. Such relations of the verb and the nominal expressions exemplified here are therefore sufficient to verify grammaticality of the whole sentence; that is, the sentential meaning is proved and confirmed as grammatically correct via appropriate organization and realization of syntactic and semantic structures of the sentence.

To understand the narrative roles and meaning of the sentence above, the actantial model requires one more step to interpret the grammatical meaning derived from the physically visible syntactic and semantic structures. Greimas (1966) attempts to collapse various thematic roles in a sentence and generalize them into six types of actantial roles in narrative. The first actant is *subject*, whose major role is to launch a fight for something or someone. That something or someone has the actantial role as *object*. In fighting to obtain *object*, the *subject* frequently faces *opponent*, but he can conquer it by himself or by assistance of *helper*. If the *subject* wins the *opponent*, he will finally get the desired *object*, becoming the *receiver*. Sometimes, the *object* is granted by someone else, whose actantial role is *giver*.

The relation between thematic roles and Greimas’ narrative roles, as explained above, implies interesting observations on language and identity, which is the major topic of this article. The fact that the thematic roles are mainly concerned with the roles of participants at a sentential level, while the narrative roles focus principally on the content level of the text, emphasizes that language is composed of both tangible and subtle mechanisms, thus making it a complex device for human communication. Such complexity of language, at the same time, reflects various ways in which people act and interact with each other, either directly or indirectly. For instance, the

sentence, “I need some water.” may, at a grammatical level, be nothing more than an affirmative with the pronoun – I -, as *agent*, and the direct object – water -, as *patient*. These thematic roles, nevertheless, may be subtle in meaning and content once the actantial model interprets them respectively as *subject* and *object* because they connote how the participants, or the narrative actants, view themselves or are treated by others, and finally outshine their identity via the narrative roles. This phenomenon is usually used and found in advertisements, where language play is currently common and frequent in order to substitute a direct and hard sell.

2.3 Symbolic Processes

Since texts contain not only verbal forms of language but also non-verbal ones, particularly pictorial presentation, analyzing one without the other may seem insufficient if one wants to really understand the meaning that the texts convey. Many theorists have long been proposing ways of interpreting meaning from images. To name but a few, Peirce (1960) talked about how images make meaning in the iconic, indexical or symbolic forms whereas Barthes (1964) presented an idea of how images make meaning via their relationship with the verbal form: relay and anchorage.

Following the conceptual idea of reading images proposed by Peirce and Barthes, among others, Kress & van Leeuwen (2010) introduced, based on their theory on social semiotics, the grammar of visual design. By stating that not only verbal forms of language but also the non-verbal ones, like pictures, have their own set of rules or grammar to produce meaning, the authors claim that the visual grammar they proposed is sufficiently general to encompass any type of image and painting. It also may describe, either implicitly or explicitly, the cultural knowledge of a society, especially the western one (Kress & van Leeuwen, 2010).

The grammar of visual design by Kress & van Leeuwen explains that images can be interpreted in various aspects. Visual meaning can arise due to different narrative representations, in which visual participants do some action with others (Kress & van Leeuwen, 2010: 45-78). Otherwise, pictures may convey meaning through conceptual representations of the participants themselves (Kress & van Leeuwen, 2010: 79-113). How we view visual participants in different angles, representation and interaction, can also imply

the meaning that the image wants to present to us (Kress & van Leeuwen, 2010: 114-153). Finally, how participants in the picture are positioned and how bright or clear its colors are make its meaning uniquely different from other images (Kress & van Leeuwen, 2010: 154-214).

For this article, we have selected one aspect of interpreting visual meaning: symbolic processes, to serve as our analytical model. It does not mean that this type of pictorial interpretation is the best or the most preferable. Instead, as stated by the authors, the symbolic processes, related to conceptual representations, directly and mainly concern who or what visual participants are or what they stand for (Kress & van Leeuwen, 2010: 105). This idea is very important for the analysis of identity construction in (non-)verbal languages.

According to Kress & van Leeuwen (2010: 105-106), a symbolic process can be classified into two types: the symbolic attributive and the symbolic suggestive. The first concerns how represented participants construct meaning from other factors surrounding them, whereas the second is about how they present their meaning through how they are and what they have in themselves. In other words, symbolic attributive creates meaning or identity of visual participants from the surrounding environment, while symbolic suggestive presents it through the qualities that the participants possess.

The analysis of written text, in terms of the use of deictic pronouns and the actantial model, will be discussed respectively in 3.1 and 3.2 whereas the pictorial analysis via the symbolic attributive and suggestive processes will be exemplified in 3.3.

3. Data Analysis

The data to be analyzed here belongs to the *corpus* collected from various branches of Thai commercial banks in Bangkok in June 2014. Included in the *corpus* are bank pamphlets from Bangkok Bank, Government Savings Bank, Kasikorn Bank and Siam Commercial Bank. The first one is a public commercial bank whereas the rest are private. All are among the most well-known commercial banks in Thailand.

The *corpora* vary according to the thematic issues each of them refers to, namely savings programs, business and personal loans, mutual funds, health and accident insurances, credit and debit cards, internet banking and

savings lottery. The pamphlets also differ in terms of their physical format as some are in the booklet form while others are flyers of up to three folds.

Of all the bank pamphlets collected in June 2014, seven of them belong to the Kasikorn Bank, eight to the Bangkok Bank, eight to the Government Savings Bank and twelve to the Siam Commercial Bank. We are aware that, in order to successfully explore this topic, the *corpus* needs to be extended and the analysis needs to cover as much data as possible. Nevertheless, since the goal of the article is to present the analytical model to explore the identity construction through language, our decision is to select only one *corpora* for thorough and detailed analysis here. The data selected for analysis in this article is the pamphlet *SCB SME*, of the Siam Commercial Bank, as shown in the appendix.

A one-fold flyer of 4 pages, the *SCB SME* is structured into 3 sections: the front, the back and the body text. The first two parts are on the same side of the pamphlet, whereas the body text, which contains detailed information about the product advertised, is on the other side opposite the front and the back. By folding the pamphlet, the front is separated from the back, and, at the same time, the body text is automatically divided into two parts. Such does not only make the document a proper pamphlet, but it also highlights the textual connection and the coherence of all the sections presented. For example, folding the pamphlet can separate two parts of the body text, the first of which presents the customers' testimonials on the left side, while the second focuses on the information to apply for the loan advertised on the right one. Although the two parts are separated by folding, the process of presenting idea and information remains coherent and continuous because the first part of the body text serves as an introduction and the second part as a piece of detailed and important information the reader needs to pay attention to. As a result, to make a pamphlet which is readable and that can capture the attention of its target group, advertisers have to be concerned with the design, particularly how to use folding to separate and connect the information presented there.

We will now move on to the data analysis which explores the identity construction through (non-)verbal languages. The first analysis talks about identity construction through verbal language according to the types of discourse proposed by the SDI. The second studies the identity construction

of verbal language interpreted from the content of the body text in the pamphlet, with the help of Greimas' actantial model. The last analysis, referring to the Grammar of Visual Design, will study the identity construction via pictorial presentation. The three-part analysis covers different sections of the pamphlet itself. The first analysis focuses on both the front and the body text inside the pamphlet. The second will principally deal with the body text inside the pamphlet. The last analysis will be employed for the images in the front and the body text.

3.1 SDI's Types of Discourse and Identity Construction: Analysis of SCB SME Pamphlet

As mentioned in 2.1, the types of discourse outshine not only the textual genre but also who the speaker and the addressee are when in interaction.

In terms of the textual genre, the type of discourse primarily found in the pamphlet, *SCB SME*, is the interactive one. This is confirmed by the use of the Thai second-person possessive adjective *คุณ* (your, in Thai), in the headline *สินเชื่อธุรกิจเลือกได้ตามใจคุณ* (*Business Loan of your Choice*)³, on the front part of the pamphlet. This phenomenon corresponds to the theoretical perspective proposed by Vestergaard & Schroder (1985: 49-50), Cook (1994: 24), Lynne & Fitzgerald (2006: 103) and Miranda (2010: 140) that advertising discourse is a kind of virtualized conversation between the advertiser and the prospective customer. Additionally, throughout the pamphlet, especially in the body text, the use of theoretical discourse is frequent. For example, one can note the syntactic density of noun phrases, such as *วงเงินสูงสุด 5 เท่า ของมูลค่าประเมินหลักประกัน สูงสุด 10 ล้านบาท* (*Maximum financial limit of 5 times for collateral assessment value of up to 10 million Baht*), *อัตราดอกเบี้ยคงที่ 3 ปี* (*Fixed interest rate for 3 years*), or *ระยะเวลาผ่อนชำระหนี้สูงสุด 30 ปี* (*Installment period of up to 30 years*). The first and second person pronouns that refer to the speaker and the addressee in interaction are also absent in the text. However, the text produced in this pamphlet is still interactive. This is because, according to Miranda (2010: 141), advertisements often make use of and integrate other types of secondary discourse types into the primary type, which is the interactive

³ Translation from Thai to English is available and indicated in the attached image of the pamphlet in Appendix.

discourse, resulting in a fusion between the two. In the case of the SCB SME pamphlet, there is a fusion between the interactive and the theoretical types of discourse because the function of the advertisements is to initiate a close interaction between the advertiser and the customer, and, at the same time, providing readers with useful facts and information.

The construction of identity via the use of deictic pronouns found in the SCB SME pamphlet can be analyzed in terms of the primary and the secondary types of discourse. Regarding the primary type of discourse, the interactive one, the pronoun, *คุณ* (you), found on the front part of the pamphlet, is used to refer to the reader or to the customer who is reading. Not only does this pronoun indicate the major textual genre of the pamphlet, but it also constructs the identity of the person the pronoun is addressing. This second-person pronoun explicitly refers to the reader or the customer, the addressee outside the text in interaction (Bronckart, 2003). Doing so emphasizes the identity of the addressee, or, in other words, makes it salient.

The analysis above shows that the use of pronoun deixis in the primary types of discourse not only creates proper textual genre but also constructs the identity of the participant represented in the text. Since texts exist with various types of discourse fused or combined together, with the primary type of discourse as the main linguistic unit that controls the others, it is normal to find some types of discourse which can be considered secondary. Such phenomenon can also occur to the bank pamphlet under study here, whose secondary type of discourse is the theoretical type. According to Bronckart (2003: 172), unlike the interactive type of discourse, the theoretical one has no pronoun referring directly to either the speaker or the addressee outside the text. Indicating the identity construction from the use of pronoun deixis under the theoretical type of discourse is therefore a bit complicated. Nevertheless, since such type of discourse is secondary, while the interactive one is primary, the problem for analysis is solved.

Throughout the body text of the pamphlet under study, the theoretical discourse is most used. Superficially, it seems that the text does not address anyone directly. However, because the pamphlet uses the theoretical discourse as a secondary type and the interactive as the primary, the text still interacts with readers because, by formally providing them with useful information, the text initiates a conversation with the readers at the same time. In the

SCB SME pamphlet, the body text also constructs the identity of the product and the customer through the use of the theoretical type of discourse. For instance, the identity of the product is constructed by the use of three proper nouns: *สินเชื่อ 5 เท่า* (5-Times Loan), *สินเชื่อ 3 เท่า อัตราดอกเบี้ยคงที่ 3 ปี* (3-Times Loan with Stable Interest Rate for 3 Years) and *สินเชื่อ 30 ปี วงเงิน 1.5 เท่า* (30-Year Loan with Financial Installment of 1.5 Times). The proper nouns function as titles of three sub-types under the main product: SCB SME, and simultaneously refer to it. Also, the identity of the customer is constructed by the use of the words, *ผู้ขอสินเชื่อ* (Loan Applicants), *บุคคลธรรมดา* (Ordinary People) and *นิติบุคคล* (Legal Entity), which refer to them. The use of the proper nouns to classify the sub-types of the product and the use of nouns that specify different customers as already exemplified are frequent in the interactive discourse and refer to the addressee outside the text (Bronckart, 2003: 169). As a result, with the help of the linguistic elements of the interactive type of discourse, which is the primary type fused with the secondary theoretical discourse in the advertising text of the pamphlet, the identity construction of textual participants is analyzable. Such identity construction may be more indirect and implicit than the use of pronoun deixis in the interactive discourse. Yet, it can be exposed and uncovered.

3.2 Actantial Model and Identity Construction: Analysis from SCB SME Pamphlet

According to Vestergaard & Schroder (1985), advertisements are normally concerned with three participants in the text: the advertiser, the product and the prospective buyer. The analysis of this section will look at language and identity construction in the three participants from the SCB SME pamphlet, employing Greimas' actantial model adapted by Vestergaard & Schroder (1985) as the analytical tool.

On the front part of the SCB SME pamphlet, the headline *สินเชื่อธุรกิจ เลือกได้ตามใจคุณ* (Business Loan of your Choice) indirectly projects the identity of both the product advertised and the prospective buyer. The actantial model can be used to analyze the identity construction of the two participants implicated here. In terms of grammatical relations, especially the thematic roles as explained in 2.2, the term *Business Loan* can be assigned the *objective* role, whereas the word *your* can have the *dative*

one (Vestergaard & Schroder, 1985: 30). It is because the former undergoes an action of possessing or having, as indicated by the preposition *of* that follows it in the headline, and the latter performs the action of benefiting the former. Such are the grammatical relations organized superficially by the syntax and semantics of the headline.

With regards to the actantial model, however, the term *Business Loan*, which refers to the product advertised, and the word *your*, which stands for its prospective buyer, have the actantial roles of *object* and *subject/receiver*, respectively. This phenomenon can be explained by the fact that, according to the narrative structure as shown in 2.2, there is an implicit relation between the *subject* and the *object* because the former wants to achieve the latter, and, sometimes, upon achieving it, the *subject* is entitled to claim the similar *object* as his own, too. In other words, the analysis here shows that, in a narrative, some actants in the actantial role can possess more than one role, whereas in a sentence only one thematic or grammatical role has to be assigned for each actant. The relation of the words *Business Loan* and *your* therefore points to this phenomenon.

In the body text of the *SCB SME* pamphlet, the actantial roles of the product and the prospective buyer are a bit more complicated. On the left side of the pamphlet, the actantial roles of the product and the prospective buyer change to some extent. Three headlines that appear side by side with three images: *ให้ง่าย แค่ที่ดินเปล่าก็ทำได้, ให้เยอะ ให้สูงสุดถึง 50 ล้านบาท, and ให้ผ่อนยาว ผ่อนนานสบายๆ 30 ปี*, mean the following in English: “*The loan is easily obtainable. You can use a plot of land to secure it.*”; “*The loan gives you a lot of money. It is worth as much as 50 million Baht.*”; and “*The loan allows you to pay back for a long period of time. You can choose to pay money back for as long as 30 years.*” If the actantial roles are assigned to the noun *loan* and the second-person pronoun, *you*, which appears on all three headlines, the roles should still be *object/helper* for the loan and *subject* for the ‘you’. This is because, according to Vestergaard & Schroder (1985), advertisements often symbolize the quality of *object* as the assistant to *subject*, thus making it *helper* for the *subject*. From the three headlines, it is interpretable that the loan, which comes concretely in a sum of money to be borrowed by the customer under flexible conditions, will assist them to successfully mobilize business. In this regard, the binary quality of actantial

roles of *object/helper* of the bank's product corresponds to the explanation already made by Vestergaard & Schroder (1985).

The relation of the product and the customer under the actantial roles is also projected and emphasized in the body text on the right side of the *SCB SME* pamphlet. The section talks about qualifications to apply for the loan of general people and legal entities. To successfully do so, both the general people and the legal entities are required to prepare various documents to classify themselves as one of the two types of loan applicants. If the actantial roles are applied here, it is expected that the two types of loan applicants are *subject*, who must prepare themselves very well for the quest for the loan. Meanwhile the documents they have act as *helper*, which gives them assistance to achieve the loan borrowing process. In this context, the loan itself has a different actantial role from the one that appears in the preceding paragraph: in this case, its role is *object*, or what the *subject* is striving for.

We have so far talked about the actantial roles in relation to the construction of identity between the product advertised and the prospective buyer or the customer. There is one more role of an actant that needs to be mentioned here: the advertiser or the Siam Commercial Bank, which ordered the pamphlet to be published. In the *SCB SME* pamphlet, the identity of the bank is not mentioned as much as the ones of the product and the customer. However, in the body text, especially on the right side of the pamphlet, the sentence เงื่อนไขการพิจารณาสินเชื่อเป็นไปตามหลักเกณฑ์ที่ธนาคารกำหนด และธนาคารขอสงวนสิทธิ์ในการเปลี่ยนแปลงเงื่อนไขของโครงการ โดยมีต้องแจ้งให้ทราบล่วงหน้า, which means that *conditions for consideration of giving the loan are subject to the bank's requirements and the bank reserves the rights to change the conditions without any prior notice*, obviously projects the identity and the actantial role of the bank. This sentence, found in the lowest part of the right side of the body text, functions as additional information to the advertisement. Should the actantial model be employed to analyze the role of the bank here, the actant would be assigned the role of *giver*, because it is responsible for providing money to the customer, and, more importantly, for formulating rules and conditions about lending the money. In other words, if we take the content of the sentence into consideration under the actantial roles, we will see that the bank, the product and the

customer are involved in *giver-object-subject* relationship, thus making the narrative cycle complete.

From the analysis of the actantial roles of the product, the customer and the advertiser above, it is expected that the roles of the three participants in advertisements vary according to the action they performed. Such action is not expressed syntactically and semantically in sentences, but indirectly implicated in narrative. This fact has already been stated in 2.2. It also corresponds to the claim made by Vestergaard & Schroder (1985) that the relation of thematic roles and actantial roles concerns the act of participants in text, but at a different level, because, while the thematic roles focus on the sentential relation of nouns and verbs, the actantial roles interpret their content relation through the narrative form.

With regards to construction of identity via the actantial model, according to the analysis of the *SCB SME* pamphlet, it is also expectable that the *subject/receiver* roles should belong to customers, since they are required to act as if they were a knight on an important quest. The roles of *object/helper* can be assigned to the product because, on the one hand, it is what customers want, and, on the other hand, its quality helps the customers achieve something important. Finally, the role of *giver* can be assigned to the bank as it is responsible for providing *object to subject*, thus making *subject* become *receiver* at last. Such narrative structure of this advertisement may look like a fairy tale. Nevertheless, it is a fairy tale that actually implies the advertising ideology, particularly banking and financial advertisements, in which customers, narratively semiotized as *subject*, ask for money from a bank, and the bank, narratively semiotized as *giver*, gives what the customers need.

3.3 Image and Identity Construction: Analysis from *SCB SME* Pamphlet

Not only does the *SCB SME* pamphlet have a verbal language form worth analyzing, but it also contains an interesting visual presentation relevant for the study of identity construction. On the front part and in the body text, four pictures are under analysis here.

All four have three represented participants, one who appears in both the front part and the body text of the pamphlet: a young man standing in front of an industrial site. The second and the third, which appear only in the body text, are of a woman and a man respectively. The woman is in a jewelry shop while the man is in a warehouse.

Should the symbolic processes be allowed for the analysis of identity construction here, all the represented participants in the pamphlet can be studied in terms of the symbolic attributive rather than the suggestive one. From the four pictures on the front part and in the body text of the pamphlet, the reader will realize that the represented participants are business owners. Such professional quality is therefore their identity as well.

According to Kress & van Leeuwen (2010), represented participants of the symbolic attributive are seen on the foreground of a picture, or apparently pointed out by other pictorial participants; otherwise, they are located out of place in the picture. Such characteristics highlight the meaning or quality of other participants in a picture, thus specifically associating them with symbolic values. The case of the three participants in the *SCB SME* pamphlet suggests the theoretical explanation already made by the authors. All the male and female business owners are clearly seen and highlighted in the pictures. They are all foregrounded and placed in front of their business premises, which are in the background. For instance, in the body text of the pamphlet, the woman is posing in front of a showcase of gold necklaces whereas the man is seen standing inside the warehouse. This fact has correspondence with the definition of the symbolic attributive proposed by Kress and van Leeuwen, who state that the represented participants obtain their meaning from objects surrounding them. As a result, the case of the male and female presenters in the *SCB SME* pamphlet, whose identity is visually constructed by the symbolic attributive process, emphasizes that, according to the symbolic attributive process, without the background or the surroundings where the represented participants are found, their visual meaning may be incomprehensible and their identity unclear.

The symbolic suggestive process in the pictures of the *SCB SME* pamphlet, even though not as salient as the symbolic attributive one, also plays an implicit role in highlighting identity of the represented participants. The fact that all the visual participants are located inside or in front of their business places implies or suggests that their identity cannot be only male or female but also business owners. Once the visual meaning of the symbolic attributive is already interpreted to the participants, it is likely that they possess value within themselves at the same time. In other words, we understand that the woman in the picture is a jewelry shop owner because she is standing in

front of a showcase of gold necklaces. So, thanks to the context, the visual participant acquires such identity as if it came from within herself.

The visual phenomenon mentioned above, although more fuzzy and complicated, indicates two important facts. The first suggests the theoretical explanation proposed by Kress & van Leeuwen (2010) that the meaning or identity of the represented participants under the symbolic suggestive comes from within themselves. The second fact implies that, although the symbolic suggestive focuses on the inner quality of the participants, there may be some cases where the participants acquire such quality from the outside before outshining it as their own. If so, this suggests that there may be interdependence or interrelation between the symbolic attribute and the symbolic suggestive, although more research on such phenomenon is required.

4. Discussion

In the previous section, we looked at how identity of the advertiser, the product and the customers is projected multimodally by (non-)verbal features in an advertisement of the Thai bank pamphlet. The analytical model used in this article contributes to some observations regarding both the theoretical framework and the results from the analysis in terms of the key topic of the article, which are worth mentioning here.

The theoretical framework used to analyze the data indicates that identity can be viewed as a concrete object that already exists in human beings. Identity is, as a matter of fact, a psychological and unconscious product in all of us. However, it is not difficult to project it as we often use language to express who we are. As a result, language can function as a tool not only for achieving successful interaction but also for reflecting the true color of interactants.

Since, as stated above, identity is part of all of us, language can be used to specifically locate it. As an advertiser, the bank has to be careful choosing language and must use it to accommodate or satisfy the need of its prospective buyer. For instance, this case can be found in a selection of written and pictorial elements for the interactive discourse, which is frequent in advertising as the advertiser would like to create a virtual talk directly with the reader. Doing so will also imply who the text producer and reader are.

Consequently, in terms of theoretical framework employed here, we can conclude that, to analyze identity construction via language use, the view is

two folds. On the one hand, identity can be traced and indexed by language. This is similar to the idea of sociolinguistics' indexicality framework, the concept which explores how specific types of linguistic choice can indicate who we are (Dyer, 2007: 102). On the other hand, identity is used to trace language itself. This is the same as the descendent framework of textual analysis proposed by the SDI where text produced and interactants' identity projected under a specific social context are used and hypothesized to trace particular kinds of linguistic choice (Bronckart, 2005: 61).

Regarding the observation of the results of the aforementioned analysis, one can conclude that identity is projectable by various ways of linguistic representation. Since the data specifically includes advertisements on a bank pamphlet, it is clear that identity of the textual participants is traceable multimodally, both in verbal and non-verbal language forms. No matter what (non-)verbal features of language are, nonetheless, identity is not always manifested explicitly and directly. The types of discourse and the actantial model, for example, prove that, even though both belong to the verbal language form, the identity of textual participants outshines differently. While the deictic pronouns from the types of discourse index the participants' identity directly and explicitly, the actantial model projects the identity in a subtler way by fictionalizing the content of advertising text into a narrative. Also, the symbolic processes used to analyze images in the pamphlet prove that visual elements are not there to promote meaning of the verbal form of language, but have a grammar of their own. Such kind of grammar, according to Kress & van Leeuwen (2010: 8), is not arbitrary, but is motivated by and tends to produce social meaning. The identity of the represented participants visually showed in the *SCB SME* pamphlet above can emphasize this fact.

Conclusion

To sum up, both the theoretical framework and the analysis indicate that identity is there in the text. It can be traced through language, and, at the same time, it can be employed to pinpoint the particular linguistic forms used in the text. Moreover, since many texts are nowadays multimodal, identity is flexible and analyzable not only verbally but also visually. The results of the analysis here may encourage more research on the topic, not only in the area of linguistics but in the study of sociology as well.

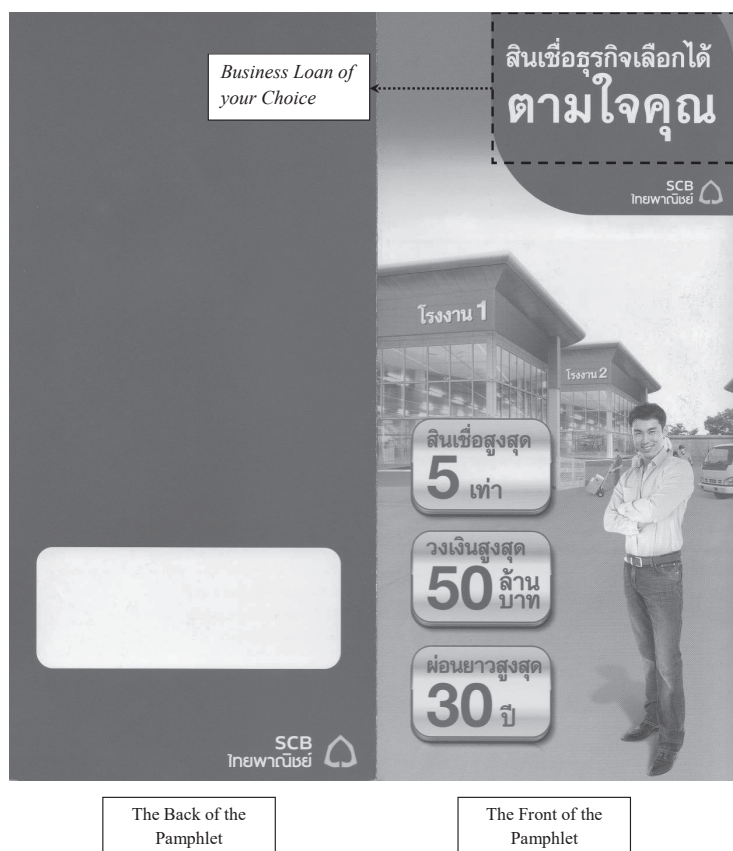
REFERENCES

- Alua, V. M. R. 1996. *Discurso e Família em Espaço e Tempo de Dinheiro e Violência: Análise Semiolinguística e Pragmática*. Masters Dissertation, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- An introduction to the grammar of visual design. 2002. Retrieved Nov. 1, 2016, from the word wide web: <http://portals.studentnet.edu.au/literacy/uploads/grammar.pdf>.
- เอนก นาวิกมูล [Anake Nawigamune]. 2553[2010]. *หนังสือและสมุดคลาสสิก [Classic Books]. กรุงเทพฯ [Bangkok]: แสงดาว [Saengdao]*.
- Barthes, R. 1964. Rhetoric of the Image. In: R. Barthes (Ed.). *Image music text*. London: Fontana/Collins, 32-51.
- Bronckart, J.-P. 2003. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Péricles Cunha, São Paulo: EDUC.
- Bronckart, J.-P. 2005. Os géneros de texto e os tipos de discurso como formatos das interações de desenvolvimento. In: Menéndez, F. M. (Org.)|. *Análise do Discurso*. Lisboa: Hugin, 37-79.
- Cameron, D. 1997. Performing gender identity: young men's talk and the construction of heterosexual masculinity. In: S. Johnson & U. H. Meinhof (Eds.). *Language and Masculinity*. Oxford: Blackwell, 47-64.
- Cook, G. 1994. *The Discourse of Advertising*. Cornwall, G.B.: Routledge.
- Chronicle of Thailand: Headline news since 1946. Grossman, N. (Ed.). 2009. Bangkok: Bangkok Post.
- Dyer, J. 2007. Language and Identity. In: C. Llamas, L. Mullany & P. Stockwell (Eds.). *The Routledge Companion to Sociolinguistics*. Wiltshire, G.B.: Routledge, 101-108.
- Gee, J. P. 2011. *An Introduction to Discourse Analysis*. NY: Routledge.
- Greimas, A. J. 1966. *Sémantique structurale*. Paris: Larousse.
- Greimas, A. J. & Courtés, J. [1979]. 1982. *Semiotics and Language*. Bloomington: Indiana University Press.
- Grossman, N. (Ed.). 2009. *Chronicle of Thailand: Headline news since 1946*. Bangkok: Bangkok Post.
- Hall, K. 1995. Lip Service on the Fantasy Lines. In: Hall, K & Bucholtz, M. (Eds.) *Gender Articulated: Language and the Socially Constructed Self*. New York: Routledge, 183-216.
- Johnstone, B. 1999. Uses of Southern-sounding speech by contemporary Texas Women. *Journal of Sociolinguistics* 3/4: 505-522.
- Jorge, N. O. 2014. *O género memórias Análise linguística e perspectiva didática*. PhD. Dissertation, Universidade Nova de Lisboa.
- Kress, G., & van Leeuwen, T. 2006. *Reading Images*. New York: Routledge.
- Lakoff, R. 1975. *Language and Woman's Place*. New York: Harper and Row.
- Lynne, Y. & Fitzgerald, B. 2006. *The Power of Language*. Oakville: Equinox.
- Miranda, F. 2008. Géneros de Texto e Tipos de Discurso na Perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo: Que Relações? *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*. Lisboa: Colibri: 81-100.
- Miranda, F. 2010. *Textos e Géneros em Diálogo—uma Abordagem Linguística da Inter-textualização*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

- Nöth, W. 1995. *Handbook of Semiotics*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press.
- Ochs, E. & Taylor, C. 1995. The "Father Knows Best" Dynamic in Dinnertime Narratives. Retrieved Nov. 1, 2016, from the world wide web: <http://www.sscnet.ucla.edu/anthro/faculty/ochs/articles/96father.pdf>.
- O'Shaughnessy, M. & Stadler, J. 2005. *Media and Society: an Introduction*. Oxford: OUP.
- Peirce, C. S. 1960. Collected Papers of Charles Sanders Peirce. In: C. Hartshorne & P. Weiss (Eds.). *Elements of Logic Vol. 2*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Propp, V. J. 1968. *Morphology of Folktale*. 2nd ed. Austin: University of Texas Press.
- Saeed, J. J. 2005. *Semantics*. Oxford: Blackwell.
- Souriau, E. 1970. *Les deux cent mille situations dramatiques*. Paris: Flammarion.
- Vestergaard, T., & Schroder, K. 1985. *The Language of Advertising*. Oxford: Basil Blackwell.

Appendix

The pamphlet, *SCB SME*, of Siam Commercial Bank, Thailand



	The loan is easily obtainable. You can use a plot of land to secure it.
สินเชื่อ 5 เท่า - วงเงินสูงสุด 5 เท่า ของมูลค่าประเมินหลักทรัพย์ประกัน สูงสุด 10 ล้านบาท - อนุมัติกับบริษัทประกันชีวิตทรัพย์สินได้แก่ สหกรณ์ประกันชีวิตที่อยู่อาศัย ที่ดินพร้อมสิ่งปลูกสร้าง หรือที่ดินเปล่า - ระยะเวลาผ่อนชำระสูงสุด 7 ปี	5-Times Loan Maximum financial limit of 5 times for collateral assessment value of up to 10 million Baht
	The loan gives you a lot of money. It is worth as much as 50 million Baht.
สินเชื่อ 3 เท่า อัตราดอกเบี้ยคงที่ 3 ปี - วงเงินสูงสุด 3 เท่า ของมูลค่าประเมินหลักทรัพย์ประกัน สูงสุด 50 ล้านบาท - อัตราดอกเบี้ยคงที่ 3 ปี - ได้วงเงินหมุนเวียนเพิ่มขึ้น เมื่อครบรอบชำระหนี้ครบกำหนดขึ้น - ระยะเวลาผ่อนชำระสูงสุด 7 ปี	3-Times Loan with Stable Interest Rate for 3 Years Fixed interest rate for 3 years
	The loan allows you to pay back for a long period of time. You can choose to pay money back for as long as 30 years.
สินเชื่อ 30 ปี วงเงิน 1.5 เท่า - ระยะเวลาผ่อนชำระนานสูงสุด 30 ปี - วงเงินสูงสุด 1.5 เท่า ของมูลค่าประเมินหลักทรัพย์ประกัน สูงสุด 20 ล้านบาท	30-Year Loan with Financial Installment of 1.5 Times Installment period of up to 30 years

The Body Text of the Pamphlet (Part 1: the Left-Hand Side)

คุณสมบัตินักขอสินเชื่อ → *Loan Applicants*

- เป็นผู้ประกอบการ SME บุคคลธรรมดาหรือนิติบุคคล ที่ประกอบธุรกิจ และมียอดขายตั้งแต่ 10 - 500 ล้านบาท ต่อปี
- ต้องดำเนินธุรกิจ และมีรายได้จากธุรกิจที่นำมาขอสินเชื่อไม่ต่ำกว่า 3 ปี

เอกสารเบื้องต้นเพื่อประกอบการขอสินเชื่อ

กรณีบุคคลธรรมดา → *Ordinary People*

1. สำเนาทะเบียนการค้า หรือเอกสารทางการค้าอื่นๆ
2. สำเนาบัตรประชาชน และสำเนาทะเบียนบ้าน ของผู้กู้ คู่สมรสผู้กู้ ผู้ค้ำประกัน และคู่สมรสผู้ค้ำประกัน
3. เอกสารสรุปรายการเดินบัญชี (Bank Statement) ของธนาคารหลัก ที่ใช้รับการโอนเงินอย่างน้อย 6 เดือน
4. เอกสารแสดงรายได้กิจการ เช่น จดการเงินภายใน หรือเอกสารทางการค้าที่สามารถตรวจสอบได้อย่างน้อย 6 เดือน
5. หนังสือยินยอมให้ธนาคารตรวจสอบข้อมูลเครดิตบูโร
6. สำเนาเอกสารสิทธิหลักประกัน

กรณีนิติบุคคล → *Legal Entity*

1. หนังสือรับรองบริษัท ซึ่งออกโดย กรมพัฒนาธุรกิจการค้า กระทรวงพาณิชย์ และบัญชีรายชื่อผู้ถือหุ้น (ฉบับล่าสุด)
2. สำเนาหนังสือเวียนที่สนธิ
3. สำเนาบัตรประชาชน และสำเนาทะเบียนบ้านของผู้ถือหุ้น / กรรมการผู้มีอำนาจลงนาม / ผู้ค้ำประกัน / ผู้รับมอบอำนาจ (ถ้ามี)
4. จดการเงินที่ผ่านการตรวจสอบโดยผู้สอบบัญชีรับอนุญาต ย้อนหลัง 3 ปี
5. เอกสารสรุปรายการเดินบัญชี (Bank Statement) ของธนาคารหลัก ที่ใช้รับการโอนเงินอย่างน้อย 6 เดือน
6. หนังสือยินยอมให้ธนาคารตรวจสอบข้อมูลเครดิตบูโร
7. สำเนาเอกสารสิทธิหลักประกัน

เงื่อนไขในการพิจารณาสินเชื่อเป็นไปตามหลักเกณฑ์ที่ธนาคารกำหนด และธนาคาร ขอสงวนสิทธิ์ในการเปลี่ยนแปลงเงื่อนไขของสินเชื่อได้โดยไม่ต้องแจ้งให้ทราบล่วงหน้า

สนับสนุนการค้าประกันโดย บสย.

Conditions for consideration of giving the loan are subject to the bank's requirements and the bank reserves the rights to change the conditions without any prior notice.

The Body Text of the Pamphlet (Part 2: the Right-Hand Side)

É um não querer mais que bem querer Gramaticalização de conceitos volitivos*

Konrad Szcześniak
konrad.szczesniak@gmail.com
Universidade da Silésia, Katowice / Sosnowiec (Poland)

“Querer é não poder. Quem pôde, quis antes de poder só depois de poder. Quem quer nunca há-de poder, porque se perde em querer”

Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*

ABSTRACT: The present study focuses on the grammaticalization of the verb *want* leading to the emergence of four grammatical categories: the future, proximative, avertive and concessive. The main objective of this study is to reveal the logic behind the changes that generated the four categories. It will be shown that generally the logic in question is the same in all four cases, which suggests that the meanings discussed here make up a set of related grammatical categories. The common denominator shared by the four meanings is a result of persistence (Hopper 1991) which preserved it as traces of the original content of the verb *want*.

KEYWORDS: grammaticalization, discourse markers, persistence, volition

RESUMO: O presente estudo concentra-se na gramaticalização do verbo *querer* que leva ao surgimento de quatro categorias gramaticais: os valores futuro, proximativo, iminencial inconcluso e concessivo. O objetivo principal é expor a lógica subjacente às mudanças que geraram os quatro valores. Verificar-se-á que, de modo geral, a lógica em causa é idêntica em todos os casos, o que sugere que os valores aqui discutidos formam um conjunto de categorias gramaticais relacionadas. O denominador comum partilhado pelos valores é um resultado da persistência (Hopper 1991) que o preservou como vestígio do conteúdo original do verbo *querer*.

PALAVRAS-CHAVE: gramaticalização, marcadores de discurso, persistência, volição

* No processo de elaboração deste trabalho, beneficiei de inúmeras conversas com Maria José Alegre, que não só fez uma cuidadosa redação do texto, como também sugeriu novas questões aqui exploradas. Desejo também agradecer a três pareceristas anônimos pela sua leitura minuciosa e pelos comentários incisivos que me permitiram aperfeiçoar as ideias aqui contidas.

Introdução

Nas últimas décadas, estudos sobre a gramaticalização foram muito além de confirmar a hipótese original de Bonnot de Condillac (1746) e de Meillet (1912) de que as formas gramaticais duma língua — tais como preposições, conjunções ou desinências — evoluem a partir de palavras lexicais, como substantivos ou verbos. Uma das conclusões mais significativas decorrentes desses estudos é a observação de que os elementos gramaticais vêm de um conjunto muito reduzido de conceitos. Verifica-se, normalmente, que uma palavra lexical costuma evoluir e transformar-se numa forma gramatical, em várias línguas, amiúde não relacionadas. Exemplos incluem convergências nos marcadores *DESIDERATIVOS* baseados no conceito de divindade, como a interjeição portuguesa *oxalá* (e a espanhola *ojalá*, ambas oriundas do árabe *inshallah* ‘Deus queira’) e a interjeição polaca *bodaj* (*bodej*, em checo ou *bođaũ* em ucraniano), gramaticalizadas a partir da expressão *Bog daj* ‘Deus dê’. Como observou Heine,

- (1) ...enquanto que é enorme o número de estruturas linguísticas usadas para a expressão de funções gramaticais, as fontes cognitivas a partir das quais essas estruturas derivam são limitadas em número.¹ (Heine 1996, p. 12)

No presente trabalho, vamos analisar os diversos caminhos percorridos pelo verbo *querer* numa dezena de línguas, com destaque para o português. Na maior parte do material aqui apresentado, valer-nos-emos de dados fornecidos na literatura sobre a gramaticalização, acrescentando novas observações sobre usos gramaticais do verbo *querer* no português e no polaco, alguns dos quais representam as fases iniciais de gramaticalização.

A primeira impressão vai ser a de um quadro resumido por Heine: independentemente da língua, os verbos volitivos parecem, de facto, ser uma matéria-prima especialmente propensa a mudanças em direção a uma série de funções gramaticais. Entre os exemplos mais familiares está o papel do conceito volitivo na formação do FUTURO no inglês, onde o verbo *willan*, com o significado original de ‘querer, desejar’ passou a ser usado como marcador do tempo futuro (*will* ou *’ll*), como na frase *I’ll be back* (‘Vou voltar’). Além do valor FUTURO, os verbos volitivos costumam também adquirir

¹ “...while the number and linguistic structures used for the expression of grammatical functions is enormous, the cognitive sources from which these structures are derived are limited in number.”

as funções PROXIMATIVA, IMINENCIAL INCONCLUSO e CONCESSIVA (todas discutidas na próxima secção). Isto pode ser representado na Fig. 1, que resume os potenciais produtos da gramaticalização do verbo *querer* em várias línguas.

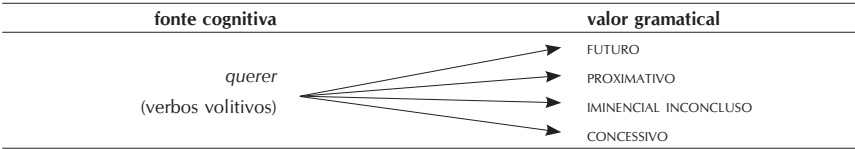


FIGURA 1: Multiplicidade de resultados de gramaticalização a partir de uma fonte cognitiva

Obviamente, o verbo *querer* não serve para exprimir estas quatro funções em todas as línguas, sendo que nem todos os valores referidos na Fig. 2 ocorrem no português. Em português, o futuro obtém-se através do verbo lexical *ir*, e não através de *querer*, pelo que a Fig. 1 deveria ser elaborada como se vê na Fig. 2, que mostra as direções de gramaticalização em que o item lexical *querer* pode evoluir, como é o caso das línguas analisadas no presente trabalho, que incluem o português, inglês, polaco, russo e o latim, entre outras.

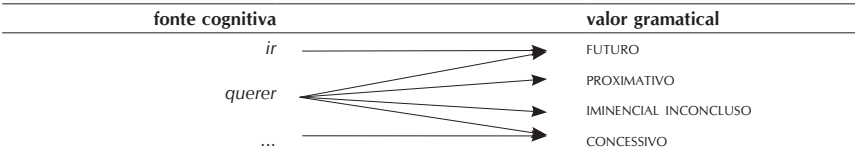


FIGURA 2: Fontes cognitivas alternativas de quatro valores nas línguas discutidas no presente estudo

O número de conceitos capazes de aparecer à esquerda da equação é bastante modesto, tal como Heine refere acima em (1). Porém, o presente trabalho vai mostrar que os valores gramaticais ao lado direito da equação são um grupo compacto de sentidos inter-relacionados. Eles não são tão dispersos como parecem na literatura. Ao contrário do que defende Heine (1996), não é assim tão grande o número das funções gramaticais oriundas duma fonte cognitiva, pelo menos no caso da fonte do conceito de volição. A argumentação vai começar com uma análise de valores gramaticais

nascidos a partir do conceito de ‘querer’. Depois, vão ser apresentadas diferenças e semelhanças entre os valores que devem lançar alguma luz sobre a lógica das mudanças que levaram ao surgimento das formas aqui analisadas. Os dados fornecidos para ilustrar as mudanças vêm de obras literárias publicadas a partir do século XIII até hoje, disponibilizadas pelo serviço Google Books.

1. Valores gramaticais

1.1 *Querer* futuro

O valor futuro das construções derivadas do verbo *querer* tem sido descrito amplamente na literatura sobre a gramaticalização. Trata-se do sentido de ‘uma ocorrência futura’, segundo a fórmula ‘X vai fazer Y’. Tais usos surgem da seguinte inferência: quando alguém declara a intenção de iniciar uma ação (‘Quero fazer X’), pode-se considerar isso como sinal da realização iminente da mesma. No croata, o verbo *htjeti* (‘querer’) tem duas formas, uma completa *hoću* e uma curta *ću* (ambas ‘quero’), a segunda das quais pode ser interpretada como designando ou intenção ou previsão:

- (2) I ja ću bitiolimpijac.
E eu querer-1^{PSG} ser olímpico.
‘Eu também quero / vou ser olímpico.’
(http://www.hoo.hr/downloads/OFDV-pravila_propozicije.pdf)

Do mesmo modo, o elemento auxiliar *will* que marca o futuro no inglês também provém de um verbo lexical com o sentido de ‘querer’, *willan* (Aijmer 1985). Outros exemplos incluem o marcador grego *tha* derivado da estrutura *thelo ina* (‘desejo que’) (Tsangalidis 1999) ou a evolução a partir do verbo chinês *yào* (‘querer’) para o marcador futuro (Li & Thompson 198: 175-176).

No português o valor FUTURO seguiu um rumo diferente, gramaticalizando-se a partir do verbo *ir*, semelhantemente ao inglês *going to*. Contudo, tal como no caso do verbo *querer*, a gramaticalização do auxiliar futuro *ir* também envolvia o gradual desaparecimento do sentido de intenção evidente nos usos do verbo com sujeitos inanimados no século XIV (Lima 2001).

1.2 Querer iminencial inconcluso

O valor IMINENCIAL INCONCLUSO² refere-se a cenários em que uma ação chega perto de ocorrer, mas acaba por não se concretizar ou, por outras palavras, onde alguma coisa não acontece só por um triz. Tal é o caso no Venda (Poulos 1990: 332). No seguinte exemplo, na primeira frase (3a) exprime-se o sentido lexical de intenção, e, no (3b), o valor puramente IMINENCIAL INCONCLUSO.

- (3) a. Ndo toda u mu rwa.
 Eu querer-PERF INF ele bater.
 ‘Quis bater nele.’
- b. Ndo todou mu rwa.
 Eu quase ele bater.
 ‘Quase bati nele.’ (Poulos 1990, p. 332)

No polaco, parece ter lugar um processo incipiente, onde o verbo *chcieć* (‘querer’) pode, nalguns contextos, ser interpretado no valor IMINENCIAL INCONCLUSO ‘quase, quase, mas não’, como no exemplo (4b) abaixo, onde o sujeito é retratado como estando à beira da loucura. Aqui uma interpretação direta de intencionalidade não parece muito convincente, visto que a alienação mental está fora do controlo das faculdades volitivas.

- (4) a. Chłopiec chciał wracać w lata dzieciństwa.
 Rapaz querer-PRET voltar em anos de-infância.
 ‘O rapaz quis voltar para os anos da infância.’ (Ryszard Miernik, *Kawaler do wzięcia*)
- b. -Oszust! – syknął i chciał się wściec.
 -Trapaceiro! – chiał-PRET e querer-PRET REFL enlouquecer.
 -Trapaceiro! – chiou, quase a dar em doido. (Komel Makuszyński, *Śpiewający djabeł*)

Em português, o valor IMINENCIAL INCONCLUSO não é expresso por um verbo, mas através de advérbios ou locuções adverbiais *quase*, *por um triz*, ou *por pouco*.

² Na literatura linguística histórica em inglês (e. g. Heine & Kuteva 2002), usa-se o termo *avertive*, que não existe na literatura em português (ou, pelo menos, não sei da existência de tal termo ou um outro qualquer) para descrever categorias gramaticais exprimindo uma “quase ocorrência” de um evento. Para preencher a lacuna, um avaliador anónimo propôs cunhar o termo **iminencial inconcluso** para exprimir uma não ocorrência, ou melhor, uma ocorrência que esteve quase a ter lugar.

1.3 Querer proximativo

Na literatura sobre a gramaticalização, abundam exemplos de empregos onde o verbo *querer* adquire funções gramaticais PROXIMATIVAS. Em tais contextos, construções baseadas no verbo *querer* exprimem o futuro mais próximo, segundo a fórmula 'X está prestes a INFINITIVO'. No anglo-saxão, o verbo *willan* ('querer') podia ser usado não só para descrever ações volitivas de sujeitos animados, mas também eventos que envolvessem sujeitos incapazes de volição e tais usos eram interpretados como referências ao futuro imediato, como no seguinte exemplo.

- (5) Hit wolde dagian.
 PRON querer-PRET raia.
 'O dia estava prestes a raia.' (Heine & Kuteva 2002: 313)

De modo semelhante, no Tok Pisin, o verbo *laik* ('gostar, querer, desejar', derivado do inglês *like*) exprime previsões em contextos que excluem interpretações de volição por não implicarem sujeitos animados:

- (6) Machine he like die.
 'A máquina está prestes a avariar.' (Romaine 1999: 328)

A função PROXIMATIVA está também evidente no verbo *lăg* ('querer') da língua Kasem:

- (7) Cira lăg bà d-ú.
 Feiticeiros querer-INCOAT FUT comer-ele.
 'Os feiticeiros estão prestes a comê-lo.' (Bonvini 2008: 276)

Outros exemplos vêm de línguas como o Ani (Heine 1999), o Ewe (Ameka 1990), o Maa (Heine 1992) ou o Húngaro (Halász 1973).

É interessante referir que o verbo *querer*, no português, também está envolvido na evolução da construção PROXIMATIVA que parece estar a ter lugar atualmente. No português do Brasil, são frequentes os usos do gerúndio na forma *querendo*, que, na sua maioria, podem ser parafraseados através de sentidos como 'desejando' (como *Está aqui um garoto querendo falar com você.*). No entanto, é fácil encontrar exemplos que nem sempre podem ser interpretados desse modo. Nos exemplos (8a-b), o gaguejo e o desmaio

difícilmente podem ser imaginados como intenções dos personagens. Mais plausivelmente trata-se de uma ação involuntária iminente.

- (8) a. É, mas eu tenho um refém. – disse o garoto *querendo* gaguejar. (Rolando Júnior, *O Caso Traps*)
b. Mariel tinha pavor de sangue, só de ver um ferimento já ficava todo pálido e *querendo* desmaiar. (Luciano R. Rodrigues, *Ted*)

A interpretação volitiva também pode ser excluída nos seguintes exemplos. Aqui, a intencionalidade só se mantém sob uma visão de personificação extrema (e pouco plausível).

- (9) a. Todas as tardes, já com a noite *querendo* cair, procuro dar ordem à minha mesa. (Josué Montello, *Diário do entardecer*)
b. Às 5 da madrugada, com o dia *querendo* clarear, o negro se entregou. (Antonio Augusto Fagundes, *Causos de galpão*)
c. Já com o desespero *querendo* tomar conta de mim, foi que eu lembrei do velho e bom Gigi. (Emanuel Marcos Cruz e Prado, *O Bispo*)
d. Sabe quando você está carregada de embrulhos, com bolsas penduradas, carrinho de bebé desmontado, a chuva *querendo* começar a cair, chave do carro na boca e, de repente, surge do nada uma pessoa que abre a porta para você... (Gelder Manhaes, *Não Reme Contra a Maré*)

1.4 *Querer* concessivo

Além dos valores referidos acima, discutidos minuciosamente na literatura referida nas secções anteriores, existe mais um destino de evolução do verbo *querer* que, tanto quanto sabemos, tem atraído menos atenção até agora. Trata-se de formas funcionais que servem para marcar relações concessivas. Um dos exemplos mais evidentes é o marcador latino *quamvis* (Leuschner 2008) vindo da expressão *quamvis* ('quão, qual queres'). Originalmente, a expressão era usada na forma *quam*_{ADJ/ADV} *vis* (eg. *quam subito vis*, 'quão rápido queres'), mas gradualmente passou a ser usada como uma única palavra:

- (10) locus hic apud nos *quamvis* subito venias
lugar aqui perto nós quão rápido venhas
semper liber est.
sempre livre está.
'Um lugar connosco aqui, independentemente de vires tarde ou cedo, está sempre livre.' (ex. 21 em Leuschner 2008: 244)

No exemplo (10), tanto faz que o ouvinte venha cedo ou tarde, porque sempre será bem-vindo. E no caso deste quantificador, a irrelevância concessiva de escolhas evocadas por *quamvis* também surge na presença do verbo volitivo na segunda pessoa *vis* ('queres'). Mais tarde, o item *quamvis* passou a surgir como uma conjunção concessiva equivalente à conjunção portuguesa *embora*, como no seguinte exemplo, uma frase de Cícero.

- (11) *quamvis* patrem suum numquam viderat
 embora pai dele nunca tinha visto
 [Rabirius] tamen [. . .] in paternae vitae similitudinem deductus est.
 Rabirius ainda em paternal vida semelhança levado é.
 '...embora nunca tivesse visto o seu pai, o Rabirius era ainda assim levado a viver de modo paternal'
 (Touratier 1994: 151)

Mais um exemplo interessante é o grupo de conjunções equivalentes a *embora* nas línguas enumeradas na tabela abaixo. Em todos os casos, a conjunção concessiva remonta ao sentido original volitivo. Nestas línguas, as conjunções equivalentes a *embora* têm uma origem remota que antecede os primeiros documentos escritos, o que impossibilita traçar com segurança o desenvolvimento gradual a partir da palavra lexical até à forma gramatical. No entanto, através da análise morfológica, vários autores deduzem que a conjunção deriva da forma imperativa 'queira' (Klemensiewicz *et al.* 1964) ou do gerúndio 'querendo' (Sławski 1982; Boryś 2005).

	<i>embora</i>	<i>querer</i>
polaco	<i>choć</i>	<i>chcieć</i>
russo	<i>хотя (khotya)</i>	<i>хотеть (khotet')</i>
ucraniano	<i>хоча (khocha), хоч (khoch)</i>	<i>хотіти (khotity)</i>
bielorrusso	<i>хоць (khoch)</i>	<i>хацець (khatyech)</i>
letão	<i>pors</i>	<i>norēti</i>

FIGURA 3: Relação entre a conjunção concessiva 'embora' e a palavra lexical 'querer'

A gramaticalização do verbo *querer* na direção concessiva nestas línguas prosseguiu de acordo com a inferência 'Queres X, mas vai acontecer Y'. A divergência entre os desejos e as possibilidades realistas parece ser um tema recorrente no desenvolvimento de várias palavras funcionais,

padrões gramaticais ou usos convencionalizados do verbo *querer*. Neste contexto, convém destacar o emprego provocativo da forma *Querias!* como comentário a planos, intenções, anseios ou preferências do ouvinte. Este uso traz embutida a implicatura ‘mas não conseguirás’, mais uma atestação do potencial concessivo no conceito de volição: a intenção não garante automaticamente o resultado pretendido; nalguns casos, ela admite mesmo desfechos contrários.

Indiscutivelmente, o verbo *querer* português não se gramaticalizou na direção de uma conjunção plenamente concessiva, como o item latino *quamvis* ou o *choć* polaco – esta função é preenchida pelo item *embora* gramaticalizado a partir do sintagma adverbial *em boa hora*, contraído para um advérbio e usado hoje como conjunção *embora* (Lima 1997). No entanto, existem usos de *quer* que se equiparam aos estádios transicionais verificados no caso do marcador *quamvis*, quando era um quantificador universal, como ilustrado no exemplo (10). O quantificador *qualquer* não só tem uma morfologia paralela ao *quamvis* (sendo *qual quer* a origem de *qualquer*, enquanto *quamvis* deriva dos sentidos ‘quão, qual queres’), mas também exhibe traços de relações concessivas em vários usos, como é ilustrado na frase (12) abaixo.

- (12) *Qualquer* pessoa que nasça portuguesa só poderá exercer a sua profissão, *qualquer* que seja, desde que se sujeite diretamente ao poder político do Estado. (Humberto Delgado, *Memórias de Humberto Delgado*)

O uso de *qualquer* enfatiza aqui a falta de conexão entre duas afirmações, uma das quais continua válida independentemente da outra. Nesta frase, o exercer duma profissão sempre sob controlo do Estado não depende do tipo de profissão nem de quem quer exercê-la. Esta interpretação concessiva vem da “força quantificacional (universal)” (Raposo 1992: 138) e do carácter de “escolha livre” (Hoeksema 2013: 230) do item *qualquer*: o raciocínio é de que ‘pode-se escolher livremente entre várias opções, mas isto não importa, porque o resultado continua a ser o mesmo, independentemente da escolha’. Trata-se, por outras palavras, da falta de influência de um fator sobre o outro, associada a mais uma construção gramatical derivada do verbo *querer*, a construção disjuntiva *quer... quer...* Também aqui não há uma ligação direta esperada entre o que se faça e o resultado.

- (13) No fim, de certo modo, vem a dar no mesmo, *quer* se trabalhe *quer* não. (João Camilo dos Santos, *O grande frémito da paixão*)

A lógica por trás da presença do verbo volitivo *querer* em construções concessivas pode ser resumida através do truísmo de que as intenções e desejos costumam colidir com a realidade. Querer nem sempre é poder, o que está refletido no uso da colocação inglesa *all you want*, cujo uso se convencionalizou recentemente (14) e que parece ter um equivalente verbatim no português (15).

- (14) You can wait *all you want*, but I'm not saying another word. (Lee Martin, *River of Heaven*, 2008) ('Pode esperar o quanto quiser, mas não digo mais nenhuma palavra.')
- (15) Podes esperar, gritar, chorar *tudo o que quiseres*, mas não culpes o tempo. (www.wattpad.com/332765657)

A razão de ser do verbo *querer* nesta colocação é a inutilidade das intenções perante a outra afirmação apresentada no enunciado. Assim, a fórmula 'Pode querer X, mas dá-se Y' dá azo a uma série de construções gramaticais com o valor concessivo, incluindo as formas apresentadas na Fig. 3.

Esta relação contraditória entre o querer e o agir também se dá na construção exortativa *querer* INFINITIVO? ilustrada a seguir em (16). É importante observar que, neste contexto, o verbo *querer* não aparece no sentido volitivo direto. A expressão *queres dizer-nos...?* é usada normalmente quando o falante tem razões para suspeitar qualquer relutância em falar por parte do interlocutor. É exatamente o que ocorre no seguinte exemplo, onde o interlocutor deixa claro que ainda não quer falar e só o fará mais tarde.

- (16) – E queres dizer-nos em que pena estás a pensar?!... – Perguntou o Xavier.
– Isso aí, gostava de vos dar a minha ideia, mas só depois de deliberarmos que o Adelino não será notificado da acusação. (José António Pereira da Silva, *A roda da esquina*)

2. Diferenças entre os sentidos das formas baseadas em *querer*

É um enigma interessante que um conceito dê azo a valores gramaticais aparentemente tão contraditórios. O conceito de volição serve como fonte cognitiva na evolução de marcadores FUTUROS, mas esse mesmo conceito está na origem do desenvolvimento de conjunções CONCESSIVAS. Portanto,

por um lado, estamos perante formas gramaticais que exprimem uma quase garantia da realização de um evento, e por outro, formas que sinalizam uma clara negação da possibilidade de o mesmo evento ocorrer. Neste ponto, é necessário tentar explicar de onde provêm estas diferenças. Vamos agora comparar em mais pormenor a evolução dos valores FUTURO e CONCESSIVO.

2.1 Futuro inglês

Para entender melhor o mecanismo responsável pelo surgimento do valor FUTURO, servir-nos-emos do caso do marcador *will* em inglês. Como foi referido acima, o verbo *willan* (com a grafia alternativa *wyllan*) originalmente exprimia volição. Isto é evidente nos usos de pura intenção como no exemplo (17) a seguir, oriundo do *Testamento do Rei Alfredo*, onde o monarca anuncia a sua vontade:

- (17) Ond ic wille, gif ic ænigum menn ænig feoh unleanod hæbbe þæt mine magas þæt huru geleanian.

‘E quero, se eu não paguei qualquer dinheiro a qualquer dos meus homens, que pague / recompensem os meus parentes.’ (*King Alfred’s Will*, AD 880-885)

O verbo era também usado com substantivos no acusativo, o que pode ser interpretado como expressão de desejo, ainda sem qualquer referência ao futuro:

- (18) Ne drincð nan man eald win, & wylle sona þæt niwe.

‘Ninguém bebe vinho velho e logo quer o (vinho) novo.’ (1000 WS Gospels: Luke)

Ao mesmo tempo, o verbo *willan* entrava em colocações com infinitivos, como no seguinte caso (19).

- (19) Hwyder wilt þugangan? Min Drihten, ic wille gangan to Rome.

‘Aonde queres ir? Meu Senhor, eu quero ir a Roma.’ (*The Blicking Homilies* 191)

No Inglês Médio, a frequência de usos com substantivos no acusativo diminuiu e aumentou o número de usos com o infinitivo, que na sua maioria podiam ser interpretados polissemicamente como transmitindo tanto intenção como previsão (Bybee 2015: 118). Gradualmente, o verbo passou a ser utilizado com sujeitos inanimados, o que é sinal da consolidação do valor

FUTURO. No exemplo (20) abaixo, o infortúnio só pode ser interpretado como sujeito de um cenário futuro, não um agente capaz de volição.

- (20) For mon may hyde his harme, bot vnhap ne may hit,
For þer hit onez is tachched twynne *will* hit never.
'Porque o homem pode esconder o seu infortúnio, mas não o pode desfazer.
Porque uma vez instalado, ele nunca se desfará.' (Anónimo, *Sir Gawain and the Green Knight*)

No entanto, para que o valor futuro pudesse surgir, eram precisos usos de *willan* na primeira pessoa do singular, como em (19) ou (21).

- (21) Ic will mid flode folc acwellan.
'Quero/vou matar o povo com um dilúvio.' (1296 *Genesis*)

Tais usos normalmente constituem uma simples declaração de intenção, não diluída por afirmações que contradigam ou ponham em dúvida a realização da intenção. É provavelmente só na primeira pessoa que podem ser feitas tais declarações, porque só o falante na primeira pessoa é capaz de exprimir intenção interpretável também como previsão, simplesmente porque só o autor das suas próprias intenções sabe quais elas são.

Isto já não se dá na segunda nem na terceira pessoa, porque nestes casos não podemos atribuir intenções – só se pode perguntar ou, na melhor das hipóteses, inferir as intenções. Em tais casos, quando o falante tenta colocar-se na pele do ouvinte (segunda pessoa) ou de outros (terceira pessoa), há uma margem de dúvida que abre a porta para afirmações contraditórias:

- (22) a. Queres vencer o mundo, mas não haverá vitória... (Alexandre Bueno, *Os Sentimentos e A Razão*)
b. Acho que isso é precisamente o que queres que eu faça, mas não vai ser assim. (Susan Stephens, *A amante do conde francês*)
c. Ele pode querer assassinar-me, mas isso não lhe restituiria o colar. (Nora Roberts, *Tudo o que Ficou Para Trás*)
d. As pessoas podem querer coisas, mas isso não significa que nós possamos dar-lhas. (Philip Roth, *Quando Ela Era Boa*)

2.2 Concessivo na segunda ou terceira pessoa

Como referimos antes, além do valor FUTURO, o verbo *querer* está também implicado no desenvolvimento de formas gramaticais com o valor

CONCESSIVO. O quantificador *qualquer*, a construção *quer... quer...*, e a conjunção polaca *choć* ('embora'), são produtos da gramaticalização a partir do conceito de volição para a expressão de contraste lógico. Além de todas serem veículos de concessividade, estas formas partilham mais uma característica. Elas vêm das formas da segunda ou da terceira pessoa do verbo *querer*. Enquanto o valor FUTURO surgia naturalmente de declarações de intenção na primeira pessoa (eg. *Agora quero dormir* -> *Agora vou dormir*), já o contraste lógico parece acompanhar usos "empáticos" de *querer*. Quando o falante menciona as intenções de outros, na maioria dos casos transmite sentidos ambivalentes do tipo "podes querer, mas...", e só esporadicamente transmite uma previsão (usos como *Agora queres dormir* -> *Agora vais dormir* evocam cenários de hipnose e são provavelmente muito raros, mesmo levando em consideração as estratégias de pais tentando adormecer os filhos). Obviamente, os sentidos concessivos também podem ser expressos em relação às intenções do próprio falante, na primeira pessoa (eg. *Quero dormir, mas com tanto barulho não consigo*), mas a diferença está em que os usos na primeira pessoa costumam, com maior frequência, associar-se a declarações diretas interpretáveis como previsões do futuro. Dito de outro modo, trata-se de uma simples questão de proporções: declarações de intenção em tom de anúncio prevalecem logicamente na primeira pessoa, enquanto reservas quanto à concretização de um cenário tendem a recorrer à segunda ou à terceira pessoa, o que pode ser resumido do seguinte modo:

<i>Quero</i> 1.ª pessoa	>	declarações de intenções diretas equivalentes a previsões do futuro: <i>Quero fazer x -> Vou fazer x</i>
<i>Queres, quer</i> 2.ª e 3.ª pessoa	>	usos "empáticos" abertos a interpretações concessivas <i>Quer(es) fazer x, mas y</i>

FIGURA 4: Correlação entre a forma do verbo e os usos mais frequentes

Tal era o cenário lógico que acompanhava o surgimento da conjunção *choć* nas línguas apresentadas na Fig. 3. A conjunção tem a forma derivada, com mais probabilidade, da forma 'queira (você, ele)' ou 'querendo', o que evoca usos de quem se dirigisse ao ouvinte de forma 'queira X, mas vai ser Y'. Usos na segunda pessoa admitem espaço para comentários adversativos.

Este caráter adversativo é também consistente com o emprego da palavra *qualquer*. Este quantificador evoca uma escolha livre de opções, escolha que ao mesmo tempo não tem relevância para uma outra questão apresentada na mesma frase. Por exemplo,

- (23) A lei é a mesma para todos, qualquer que seja a sua posição.
= ‘Quer sejam ricos ou pobres, quer poderosos ou fracos — a escolha não tem importância para o funcionamento da lei.’ (Jayme Paviani, *As fontes do humanismo latino*)

Como era de esperar, o quantificador *qualquer* está baseado na forma da terceira pessoa *quer*. Os usos presentes do tipo “qualquer que seja X, Y não depende de X” são um eco da lógica original do uso mais literal de *qualquer*, no início escrito separadamente como *qual quer*, “(não importa) qual X quer”³:

- (24) todos os religiosos quaes quer que seião, ysentos e nõ ysentos de qual quer ordem e de qual quer condiçõ... (*Tratado do Sacramento da Penitencia*, 1399)
- (25) Finalmente homem Cristão de qualquer estado, & de qualquer condição que sejas: ves a Fé, & o Character, que recebeste no Baptismo, ves a obrigação da Ley que professas. (*Sermoens do P. Antonio Vieira*, 1679)

É curioso observar que a história do quantificador *qualquer* não é um caso isolado. Antes de o verbo *querer* se estabelecer com o sentido volitivo no português, o seu antecessor latino *velle* (‘querer’ usado na Península Ibérica até aos meados do primeiro milénio) também evoluiu produzindo uma forma gramatical com funções semelhantes. Trata-se do quantificador *quamvis*, já referido em (1.4). Repare-se que o mesmo se verifica no caso da colocação *all you want / tudo o que quiseses* (eg. *Grita tudo o que quiseses – já ninguém te ouviu*) ou do exclamativo *Querias!* referidos acima.

2.3 Valores proximativo e iminencial inconcluso

Uma forma útil de pensar nos valores apresentados acima é visualizá-los como graus num contínuo de realização de intenção. Num dos extremos deste contínuo situa-se o valor FUTURO, visto que representa uma previsão,

³ Neste aspeto, *qualquer* assemelha-se a outros marcadores concessivos tais como *todavia* e *embora*, originalmente grafados também separadamente (Carvalho 2012: 163).

ou seja, equivale a uma quase garantia de realização futura. Do lado oposto, está o valor **CONCESSIVO**, que exprime uma contradição da intenção, o que corresponde a uma não realização. Entre estes dois extremos, encontram-se os restantes dois valores, o **IMINENCIAL INCONCLUSO** e o **PROXIMATIVO**. O valor **IMINENCIAL INCONCLUSO** fica perto do **CONCESSIVO**, por também representar uma não realização – por pouco, no sentido ‘quase ocorreu’ como nos exemplos (3b-4b) acima. Mas está ligeiramente afastado do extremo **CONCESSIVO** por trazer consigo um elemento de potencialidade de realização. O valor **PROXIMATIVO**, por sua vez, ocupa um lugar ainda mais afastado do extremo **CONCESSIVO**. Trata-se de usos (9a-d) apresentados antes ou como em (27), onde a ocorrência em causa não tem lugar, pelo que se assemelha aos valores **CONCESSIVO** e **IMINENCIAL INCONCLUSO**.

- (27) Com o sono já *querendo* dominar, começou a sentir frio com o sereno da madrugada, resolveu e foi embora. (José Roberto Viviani, *O Protegido*)

Contudo, embora o valor proximativo do *querendo* em (27) transmita uma não ocorrência, nada impede que o evento tenha lugar. De facto, a forma *querendo* é usada com muita frequência no contexto de eventos cuja realização é uma simples questão de tempo:

- (28) Com a noite *querendo* ir-se, os galos clarinetando, Manoel Pedro deixava a camarinha. (Francisco Julião, *Cachaça*)

Assim, podemos representar os valores de modo gráfico, ordenando-os ao longo do contínuo, como na Fig. 5:

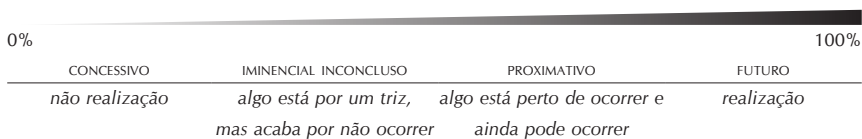


FIGURA 5: Contínuo de valores oriundos do conceito volitivo

A todos os valores incluídos na Fig. 5, subjaz um vestígio persistente do valor **VOLITIVO** de que eles originaram. De facto, é precisamente esta a razão pela qual é possível ordenar os valores num contínuo. Visto que provêm

da mesma fonte volitiva, é natural que os valores preservem traços do valor original, que se manifesta na forma de intenção em diferentes graus de realização. Dito de outra forma, o valor VOLITIVO permanece presente como ‘a realização de intenção’, um denominador comum que une os valores aparentemente diferentes.

3. Semelhanças

Ordenar os quatro valores ao longo de um contínuo permite observar uma característica intrínseca que todos eles partilham, por ocuparem lugares vizinhos. Isto é, todos abrigam uma certa ambiguidade no que respeita ao seu grau de realização. Como se vê nos exemplos (27) e (28), a presença de *querendo* não impõe uma interpretação rígida relativamente à eventual realização. Dependendo do contexto, a forma *querendo* é propensa a interpretações equivalentes a ‘quase, mas não’ (27) ou a ‘ainda não, mas está por pouco’ (28). Ou seja, nalguns casos, o valor PROXIMATIVO assemelha-se ao IMINENCIAL INCONCLUSO, e noutros, pode ser uma paráfrase do valor FUTURO. Os valores parecem estar separados por linhas extremamente indistintas, o que faz com que se transfigurem um no outro de um modo quase impercetível.

Mais surpreendentemente ainda, a ambiguidade não se dá somente entre valores vizinhos. Algumas construções incluem elementos assaz contraditórios, como no caso do uso exortativo *Queres* INFINITIVO...? mencionado na seção 1.4. Como ilustra o exemplo (29), esta construção soa muito natural em situações em que o sujeito da forma *queres* evidentemente não quer. O verbo *queres* está a ser usado com o sentido de “Vais, apesar de provavelmente não teres vontade?” Trata-se de um emprego com valor FUTURO que, paradoxalmente, contém traços do valor CONCESSIVO. Por outras palavras, mesmo admitindo a cortesia duma ordem camuflada de pergunta, a falante exige uma reação contra a vontade da ouvinte.

(29) – Querida, o que se passa para que tu faças isso?

– Desculpa, avó... (e foi a correr para o quarto.)

...

– *Queres* explicar-me o que se passa, querida? (Laurinda Rocha, *A Vida Continua*)

De maneira semelhante, o quantificador *qualquer* admite não só usos que sublinhem uma forte concessividade de exclusão (30) mas também

a noção de inclusão universal (31). A concessividade consiste no sentido implícito de ‘não importa’.

- (30) Não há qualquer espécie de dúvida. = ‘Não importa que seja grande ou pequena, (mas) não há dúvida.’ (Maria João Avillez, *Vítor Gaspar*)
- (31) Qualquer meio serve. = ‘Não importa que seja honesto ou não, (mas) todos os meios servem.’ (Joaquim Manoel de Macedo, *A Torre em Concurso*)

Dito de outra maneira, o exemplo (30) representa um caso de não realização, enquanto o exemplo (31) se situa do lado oposto do contínuo. Esta flexibilidade verifica-se também na construção *quer... quer...* que permite tanto exclusivos (32) como inclusivos (33):

- (32) Pois o Criador não mudará as Leis que criou, para atender a caprichos, vontades ou necessidades, quer sejam individuais, quer sejam coletivas, quer sejam novas, quer sejam antigas. (Marcelo Francisco Antunes, *Descobertas*)
- (33) ...todos os homens, quer sejam ricos quer pobres, quer nobres, quer plebeos, tem o mesmo direito a gozar das vantagens que resultão da administração dos negócios publicos. (José Osorio da Gama e Castro, *O novo príncipe*)

Isto porque a exclusão e a inclusão são duas faces da mesma moeda. Quando A se aplica a todos os casos, isto significa que B não se aplica a nenhum. Por vezes, podem-se encontrar usos que exprimem, simultaneamente, exclusão e inclusão, como no caso a seguir, onde a proibição (‘não vai haver’) se refere a todos e quaisquer casos:

- (34) Fica prohibida a exportação de escravos, seja por mar ou por terra, em todos os Dominios Portuguezes, sem excepção, quer sejam situados ao Norte., quer ao Sul do Equador. (*Documentos officiaes*, 1839)

Deparamo-nos com uma variedade considerável de sentidos e funções oriundos da mesma fonte. O que é notável é que, apesar de serem evidentemente diferentes, os usos aqui referidos estão unidos por um elemento comum, nomeadamente o sentido de ‘incerteza e limitação da volição’ inerente ao verbo *querer*. Traços deste elemento, presentes no sentido original do verbo, não são eliminados no decurso da gramaticalização, mas permanecem nos novos sentidos. Trata-se de uma simples consequência do fenómeno que Hopper (1991) denominou de “persistência”.

“quando uma forma sofre gramaticalização de um item lexical para um gramatical, alguns traços do seu sentido lexical original tendem a ficar apegados a ela, e detalhes da sua história lexical podem ser refletidos nos constrangimentos da sua distribuição gramatical.”⁴ (Hopper & Traugott 1993: 96)

A persistência tem um papel importante no que diz respeito à mudança semântica. No decurso dessas mudanças, os novos sentidos coexistem com os sentidos originais dos quais surgem, o que dá a impressão de uma forte polissemia quase infinda tanto no caso de *querer* como de muitas outras formas – por exemplo, Silva (2006) salienta uma variedade polissêmica dos sentidos que o marcador *pronto* adquiriu. No entanto, por mais rica que seja, a polissemia não é ilimitada. Não obstante a pluralidade dos sentidos que uma forma pode adquirir, a persistência restringe as direções em que uma forma pode evoluir, porque “há constrangimentos sobre os tipos de diferenças que podem surgir entre o velho e o novo sentido.”⁵ (Hansen 2008: 78) A persistência garante a continuação e coerência semânticas entre a fonte e o resultado da mudança.

Assim, apesar do desbotamento (*bleaching*) do conteúdo semântico original que o verbo *querer* sofreu no decurso da gramaticalização, persistem alguns elementos que têm a ver com a natureza complexa da volição. Os valores gramaticais oriundos da mesma fonte cognitiva estão, por conseguinte, predeterminados a um comportamento semelhante, uma vez que todos carregam as mesmas propriedades, ecos do mesmo princípio.

4. Conclusões

Os quatro valores aqui discutidos – FUTURO, PROXIMATIVO, IMINENCIAL INCONCLUSO e CONCESSIVO – representam uma gama do que pode ser considerado como graus variados de realização de uma intenção, como sugere a Fig. 5: o valor FUTURO é sinónimo de um anúncio de um evento iminente, que equivale a uma quase garantia de realização, enquanto, no outro extremo, o valor concessivo representa a negação da realização. A primeira impressão é a de uma indeterminação desorientante, uma vez que o mesmo conceito

⁴ “...when a form undergoes grammaticalization from a lexical to a grammatical item, some traces of its original lexical meanings tend to adhere to it, and details of its lexical history may be reflected in constraints on its grammatical distribution.”

⁵ “there are constraints on the kinds of differences that can arise between the old and the new meaning.”

volitivo dá origem a valores diametralmente opostos, como ocorre no caso da declaração de uma realização iminente e da sua negação, para já não falar dos matizes transitórios situados entre os dois extremos.

Contudo, isto não quer dizer que os usos acima referidos possam mudar de valor aleatoriamente. É verdade que os valores ordenados ao longo do contínuo de realização estão separados uns dos outros por divisões difusas, mas a imprecisão das fronteiras não significa a ausência das mesmas (Szcześniak 2013). Apesar de imprecisas, as fronteiras continuam a separar os valores apresentados, e consequentemente, apesar de relacionados, os valores continuam a ser categorias gramaticais diferentes.

Do onde vem, então, a diversidade de valores evidentemente contraditórios? Os dados referidos no presente estudo sugerem duas razões para as diferenças. Uma delas é puramente gramatical. A direção assumida pelo processo de gramaticalização depende de fatores tão mecânicos como a escolha da forma do verbo. O uso da primeira pessoa parece predestinar o surgimento do valor FUTURO, ao passo que as formas da segunda e da terceira pessoas costumam conduzir ao desenvolvimento do valor CONCESSIVO.

A outra fonte da diversidade parece ser mais semântica e tem a ver com os conceitos originais que serviram de gatilho para a evolução gramatical. A volição é um conceito internamente contraditório, como é evidente nas palavras de Pessoa apresentadas na epígrafe. A intenção, mesmo a mais sincera, não é garantia de realização, visto que muito depende das possibilidades e circunstâncias. E ainda por cima, a própria volição não é uma questão de tudo ou nada; existem graus variáveis de força de vontade, o que complica ainda mais a eventual realização da mesma. Por outras palavras, o conceito lexical de *querer* traz consigo marcas de incerteza e imprevisibilidade. Os valores gramaticais dele oriundos apenas herdaram essa indecisão inerente.

Assim, o que determina o rumo da evolução de um sentido é o uso da forma num contexto concreto, e não apenas o sentido original dessa forma. De modo óbvio, o contexto contribui para o sentido com as implicaturas que nele surgem com frequência, como no caso da exclamação *Querias!* normalmente usada em contextos em que o ouvinte não consegue o que pretende, pelo que a implicatura ‘mas não conseguirás’ (mencionada na secção 1.4) se torna convencional. Trata-se de uma conclusão consistente com a observação de que o surgimento de funções pragmático-discursivas

resulta do uso de uma forma “na realização de determinadas tarefas do falante na sua interação com o ouvinte em diferentes *domínios comunicativos*.” (Silva 2006: 278, *itálicos originais*)

Tudo isto mostra que os quatro valores não formam um conjunto de miscelâneas coligidas por acaso. São, além do mais, configurações do mesmo parâmetro, posições numa mesma escala. Com base nas fronteiras difusas e na sua localização dentro do mesmo plano, pode-se concluir que esses valores têm mais em comum do que parece. Deveriam, por isso, ser considerados como manifestações do super-valor de REALIZAÇÃO, como na Fig. 6. São, na verdade, variações sobre o mesmo tema.

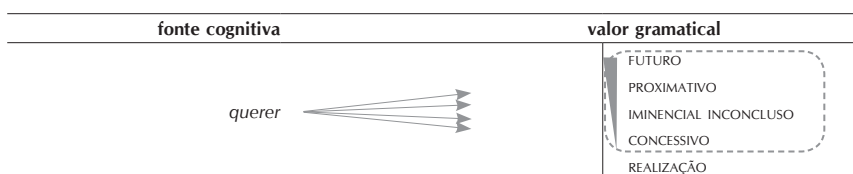


FIGURA 6: Valores ingredientes do super-valor de realização

REFERÊNCIAS

- Aijmer, Karin. 1985. The semantic development of will. In: Jacek Fisiak (Ed.). *Historical semantics, historical word formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 11-21.
- Ameka, Felix. 1990. The grammatical packaging of experiences in Ewe: A study in the semantics of syntax. *Australian Journal of Linguistics* 10: 139-181.
- Bonvini, Emilio. 2008. About “Eating” in a few Niger-Congo languages. In: Martine Vanhove (Ed.). *From Polysemy to Semantic Change*. Amsterdam: John Benjamins, 267-290.
- Boryś, Wiesław. 2005. *Słownik etymologiczny języka polskiego*. Kraków: Wydawnictwo Literackie.
- Bybee, Joan. 2015. *Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carvalho, Maria José. 2012. A Gramaticalização e a lexicalização como processos históricos. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies* 6-7: 159-176.
- Condillac, Étienne Bonnot de. 1746. *Essai sur l’origine des connaissances humaines*. Paris: Ch. Houel, Imprimeur.
- Halász, Előd. 1973. *Handwörterbuch der ungarischen und deutschen Sprache. Vol. 1: Ungarisch-Deutsch*. Berlin: Langenscheidt.

- Hansen, Maj-Britt Mosegaard. 2008. *Particles at the Semantics/Pragmatics Interface: Synchronic and Diachronic Issues, a Study with Special Reference to the French Phasal Adverbs*. Amsterdam: Elsevier.
- Heine, Bernd. 1992. Grammaticalization chains. *Studies in Language* 16 (2): 335-368.
- Heine, Bernd. 1996. Grammaticalization and language universals. *Faits de langues*. 4(7): 11-22.
- Heine, Bernd. 1999. The Ani: Grammatical notes and texts. Institut für Afrikanistik, Universität zu Köln. *Khoisan Forum* (Cologne) 11.
- Heine, Bernd & Kuteva, Tania. 2002. *World Lexicon of Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hoeksema, Jack. 2013. Immediate-future readings of universal quantifier constructions. In: Ritsuko Kikusawa & Lawrence A. Reid (Eds.). *Historical Linguistics 2011: Selected papers from the 20th International Conference on Historical Linguistics, Osaka, 25-30 July 2011*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 227-241.
- Hopper, Paul J. 1991. On some principles of grammaticization. In: Elizabeth Gloss Traugott & Bernd Heine (Eds.). *Approaches to grammaticalization*, Vol. I. Amsterdam: John Benjamins, 17-35.
- Hopper, Paul J. & Traugott, Elizabeth Closs. 1993. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Klemensiewicz, Zenon; Urbańczyk, Stanisław & Lehr-Spławiński, Tadeusz. 1964. *Gramatyka historyczna języka polskiego*. Warszawa: Wydawnictwo Naukowe PWN.
- Li, Charles N. & Thompson, Sandra A. 1981. *Mandarin Chinese: A functional reference grammar*. Berkeley, LA: University of California Press.
- Lima, José Pinto de. 1997. Caminhos semântico-pragmáticos da gramaticalização: o caso de *embora*. In: A.M. Brito et al. (Eds.). *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, 643-655.
- Lima, José Pinto de. 2001. Sobre a génese e a evolução do futuro com *ir* em português. In: Augusto Soares Silva (Ed.) *Linguagem e Cognição. A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística / Universidade Católica Portuguesa, 119-145.
- Leuschner, Torsten. 2008. From speech-situation evocation to hypotaxis: The case of Latin *quamvis* 'although'. In: Elena Seoane & María José López-Couso (Eds.). *Theoretical and Empirical Issues in Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 231-252.
- Meillet, Antoine. 1912. L'évolution des formes grammaticales. *Scientia (Rivista di Scienza)* 12(26, 6): 130-148.
- Poulos, George. 1990. *A linguistic analysis of Venda*. Pretoria: Via Afrika.
- Raposo, Eduardo P. 1992. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho.
- Romaine, Suzanne. 1999. The grammaticalization of the proximative in Tok Pisin. *Language* 75: 322-46.
- Silva, Augusto Soares da. 2006. *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição*. Coimbra: Almedina.

- Sławski, Franciszek. 1982. *Słownik etymologiczny języka polskiego*, Kraków: Towarzystwo Miłośników Języka Polskiego.
- Szcześniak, Konrad. 2013. You can't cry your way to candy: Motion events and paths in the x's way construction. *Cognitive Linguistics* 24(1), 159-194.
- Touratier, Christian. 1994. *Syntaxe latine*. Louvain-la-Neuve: Peeters.
- Tsangelidis, Anastasios. 1999. *Will and Tha: A Comparative Study of the Category Future*. Thessaloniki: University Studio Press.

Monossílabos CV do português: leves e degenerados? Sonoridade vocálica e iteração de elementos na atribuição de peso e na preservação da minimalidade em português

João Veloso

jveloso@letras.up.pt

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
Centro de Linguística da Universidade do Porto* (Portugal)*

ABSTRACT: It has been argued whether Portuguese phonology comprehends a Minimality Condition imposed to all lexical entries of the language. The existence of a non-neglectable number of “light” CV monosyllables in this language has been interpreted as a clue of the irrelevance of such phonological constraint in this language. In this paper, we argue in favour of viewing Portuguese phonology as sensitive to minimality: with a very few exceptions only (basically corresponding to clitics), all words in Portuguese obey a mora-based minimality constraint which establishes that any word be at least bisyllabic or, if monosyllabic, a heavy syllable. Syllable weight is then assumed also as an important prosodic property of Portuguese. In addition to the traditional criterion to accept monosyllables as heavy (i. e., rhyme branching), a weight parametrization is postulated accepting that sonority and element iteration (within an Element Theory-based approach of the vowels’ segmental structure) do count also for syllable weight. Therefore, Portuguese monosyllables – either through rhyme branching or the inherent weight of vowels with high degrees of sonority or iterated elements – might be seen as compatible with the weight-sensitive minimality constraints that are functional in this language.

KEYWORDS. Minimality Condition, Monosyllables, Syllable Weight, Sonority

RESUMO: A inclusão de uma Condição de Minimalidade imposta pela fonologia do português a todas as palavras da língua tem sido objeto de discussão em estudos anteriores. A existência de um número considerável de monossílabos CV em português descritos como “leves” tem sido apontada como um argumento que desvaloriza uma restrição de minimalidade nesta língua. Neste trabalho, defenderemos que a fonologia do português é sensível à minimalidade: com a exceção de um número reduzido de casos (de que os clíticos monossilábicos são os principais exemplos), todas as palavras do português obedecem a uma Condição de Minimalidade de tipo moraico que estabelece que qualquer palavra da língua é, no mínimo, bissílábica e, caso seja monossilábica, deverá corresponder a uma

* UID/LIN/00022/2016 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e Programa «Reitoria da Universidade do Porto/Santander Universidades»

sílabo pesada. O peso silábico será assim assumido aqui também como uma restrição importante da fonologia do português. Além do critério tradicional para atribuição de peso silábico (a ramificação da rima), será proposta uma parametrização do peso baseada na sonoridade e na iteração de elementos (de acordo com o quadro da Fonologia dos Elementos). Assim, os monossílabos do português – ou através da ramificação da rima, ou através do peso inerente das vogais com maiores graus de sonoridade ou iteração de elementos – são aqui apresentados como palavras em concordância com a Condição de Minimalidade de tipo moraico proposta no artigo.

PALAVRAS-CHAVE. Condição de Minimalidade, Monossílabos, Peso Silábico, Sonoridade

1. Introdução: a controvérsia da minimalidade e do peso silábico em português e alguns problemas colocados pelos monossílabos CV

Uma das questões de fonologia prosódica do português que não reúnem consenso absoluto quando comparadas diversas descrições da língua é a da inclusão da Condição de Minimalidade (CM) nas restrições fonológicas da sua gramática. O debate em torno desta questão reparte-se por duas dimensões de partida:

- 1) Será o português sensível a uma Condição de Minimalidade que imponha uma quantidade mínima de material fonológico às cadeias fonéticas candidatas ao estatuto de palavra na língua? Ou, pelo contrário, pertencerá o português ao conjunto das línguas do mundo que não incorporam na sua gramática quaisquer restrições deste nível?
- 2) Caso se admita que o português é sensível à Condição de Minimalidade, como será ela parametrizada na gramática da língua? Por outras palavras: se se aceitar que a fonologia do português inclui, efetivamente, uma CM, o que é que esta estatui como material fonológico mínimo que deve estar presente em qualquer palavra da língua?¹

¹ Nestas questões de partida, não individualizamos as diversas variedades do português. No presente estudo, as variedades europeias da língua constituem o foco nuclear da nossa atenção. No entanto, não se exclui a pertinência deste mesmo assunto relativamente às restantes variedades do português. Ao longo do texto, quando necessário, tentaremos manter a nível terminológico a distinção entre o português numa perspetiva mais ampla que abranja as diversas variedades da língua vs. a caracterização fonológica mais específica de algumas das suas variedades mais bem delimitadas (através de designações mais restritivas, neste último caso, como “português europeu”, “português medieval” ou “português europeu contemporâneo”, p. ex.).

Uma outra questão relativamente à qual não se regista um consenso mais definitivo junto dos principais autores das descrições fonológicas do português é a do peso silábico (cf., p. ex., Magalhães (2016: 118-119), que usa explicitamente o termo *controvérsia* para referir esta divergência de interpretações fonológicas). Com base num conjunto de argumentos que serão mencionados mais adiante² – de que se destaca a prevalência, entre os fonólogos que descrevem o português europeu (PE), das explicações do acento de palavra com base exclusivamente nas propriedades morfo sintáticas das palavras (Pereira 1999; Mateus & D’Andrade 2000; Mateus et al. 2003) –, o entendimento mais corrente acerca desta questão propõe que, em português, uma eventual distinção entre sílabas leves e sílabas pesadas seja pouco relevante.

A CM e o peso silábico, bem como a relação entre ambos, serão, neste artigo, o ponto de partida para discutirmos a questão central deste estudo: o estatuto particular das palavras monossilábicas formadas unicamente, na sua estrutura de superfície, por um monossílabo tradicionalmente descrito como “leve”, constituído unicamente por uma sequência linear CV (exemplos: *pé, má, ré, si, nó*, etc.). Estas palavras, à luz da maior parte das formulações da CM – quer a um nível mais geral, quer relativamente ao português (e, neste último caso, junto somente, como é natural, dos autores que aceitam tal restrição na fonologia desta língua) –, estariam aparentemente abaixo dos limites impostos por qualquer uma de tais formulações. Estas, como veremos, incidem invariavelmente na exigência de duas unidades teóricas de tempo – ou seja, numa *estrutura bimoraica*: presença de uma vogal longa, de rima ramificada³ ou de duas sílabas, dependendo dos princípios que estruturam cada sistema fonológico – como material fonológico mínimo de qualquer palavra na maior parte das línguas.

Este artigo divide-se em três secções principais. Na secção 2, começaremos por discutir algumas questões fundamentais relacionadas com a própria definição, natureza e importância da CM para, de seguida, analisarmos alguns dos

² Vd. nota 14.

³ Nas línguas com oposições quantitativas, as vogais longas, por corresponderem a duas posições esqueléticas, são aceites como um dos formatos silábicos correspondentes também às rimas ramificadas (cf., entre outros: Hogg & McCully 1987: 38, 39, 40; Blevins 1995: 213, 214 ss.; Broselow 1995: 176, 177-178 ss., 184 ss., 188 ss.; Bosch 2011: 791; Davis 2014: 104 ss.).

problemas particulares colocados por tais questões no estudo do português. Com base nos dados e generalizações revistas nessa parte do estudo, discutiremos, nas secções 3 e 4, a integração no léxico do português das palavras monossilábicas formadas exclusivamente por uma sílaba CV, tentando ver de que forma tais palavras podem ser abrigadas pelo léxico da língua sem violarem eventuais restrições de minimalidade aceitáveis para o português.

Para a descrição e explicação da estrutura interna dos segmentos vocálicos, apoiar-nos-emos nos modelos inspirados na fonologia dos elementos (FE) (Scheer 1998; Boltanski 1999; Angoujard 2003; 2006; Backley 2011). Este modelo permitir-nos-á relacionar o peso (e a minimalidade) da maior parte dos monossílabos portugueses – defendendo a pertinência dessas duas propriedades fonológicas nesta língua – com uma outra propriedade que, na FE, corresponde a um primitivo fonológico fundamental e, como tentaremos fazer ver, presente em todas essas palavras: a sonoridade vocálica, expressa pelo elemento {A}. A FE permitir-nos-á ainda propor uma explicação para a inserção lexical de monossílabos com vogal nuclear [i] ou [u] através do postulado de que a iteração de {I} e {U}, nessas mesmas vogais, configura outra das condições que asseguram a minimalidade em português.

2. Minimalidade e peso silábico: enquadramento geral e discussão do seu eventual estatuto em português

2.1. Considerações gerais acerca da Condição de Minimalidade e da sua relação com o peso silábico

Muitas línguas integram nas suas gramáticas um conjunto de restrições que obrigam todas as palavras dos seus léxicos e todas as sequências fonéticas candidatas a tal estatuto linguístico a conterem uma quantidade mínima de material fonológico, abaixo do qual nenhuma dessas cadeias são admissíveis como palavras.

Não sendo a única restrição fonológica a que as palavras e cadeias candidatas a palavra estão sujeitas – o respeito pelas regras fonotáticas ou pelos padrões acentuais próprios de cada gramática, p. ex., são outras restrições fonológicas obrigatoriamente respeitadas por todas as palavras do léxico –, a CM desempenha, nas gramáticas que a incorporam, um papel muito importante, funcionando como um *filtro* com a capacidade de rejeitar

(como “não palavras”) cadeias que não a respeitem. O seu papel, p. ex., na adaptação de étimos e de empréstimos lexicais é conhecido e estudado por autores como Paradis & La Charité (1997), entre outros.

Conforme a observação que foi feita na secção introdutória (vd. ponto 1)), admite-se a existência de línguas em que as palavras não são obrigadas a respeitarem uma CM – isto é, línguas que não impõem às suas palavras uma quantidade mínima indispensável de material fonológico. Para as línguas sujeitas a CM, admite-se ainda, conforme foi também brevemente referido em 1, que esta restrição não apresenta valores universais, sendo antes parametrizada de forma particular em cada gramática. Cada língua, dentro do conjunto das línguas sujeitas à CM, definirá assim a quantidade mínima de material fonológico obrigatoriamente contido por uma palavra (McCarthy & Prince 1995).

Em termos gerais, McCarthy & Prince (1995), na sua reconhecida proposta de descrição da CM, identificam como tendências bastante regulares desta restrição fonológica, transversais a todas as línguas e sujeitas às adaptações paramétricas definidas por cada gramática em particular, as seguintes regularidades ((1)).

(1) Formulação genérica da CONDIÇÃO DE MINIMALIDADE (ap. McCarthy & Prince 1995: 321-322)

(1a) Nas **línguas COM oposições quantitativas**: a palavra mínima deve conter pelo menos uma sílaba pesada.

(1b) Nas **línguas SEM oposições quantitativas**: a palavra mínima deve conter pelo menos duas sílabas.

Assim, e de acordo com esta proposta – que é uma proposta com bastante reconhecimento no campo da fonologia prosódica e que se pretende aplicável a um grande número de línguas faladas no mundo –, uma palavra teria sempre de contar, obrigatoriamente e no mínimo, com uma **estrutura bimoraica** (Broselow 1995: 197 ss.; McCarthy & Prince 1995: 321; Bosch 2011: 791; Davis 2014), tal como já foi aludido na introdução a este artigo.

A bimoraicidade que garante a CM, de acordo com esta leitura da proposta citada em (1), seria assegurada ou pelo *peso silábico* (palavra mínima³uma sílaba pesada – (1a)), ou pela *bissilabidade* (palavra mínima³um dissílabo – (1b))⁴.

⁴ “At the level of the mora, CVCV is equivalent to a single heavy syllable [...]” (Broselow 1995: 197).

Sendo o peso silábico, conforme a proposta de (1), um dos fatores que asseguram a CM – segundo a mesma proposta, apenas nas línguas que admitem oposições quantitativas (argumento que não discutiremos neste momento) –, convém explicitar os principais critérios que permitem a classificação de uma sílaba como pesada. De acordo com as propostas mais consensuais sobre esta matéria (Hogg & McCully 1987: 37-39, 41, 45, 115, 189; Davis 2014), uma sílaba é pesada se apresentar ramificação da rima. Esta, por sua vez, é assegurada por estruturas como as seguintes:

- (a) núcleo ramificado, com vogal longa⁵ ou ditongo decrescente⁶, correspondendo a duas posições esqueléticas;
- (b) preenchimento segmental ou autosegmental da coda silábica. Em línguas como o português, a aplicação deste critério levar-nos-ia a poder aceitar como sílabas pesadas as sílabas com coda preenchida por /l 4 S N/ (os únicos segmentos/autossegmentos admitidos como não marcados nessa posição pela fonologia do português – cf. Mateus & D’Andrade 2000; Mateus et al. 2003; Freitas 2016).

2.2. A Condição de Minimalidade e o peso silábico em português

Olhando à formulação genérica da CM que nos é oferecida por McCarthy & Prince (1995) (vd. (1)), o português – uma vez que não admite, no seu sistema fonológico, oposições quantitativas – deveria incorporar na sua gramática uma CM compatível com (1b), em consequência do que todas as palavras da língua teriam de ser, no mínimo, bissilábicas. Dessa forma, preservar-se-ia a necessidade de uma estrutura bimoraica mínima que,

⁵ Vd. nota 3. Dada a existência de línguas como o português, que não admitem oposições quantitativas, assume-se que esta condição não tem operacionalidade universal

⁶ O estatuto prosódico dos ditongos decrescentes em português admite diversas interpretações (Collischonn & Wetzels 2016: 89-90 ss.). A tradição estruturalista, p. ex. (cf. Barbosa 1965: 210; 1994: 136, 137; Camara Jr. 1971: 30), interpreta as semivogais de tais ditongos como “consoantes”. Como tais, estes segmentos seriam prosodicamente legitimados em coda silábica (esta interpretação é corroborada por autores filiados noutras correntes teóricas, como, p. ex., Collischonn & Wetzels 2016). Consequentemente, os ditongos decrescentes não corresponderiam, ao contrário do que é referido nesta passagem do texto, a instâncias de ramificação do núcleo; continuariam, contudo, a ser analisáveis como casos de rima ramificada (não por ramificação do núcleo, mas por preenchimento segmental da coda silábica) e, portanto, responsáveis pela atribuição de peso às sílabas em que ocorrem.

A inclusão, aqui, das sequências foneticamente realizadas como ditongos decrescentes na categoria dos núcleos ramificados baseia-se na interpretação destas estruturas encontrada em descrições da sílaba do português europeu como Mateus & D’Andrade (2000), Mateus et al. (2003) e Freitas (2016), entre outras.

⁷ Tal como afirmámos na nota anterior, algumas descrições fonológicas do português (Barbosa 1965; 1994; Camara Jr. 1971; Collischonn & Wetzels 2016) integrariam ainda os ditongos decrescentes nesta categoria de ramificação da rima silábica.

conforme tentámos demonstrar resumidamente no ponto anterior, subjaz aos dois requisitos básicos da CM previstos por McCarthy & Prince (1995), nos termos previstos justamente em (1).

Ora, a existência, em português, de um número significativo de palavras gramaticais e lexicais monossilábicas CV que, de acordo com os critérios acima explicitados para a identificação de sílabas pesadas (vd. (a) e (b) supra), corresponderiam a sílabas *leves* (com uma estrutura aparentemente monomoraica, portanto) – vd. exemplos em (3a) – tem levado diversos autores a propor que o português faria parte do conjunto das línguas do mundo *não* sujeitas a qualquer CM.

Entre tais autores, encontramos, a título de exemplo, Bisol (2000), Vigário (2003) e Vigário, Martins & Frota (2005). Ainda que reconhecendo o carácter estatisticamente minoritário das palavras monossilábicas, estes autores veem nestes itens do léxico evidência suficiente para concluir que “[o] efectivo uso de formas monomoraicas/monossilábicas aponta [...] para que a *palavra prosódica no Português (Europeu) não seja de facto sensível a restrições de tamanho mínimo.*” (Vigário, Martins & Frota 2005: 903; *itálico* nosso).

Em sentido oposto, no entanto, autores como Booij (2004) consideram que o português é sensível à CM, enfatizando que a grande maioria das palavras desta língua tem duas ou mais sílabas (estão em conformidade, por conseguinte, com a proposta de McCarthy & Prince (1995) para as línguas não quantitativas – cf. (1b)) e tratando os monossílabos como meras exceções, estatisticamente não representativas e não suficientes para refutar a CM em português.

Relativamente aos primeiros autores aqui considerados – aqueles que explicitamente afastam a pertinência da CM em português, perante os casos, ainda que pouco numerosos, de palavras monossilábicas nesta língua –, julgamos que tal resistência se basearia mais nos casos exemplificados em (3a) do que nos de (3b), já que estes últimos seriam, pelo menos em parte, compatíveis com a CM em função da sua bimoraicidade (atribuída pela ramificação da rima). A bimoraicidade é, conforme defendemos anteriormente, o ponto em comum às duas subpropostas da CM apresentadas por McCarthy & Prince (1995) ((1)), partilhado transversalmente pelos dois tipos de línguas aí considerados. Se nos abstrairmos da distinção, admitida em (1), entre línguas com e sem oposições quantitativas, é-nos possível

obter uma reformulação da CM mais económica, na medida, designadamente, em que se torna aplicável a um maior número de línguas sem nos prendermos à existência/inexistência de uma propriedade fonológica virtualmente sujeita também a interpretações diversas e a mudanças diacrónicas. Por outras palavras: defendemos e assumimos a possibilidade (e a vantagem descritiva) de fundir (1a) e (1b) numa reformulação da CM, aplicável transversalmente às línguas com e sem distinções quantitativas, conforme propomos em (2).

(2) Reformulação da CONDIÇÃO DE MINIMALIDADE de McCarthy & Prince (1995), independentemente da existência/inexistência de oposições quantitativas

A palavra mínima deve ter uma **estrutura bimoraica**, assegurada por pelo menos uma das seguintes condições fonológicas:

- extensão igual a duas ou mais sílabas;
- no caso de palavra monossilábica: sílaba pesada.

Assumida esta releitura da CM, os monossílabos do português constantes dos exemplos (3b) – por corresponderem a sílabas pesadas de acordo com os critérios de identificação de peso silábico acima sumariados – estariam, de facto e conforme já dissemos, em concordância com a CM apresentada em (1), na sua leitura mais abrangente que acabamos de defender em (2).

Assim sendo, das palavras apresentadas em (3)⁸, aquelas que aparentemente não encontram explicação à luz da CM – e que por isso constituem o foco principal deste estudo – são os monossílabos CV de (3a), por não preencherem nenhuma das condições anteriormente consideradas como respeitadoras da bimoraicidade subjacente à CM apresentada em (1) e (2): eles correspondem a palavras *monossilábicas* (desrespeitando, portanto, (1b)) e os monossílabos que os constituem, não ramificando a rima, corresponderiam a monossílabos *leves* (violando, assim, (1a) e (2)).

(3) Palavras monossilábicas do português: monossílabos *leves* ((3a)) e monossílabos *pesados* ((3b))

⁸ Os exemplos de (3) não esgotam todas as possibilidades de palavras monossilábicas em português. Além das aqui contempladas, poderíamos deter-nos nas formas clíticas – de que nos ocuparemos sumariamente mais adiante –, no reduzido número de formas de palavra constituídas unicamente por uma só vogal (*é, há, oh*) e ainda no igualmente reduzido número de monossílabos com [e] em núcleo. Os dois últimos casos aqui citados não serão aprofundados pelo presente estudo.

(3a). Palavras do português europeu contemporâneo correspondentes a monossílabos “leves” (estrutura “monomoraica”)	(3b). Palavras do português europeu contemporâneo correspondentes a monossílabos pesados (estrutura bimoraica) [incl. formas verbais flexionadas; incl. formas com ditongo teórico ou histórico realizado como monotongo em alguns dialetos da língua]
cã dá dó fã fé lá mã mi mó nó nu pã pé pó ré sé si tu ri li vi	boi cal céu cor dois faz lei mal mar mau nau par pau pois rei sal sei sou sul ter teu três

Ainda a respeito destas palavras monossilábicas, refira-se que, por não se prosodizarem em grupos de sílabas integrados em unidades mais extensas e mais complexas dominadas por uma sílaba detentora de proeminência relativa (como a palavra prosódica), elas corresponderiam, de um ponto de vista prosódico, a **pés degenerados**, recorrendo à categoria prevista para estes casos por autores como Hayes (1980) e Hammond (1989; 2011), entre outros.

Trata-se de uma designação que, conjuntamente com outros aspetos mencionados ao longo desta secção, será discutida nas secções seguintes do artigo.

3. Os monossílabos CV do português

Com base nos dados revistos nas secções anteriores, assumiremos que o português é passível de incorporar na sua fonologia uma CM como a de (2). A bimoraicidade, assegurada pela bissilabidade ou pelo peso silábico, explica a inserção de praticamente todas as palavras do léxico sem necessidade de tratar como excepcionais (ao contrário do que propõe, p. ex., Booij 2004) pelo menos uma parte dos monossílabos da língua – aqueles que são constituídos por uma sílaba pesada (exemplificados em (3b))⁹.

Conforme foi reconhecido na secção anterior, entre os casos que uma reformulação da CM como a sugerida em (2) não contempla devidamente, de acordo com os argumentos expostos até ao momento, contam-se os monossílabos como os de (3a), de estrutura aparentemente monomoraica, tradicionalmente descritos como monossílabos *leves* e como *pés degenerados*¹⁰.

Recentrando a nossa observação, neste momento, nestes mesmos casos aparentemente não abrangidos por qualquer uma das formulações da CM contempladas ou referidas neste texto (incluindo a de Veloso (2017), de que aqui nos afastamos neste momento¹¹), ponhamos em realce algumas das suas particularidades fonológicas. Entre tais particularidades, parecem-nos especialmente relevantes para o desenvolvimento do presente estudo as que passamos a enumerar, relativas às propriedades das vogais encontradas nos

⁹ Não será aqui tomada em consideração, neste momento, uma proposta anterior de fixação da CM para o português europeu contemporâneo (PEC) apresentada por Veloso (2017), baseada em critérios completamente diferentes dos aqui tratados. O estudo citado parte de um teste experimental de oralização de pseudoabreviações em que se pede a falantes nativos da língua que realizem foneticamente cadeias gráficas potencialmente articuláveis como siglas (não palavras) ou como acrónimos (palavras). De acordo com os resultados desse estudo, verificou-se que, independentemente do peso e da extensão silábicos, cadeias com 3 ou mais segmentos são preferencialmente acronimizadas (parecem ser, como tal, representadas no conhecimento fonológico interiorizado dos falantes nativos do PEC como palavras); em contraste com esta tendência, cadeias com 2 segmentos ou menos são maioritariamente tratadas como siglas (i.e., como não palavras), independentemente de corresponderem a sílabas leves (monomoraicas) ou pesadas (bimoraicas). Estes dados de processamento linguístico levam Veloso (2017) a propor uma CM para o português europeu contemporâneo que, como dissemos, se afasta das formulações mais comuns desta restrição: por um lado, admite cadeias monomoraicas (sílabas “leves”) como potenciais palavras da língua; por outro lado, baseia-se em critérios de natureza estritamente segmental e linear, como o número de segmentos, ao propor que uma cadeia fonética é uma boa candidata ao estatuto de palavra, no PEC, se contiver pelo menos 3 segmentos, conforme foi referido. Nos exemplos do estudo citado, sequências como “BLO”, “PRI” ou “CLA” (= sílabas “leves”, “monomoraicas”) são oralizadas maioritariamente como palavras ([blo], [pɾi], [kla], respetivamente), tal como sucede com “EUS” ou “OIS” (= sílabas pesadas, bimoraicas), oralizadas como [ewʃ] e [ojʃ]. Em cadeias monossilábicas com dois segmentos, quer sejam monossílabos “leves/monomoraicos” (exºs: “GA”, “BE”), quer monossílabos pesados/bimoraicos (exºs: “AU”, “EI”), os estímulos experimentais são maioritariamente oralizados como não palavras (como siglas: [geˈa], [beˈe], [aˈu], [Eˈi]).

¹⁰ Os monossílabos pesados de (3b) caberiam também na categoria nos pés degenerados.

¹¹ Vd. nota 9.

respetivos núcleos silábicos. Relativamente a este ponto, tenhamos presente que, na sua maior parte, estas palavras apresentam em núcleo uma das duas seguintes possibilidades principais:

- (i) vogal [aberto 4] ([a]) ou [aberto3] ([ɛ], [ɔ]), isto é, uma vogal com um nível de sonoridade considerável, o que explica a frequência da sua ocorrência em posição tónica. Recorrendo a uma descrição da estrutura interna dos segmentos fundamentada na fonologia dos elementos, como tem sido proposto para o português por trabalhos anteriores (Brandão de Carvalho 1989; 1993; 2011; Veloso 2012a; 2013b; 2016), encontramos em todos estes monossílabos a ocorrência de {A} em Cabeça do segmento (Scheer 1998; Boltanski 1999; Angoujard, 2003; 2006) (vd. as representações destas vogais em elementos em (4));
- (ii) vogal “pura”, ou seja, uma vogal que, em termos de fonologia dos elementos, resulta da *iteração* de um mesmo elemento ([a] = {A, A} ; [i] = {I, I} ; [u] = {U, U}).

Uma repartição dos monossílabos por estas condições é a que transpomos para (4). Nestes exemplos, as palavras com [a] em núcleo são categorizadas como o resultado da sobreposição interligada das duas condições fonológicas aqui consideradas: como palavras com vogal nuclear pura (em resultado da iteração de segmentos na sua estrutura segmental interna) e com um elevado nível de sonoridade.

- (4) Repartição dos monossílabos CV do português por diferentes condições fonológicas respeitadas pela sua vogal nuclear

ITERAÇÃO DE ELEMENTOS			
—	{A} em Cabeça		
[i], [u]	[a]	[ɛ], [ɔ]	
[i] = {I, I}	[a] = {A, A}	[E] = {A, I}	
[u] = {U, U}		[O] = {A, u}	
<i>nu ti</i>	<i>fá</i>	<i>ré</i>	<i>dó</i>
<i>tu si</i>	<i>má</i>	<i>pé</i>	<i>mó</i>
	<i>cá</i>	<i>fé</i>	<i>só</i>
	<i>lá</i>	<i>sé</i>	<i>nó</i>

De fora desta categorização, ficam algumas outras formas monossilábicas, em número muito limitado, de que não nos ocuparemos senão lateralmente no presente estudo:

- clíticos monossilábicos com núcleo preenchido por uma vogal completamente vazia de elementos ([i] = {} – cf. Veloso 2012a; 2013b; 2016) ou defetiva de um elemento em Operador ([e] = {A, @} – cf. Veloso 2012a; 2013b; 2016) – vd. exemplos em (5);
- clíticos monossilábicos com núcleo preenchido por [u] fonético – vd. exemplos também em (5);
- monossílabos, em número muito reduzido, formados por uma só vogal, como sucede com algumas palavras funcionais (artigos *a* e *o*, conjunção *e*), com certas formas verbais (*é*, *há*) e com um diminuto número de interjeições (*ah*, *oh*);
- monossílabos com núcleo vocálico preenchido pela vogal semifechada [e], exemplificados pelos nomes de algumas letras do alfabeto latino (*bê*, *cê*, *dê*, etc.), por algumas formas monossilábicas de verbos da primeira ou segunda conjugação (*dê*, *vê*, *lê*, *sê*, ...) e ainda por palavras funcionais como *quê*¹².

(5). Clíticos (monossilábicos) do português europeu contemporâneo

Com vogal nuclear [i]	Com vogal nuclear [e]	Com vogal nuclear [u]
[i] = {}	[e] = { <u>A</u> , @}	[u] = { <u>U</u> , U}
<i>me</i>	<i>na</i>	<i>no</i>
<i>te</i>	<i>da</i>	<i>do</i>
<i>lhe</i>		

Os monossílabos de (5) apresentam uma diferença importante relativamente aos de (3) e (4): correspondem, como já foi dito, a formas clíticas, intrinsecamente desprovidas de acento. São, de certa forma, palavras já de si muito excepcionais, que muitos autores aproximam mais dos afixos do que das “verdadeiras palavras” (cf, p. ex.: Matthews 1991: 218 ss.; Spencer

¹² Torna-se interessante verificar que, nas vogais recuadas, são praticamente inexistentes as palavras monossilábicas com uma vogal semifechada em núcleo: o hipocorístico *vô* (de “avó”) e a interjeição *xô* constituiriam porventura os únicos exemplos desta condição fonológica. Remetemos para um estudo futuro a problematização desta assimetria do funcionamento de [aberto2] (grau de abertura das vogais com {A} em posição de Operador) na formação de monossílabos do português quando comparadas as vogais palatais com as recuadas.

1991: 350-394; Selkirk 1996: 187-213; Nespor 1999: 867 ss.; Van Oostendorp 1999: 195-212; Vogel 1999: 249-267; Vigário 2003: 127 ss.; Aronoff & Fudeman, 2005: 35 ss.; Gori 2007: 4; Nespor & Vogel 2007: 145 ss.). Normalmente, só se integram sintagmaticamente formando com palavras prosódicas unidades maiores respeitadoras da CM em qualquer uma das formulações correntes desta última, como, nomeadamente, o grupo clítico (Hayes 1989; Nespor & Vogel 2007; Nespor 1999; Vogel 1999; Vigário, 2003; 2007; Veloso 2012b; 2013a).

O cabimento dos clíticos no conjunto das *palavras* da língua não se encontra inteiramente definido, por conseguinte. A excecionalidade destas unidades linguísticas é ainda posta em evidência por uma outra característica fonológica patente nos dos monossílabos, a qual, em conjunção com as restantes idiosincrasias acima referidas, retira, de certa forma, alguma pertinência à avaliação da forma como estas formas respeitam ou violam a CM do português.: a presença, na sua estrutura interna, e nos casos daqueles que apresentam [ɐ] ou [i] em núcleo, de pelo menos uma posição vazia de elementos (vd. as formalizações da estrutura interna destas vogais, em termos de FE, na segunda linha de (5)).

O estatuto dos clíticos do português europeu contemporâneo (PEC) face à CM em português será discutido mais adiante.

Voltando aos monossílabos lexicais com uma vogal com as duas posições elementares preenchidas e dotados, na maior parte dos casos, de sonoridade conferida pelo elemento {A} (vd. novamente os exemplos em (3)-(4)), a principal questão de investigação aqui colocada é a seguinte: tendo sido assumido que o português é suscetível de possuir, na sua fonologia, uma CM relacionada ou com a bimoraicidade (sílabas pesadas/bissilabidade – vd. (2)), ou com a extensão segmental (recuperando aqui uma outra formulação da CM para esta língua referida de forma pouco desenvolvida mais acima (Veloso 2017), de cariz estritamente linear, que fixa um número mínimo de 3 segmentos fonológicos como requisito mínimo de qualquer palavra em português¹³), como explicar a existência destas palavras no português, abaixo de tais limiares de minimalidade?

¹³ Vd. nota 9.

Esta questão – que constitui, no fundo, a questão principal de todo este estudo – será explorada de forma mais aprofundada na secção seguinte do texto, na qual serão recuperadas também outras formas monossilábicas da língua.

4. Os monossílabos CV do português contemporâneo serão realmente leves e monomoraicos?

Com fundamento no critério acima referido que tradicionalmente é adotado como o mais determinante para se considerar uma sílaba pesada (Hogg & McCully 1987: 37-39, 41, 45, 115, 189; Davis 2014) – a ramificação da rima –, os monossílabos CV como os de (3a) corresponderiam efetivamente, em princípio, a sílabas leves, monomoraicas.

Na presente secção, tentaremos demonstrar que tais monossílabos podem ser aceites como pesados e bimoraicos com base num argumento principal – o *reconhecimento da sonoridade como fator de atribuição de peso silábico* – e num argumento acessório, relacionado com aspetos históricos da sua formação e evolução: em muitos casos, estes monossílabos descendem de dissílabos latinos ou medievais, sendo de admitir a conservação parcial da sua estrutura bissilábica, em alguns casos e a um nível puramente teórico, ao nível das suas representações lexicais. Aceitando-se a proposta formatada por estes argumentos, estes monossílabos deixariam de ser interpretáveis como sílabas leves e monomoraicas e deixariam de conflitar com a CM baseada na bimoraicidade aqui defendida para o português nos termos de (2).

Salientamos que esta aceitação do peso/bimoraicidade atribuído pela sonoridade radica, por sua vez, na assunção de que o português é sensível ao peso silábico. Trata-se de uma questão não aprofundada ainda neste trabalho, mas a que aludimos, na introdução, como uma questão em aberto nas descrições fonológicas da língua (Magalhães (2016: 118-119) refere-se-lhe como *controvérsia*, conforme foi referido), considerada já na secção anterior como satisfatória para explicar a inserção lexical dos monossílabos pesados em português (vd. exemplos em (3b))¹⁴.

¹⁴ Muito frequentemente, as descrições fonológicas do português, associando exclusivamente (de forma algo simplificada) as línguas com acento sensível ao peso às línguas com oposições quantitativas, recusam a pertinência do peso silábico na fonologia desta língua. Cf., a este respeito, a minuciosa discussão de Wetzels (2007) sobre a

Em síntese, identificamo-nos, para o prosseguimento da análise, com posições como as de Brandão de Carvalho (1988; 1989; 2011) e Wetzels (2007), que aceitam como evidências suficientes para a aceitação da pertinência fonológica do peso silábico em português regularidades como as seguintes:

- prevalência de sílabas pesadas na acentuação oxítona;
- obrigatoriedade de sílaba CV (leve) na penúltima sílaba de todas as proparoxítonas;
- obrigatoriedade de acentuação paroxítona nos polissílabos com penúltima sílaba pesada.

Um aspeto muito relevante para o questionamento deste assunto tem a ver com a possibilidade de se aceitar, além dos critérios anteriormente enunciados como relevantes para a atribuição de peso silábico, um outro critério suplementar como fator conferente de peso: a sonoridade/abertura vocálica, expressa, em concordância com as propostas da FE, pela presença do elemento {A} na estrutura interna da vogal nuclear da sílaba.

Esta proposta é apresentada, relativamente ao português, por Brandão de Carvalho (1988; 1993; 1989; 2011).

Segundo o autor citado (Brandão de Carvalho 1988; 1993; 1989; 2011), a relação entre sonoridade e peso silábico seria demonstrada pela prevalência, em sílaba tónica, de vogais com um {A} em posição de Cabeça, e, concomitantemente, pela excepcionalidade de tais vogais em posição átona. Esta relação entre acento e sonoridade torna-se ainda muito evidente se observarmos que vogais com esta estrutura elementar em posição final atraem sempre o acento (vd. exemplos em (6)) e que, nas formas proparoxítonas do português, a penúltima sílaba obrigatoriamente leve nunca admite uma vogal com {A} em Cabeça (não sendo prosodicamente admissíveis em português, por essa razão, palavras como **últ[ɔ]mo*, **áv[a]do* ou **péss[ɛ]mo*, p. ex.).

inexistência de uma ligação implicacional estrita e intrínseca entre peso silábico e quantidade vocálica, para defender que o português – nomeadamente nos processos de atribuição de acento de palavra – é justamente sensível ao peso silábico. Wetzels (2007) afasta-se, assim, da posição mais “tradicional” que encontramos em descrições do acento de palavra como as de Pereira (1999), Mateus & D’Andrade (2000) e Mateus et al. (2003), que ignoram o peso silábico nos processos de atribuição de acento (aí descrito exclusivamente como uma função das propriedades morfosintáticas das palavras), desvalorizando a sua importância fonológica a um nível mais geral em português.

- (6) Palavras com uma vogal com o elemento {A} em posição de Cabeça em posição final tónica: obrigatoriedade da acentuação oxítona

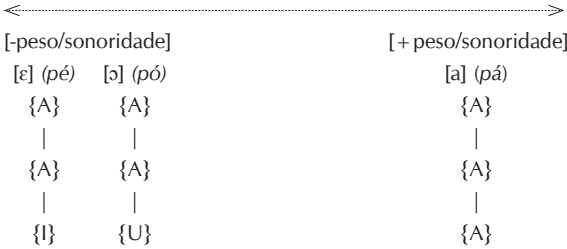
/a/	/ɛ/	/ɔ/
[a] = {A, A}	[ɛ] = {A, I}	[ɔ] = {A, U}
<i>jacarandá</i>	<i>capilé</i>	<i>forrobodó</i>
<i>sofá</i>	<i>jacaré</i>	<i>filhó</i>
<i>sabiá</i>	<i>cabaré</i>	<i>esquimó</i>
<i>oxalá</i>	<i>boné</i>	<i>rococó</i>
<i>maracujá</i>	<i>oboé</i>	<i>domimó</i>
<i>maná</i>	<i>bebé</i>	<i>noitibó</i>
		<i>paletó</i>

Estes dados tornam possível aceitar a existência de certas vogais que seriam intrinsecamente mais *pesadas* do que outras, implicando, consequentemente, que as sílabas em que estas vogais ocorrem sejam também sílabas pesadas¹⁵. Brandão de Carvalho (1993; 2011) propõe-no de forma explícita, descrevendo todas as vogais como a combinação de pelo menos três posições elementares, sendo possível atribuir a cada vogal uma sonoridade inerente e um peso inerente. Esta sonoridade/peso inerente é uma função da iteração de {A} na estrutura interna da vogal e determina a probabilidade de ocorrência da vogal em posição tónica: [a], com três ocorrências de {A} nas suas três posições elementares, seria, de acordo com as propostas do autor, a mais pesada e sonora de todas as vogais, o que explicaria a sua excepcionalidade em posição átona (e, de acordo com esta análise, a sua inexistência, juntamente com [ɛ] e [ɔ] – com duas ocorrências de {A} –, no núcleo da penúltima sílaba obrigatoriamente leve das formas esdrúxulas do português; vd. de novo os exemplos de palavras prosodicamente inadmissíveis em português dados anteriormente, em defesa deste mesmo argumento: *últ[ɔ]mo, *áv[a]do, *péss[ɛ]mo). A formalização proposta em (7) pretende exemplificar esta interpretação fonológica¹⁶.

¹⁵ A aceitação de um peso inerente a certos segmentos, propiciando a sua ocorrência preferencial em posição tónica, é partilhada por outros autores, filiados noutros quadros teóricos. Cf., p. ex., Davis (2014: 115) ou Goldsmith (2014: 180).

¹⁶ É com base nesta interação entre elementos e na preponderância hierárquica de {A} para atribuição de peso inerente que Brandão de Carvalho (1988; 1993; 1989; 2011) descreve a redução átona do português europeu contemporâneo como a perda de uma ou várias ocorrências de {A} nas realizações átonas, proposta retomada e desenvolvida por Veloso (2013b; 2016).

- (7) Sonoridade e peso inerente das vogais em função da iteração de {A} (ap. Brandão de Carvalho 1988; 1993; 1989; 2011)



Tendo em conta que a iteração de {I} e {U} tem um comportamento semelhante à iteração de {A} no que toca à atração de acento – vd., p. ex., os casos de (8), em que a ocorrência das vogais “puras” [i] e [u] em posição final impõe obrigatoriamente o acento oxítono às palavras em que assim as encontramos¹⁷ –, propomos que se adicione a iteração de elementos também a todos os fatores conferentes de peso silábico anteriormente mencionados¹⁸.

- (8) Palavras com uma vogal resultante da iteração de elementos em posição final tónica: obrigatoriedade de acento oxítono

[i]	[u]
[i] = {I, I}	[u] = {U, U}
<i>abacaxi</i>	<i>Canguru</i>
<i>colibri</i>	<i>peru</i>
<i>rubi</i>	<i>gabiru</i>
<i>aqui</i>	<i>tabu</i>
<i>javali</i>	
<i>nazi</i>	

¹⁷ O léxico português integra alguns itens de palavras terminadas em [i] átono: *táxi*, *penálti*, *biquíni*, *júri*,... De acordo com o defendido por Brandão de Carvalho (2011) e Veloso (2016), estamos perante casos excecionais e marcados na língua, como atestado pelo número reduzido de palavras com esta característica, pelos fenómenos de regularização a que elas são frequentemente sujeitas no nível fonético (através de realizações como *táx[i]*, *penált[i]*, *biquín[i]*, etc.) e, conforme posto em destaque por Brandão de Carvalho (2011), pelo facto de estas palavras serem graficamente acentuadas (indício de que, na intuição fonológica do fixador da norma ortográfica, a presença de [i] em posição final átona corresponde a um formato marcado na língua).

¹⁸ Não encontram explicação nesta proposta – por apresentarem um [u] átono final –, além dos clíticos com um [u] em núcleo silábico, as palavras em que um [u] não atrai acento, como quando corresponde a um morfema flexional nominal (*menino*, *calado*) ou verbal (*digo*, *limpo*, *acabo*). Uma possível via explicativa para esta incompatibilidade com a proposta desenvolvida no texto – que reforça, por um lado, a proposta de (9) segundo a qual, apesar de detentora de peso inerente, [u] seria menos pesada do que [a] – poderia passar por postular, na representação subjacente destes segmentos, no caso destas condições morfolexicais somente, uma vogal com uma representação teórica elementar diferente de {U, U}, eventualmente atribuível ao carácter flexional destas realizações. Este assunto específico não será objeto de investigação no presente estudo, sendo remetido para trabalho futuro.

Torna-se necessário especificar aqui que, apesar do reconhecimento do peso inerente conferido por estas vogais, convém distingui-las, quanto a essa propriedade fonológica, das vogais com {A} em Cabeça ((6)). [i] e [u], conferindo peso silábico, tal como aqui pretendemos demonstrar, devem ser consideradas, porém, como intrinsecamente menos pesadas do que [a], [ɛ] e [ɔ], tendo presentes, nomeadamente, os seguintes aspetos do seu comportamento:

- elas ocorrem em posição átona mais facilmente do que [a], [ɛ] e [ɔ], como se comprova por exemplos como *finalidade*, *criminoso*, *muralha* ou *rutura* ([i] e [u] átonos pretônicos);

- ao contrário do que sucede com [a], [ɛ] e [ɔ], [i] e [u] podem ocorrer como o núcleo da penúltima sílaba CV de uma palavra proparoxítona em português, como demonstrado por exemplos como *último*, *rápido*, *átono*, *lúgubre*, etc. (que contrastam com as formas, atrás mencionadas como prosodicamente impossíveis na língua, *últ[ɔ]mo*, **áv[a]do*, **péss[ɛ]mo*).

Assim, poderíamos apresentar uma distribuição escalar do peso inerente das vogais que completa a proposta de (7) nos seguintes termos ((9)).

- (9) Gradação crescente da sonoridade e peso inerente das vogais em função da iteração de elementos [-peso/sonoridade] e da iteração de sonoridade [+peso/sonoridade]

◀----- -----▶				
[-peso/sonoridade]		[+peso/sonoridade]		
[i] (<i>si</i>)	[u] (<i>tu</i>)	[ɛ] (<i>pé</i>)	[ɔ] (<i>pó</i>)	[a] (<i>pá</i>)
{I}	{U}	{A}	{A}	{A}
{I}	{U}	{A}	{A}	{A}
{I}	{U}	{I}	{U}	{A}

Aplicando estes critérios de atribuição de peso silábico aos monossílabos de (3a) cremos ser possível encontrar uma explicação para a sua integração no léxico do português compatível com a proposta de que, nesta língua, todas as palavras, a fim de respeitarem a CM, contêm uma estrutura mínima bimoraica correspondente, no caso das palavras monossilábicas, a uma sílaba *pesada* (de acordo com (2), (7) e (9)).

Com efeito, aceitando-se a sonoridade vocálica elevada e a iteração de elementos – com base nos argumentos anteriormente revistos, com destaque para a sua capacidade de atraírem obrigatoriamente acento – como conferentes de peso silábico, só ao nível da superfície fonética e de uma análise muito linear do encadeamento segmental poderão estes monossílabos continuar a ser vistos e descritos como monossílabos *leves*. ***Na proposta aqui apresentada, eles correspondem a monossílabos pesados, respeitando a condição de bimoraicidade mínima***, sendo o seu peso adveniente do peso inerente da vogal nuclear, por sua vez determinado pela sonoridade e/ou pela iteração de elementos.

A bimoraicidade destas palavras, que aqui defendemos, encontraria uma explicação adicional e plausível na diacronia, pelo menos no tocante a parte das palavras aqui em apreço. Na verdade, observamos que a maior parte destes monossílabos descende historicamente de dissílabos com uma consoante intervocálica que, perdida na evolução fonética da língua, deu origem, primeiramente, a formas bissilábicas com sequência VV em hiato. Numa fase posterior, este hiato deu quase sempre origem, por crase¹⁹, a uma vogal [aberto4] ou [aberto3], de que a vogal com {A} em Cabeça seria o resquício contemporâneo²⁰, havendo ainda a registar os casos de palavras em que a fusão de duas vogais numa só deu origem a vogais com iteração de elementos (*maa* > *má*²¹ ; *nuu* > *nu* ; *noo* > *nó*)²². Em alguns casos, tal consoante intervocálica é mesmo mantida ainda em algumas derivações morfológicas em português.

Damos de seguida ((10)) alguns exemplos deste tipo de palavras, com origem num dissílabo latino que se manteve enquanto tal em português medieval, só mais tarde reduzido num monossílabo *bimoraico* (de acordo

¹⁹ Mateus (1982: 41-42) explica estes fenómenos através de regras de simplificação.

²⁰ Residiria nesta crase histórica, de resto, a explicação de que, no PEC, as palavras historicamente derivadas de tais hiatos medievais sejam imunes à redução átona, conforme proposto, designadamente, por Mateus et al. (2003: 1015), que incluem estes casos na lista das exceções regulares ao processo de redução do vocalismo átono do PEC.

A crase histórica de que aqui nos socorremos para defender o carácter bimoraico e pesado das vogais abertas e semiabertas dela resultantes encontra ainda, porventura, uma replicação que nos parece interessante nos casos de sândi do PEC em que a fusão de [a] + [a] (ou [a] + [ẽ]) origina sistematicamente uma vogal aberta ([a] ou [ã]), em casos como ‘<a amiga> = [a’mige]’ ou ‘<a ambiciosa> = [ãbi’sjoze]’.

²¹ A forma *má* confirma, uma vez mais, uma característica já referida anteriormente: [a] pode ser considerada uma vogal inerentemente pesada pela iteração de sonoridade e pela iteração de elementos.

²² As grafias medievais *doo*, *maa*, *nuu*, *pee* e *noo*, citadas em várias passagens do texto, são confirmadas por Machado (1977).

com a presente proposta, por via da sonoridade vocálica ou da iteração de elementos). Ressalve-se que, nos exemplos escolhidos para figurarem em (10), a consoante que dividia historicamente as duas sílabas é mantida, no PEC, em algumas palavras morfológicamente derivadas de tais monossílabos ou com eles morfológicamente aparentadas²³.

- (10) Manutenção da bimoraicidade de monossílabos do português contemporâneo descendentes de dissílabos latinos e/ou medievais, com consoante intersilábica conservada em algumas palavras morfológicamente derivadas ou aparentadas

Lat. *nodu*_{Dissílabo_Bimoraico} > PM *noo*_{Dissílabo_Bimoraico} > PEC *nó*_{Monossílabo_Bimoraico(<{A})} – Cf. *nodoso*

Lat. *nudu*_{Dissílabo_Bimoraico} > PM *nuu*_{Dissílabo_Bimoraico} > PEC *nu*_{Monossílabo_Bimoraico(<{UU})} – Cf. *desnudo*

Lat. *pede*_{Dissílabo_Bimoraico} > PM *pee*_{Dissílabo_Bimoraico} > PEC *pe*_{Monossílabo_Bimoraico(<{A})} – Cf. *pedestre*

(Nota: Latim/Português Medieval – bimoraicidade atribuída pela bissilabidade; Português Contemporâneo – bimoraicidade atribuída pela sonoridade vocálica)

No limite, poderíamos mesmo continuar a aceitar que a representação subjacente destes monossílabos continuasse a preservar a consoante intervocálica histórica²⁴, retomando parcialmente uma proposta apresentada em Veloso (2017: 159) (vd. (11)). Sendo tal proposta aceite, a bimoraicidade destas palavras – com a consequência de se reforçar a sua compatibilidade com a CM defendida para o português em (2) – encontraria um argumento suplementar: além de contarem com a sonoridade máxima ou com a iteração de elementos da vogal nuclear para a atribuição de peso silábico (vd. (7) e (9)), estas palavras seriam, no nível subjacente, dissílabos. Alguns dos monossílabos CV de (3a) – aqueles para os quais é possível encontrar no PEC pares morfológicamente aparentados em que pelo menos – uma das formas conserva a consoante intervocálica histórica, como sucede em *nó*/*nodoso* ou *nu*/*desnudo*, p. ex. – respeitariam assim duplamente as restrições impostas por McCarthy & Prince (1995) em (1a) e em (1b) e, também, a

²³ Não podemos excluir totalmente, porém, o condicionamento puramente etimológico de tais formações. Estas deixariam, assim, de poder ser descritas como derivações morfológicas, mas sim como cultismos ou como importações diretas do latim, enfraquecendo a argumentação proposta no texto.

²⁴ Recorde-se que o postulado da manutenção, nas formas teóricas subjacentes, de segmentos históricos ausentes das formas de superfície sincrónicas é um argumento subscrito por outros autores na explicação de outros fenómenos: é através do postulado de uma forma teórica /de(S)/ (presente no português medieval em formas como *sabedes*, *chegades*, *partides*) para o morfema número-pessoal de 5ª pessoa da flexão verbal do português – com um /d/ foneticamente (e morfofoneticamente) conservado em [d] somente em formas como o futuro simples do conjuntivo e o infinitivo flexionado (*amardes*, *decidirdes*, *fordes*) e em alguns imperativos (*lede*, *vede*, *sede*) – que Mateus (1982: 106-107) e Mateus et al. (2003: 1022) explicam que a vogal temática /a/ não sofre assimilação vocálica antes de morfemas flexionais verbais iniciados por /i/, em formas como *amais* e *amai*, para as quais são propostas, respetivamente, as formas subjacentes /ama_{TV} + des_{MNP}/ e ama_{TV} + de_{MNP}/.

reformulação da CM proposta em (2). É com base nestes argumentos que formulamos a proposta apresentada em (11).

- (11) Proposta de representação lexical de alguns monossílabos bimoraicos como dissílabos subjacentes

nu = /nu.(d)u/ (cf. palavras morfológicamente aparentadas como *desnudo*)

nó = /nO.(d)O/ (cf. palavras morfológicamente aparentadas como *nodoso*)

pé = /pE.(d)E/ (cf. palavras morfológicamente aparentadas como *pedestre*)

Uma proposta deste teor permitiria:

- reforçar a bimoraicidade como o verdadeiro requisito indispensável à CM em português, enfatizando a validade de (2) para a fonologia desta língua;
- aceitar a inexistência de uma indistinção fundamental entre os casos de (3a) e (3b), permitindo a descrição de uns e outros como monossílabos *pesados* e portanto compatíveis com a CM do português (o peso em (3a) seria garantido pela sonoridade e/ou iteração de elementos da vogal nuclear; o peso em (3b) pela ramificação da rima silábica);
- retirar todos estes monossílabos da categoria dos pés degenerados: o peso silábico de todos os monossílabos de (3) torná-los-ia troqueus moraicos; aqueles a que seja aplicável uma descrição como a de (11) poderiam mesmo ser reconhecidos como troqueus silábicos, no nível teórico (subjacente) das correspondentes representações lexicais.

5. Conclusões finais

Este estudo, conjugado com trabalhos anteriores sobre questões de minimalidade e de peso silábico em português, reforça, a nosso ver, a conclusão de que esta língua é, efetivamente, sensível quer a uma restrição de minimalidade, quer ao peso silábico.

Relativamente à minimalidade, julgamos ter reunido dados que mostram que – à exceção, principalmente, dos monossílabos clíticos – todas as palavras do português respeitam uma CM formatada pela exigência da bimoraicidade ((2)), respeitada praticamente por todas as palavras da língua, de acordo com as propostas desenvolvidas ao longo do estudo.

A este respeito, ressalve-se que o peso silábico, de acordo com a argumentação desenvolvida neste trabalho, pode ser conferido, em português, por:

- (a) *ramificação segmental/autossegmental da rima*:
 - (a1). rima com ditongo decrescente²⁵;
 - (a2). rima com coda preenchida segmentalmente ou autossegmentalmente (/r l S N/);
- (b) *sonoridade silábica*, expressa pela presença de {A} em Cabeça da vogal que ocupa o núcleo silábico;
- (c) *iteração dos elementos {A}, {I} ou {U}* na estrutura interna das vogais nucleares.

De acordo com esta proposta descritiva, as únicas sílabas CV verdadeiramente leves do português seriam aquelas em que V apresenta uma ou duas posições elementares vazias (isto é, sílabas com [i] ou [e] em núcleo). Assim, as palavras monossilábicas compostas unicamente por estruturas deste tipo – como é o caso particular dos clíticos (vd. (5), onde se incluem ainda clíticos com um [u] nuclear) – constituiriam as únicas palavras do português que violariam a CM proposta para esta língua. A natureza excecional destas unidades lexicais a nível morfossintático e prosódico explicaria também, porventura, esta “anomalia” destas palavras, contribuindo suplementarmente para a inserção dos clíticos numa classe à parte dentro do léxico do português.

Ainda no tocante aos clíticos, este estudo deixa por explicar o caso mais particular dos clíticos monossilábicos com um [u] em núcleo: resultando esta vogal da iteração de elementos, estes monossílabos, de acordo com a nossa proposta, não poderiam ser imediatamente descritos como monossílabos leves, ao contrário do que se verifica com os clíticos com um [i] ou [e] em núcleo. O comportamento especial desta vogal nestes clíticos é comparável ao da mesma vogal nas formas em que ela ocorre como morfema flexional²⁶: não nos tendo debruçado suficientemente sobre estes casos, não chegámos a uma explicação desenvolvida para os mesmos. Pretendendo aprofundar a questão em trabalhos futuros, deixamos desde já explicitadas duas pistas que poderão eventualmente contribuir para tal aprofundamento: uma terá

²⁵ Para a análise aqui proposta, é irrelevante a representação prosódica dos ditongos como núcleos ramificados (conforme proposto por Mateus & D’Andrade (2000), Mateus et al. (2003), Freitas (2016) e outros) ou como instâncias de preenchimento da coda silábica (conforme defendido por Barbosa (1965; 1994), Camara Jr. (1971) ou Collischonn & Wetzels 2016). Vd. notas 6 e 7.

²⁶ Vd. nota 18.

a ver com o facto, proposto em (9), de, embora detentora de peso inerente, [u] pertencer (juntamente com [i]) à categoria das vogais menos pesadas de entre as pesadas; a segunda via, provavelmente relacionada com a primeira, para uma eventual compreensão do comportamento prosódico desta vogal poderá traduzir-se na proposta de uma eventual representação subjacente desta vogal diferente para os casos em que ela integra o radical nominal (como nos casos de (8)) e para os casos em que realiza um morfema flexional ou um clítico²⁷.

Finalmente, das propostas apresentadas neste estudo resulta a consequência de podermos passar a encarar a maior parte dos monossílabos do português – aqueles exemplificados quer em (3a), quer em (3b) – como troqueus moraicos (devido ao peso silábico conferido pela ramificação da rima, em (3b), mas também pela sonoridade vocálica ou pela iteração de elementos, em (3a)). Em determinados casos, alguns desses casos poderão eventualmente ser aceites como troqueus silábicos subjacentes, como sucederia relativamente a parte dos monossílabos contemporâneos descendentes de dissílabos latinos e medievais que conservariam uma estrutura bissilábica na sua representação lexical preservada em certos parentescos ou operações morfológicas (vd. proposta de representação lexical destas palavras em (10)). Assim sendo, todos estes monossílabos, além de deixarem de ser considerados *leves*, deixariam de caber também na categoria de *pés degenerados* na qual são frequentemente incluídos em virtude da análise da sua forma fonética de superfície somente.

Através destas propostas, que tentam concentrar a descrição fonológica em níveis não inteiramente acessíveis a partir da mera observação das sequências lineares de consoantes e vogais, pensamos ter contribuído para uma melhor compreensão da interação entre a prosódia e o léxico em português, cuja organização em termos fonológicos parece ser, em função das observações desenvolvidas neste estudo, mais regular e sistemática do que o defendido por anteriores abordagens.

²⁷ Também como afirmado anteriormente, ficam por explicar neste estudo os casos bastante raros de palavras constituídas unicamente por uma só vogal, que não constituíram objeto de qualquer análise neste trabalho, ficando o seu estudo em suspenso para investigações futuras. Excluídas ficaram também as palavras monossilábicas com vogal [aberto 2] em núcleo.

Principais abreviaturas

CM = Condição de Minimalidade

FE = Fonologia dos Elementos

MNP = Morfema Número-Pessoal

PE = Português Europeu

PEC = Português Europeu Contemporâneo

PM = Português Medieval

TV = Tema Verbal

REFERÊNCIAS

- Angoujard, J.-P. 2003. Phonologie et diachronie. In: J. P. Angoujard et al. (Eds.). *Phonologie: Champs et perspectives*. Lyon: ENS Editions, pp. 173-194.
- Angoujard, J.-P. 2006. *Phonologie déclarative*. Paris: CNRS.
- Aronoff, M. & Fudeman, K. 2005. *What is Morphology?* Malden MA: Blackwell.
- Backley, P. 2011. *An Introduction to Element Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Barbosa, J. M. 1965. *Etudes de Phonologie Portugaise*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar. 2.ème éd.: Évora: Universidade de Évora, 1983.
- Barbosa, J. M. 1994. *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*. Coimbra: Almedina.
- Bisol, L. 2000. O Clítico e o seu Status Prosódico. *Revista de Estudos da Linguagem*. 9(1): 5-30.
- Blevins, J. 1995. The Syllable in Phonological Theory. In: J. A. Goldsmith (Ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge MA: Blackwell, 206-244.
- Boltanski, J.-E. 1999. *Nouvelles directions en phonologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Booij, G. 2004. The morphology-phonology interface in European Portuguese. Review article of M. Vigário, *The Prosodic Word in European Portuguese*. *Journal of Portuguese Linguistics*. 3(1): 175-182.
- Bosch, Anna R. K. 2011. Syllable-internal Structure. In: M. Van Oostendorp et al. (Eds.). *The Blackwell Companion to Phonology*. Oxford: Wiley-Blackwell, II, 781-798.
- Brandão de Carvalho, J. 1988. Réduction vocalique, quantité et accentuation: pour une explication structurale de la divergence entre portugais lusitanien et portugais brésilien. *Boletim de Filologia*. XXXII: 5-26.
- Brandão de Carvalho, J. 1989. Phonological conditions on Portuguese clitic placement: on syntactic evidence for stress and rhythmical patterns. *Linguistics*. 27 :405-436.
- Brandão de Carvalho, J. 1993. De quoi sont faites les voyelles? Phonologie tridimensionnelle des particules et harmonie vocalique. In: B. Laks, M. Plénat (Eds.) *De natura sonorum: Essais de phonologie*. Saint Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 65-100.

- Brandão de Carvalho, J. 2011. Contrastive hierarchies, privative features, and Portuguese vowels. *Linguística*. 6(1): 51-66.
- Broselow, E. 1995. Skeletal Positions and Moras. In: J. A. Goldsmith (Ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge MA: Blackwell, 175-205.
- Camara Jr., J. M. 1971. *Problemas de Lingüística Descritiva*. Petrópolis RJ: Vozes.
- Collischonn, G.; Wetzels, W. L. 2016. Syllable Structure. In: W. L. Wetzels et al. (Eds.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 86-106.
- Davis, S. 2014. Quantity. In: J. A. Goldsmith et al. (Eds.). *The Handbook of Phonological Theory*. 2nd ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 103-140.
- Freitas, M. J. 2016. A sílaba na gramática do adulto e na aquisição de língua materna. In: A. M. Martins, E. Carrilho (Eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin: De Gruyter, 663-687.
- Goldsmith, J. A. 2014. The Syllable. In: J. A. Goldsmith et al. (Eds.). *The Handbook of Phonological Theory*. 2nd ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 164-196.
- Gori, B. 2007. *La grammatica dei clitici portoghesi*. Firenze: Firenze University Press.
- Hammond, M. 1989. Cyclic secondary stress in English. *Proceedings of the West Coast Conference on Formal Linguistics*. 8, 139-153.
- Hammond, M. 2011. The Foot. In: M. Van Oostendorp et al. (Eds.). *The Blackwell Companion to Phonology*. Oxford: Wiley-Blackwell, II, 949-979.
- Hayes, B. 1980. *A metrical theory of stress rules*. Ph Diss. The Massachusetts Institute of Technology.
- Hayes, B. 1989. The prosodic hierarchy in meter. In: P. Kiparsky & G. Youmans (Eds.). *Rhythm and meter*, Orlando FL: Academic Press, 201-260.
- Hogg, R.; McCully, C. B. 1987. *Metrical Phonology: A Coursebook*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Machado, J. P. 1977. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 5 vols. Lisboa: Livros Horizonte.
- Magalhães, J. 2016. Main Stress and Secondary Stress in Brazilian and European Portuguese. In: W. L. Wetzels et al. (Eds.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 107-124.
- Mateus, M. H. M et al. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5^a ed. Lisboa: Caminho.
- Mateus, M. H. M. 1982. *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. 2^a ed. Lisboa: INIC.
- Mateus, M. H.; D'Andrade, E. 2000. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.
- Matthews, P. H. 1991. *Morphology*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- McCarthy, J. J.; Prince, A. S. 1995. Prosodic Morphology. In: J. A. Goldsmith (Ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge MA: Blackwell, 318-366.
- Nespor, M. 1999. The phonology of clitic groups. In: H. Van Riemsdijk (Ed.). *Clitics in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 865-887.
- Nespor, M.; Vogel, I. 2007. *Prosodic phonology*. With a new foreword. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Paradis, C.; LaCharité, D. 1997. Preservation and Minimality in Loanword Adaptation. *Journal of Linguistics*. 33(2): 379-430.

- Pereira, M. I. P. 1999. *O acento de palavra em português. Uma análise métrica*. Dissertação de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Scheer, T. 1998. La structure interne des consonnes. In: P. Sauzet (Ed.) *Langues et Grammaire (II-III): Phonologie*. Saint Denis: Université de Paris 8, 141-172.
- Selkirk, E. 1996. The prosodic structure of function words. In: J. L. Morgan. K. Demuth (Eds.). *Signal to syntax: bootstrapping from speech to grammar in early acquisition*. Mahwah NJ: Lawrence Erlbaum, 187-213.
- Spencer, A. 1991. *Morphological theory. An introduction to word structure in generative grammar*. Oxford: Blackwell.
- Van Oostendorp, M. 1999. Italian s-voicing and the structure of the phonological word. In: S. J. Hannahs, M. Davenport (Eds.). *Issues in phonological structure*. Amsterdam: John Benjamins, 195-212.
- Veloso, J. 2012a. Vogais centrais do português europeu contemporâneo: Uma proposta de análise à luz da fonologia dos elementos. *Letras de Hoje*. 47(3): 234-243.
- Veloso, J. 2012b. Unidades acentuais proparoxytonas e grupos clíticos em Português. In: A. Costa & I. Duarte (Eds.). *Nada na linguagem lhe é estranho. Homenagem. Isabel Hub Faria*. Porto: Afrontamento, 471-483.
- Veloso, J. 2013a. Prosodisation des complexes « mot phonologique + clitique(s) » : groupes accentuels proparoxytons et groupes clitiques en portugais. In: A. Tifrit (Ed.). *Phonologie, morphologie, syntaxe. Mélanges offerts à Jean-Pierre Angoujard*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 233-244.
- Veloso, J. 2013b. Redução do vocalismo átono do português europeu contemporâneo: Assimetria dos elementos de tonalidade e interação entre diversos tipos de redução vocálica. *Textos Seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra: Associação Portuguesa de Linguística, 655-672.
- Veloso, J. 2016. O sistema vocálico e a redução e neutralização das vogais átonas em português europeu contemporâneo. In: Ana Maria Martins & Ernestina Carrilho (Eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin: De Gruyter, pp. 636-662.
- Veloso, J. 2017. Palavra Mínima em Português Europeu: A Oralização de Abreviações. *Alfa*. 61(1): 133-168.
- Vigário, M. 2003. *The prosodic word in Portuguese*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Vigário, M. 2007. O lugar do grupo clítico e da palavra prosódica composta na hierarquia prosódica: uma nova proposta. *XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos seleccionados*. Lisboa: APL/Colibri, 673-688.
- Vigário, M., Martins, F. & Frota, S. 2005. Frequências no Português Europeu: a ferramenta FreP. *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 897-908.
- Vogel, I. 1999. Subminimal constituents in prosodic phonology. In: S. J. Hannahs & M. Davenport (Eds.). *Issues in phonological structure*. Amsterdam: John Benjamins, 249-267.
- Wetzels, W. L. 2007. Primary Stress in Brazilian Portuguese and the Quantity Parameter. *Journal of Portuguese Linguistics*. 5/6: 9-58.

Recensões

Giuliana GIUSTI. *Nominal Syntax at the Interfaces:
a Comparative Analysis of Languages with Articles.*
Cambridge. Cambridge Scholars Publishing.
2015. 235 pp.
ISBN (10) 1-4438-8024-8

Ana Maria Brito
abrito@letras.up.pt
Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Giuliana Giusti é professora de Linguística na Universidade de Ca'Foscari de Veneza e a sua investigação tem como principal foco a sintaxe comparada das expressões nominais. O livro *Nominal Syntax at the Interfaces: a Comparative Analysis of Languages with Articles*, de 2015, trata precisamente deste tema, baseando-se, sobretudo, em línguas europeias com artigos (com algumas incursões no Hebreu) e deixando de lado as línguas sem artigos. Trata-se de um livro difícil e exigente e que pressupõe o conhecimento da bibliografia fundamental nesta área; a sua leitura é apenas facilitada por algumas sínteses fecundas que aparecem um pouco por todo o livro, em particular na Introdução, no final do capítulo 2 e nas Conclusões.

Uma das ideias principais do livro, exposta em várias ocasiões e em particular nas *Conclusões*, é a de que, e traduzo as palavras da autora, “os artigos definidos devem ser separados de outros determinantes uma vez que fazem parte da morfologia flexional do N, não sendo responsáveis pela interpretação definida. Por outras palavras, a presença ou ausência de artigos numa língua ou em dadas estruturas depende de propriedades flexionais quer do N[ome] quer do A[djetivo], ou de ambos numa dada língua” (p. 211). Outra ideia importante é a de que, uma vez que nas expressões nominais há traços flexionais não interpretáveis, a sua realização está relacionada com a interface sensorio-motora e não com a interface concetual-interpretativa, como é o caso dos outros determinantes (p. 211).

Sendo estas propostas polémicas e afastadas de concepções clássicas sobre o artigo definido, é importante perceber como Giusti vai construindo as ideias centrais do livro.

Depois de uma breve Introdução, no capítulo 1, intitulado *Some Basic Tools of Analysis*, a autora apresenta o enquadramento teórico e metodológico de todo o livro, explicitando os fundamentos do Programa Minimalista. A forma da gramática, a interação entre categorias lexicais e categorias funcionais, a ideia de economia e de interpretação plena, a discussão acerca da estrutura da frase, tendo em conta a posição variável do verbo e dos advérbios, a estrutura das expressões nominais, em particular a existência de diferentes tipos de adjetivos, tudo isto é apresentado e discutido de forma elegante e concisa. Deste capítulo, resulta a convicção de algumas semelhanças entre frases e expressões nominais, mas também de inúmeras diferenças. Apesar de ser o ponto de partida dos capítulos seguintes, o capítulo vale por si só e constitui uma boa introdução à sintaxe das expressões nominais e frásicas, que eu aconselharia com gosto aos meus estudantes de *Sintaxe Comparada*, do 3º ciclo em Ciências da Linguagem, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

No capítulo 2, *Articles at the Interfaces*, o capítulo central do livro, a autora discute várias aproximações das expressões nominais, em particular das expressões nominais definidas, e vai começando a desenvolver o seu tratamento alternativo. Vale a pena acompanhar de perto a apresentação que faz de algumas dessas concepções.

A tradição semântica sobre esta matéria é marcada pela perspectiva de Frege, e mais tarde de Russell, que assenta na noção de ‘descrição definida’ e de acordo com a qual as descrições definidas são uma parte especial das expressões quantificadas. Um exemplo típico de expressão definida é representado por um N próprio, como em (1) ou por um SN com artigo definido como em (2):

(1) Peter frowned.

(2) The girl is happy.

De acordo com Frege, tanto as expressões definidas em (1) e (2) como os demonstrativos e os pronomes pessoais são caracterizados pela existência de um operador *i*(ota), isto é, um índice referencial; a partir da existência

desse operador é possível propor que *the* é uma das suas expressões. Mas basta comparar (1) e (2) com (3), em Inglês (e noutras línguas):

- (3) The whale is a mammal

para se concluir que o artigo, além de poder exprimir a definitude, pode ter um valor genérico. Logo na p. 56 deste capítulo, Giusti afasta-se da conceção estreita de Frege-Russell sobre artigo definido e vai sugerindo que o artigo definido *the* em inglês e noutras línguas é um meio sintático de tornar uma porção da estrutura sintática visível para operações de *spell-out*, não identificando o artigo com o operador iota.

A outra conceção importante é a de Abney (1987), que será desenvolvida de forma forte por Longobardi (1994). Abney põe em causa a noção tradicional de SN (Sintagma Nominal), como tendo como núcleo o N, atribuindo aos determinantes o estatuto de núcleo (funcional) da projeção SD (Sintagma Determinante). Os determinantes estão localizados em D, a parte funcional das expressões nominais. É a chamada “DP hypothesis”, esquematizada em (4):

- (4) [_{SD} [D' [D] [_{SN} [N' [N]...]]]]

Desenvolvendo Abney, Longobardi (1994) propõe que uma expressão nominal referencial é um SD e é no seu núcleo funcional, D, que reside a referência. Giusti sintetiza o trabalho de Longobardi nas pp. 60 e 61 do seu livro. Compare-se os nomes próprios em Italiano e em Inglês:

- (5) Gianna è contenta.
(6) Joan is happy.

À primeira vista, os nomes próprios ocupam a mesma posição nas duas línguas. No entanto, a posição dos adjetivos mostra que a posição não deverá ser a mesma:

- (7) Old John came in.
(8) La sola Maria è arrivata.
(9) Maria sola è arrivata.

Segundo Longobardi, os exemplos mostram que em Italiano o N se deverá mover para D em sintaxe (em (9)), enquanto tal movimento é adiado para

FL em Inglês, como em (7). Em Italiano o movimento de N para D só pode ser adiado para FL se a posição de D estiver preenchida por um expletivo, sem valor semântico (como em (8)). Daí o seguinte parâmetro:

(10) N sobe para D (por substituição) em sintaxe em Italiano mas não em Inglês (Longobardi 1994: 641), citado em Giusti (2015: p. 60).

De uma certa maneira, as expressões genéricas, com nomes de espécie, representam a situação contrária à dos nomes próprios, uma vez que, em princípio, tais Ns não têm D e o N é o local da interpretação da espécie. É o que acontece em Inglês, com expressões genéricas plurais (cf. Giusti 2015: 61):

(11) Girls are always happy.

(12) Dogs have four legs.

Em Italiano, para que o N seja interpretado como N de espécie, um artigo expletivo deve surgir, como em (13) e (14):

(13) Le bambine sono sempre contente.

(14) I cani hanno 4 zampe.

Refira-se que o Italiano (e já agora o Português) pode também ter o artigo no singular como em (15), um valor que também pode acontecer em Inglês em frases do tipo de (16):

(15) Il cane ha quattro zampe.

(16) The dog has four legs.

Assim, para Longobardi a inserção de artigo é um “processo de último recurso”, em que os nomes de espécie apresentam um artigo expletivo como forma de evitar o movimento de N para D. Portanto, para este autor, o artigo, pelo menos em Italiano, tem três valores, um valor de operador iota e dois valores expletivos: um com N próprio (8) e que desencadeia movimento de N para D em FL e um valor de expletivo com Ns de espécie (13, 14), que impede o movimento do N para D, quer em Sintaxe quer em FL. Em Inglês, o autor considera também dois valores do artigo, um equivalente ao operador iota e outro expletivo, com Ns de espécie no singular (16), este inserido para evitar uma interpretação de nome massivo; quer dizer, em Inglês a inserção dos artigos expletivos teria duas razões muito distintas (p. 61).

Giusti enumera nas pps. 62-64 do livro as principais questões levantadas por este tratamento: (i) uma das questões relaciona-se com o tratamento dos expletivos: enquanto a nível frásico (*C'eranno bambine, There were girls*) o expletivo é coindexado com um SN pós-verbal que se move em FL para substituir o expletivo e apagar os seus traços não interpretáveis, no domínio das expressões nominais e no que se refere aos Ns de espécie em Italiano, o artigo expletivo seria inserido para impedir o movimento de N para D; e em Inglês para impedir uma interpretação de N massivo. Ora, não se percebe por que razão nos Ns de espécie o artigo expletivo é suprimido em FL e, se não for suprimido, por que razão o Princípio da Interpretação Plena não é violado (p. 63). (ii) A segunda questão relaciona-se com o estatuto de projeção máxima dos expletivos ao nível frásico (*ce, it, there*) e com o estatuto de núcleo dos artigos (p. 63); (iii) a terceira questão tem a ver com o facto de o Inglês, que é uma língua de morfologia pobre e, portanto, de legitimadores pobres, admitir operadores nulos existenciais (como em (12)) e em Italiano, língua de morfologia rica e que no domínio verbal legitima sujeitos nulos, precisar afinal de artigos expletivos nas expressões nominais em, pelo menos, dois tipos de contextos (p. 63); (iv) a quarta questão relaciona-se com as línguas sem artigos: será que estas línguas têm contrapartes nulas dos diferentes valores dos artigos? (p. 64); (v) a última questão relaciona-se com a variação interna às línguas (p. 64).

Esta última crítica é inteiramente justa. Na verdade, apesar de Longobardi ter apresentado (10) como um parâmetro diferenciador entre línguas românicas e germânicas, sabemos hoje que nestas línguas há meios distintos quanto à inserção de artigo com Ns comuns, nomes próprios e nomes de espécie: o Francês tem artigo partitivo para a interpretação existencial (*J'ai mangé des pommes*); o Alemão admite ocasionalmente artigos com Ns próprios (*der Hans ist gekommen, nicht Fritz*) e tem artigos definidos explícitos com nomes de espécie, como em *Der Wal ist ein Säugetier*, a baleia é um mamífero, entre outros factos. E há muita variação interna. Basta lembrar o caso do Português do Brasil, que, como estudado por Schmitt & Munn (1999) (trabalho aliás referido por Giusti), Müller & Oliveira (2004), Brito & Lopes (2016), entre outros, admite nomes contáveis no singular como argumento interno, como em (17) e nomes de espécie singulares em posição de sujeito, como em (18), entre outros fenómenos:

(17) Ele comprou computador.

(18) Criança briga uma com a outra.

Tudo isto mostra que o tratamento de Longobardi (1994), embora atraente, apresenta alguns problemas.

Uma outra abordagem é a de Chierchia (1998), que Giusti resume nas pps. 65-67, embora ilustrada com muito poucos exemplos. Chierchia distancia-se da visão longobardiana de que todas as expressões nominais em posição argumental são DPs, mas também não considera que todas as expressões nominais sem artigos sejam só um SN. De acordo com o autor, interessado sobretudo em perceber como se realizam as expressões nominais sem artigos em posição argumental, as línguas variam naquilo que uma expressão nominal pode denotar: nalgumas línguas um SN denota um predicado; noutras línguas um SN pode denotar um N de espécie ou um indefinido fraco; noutras línguas pode mesmo denotar expressões referenciais. De acordo com o *Nominal Mapping Parameter*, há três tipos de línguas conforme combinam os traços [+/-pred] e [+/-arg]. O Chinês combina [-pred +arg] e todos os Ns lexicais são massivos e não podem ser plurais, como em (19):

(19) Wò kànjìàn xióng le (eu vi (alguns) ursos) (Chierchia 1998: 354)

Nessa língua todas as expressões nominais são puros SNs.

Nas línguas em que há distinção massivo / contável e que pluralizam os nomes contáveis, há duas situações: na combinação [+pred +arg] há artigos, como nas línguas germânicas, veja-se por exemplo (20):

(20) The apple is a fruit.

Mas pode não haver artigos, como nas línguas eslavas; veja-se (21a, b), exemplos do Russo; o mesmo acontecerá presumivelmente no Latim, ilustrado em (21c):

(21) (a) Яблоко фрукт (a maçã é um fruto)

(b) девушка красива (a rapariga é bonita)

(c) Puella pulchra est (a rapariga é bonita)

Nessas línguas temos SNs que contêm Nomes de espécie (21a) e indefinidos; e DPs definidos com D nulo (21b, 21c).

Na combinação [+pred -arg] projeta-se um DP em todas circunstâncias, havendo aqui dois tipos de línguas: línguas com determinante nulo para a interpretação existencial, como acontece em posição argumental em Italiano (22a) e línguas em que em idênticos contextos há artigos e quantificadores explícitos, como em Romeno (22b) e Francês (22c):

- (22) (a) Ho mangiatto mele (comi maçãs)
(b) Am mâncaț (niște) mere.
(c) J'ai mangé des pommes.

O livro explora algumas consequências e predições destas três concepções (Frege /Russell, Abney / Longobardi e Chierchia) nas pp. 78-81. Uma das predições é a de que o artigo definido teria um significado comum nas línguas que o têm. Ora, vários autores têm mostrado que tal não se verifica: veja-se, entre outros, Matthewson (1998: 25), que, a partir de estudos de várias línguas, mostra valores distintos do artigo definido (citada por Giusti 2015: 78):

- (i) Inglês: definitude (mas também valor expletivo, como vimos acima);
(ii) Turco, Polinésio: especificidade;
(iii) Bella Coola (língua da comunidade de Bella Coola Valley, na Colúmbia Britânica, Canadá): visibilidade
(iv) St'at'imcets (ou Lillooet, também falada na Colúmbia Britânica, Canadá): proximidade.

Outra das predições seria que quantificadores e artigos definidos ocupariam a mesma posição. Ora sabemos que afinal co-ocorrem em muitas línguas; veja-se os exemplos em (23) de co-ocorrência do Q universal e artigo definido (cf. Giusti 2015: 79):

- (23) (a) tutti i ragazzi (todos os rapazes) (Italiano)
(b) kol há-yeladim (todos os rapazes) (Hebreu)
(c) all the boys (todos os rapazes) (Inglês)
(d) tákem i smelhmúlhats-a (todas as mulheres) (St'at'imcets)

Por outro lado, demonstrativos e artigos definidos deveriam ter distribuição complementar; mas também sabemos que eles podem co-ocorrer em certas línguas (24) (Giusti 2015: 79):

- (24) (a) baiutul acesta (aquele rapaz) (Romeno)
 (b) El noi aquest (aquele rapaz) (Catalão)
 (c) an fear seo (aquele rapaz) (Irlandês)
 (d) ez a fiú (aquele rapaz) (Húngaro)
 (e) afto to pedi (aquele rapaz) (Grego)
 (f) to pedi afto (aquele rapaz) (Grego)

Também em Espanhol há esta co-ocorrência (veja-se Brugè (1996) e a síntese que desse estudo faz Carvalho (2011: 54)):

- (25) (a) El chico alto este/ese vive cerca de casa.
 (b) El libro (viejo) este suyo de sintaxis no me convence.

E mesmo em Português Mória (1993: 2) indica que este tipo de exemplos pode ocorrer “em certas regiões do sul de Portugal” (também referidos em Carvalho 2015: 60):

- (26) (a) E o tempo este que não melhora!
 (b) O livro este que nunca mais acaba!

Finalmente, de acordo com a autora, nenhuma das conceções expostas é verdadeiramente capaz de explicar o fenómeno de “definitude dupla” ou de “determiner spreading”, isto é, a existência de línguas com duas expressões do artigo definido na mesma expressão nominal (ver os exemplos de Giusti da p. 80):

- (27) (a) **det** store huset (a casa grande) (Norueguês)
 (b) pul'il'i nitsl'i (os pequenos pássaros) (Arvantovlaxika, um dialeto romeno falado na Macedónia grega)
 (c) **ha**-dira **ha**-gdola (o grande apartamento) (Hebreu)

De acordo com Giusti (ver em particular, pp. 78, 80), estes e outros fenómenos põem em causa que o artigo definido (os pronomes, outros quantificadores e determinantes) sejam sempre núcleos funcionais das expressões nominais em Sintaxe; mostram que a mais alta categoria funcional numa expressão nominal não tem forçosamente de ser D; e que os determinantes não são uma classe homogénea.

Em síntese, de acordo com Giusti, ao contrário do que é comumente aceite, os artigos e o que se chama muitas vezes D, o núcleo de SD, não é portador de referência. Nesta perspetiva, o que se propõe é que o operador iota, o demonstrativo, o pronome pessoal, um N próprio, ocupem o mesmo

lugar na estrutura, a posição de especificador de DP, e que os artigos sejam a realização overt de um traço funcional, de caso abstrato. Se tal traço for realizado de outro modo, o artigo não precisa de ser realizado em D (ver a estrutura em (28)). De acordo com o Princípio de Economia, em certas línguas nunca é realizado, enquanto noutras é realizado nalguns contextos sintáticos (ver pp. 56-7 do livro):

(28)	DP
	Λ
Operador i	D'
Demonstrativo	\
Pronome pess.	D
N próprio	(artigo)

No cap. 3, *On Feature Sharing and Feature Spreading*, a autora considera, na linha do Programa Minimalista, que a operação *Merge*, *Compor*, é responsável por dois tipos de relação: seleção (de argumentos) e modificação; contudo, propõe que a partilha de traços no interior de categorias nominais e frásicas não é o resultado de um único processo sintático, mas sim de três processos: *Agree* (Acordo), *Concord* (Concordância) e *Projection* (Projeção).

O Acordo é o processo pelo qual um argumento, uma fase, na conceção chomskiana, selecionado por um núcleo, reentra na computação, em geral por movimento, como parte do predicado de uma nova fase. Nesta operação, são sobretudo os traços de pessoa que são relevantes. É o que acontece, por exemplo, em Húngaro, em que o possuidor recebe o caso nominativo e o possuído é flexionado em traços de pessoa e número do possuidor:

(29)	az en	kalapom (o meu chapéu)
	o 1ªP nom	chapéu1ªP nom

Giusti desenvolve este tipo de análise para outras línguas (Búlgaro, Checo, Romeno, Hebreu e mesmo para os possessivos em Italiano), defendendo que há um processo de Acordo de traços de pessoa, embora tais traços possam não ter uma realização explícita como no Húngaro (pp. 86-104).

O processo de Concordância copia os traços do N (de Género, Número, Caso), operando geralmente entre modificadores, por exemplo adjetivos, e categorias modificadas, a parte nominal das expressões nominais, podendo coexistir com o Acordo (pp. 104-106).

A Projeção é desencadeada por operações múltiplas de Compor interno (movimento) do núcleo, sendo que, no caso das expressões nominais, o movimento do N não é mais do que a realização de segmentos do N movido (“remerged”). No subcapítulo dedicado à Projeção (pp. 116-126), a autora propõe que o que é normalmente chamado categoria funcional é um segmento de um núcleo “scattered” (disperso), como é o caso dos artigos, dos complementadores e de algumas preposições ou de um tipo de indexical, como os pronomes. Assim, o paradigma do N é disperso em Inglês (*the ... child*) e em Italiano (*il ... ragazzo*), mas não em Romeno (*baiatul*). O artigo é a contraparte do morfema de Caso e o Inglês e o Italiano teriam uma distinção partitivo / não partitivo, em que o artigo é a realização do não partitivo, que ocorre quando a expressão nominal tem um indexical não explícito a veicular a interpretação referencial (p. 119).

No capítulo 4, *On the Different Nature of the So-called Determiners*, a autora compara os artigos com quantificadores, com demonstrativos, com possessivos, com pronomes pessoais e com Ns próprios, para propor que os traços exibidos pelos artigos são morfologia nominal (Caso, Número, Género, nas línguas europeias) e que os artigos não têm traços semânticos inerentes. Como já se viu acima, os demonstrativos, os pronomes pessoais, os nomes próprios são indexicais em várias línguas. Os possessivos são fases independentes e contribuem para a especificação do referente da expressão nominal por *Agree* e por *Merge* em relação a traços de Pessoa, numa posição de especificador de uma projeção alta. A análise reforça a distinção entre todos estes constituintes e os artigos definidos, considerados os verdadeiros núcleos funcionais, porque são um segmento do núcleo nominal “scattered” (disperso) e são a pura realização de morfologia nominal.

O cap. 5, *Articles as Scattered Ns*, desenvolve a ideia de artigos como Ns dispersos e mostra que as noções de Concordância e de Projeção podem dar conta de quatro fenómenos aparentemente não relacionados: o artigo enclítico como pronominalizador em Romeno (*fratele bun*, o irmão bom) (pps. 166-174); o artigo proclítico em Italiano, como em construções de eclipse nominal (*Ho tenuto il tavolo vecchio e ho dato via il nuovo*, eu guardei a mesa antiga e dei a nova) (pps. 174-181); a dupla definitude nas línguas escandinavas, como no Norueguês (*det store huset*, a casa grande) (pps. 181-184); e a inserção de artigos como marcadores de caso oblíquo

em Alemão (veja-se *Ich ziehe Kaffee **dem**_{DAT} Tee vor*, eu prefiro café a chá), que contrasta com a ausência de artigos com nomes massivos, como em *Ich trinke gern Kaffee*, (eu gosto de tomar café) (pp. 184-188).

No cap. 6, *Articles as Adjectival Concord*, é proposto que muitas vezes o artigo é inserido para realizar a Concordância entre A e N. Assim, o capítulo mostra que as noções de Concordância e de Projeção interatuam para produzir três efeitos aparentemente não relacionados com a flexão adjetival: é o que acontece com os chamados artigos adjetivais, como em muitas línguas dos Balcãs (veja-se *djali i mirë*, o rapaz o lindo, o lindo rapaz, Albanês) (pp. 189-202); a flexão de *quel* e *bel* em Italiano seria também efeito da presença de artigo como parte da morfologia nominal dispersa (veja-se *quel vicino / **quegli** amici / **quei** vicini* e também *bel mare, **begli** occhi, **bei** soli*) (pp. 202-206). Finalmente, de acordo com a autora, o A em Alemão seria sempre não flexionado, mas a sua flexão (forte ou fraca) enquanto adjetivo adnominal seria o resultado de segmentos do N disperso, como em *die sympatische Frau / **eine** sympatische Frau*, a / uma mulher simpática) (pp. 206-210).

O livro termina com as Conclusões, abundantes referências bibliográficas e um índice temático.

Estamos pois perante um livro exigente e extremamente inovador, baseado num conhecimento teórico e das gramáticas das línguas descritas verdadeiramente excecional, e que, a partir da data da sua publicação, constitui, sem dúvida, uma obra de referência imprescindível para todos os que se interessam pela sintaxe e semânticas das expressões nominais numa perspetiva comparada.

REFERÊNCIAS

- Abney, Steven P. 1987. *The English Noun Phrase in its sentential aspect*. PhD Diss., MIT.
Brito, Ana Maria & Ruth Lopes. 2016. The structure of DPs. In Wetzels, W. Leo, João Costa & Sergio Menuzzi (Eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics*, First Edition. Oxford: John Wiley & Sons, Inc.: 254-274.

- Brugè, Laura. 1996. Demonstrative movement in Spanish: A comparative approach. *University of Venice Working Papers in Linguistics*. Vol. 6, n.1: 1-53.
- Carvalho, Joana. 2011. A posição sintática do demonstrativo em PE, *eLingUp*, Volume 3, número 1, 2011, file:///C:/Users/PC/Downloads/article_4%20(2).pdf
- Chierchia, Gennaro. 1998. Reference to Kinds across Languages. *Natural Language Semantics* 6: 339-405.
- Longobardi, Giuseppe. (1994) Proper Names and the Theory of N-movement in Syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry*, 25, 4: 609-665.
- Matthewson, L. 1998. *Determiner Systems and Quantificational Strategies: Evidence from Salish*. The Hague: Holland Academic Graphics.
- Móia, Telmo, 1993. Sobre o lugar dos Demonstrativos na Arquitectura Semântica do Sintagma Nominal (2ª versão, revista). <http://www.fl.ul.pt/dlgr/pessoais/tmoia/tmoiademonstrativos1993.pdf>
- Müller, Ana & Fátima Oliveira. 2004. Bare nominals and number in Brazilian and European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 3: 9-36.
- Schmitt, Cristina & Munn, Alan. 1999. Against the Nominal Mapping Parameter: Bare Nouns in Brazilian Portuguese, In *Proceedings of NELS 29*.

Alain RABATEL. *Pour une lecture linguistique et critique
des médias. Empathie, éthique, point(s) de vue.*
Limoges: Lambert-Lucas, 2017. 520 pp.
ISBN 978-2-35935-194-1

Isabel Margarida Duarte
iduarte@letras.up.pt
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Alain Rabatel é Professor de Ciências da Linguagem na Universidade de Lyon 1 Claude Bernarde a sua investigação integra-se no laboratório ICAR (*Intérazactions, Corpus, Apprentissages, Représentations*). O seu domínio de investigação é a Linguística da Enunciação e a Análise do Discurso e tem trabalhado sobretudo as questões do ponto de vista, do “*effacement énonciatif*”, da argumentação indireta, da referenciação, atribuindo uma importância central aos efeitos pragmáticos e interpretativos dos mecanismos enunciativos e linguísticos estudados, como se refere na contracapa do livro.

Neste volume de 520 páginas, o autor faz um apanhado do que de mais relevante escreveu sobre o discurso dos *media*, um objeto de análise que atravessou todo o seu percurso de pesquisa, tendo como enquadramento teórico a Linguística da Enunciação, a Análise do Discurso e a Linguística Textual. O livro dirige-se, em primeiro lugar, segundo palavras do próprio autor, aos analistas do discurso dos *media*. Mas procura também ter, como público-alvo, os linguistas, mostrando, aos que trabalham noutros quadros teóricos, a vantagem de investigar a partir de *corpora* complexos e a possibilidade de transpor, para outros objetos de análise, alguns instrumentos teóricos usados com os discursos dos *media*. Dirige-se, por fim, aos especialistas da área das ciências sociais e humanas que se ocupam de textos, mas sem se preocuparem com a respetiva materialidade linguística, pensando que a língua é transparente, procurando demonstrar-lhes a importância fulcral de analisarem os mecanismos linguísticos de que se constroem os discursos.

Espelhando muito do que tem sido o contributo de Rabatel para a área em causa, o livro tem uma primeira parte em que avança várias propostas teóricas e uma outra, mais empírica, em que analisa exemplos concretos, de várias perspetivas. Muitos textos já publicados pelo autor fazem parte deste livro, embora por vezes alterados, completados e atualizados. É o que acontece com os da primeira parte “Propositions théoriques” (da p. 41 à 189), em que volta aos seus temas de eleição: o ponto de vista, a construção da empatia, as noções de “prise-en-charge, quasi prise-en-charge, prise en compte”, a questão das responsabilidades enunciativas. Como o próprio autor anuncia, o livro vai defender uma tese: “[...] les médias requièrent une véritable analyse – et non des vitupérations ou des discours de connivence” (p. 11). E é este programa que Rabatel leva a cabo, sobretudo porque, além de retomar e aprofundar os temas teóricos de que sempre se ocupou, também analisa, linguisticamente, textos dos *media* à luz dessas questões. Problematisa-as, nessa primeira parte teórica, com grande complexidade, o que torna alguns dos oito capítulos, por vezes, difíceis de ler e a argumentação do autor difícil de seguir, mas, como Rabatel defende no livro, devemos recusar o reducionismo que procura esbater a complexidade, com a desculpa de que temos sempre de dominar todos os assuntos. Assim, se os problemas são complexos, como a noção de “prise-en-charge”, por exemplo, devemos encarar todos os vetores dessa complexidade, porque a sua elucidação nos ajudará a melhor compreendermos os textos e os desafios que a respetiva leitura provoca. Dado que a relação entre textos, ética, política e jornalismo é múltipla, mais necessária se torna a análise do discurso dos *media*. Sendo complexa a construção argumentativa dos textos jornalísticos e a sua relação com o real extralinguístico (fontes, poder, donos dos *media*, etc.), terá de ser minuciosa e informada a análise que delas der conta.

A abrir o volume, além de uma Introdução de 15 páginas, Alain Rabatel inclui uma extensa entrevista dada a Michèle Monte, para a revista *Mots. Les langages du politique* (2017), em que faz uma espécie de balanço da sua investigação na área dos *media*, lançando, ao mesmo tempo, alguns desafios futuros que têm em conta o comprometimento e a responsabilização da análise enunciativa do discurso jornalístico, em prol da democracia e da empatia pelos invisíveis, aqueles que não têm voz. É quase uma espécie de

testamento intelectual, ou de passagem de testemunho, tom que percorre todo o livro, o que explica também a sua extensão. A conclusão, muito breve, tem mesmo o nome “Conclusion en forme d’envoi ou de passage de relai”. A localização de temas e autores dentro da obra é facilitada pelos dois índices finais: *Index nominum* e *Index rerum*. Talvez devido ao cariz de balanço que este livro tem, o autor sublinha, várias vezes, o lado eminentemente político da interpelação ética que faz à noção de responsabilidade coletiva. Esta reflexão é tanto mais urgente e útil quanto atravessamos tempos de crise da ética jornalística em que o jornalismo de expressão levou a melhor sobre o jornalismo de investigação. Alain Rabatel estuda os problemas ligados à deontologia e à responsabilidade jornalísticas a partir de discursos dos *media*, mas atentando, finalmente, em mecanismos enunciativos e linguísticos concretos. Faz isso tendo em conta, simultaneamente, alguma autonomia relativa da esfera dos discursos e a respetiva articulação “avec une réalité extradiscursive qu’ils contribuent à façonner (et inversement)”, o que implica perceber “la responsabilité énonciative du producteur des messages.” (p. 22).

Nas segunda, terceira e quarta partes do volume, o autor inclui estudos de caso, análises concretas de textos dos *media*, mas olhados, em cada uma delas, de um determinado ângulo de análise. Assim, na Segunda Parte – “Les médias, sujets et objets de la critique” (pp. 193-295) -, Alain Rabatel analisa vários documentos e *corpora* a partir de algumas das questões teóricas apresentadas na Primeira Parte. Mostra como o “effacement énonciatif”, a apresentação não equilibrada das informações, os jogos com implícitos, por exemplo, têm consequências objetivas nas instruções que os textos dão aos leitores. Apenas dois exemplos: cruzando enunciação e responsabilidade, e tendo em conta o apagamento da pessoa do autor e os problemas de responsabilidade enunciativa, trata de uma página do jornal *Le Monde* aquando da campanha eleitoral para o referendo europeu (pp. 192-204); analisando debates políticos na televisão (o debate entre os candidatos socialistas em 2006), Rabatel equaciona o problema da responsabilidade coletiva e da ética do debate político (pp. 205-221). As suas análises, geralmente muito minuciosas, podem ocupar-se apenas de um texto, mas em profundidade, analisando, então, o título, subtítulos, imagem e *layout*, e, não apenas o dito, mas também diferentes tipos de pressupostos e subentendidos, para

usar a terminologia que o próprio utiliza, a partir de Ducrot (1973) e de Kerbrat-Orecchioni (1986), como quando analisa um artigo do *Le Parisien* (de 23 de janeiro de 2014) sobre uma visita de François Hollande a uma amiga. Esta análise pormenorizada é feita parágrafo a parágrafo e a partir de vários indícios linguísticos, nomeadamente sintáticos e enunciativos (como a saliência decorrente da ordem não habitual dos constituintes na frase, as consequências, para a interpretação, do uso de determinantes definidos em vez de indefinidos, por exemplo) e não apenas lexicais. Alain Rabatel mostra como a construção da referência (outro dos seus temas preferidos) deixa perceber o ponto de vista do enunciador sobre os implícitos, inferências e subentendidos, mesmo quando o dito enunciador não formula nenhuma opinião sobre eles (cf. p. 262). Acaba por demonstrar como, pretendendo, aparentemente, esclarecer o público leitor sobre o facto de a visita do Presidente ter sido ou não paga com dinheiros públicos, o jornal se compraz em adiantar um conjunto de comentários e informações sobre a vida privada de Hollande. Os últimos artigos da Segunda Parte estudam o fenómeno da crítica feita pelos *media* aos *media*, em que são postas em relevo estratégias argumentativas, quer por meio de léxico quer de estruturas sintáticas, com consequências para a orientação argumentativa dos textos.

Na terceira parte, “Émotions et empathie dans la reconstruction des événements” (pp. 299-376), Rabatel ocupa-se da forma como as emoções se manifestam do ponto de vista linguístico, mesmo quando, aparentemente, há uma neutralidade linguística, afinal inexistente. Por outro lado, o autor explica, com exemplos, o que entende por “mobilidade empática” e o respetivo papel argumentativo, como no caso do texto judicial estudado no cap. 17, sobre uma homicida vítima de violência conjugal e na crónica do *Le Monde* sobre o assunto. Também os textos produzidos sobre o “affaire” Dominique Strauss-Kahn e o caso dos suicídios na France Telecom permitem a Rabatel analisar miudamente alguns textos, com base na forma como a argumentação é construída discursivamente.

Na Quarta e última parte, “Citer (à comparaître), dessiner les autres et se positionner par rapport à leurs points de vue” (pp. 379-448), o autor ocupa-se de questões metadiscursivas: o modo como os *links* para documentos anteriores permitem problematizar novas formas de citação multimodal, por exemplo. Temos assim, como Rabatel mostra, o uso de uma prova factual

(imagens vídeo, por exemplo), em apoio à argumentação do enunciador, tal qual uma citação literal em discurso direto, e, por vezes, como forma de desmentir ou de argumentar contra um outro discurso, inaugurando novas estratégias discursivas de polemizar e discutir. Assumir um ponto de vista com o qual não se está de acordo para, sem identificar o respetivo autor, o desmentir a seguir é outra das estratégias estudadas. Quando se propõe ter em conta a totalidade da materialidade linguística, tanto no que respeita aos elementos marcados como aos não marcados, Rabatel defende que a ausência de marcas pode ter tanto significado como a presença visível delas. A perspetiva teórica do autor, no âmbito da linguística enunciativa, permite-lhe analisar “[...] la construction des objets de discours (les référenciations, [...])” (p. 27) e nela perceber os pontos de vista dos enunciadores, mesmo quando não são muito explícitos.

Outro aspeto muito relevante desta obra é, pois, a chamada de atenção não apenas para os termos marcados linguisticamente mas também para os implícitos e os indícios e, sobretudo, para a respetiva co-ocorrência: o acumular de marcas de diferentes âmbitos linguísticos permite, frequentemente, perceber linhas de argumentação que atravessam os discursos analisados.

Quase no final, o autor interroga-se, com preocupação, sobre os efeitos ainda não estudados da oferta, pela Internet, de produtos semelhantes, até ideologicamente, aos que cada utilizador busca na rede, porque essa prática contribuiu para fechar cada um dos utilizadores ainda mais nas suas próprias opções, sem ter em conta outras propostas. Entretanto, chamando a atenção dos seus pares, acrescenta: “Mais ne devrait-on pas s’interroger aussi sur les dérives autistiques de pratiques scientifiques qui reviennent à ne discuter qu’avec ceux qui partagent les mêmes cadres théoriques, les mêmes hypothèses, les mêmes recherches?” (p. 450). E questiona quer o abandono da prática das recensões críticas por parte de muitas revistas, quer a proibição, por parte da direção de algumas, de um posicionamento crítico dos autores das recensões face à obra que apresentam. Como o autor escreve, na mesma página da citação anterior, “Rien ne doit échapper à la discussion”. Pode portanto parecer estranho que nesta recensão não se apresente nenhum tipo de posicionamento crítico em relação ao livro apresentado. Essa ausência não decorre, obviamente, de nenhum tipo de censura da parte da direção da revista *Linguística*. Decorre, em primeiro lugar, de haver uma coerência

muito grande entre o que o autor defende teoricamente, os conceitos complexos que procura operacionalizar na primeira parte do livro e as análises empíricas que depois faz, utilizando-os, nas restantes três partes. Decorre, ainda, de o posicionamento ético do autor, enquanto investigador, revelar também uma grande coerência entre as análises que faz dos textos dos *media* e o que a si próprio e aos seus pares linguistas exige. E decorre, por fim, da coerência na defesa do equilíbrio entre a recusa da simplificação e a proposta de atenção a outras disciplinas e seus saberes.

REFERÊNCIAS

- Ducrot, O. 1973. Les pré-supposés, conditions d'emploi ou éléments de contenu?. In: Rey-Debove, J. (Ed.). *Recherches sur les systèmes signifiants*. La Haye: Mouton, 243-258.
- Kerbrat-Orecchioni, C. 1986. *L'Implicite*. Paris: Armand Colin.
- Monte, M. 2017. Entretien avec Alain Rabatel. Pour une analyse énonciative engagée et responsable des discours médiatiques. *Mots*. 113: 117-132.

Ana Maria Stahl Zilles, Carlos Alberto Faraco.
Pedagogia da variação linguística.
Língua, diversidade e ensino
São Paulo SP: Parábola Editorial. 2015. 318 pp.
ISBN: 978-85-7934-100-7

João Veloso
jveloso@letras.up.pt
Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

1 – Poucas questões desafiam tanto um linguista quanto o confronto, frequente em diversos contextos, entre a natureza intrinsecamente descritiva e não normativa da sua disciplina – que constitui um dos principais pontos programáticos fundadores da linguística moderna¹ – e a necessidade de se contribuir, em momentos e circunstâncias específicos, para a definição e o estabelecimento de uma norma fortemente (e justificadamente) requerida por alguns meios, como é o caso muito particular do meio escolar.

Provindo de um domínio epistemológico que, nas palavras de Blanchet (1998)², se constrói como uma ciência intrinsecamente tolerante e democrática, por valorizar e respeitar a variação e as variedades – a diferença, em suma –, os linguistas são forçados a reconhecer, porém, que, fora do âmbito mais estrito da sua investigação, continuam a prevalecer ambientes em que algum esforço normativo é, se não inevitável, pelo menos recomendável. O envolvimento profissional dos linguistas, sob condições bem definidas, em atividades de

* Unidade de investigação financiada pela Reitoria da Universidade do Porto (Programa Santander Universidades) e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UID/LIN/0022/2016).

¹ O segundo parágrafo do *Cours de Linguistique Générale* desclassifica imediatamente qualquer esforço normativo, adjetivando-o como não científico e, por conseguinte, irrelevante para a nova ciência linguística preconizada pela obra fundadora da disciplina: “On a commencé par faire ce qu’on appelait de la «grammaire» [...] fondée sur la logique et dépourvue de toute vue scientifique et désintéressée sur la langue elle-même; elle vise uniquement à donner des règles pour distinguer les formes correctes des formes incorrectes; c’est une discipline normative, fort éloignée de la pure observation et dont le point de vue est forcément étroit.” (Saussure 1916: 13).

² “ [...] Les sciences du langage sont en effet une excellente école de tolérance, de respect d’autrui, de démocratie. Ainsi, deux axes paraissent importants. D’une part, la reconnaissance et le respect de la diversité, que les sciences sociales nous révèlent inhérente à toute forme de vie. D’autre part, la garantie d’une réelle *démocratie linguistique*. [...]”. (Blanchet 1998: 45).

padronização requeridas pelo meio envolvente é, como veremos, desejável e constitui-se como uma garantia de que essa padronização responde a critérios de qualidade e de aplicabilidade pedagógica que, sem o contributo informado dos linguistas, podem não ficar devidamente salvaguardados.

A escola – no ensino da língua (materna ou não) – é, entre outros e conforme já foi referido, um desses contextos. A necessidade de uma padronização cuidadosa

- (i) que reconheça o carácter e a motivação intrinsecamente *extralinguísticos* da definição de uma “norma padrão”,
- (ii) que **não** legitime o estigma social adveniente do uso de normas não padrão em variadas circunstâncias,
- (iii) que sustente a valorização relativa da norma padrão em ambiente escolar única e exclusivamente no argumento do efeito nivelador da escola democrática, que teoricamente coloca todos os estudantes no mesmo patamar de igualdade de oportunidades sociais e profissionais à saída da escolaridade obrigatória, reconhecendo que o conhecimento e o domínio de certos aspetos da norma padrão, em certas situações, pode facilitar e favorecer a integração dos alunos em situações socioprofissionais mais qualificadas,
- (iv) que aceite as normas não padrão como objetos de estudo,
- (v) e que as respeite escrupulosamente como *marcas identitárias* dos seus falantes que não podem ser destruídas, proibidas ou sequer deslegitimadas,

traduz-se num equilíbrio muito difícil de alcançar. Conforme tentámos pôr em relevo em algumas reflexões anteriores sobre este mesmo assunto (cf., p. ex., Veloso 2007), a procura e a construção deste equilíbrio contar-se-ão talvez entre os desafios mais difíceis e exigentes do professor de português. Procurar-se-á desejavelmente alcançar um compromisso entre variedades regionais e sociais – por vezes em conflito grupal acentuado, por vezes objeto de interpretações divergentes dentro da própria linguística – e estes compromissos pressupõem sempre caminhos difíceis de percorrer, nos quais se entrecruzam muito frequentemente variáveis não só linguísticas como também sociais, culturais, étnicas, históricas e políticas, para citar somente as mais relevantes.

Através de campos de estudo como a sociolinguística, a linguística educacional e a política linguística, o linguista pode, de mero observador de uma realidade supostamente externa, passar a um papel mais interventivo que não se traduz nem se confunde, porém, com nenhum tipo de quebra de neutralidade e objetividade exigíveis a qualquer investigador de qualquer área científica (cf., p. ex., Hult & Johnson (Eds.) 2015). Aqui reside uma espécie de dilema, que temos explorado brevemente em textos anteriores (Veloso 2007; 2015): sendo o linguista, por natureza, um observador não prescritivo, como pode ele intervir na definição, p. ex., de uma norma escolar? O principal argumento que apresentámos em Veloso (2015) para defender que esse papel pode (e deve) caber aos linguistas – conforme tem sido demonstrado, com resultados muito positivos, em diversos contextos, com destaque para a colaboração técnico-científica de equipas de linguistas em diversos países na definição das normas linguísticas e ortográficas a transmitir no ensino de línguas que não tinham, até muito recentemente, lugar na escolaridade oficial, como é o caso das chamadas “línguas autónomas” da Espanha após a ditadura franquista, das línguas africanas nas sociedades pós-coloniais ou, atualmente, das línguas ameríndias em diversos países da América do Sul – é o que recordamos de seguida. Trata-se de um argumento que interpretamos como integrado no perímetro dos objetivos e limitações científicos da linguística e que respeita todos os requisitos ético-deontológicos e metodológicos da disciplina, salvaguardando os pontos (i)-(v) supra: de entre os vários profissionais que se ocupam da língua enquanto objeto e instrumento de trabalho, os linguistas são, de facto, os melhores conhecedores de todas as variedades – históricas e modernas – de uma língua, o que é imprescindível ao estabelecimento de uma norma escolar coerente e cientificamente plausível³. A colaboração dos linguistas, numa perspetiva de grande neutralidade, na definição e estabelecimento de uma norma escolar pode até ser vista como uma forma de colaboração da disciplina num desafio societal importante e na construção de comunidades mais pacificadas, ajudando na resolução de conflitos étnico-linguísticos que, deixados à mercê das autoridades políticas somente, correm o risco

³ Esta “neutralidade” do linguista encontra ainda uma evidência suplementar na possibilidade da sua contribuição, em contextos precisos, para a definição e o “treinamento” do uso de outras normas que não a norma padrão (como sucede, nomeadamente, no uso artístico da língua: no teatro, no canto, etc.).

de aprofundarem trincheiras e divisionismos por vezes com consequências dramáticas para determinadas comunidades humanas.

Assim, não nos parece completamente justificado – pelo contrário! – que o linguista se distancie radicalmente de uma certa abordagem normativa, nos termos acima esboçados e desde que se distancie inequivocamente do papel (que era o da chamada “gramática normativa tradicional”) de legitimador social da norma padrão como a única “correta”, a única “legítima” ou a única de uso obrigatório em todos os contextos.

2 – É neste âmbito que se torna particularmente interessante e significativo saudar a publicação de *Pedagogia da variação linguística. Língua, diversidade e ensino*, um volume coletivo organizado por Ana Maria Stahl Zilles, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e Carlos Alberto Faraco, da Universidade Federal do Paraná. Os organizadores e os autores do volume são linguistas e professores que trabalham num ambiente muito particular: o Brasil, onde o português está sujeito a uma grande variação regional e social – o que torna particularmente aguda a necessidade de se definir e atualizar cuidadosamente um *standard* nacional de mais ampla aceitação (por exemplo, no meio escolar e académico), sobretudo se tivermos em atenção as recentes transformações sociais de um país tão extenso e com características sociais, culturais e demográficas tão específicas, que assistiu, num passado recente, a medidas de escolarização em massa que tornaram as questões deste tipo ainda mais prementes.

3 – O volume abre com uma introdução assinada pelos dois organizadores (pp. 7-15) e divide-se, posteriormente, em quatro partes. A primeira parte – “Variação e práticas escolares” – compreende 3 capítulos: “1 – Norma culta brasileira: construção e ensino”, de Carlos Alberto Faraco (pp. 19-30); “2 – A pedagogia da variação linguística é possível?”, de Lucia F. Mendonça Cyranka (pp. 31-51); e “3 – Aulas de português, construção do conhecimento e interação social”, de Débora Karam Galarza (pp. 53-75). Na segunda parte, intitulada “Variação em foco e suas implicações pedagógicas”, encontramos os capítulos “4 – Concordância de 1ª pessoa do plural na escrita escolar” (Silvana Regina Nascimento Agostinho e Izete Lehmkuhl Coelho, pp. 79-121), “5 – Concordância nominal na fala infantil: implicações para a escola”

(Luciene Juliano Simões e Simone Mendonça Soares, pp. 123-144) e “6 – Onde: prescrição, proscricção, descrição e ensino” (Ana Maria Stahl Zilles e Dorotea Frank Kersch, pp. 145-187). A terceira parte (“Variação linguística no domínio público”) compreende os capítulos “7 – Variação, avaliação e mídia: o caso do ENEM”, de Marcos Bagno (pp. 191-224), e “8 – Variação linguística em livros de português para o EM”, de César Augusto González (pp. 225-245). Os dois últimos capítulos – “9 – Variação linguística no curso de Letras: práticas de ensino” (Afranio Gonçalves Barbosa, pp. 249-286) e “10 – Línguas ilegítimas em uma visão ampliada de educação linguística” (Marilda C. Cavalcanti, pp. 287-302) – compõem a última parte do livro, com o título “Olhares acadêmicos sobre variação linguística e preconceito”. O volume encerra com as referências bibliográficas reunidas de todos os capítulos (pp. 303-313) e com breves notas biográficas de todos os autores (pp. 315-318).

4 – Ao longo dos 10 capítulos da obra, são-nos oferecidas diferentes perspectivas acerca do tema central, umas mais centradas na sua dimensão linguística e sociolinguística (capítulos de Carlos Faraco, Marcos Bagno, Marilda Cavalcanti, p. ex.), outras na sua dimensão psicolinguística e/ou pedagógica (estudos de Lucia Cyranka, Débora Galarza, Silvana Nascimento/Izete Coelho, Ana Zilles/Dorotea Kersch, Luciene Simões/Simone Soares, César González, Afranio Barbosa). A respeito destas últimas, refira-se a produtividade das abordagens que se baseiam numa interação muito intensa entre teoria e prática, ou seja, na aplicação da investigação académica a resultados educativos (logo, sociais) concretos. Todos os estudos deste cariz incluídos no livro são, a este respeito, absolutamente exemplares, demonstrando que só assim, desse diálogo frutuoso entre investigação e ação, podem nascer práticas educativas cientificamente validadas e pedagogicamente produtivas. Independentemente dos tópicos concretos trabalhados por cada um destes capítulos, eles podem ser vistos como excelentes exemplos do diálogo incessante entre linguística e ensino de línguas que poderão e deverão inspirar pesquisas e experiências pedagógicas noutros espaços de língua portuguesa, cabendo nesta dimensão da obra em apreço um dos seus grandes méritos e uma das principais razões pelas quais este livro é, em nosso entender, de leitura obrigatória para todos os profissionais com interesse neste tipo de aplicações e implicações entre linguística e ensino do português.

Apesar de se centrar na esfera educativa, o tema da variação linguística e das construções sociais sobre o fenómeno fora desse âmbito também é objeto de atenção. Um dos capítulos do livro que o demonstram é o de Marcos Bagno (pp. 191-224), um autor que se tem destacado pela defesa explícita de uma maior integração das normas coloquiais do português do Brasil na norma escolar oficial do Brasil, em detrimento das normas mais literárias e mais diretamente herdeiras de estádios diacrónicos da língua (Bagno (Org.) 2002; 2003; 2007; 2012). Centrando a discussão desta questão na vertente mais específica da terminologia consagrada pela escola – nomeadamente através dos exames nacionais de Português – e pelos *media* para, no entender do autor, perpetuar uma visão social elitista que insiste em negar às mudanças consumadas pelo português do Brasil um estatuto mais prestigiado, o autor defende que a oposição culto-formal vs. inculto-informal é de natureza contínua e não categorial. Em conformidade, propõe-se que à escola e à sociedade em geral cabe, em primeiro lugar, sensibilizar os falantes para a apropriação que podem fazer desses diversos registos em diversas situações, mais do que tutelar o uso da língua de uma forma mais normativa ou categórica, que é a que impõe as normas mais conservadoras e literárias como as únicas admitidas pela escola (pp. 208 ss.). Neste sentido, o autor regista alguns avanços terminológicos e conceptuais, embora se depreenda que insuficientes à luz do seu olhar crítico sobre este tipo de questões: “Atentos à necessidade de rever o pantanoso conceito de “norma culta”, já tão difundido no senso comum com suas múltiplas ambiguidades – conceito que, é preciso reconhecer, pela mera presença do adjetivo *culta*, se revela, no fundo, um *preconceito*, mesmo quando empregado em trabalhos científicos” (p. 212), os responsáveis governamentais do Brasil acabaram por substituir a expressão por “*norma urbana de prestígio*” (*ibid.*).

O primeiro capítulo da obra, assinado por um dos seus organizadores, o Professor Carlos Faraco (pp. 19-30), merece especial destaque. Justamente dedicado à construção, ao longo da história, da noção de “norma escolar” no ensino do português no Brasil, o texto fornece ao leitor uma quantidade muito rica e fundamentada de informações e permite-nos contextualizar de forma muito clara – e, simultaneamente, muito sólida – a grande questão de onde derivam muitas das questões mais parcelares que são discutidas noutros capítulos do livro. Sendo o Brasil, historicamente, um país relativa-

mente recente enquanto estado soberano e independente e que, durante o domínio colonial – e por largas décadas após a independência –, adotou explicitamente a norma “cult” de Lisboa como a norma escolar de referência (como o atestam as gramáticas escolares publicadas no Brasil até inícios do século XX ainda, assim como muitos debates acerca do uso jornalístico e legístico da língua – v. pp. 21 ss.), a construção de uma norma escolar da língua ela também independente da antiga potência colonial seguiu um percurso longo e pedregoso, que Faraco resume de forma segura e informada no seu capítulo. Estamos perante um texto de leitura obrigatória para todos os profissionais do português, não só no Brasil como também em Portugal e, de forma muito especial, nos países de língua portuguesa que se tornaram estados independentes nas últimas décadas e onde o mesmo debate está ainda hoje vivo e dividido entre, por um lado, a necessidade de fixação e definição de padrões nacionais aceites e veiculados pela escola e, por outro, uma ligação à norma escolar do português europeu que, para os falantes desses países, é uma norma para todos os efeitos não nativa. Esta situação, que encontra um paralelo histórico na formação da norma escolar do português ensinado no Brasil, carece atualmente de investigação intensiva que, entre outros frutos, permita a produção de materiais didáticos de qualidade, pelo que o conhecimento, pelos profissionais envolvidos nesta temática (a que Carlos Faraco, através também do seu papel de representante do Brasil no Instituto Internacional da Língua Portuguesa, tem dado um contributo inestimável), deste tipo de trabalhos se revela do maior interesse e, também, da maior urgência.

Todos os capítulos do livro oferecem uma leitura tão agradável quanto instrutiva. Como já foi afirmado acima, um dos méritos de muitos dos trabalhos incluídos nesta coletânea advém da estreita ligação entre investigação linguística e prática pedagógica e ajudam-nos a encontrar respostas mais ou menos seguras a uma interrogação fundamental da qual derivam muitas outras questões teóricas, éticas e metodológicas igualmente exploradas ao longo do volume e noutros estudos citados nos diversos capítulos: como é que os professores em sala de aula – os quais apresentam também uma grande heterogeneidade nas normas do português que falam – podem lidar com o preconceito social e com o conflito entre a(s) sua(s) norma(s) (em princípio, aquelas que vêm consagradas nos materiais didáticos) e os usos

concretos apresentados pelos alunos, socialmente desvalorizados como a “língua ilegítima”, para aqui recuperarmos uma expressão encontrada no título do último capítulo do livro (de M. Cavalcanti)?

Em questões em que o português do Brasil se tem individualizado como uma variedade do português com marcas caracterizadoras bem identificadas e/ou em que a variação social se manifesta de forma particularmente visível, o estabelecimento de práticas pedagógicas não baseadas no preconceito mas sim na investigação e vocacionadas não para uma imposição cega e taxativa de uma gramática cristalizada e completamente estranha aos alunos mas sim para um trabalho de sensibilização/consciencialização dos aprendentes para a diversidade e para as múltiplas possibilidades de uso da língua encontra exemplos muito ilustrativos, neste livro, em capítulos como os de Silvana Agostinho e Izete Coelho, sobre o uso da forma flexionada da primeira pessoa do plural nos verbos, ou o de Luciene Simões e Simone Soares, sobre os mecanismos de concordância de género e número.

Elaborações mais teóricas, sobre o balanço entre descrição e prescrição e a forma como o professor e o linguista aplicado devem lidar com esse balanço, são encontradas em capítulos como os de Lucia Cyranka, que pergunta explicitamente no título se a variação linguística é ensinável, Débora Galarza, que concebe a prática educativa em língua materna como uma prática de construção social, Ana Zilles e Dorotea Kersch, que se debruçam sobre as grandes dimensões teóricas deste debate em torno de “prescrição, proscrição, descrição e ensino”, e Marilda Cavalcanti, que aprofunda as mesmas questões a partir da perspectiva da linguística variacionista e da linguística educacional.

5 – Tendo em conta a amplitude de temas e abordagens contemplados por todo o volume, o rigor de todos os capítulos – quer os de cariz mais linguístico/descritivo, quer os de pendor mais didático/aplicado – e a extrema pertinência do tema central que percorre todos os estudos reunidos neste volume, numa época histórica em que o ensino do português com diferentes estatutos se afirma e expande no mundo inteiro, seja em países em que é língua oficial, seja em países em que é estudado preferencialmente como língua estrangeira, e tendo ainda presente a necessidade de os profissionais ligados a esta área disporem de materiais científicos de grande qualidade que

os ajudem no seu trabalho, a publicação desta obra vem oferecer-nos um instrumento precioso. Todos os capítulos nos dão informação e inspiração para estudos futuros, o que torna este livro, na apreciação que dele aqui fazemos, uma das publicações mais importantes de sempre no domínio da integração da variação linguística no ensino do português. A organização e a sequência dos capítulos dentro do volume facilitam a sua utilização como um livro *imprescindível* para todos quantos ponderem aprofundar os seus conhecimentos ou desenvolver trabalho de pesquisa e/ou ensino nesta área, pelo que é de felicitar os autores e editores por este contributo decisivo para a linguística e para a linguística educacional do português.

REFERÊNCIAS

- Bagno, M. (Org.). 2002. *Linguística da norma*. São Paulo SP: Loyola.
- Bagno, M. 2003. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo SP: Parábola.
- Bagno, M. 2007. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo SP: Parábola.
- Bagno, M. 2012. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo SP: Parábola.
- Blanchet, P. 1998. *Introduction à la complexité de l'enseignement du français langue étrangère*. Louvain: Peeters.
- Hult, F. M.; Johnson, D. C. (Eds.). 2015. *Research Methods in Language Policy and Planning. A Practical Guide*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Saussure, F. 1916. *Cours de Linguistique Générale*. Edition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1980.
- Veloso, J. 2007. Variação dialectal e sociolectal na aula de Português Língua Materna. Algumas reflexões e sugestões metodológicas. In: R. Bizarro (Org.). *Eu e o Outro. Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s) e Práticas Interculturais*. Porto: Areal, 262-268.
- Veloso, J. 2015. Peut-on apprendre la variété? Autour de quelques dimensions de la fixation et la transmission d'une norme phonétique et du rôle des linguistes. *Euskera*. 60(2):477-498.

LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Espaço da direção

Artigos

Relative clauses in a spoken corpus of European Portuguese:
identifying the factors determining their variation
Elisabeth Aßmann e Esther Rinke

Ensino da componente fonético-fonológica:
uma síntese e um exemplo de português para chineses
Adelina Castelo

Os *caracoles são *azules? Dados espontâneos e experimentais
sobre a aquisição dos plurais das palavras com lateral final
Maria João Freitas e Catarina Afonso

Case opacity and Cliticization:
On intervention and the triggers of different agreement patterns
Mihaela Marchis Moreno e Ludovico Franco

Discourse markers of enunciative responsibility
in Portuguese stand-up comedy
Milana A. Morozova

Language and Identity in Multimodal Text: Case Study of
Thailand's Bank Pamphlet
Korapat Pruekchaikul e Isabelle Simões Marques

É um não querer mais que bem querer.
Gramaticalização de conceitos volitivos
Konrad Szcześniak

Monossílabos CV do português: leves e degenerados?
Sonoridade vocálica e iteração de elementos na atribuição de peso e na
preservação da minimalidade em português
João Veloso

Recensões

Giuliana Giusti. Nominal Syntax at the Interfaces.
A Comparative Analysis of Languages with Articles
Ana Maria Brito

Alain Rabatel. Pour une lecture linguistique et critique des médias
– Empathie, éthique, point(s) de vue
Isabel Margarida Duarte

Ana Maria Stahl Zilles e Carlos Alberto Faraco (Orgs.)
Pegagogia da Variação Linguística. Língua, diversidade e ensino
João Veloso

VOLUME 12

ANO 2017